

JULIANA TOMÉ ALVES

**A PLASTICIDADE DA VOZ CRÍTICA: OS TEXTOS
DE ROBERTO POMPEU DE TOLEDO NA REVISTA
VEJA.**



ARARAQUARA– SP
2008

JULIANA TOMÉ ALVES

A PLASTICIDADE DA VOZ CRÍTICA: OS TEXTOS DE ROBERTO POMPEU DE TOLEDO NA REVISTA *VEJA*.

Trabalho de Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estrutura, organização e funcionamento discursivos e textuais.

Orientador: Profa Dra Renata Coelho Marchezan

Bolsa: Capes

ARARAQUARA – SP
2008

JULIANA TOMÉ ALVES

A PLASTICIDADE DA VOZ CRÍTICA: OS TEXTOS DE ROBERTO POMPEU DE TOLEDO NA REVISTA *VEJA*.

Trabalho de Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estrutura, organização e funcionamento discursivos e textuais.

Orientador: Profa Dra Renata Coelho Marchezan

Bolsa: Capes

Data de aprovação: 29/02/2008

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Renata Coelho Marchezan
Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara (UNESP)

Membro Titular: Prof. Dr. Valdemir Miotello
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Membro Titular: Profa. Dra. Maria do Rosário Valencise Gregolin
Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara (UNESP)

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

A meus pais pela confiança e por me darem
a oportunidade de seguir meus sonhos.

E à minha avó Dida pelo amor eterno,
onde quer que esteja...
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram peças fundamentais para a realização deste trabalho. Por isso, quero destacar aquelas que me ajudaram, direta ou indiretamente, a chegar nesse importante estágio.

Inicialmente agradeço a Deus por ter colocado pessoas muito especiais na minha vida e por ser meu alicerce.

Agradeço a Profa Dra Renata Coelho Marchezan por acreditar em minhas idéias e por direcioná-las, com muita sabedoria, para o melhor lugar na pesquisa.

Agradeço meus pais, Antônio Carlos e Cida, por terem despertado em mim o gosto pela arte das Letras e pelos estudos, e também pelo amor incondicional, pois esses são os motores que me levam a enfrentar maiores desafios. Meus sinceros agradecimentos também as minhas irmãs (e amigas), Renata e Fernanda, pelo incentivo e por tudo o que representam para mim. Meu cunhado Cláudio pela amizade e pelas boas conversas desde tempos em que ainda era menina.

Agradeço, ainda, meus familiares, em especial minhas tias Marinei e Terezinha, por estarem sempre presentes e cuidando com carinho de mãe.

Agradeço, com muito amor, meu namorado Rafael pela paciência – inesgotável – durante esse percurso e por ser meu amigo e companheiro fiel. Obrigada pelos ótimos momentos vividos até agora. Foram fundamentais.

Agradeço minhas amigas Ariadne (Didi), Beatriz e Vanessa pelo ombro amigo nas horas difíceis, pelas risadas incontroláveis, pelas conversas acolhedoras, por enfrentarem junto comigo o desafio do Mestrado e por terem sido durante seis anos minha família em Araraquara. Que mais anos venham pela frente!

Agradeço também a Cris, Débora, Daiane, Letícia e Talita por representarem o espírito livre e alegre dos momentos da Graduação e por serem amigas, sempre. A Maíra e Roberta pela amizade que dura desde tempos da formação em Letras e a Valéria (Val) por me fazer acreditar, a cada dia, no poder da Educação. Também os amigos distantes fisicamente, mas presentes em minha vida desde a infância, Ana, Verônica, Raquel e Vinícius.

Agradeço o próprio Roberto Pompeu de Toledo, cujos textos muito me instigam, pelas informações trocadas via e-mail, que contribuíram em minhas indagações.

E, enfim, agradeço a CAPES pelo apoio financeiro e por acreditar nesta pesquisa.

O outro é a medida: é para o outro que se produz o texto. E o outro não se inscreve no texto apenas no seu processo de produção de sentidos na leitura. O outro insere-se já na produção, como condição necessária para que o texto exista. É porque se sabe do outro que um texto acabado não é fechado em si mesmo. Seu sentido, por maior precisão que lhe queira dar seu autor, e ele o sabe, é já na produção um sentido construído a dois.

João Wanderley Geraldi

RESUMO

O trabalho apresentado tem por objetivo analisar os mecanismos de apresentação, apreensão e tratamento dado às vozes sociais nos artigos de opinião de Roberto Pompeu de Toledo publicados semanalmente na revista *Veja*. Para tanto, toma como fundamentação teórica a obra de Mikhail Bakhtin e seu Círculo; organizada com base no que, nem sempre, mas freqüentemente, se considera seu denominador comum: o conceito de dialogismo. Esse posicionamento teórico leva a estabelecer procedimentos de análise que privilegiam a identificação e caracterização das diferentes vozes por meio das quais os textos se constituem, o exame do processo de transmissão/representação do discurso do outro, nesse contexto em que se entende que as dinâmicas da inter-relação das vozes representa a inter-relação social dos sujeitos com a ideologia. Para isso, foram avaliados 25 textos de Toledo publicados entre julho e dezembro de 2005 na revista *Veja*. Esses textos caracterizam-se pela temporalidade atual das temáticas abordadas, tendo o cronótopo uma função organizadora dos textos e de seus sentidos, como também o uso de ironias e de discursos reportados, elementos de transmissão valorativa da voz do enunciador. Verificamos que as ironias e os discursos reportados se constroem por meio de uma relação de vozes, que contribuem para a amenização do modo de dizer a crítica do enunciador. Se há relativização de um lado; de outro, ao recorrer a outros dizeres e saberes, sustentando sua opinião neles, o enunciador tenta fazer do seu posicionamento um dizer irrefutável, dando-lhe um peso absoluto. Entretanto, vê-se que se instaura no texto apenas um efeito de irrefutabilidade, uma vez que o sentido atribuído a ele é construído por um jogo entre o texto, o enunciador e o enunciatário, e este pode ou não concordar com o que é dito.

Palavras-chave: dialogismo; artigo de opinião; ironia; discurso reportado; estilo.

ABSTRACT

This paper has for objective to analyze the mechanisms of presentation, apprehension and treatment given to the social voices in the opinion articles of Roberto Pompeu de Toledo weekly published in the magazine *Veja*. To do so, it takes as theoretical base Mikhail Bakhtin's work and his Circle; organized based in what, not always, but frequently, is considered his common denominator: the dialogism concept. This theoretical positioning makes us establish analysis procedures that privilege the identification and characterization of the different voices through which the texts are constituted, the examination of the transmission/representation process of the other's discourse, in this context in which it is understood that the interrelation dynamics of the voices represent the social interrelation of the subjects with the ideology. For that, 25 texts of Toledo, published between July and December of 2005 in the magazine *Veja*, were evaluated. These texts are characterized by the actuality of the themes approached, and the "cronótopo" has the function of organizing these texts and their meanings, as well as the use of ironies and reported discourses, elements of evaluative transmission of the enunciator's voice. We verified that the ironies and the reported speeches are composed through a voices relationship, that contributes to the softness of the criticism that is present in the enunciator's voice. If there is relativism on one side; in the other side, when he goes through the other sayings and knowledge, sustaining his opinion in them, the enunciator tries to turn his positioning into an irrefutable saying, giving it an absolute weight. But in the text is establish only an effect of an irrefutable voice, because the meaning given to the text is formed by a game between text, enunciator and enunciatary, and this one may agree or not with is said on the text.

Key-Words: dialogism; opinion article; irony; reported speech; style.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Formas de apreensão dos discursos	89
Tabela 2 Formas de apreensão do discurso noticiado	105
Tabela 3 Formas de apreensão do discurso da arte	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 SIGNO: DIALÓGICO E IDEOLÓGICO	18
1.1 O Círculo de Bakhtin: inacabamentos	18
1.2 Ideologia: um enfrentamento de valores	21
1.3 Sobre a inter-relação dos sujeitos	28
1.4 Adjetivos: marcas da voz do enunciador	43
2 IRONIA: UMA INTER-RELAÇÃO DE VOZES	52
2.1 As relações dialógicas na ironia	54
2.2 Ironia: um julgamento amenizado pela ambigüidade	58
2.3 Analisando: como a ironia se dá nos artigos de opinião de Toledo	65
3 DISCURSOS DE OUTREM: UMA INTER-RELAÇÃO DE VOZES NO ARTIGO DE OPINIÃO	79
3.1 Os discursos reportados	81
3.2 Uma voz julgadora não categórica	90
3.2.1 O discurso da “personagem-tema”	92
3.2.2 O discurso noticiado	104
3.2.3 Discurso da arte	115
3.2.4 Discurso institucional	122
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	136
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	141
ANEXOS	143

INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui se apresenta tem por objetivo analisar os artigos de opinião¹ do colunista e jornalista Roberto Pompeu de Toledo publicados semanalmente na revista *Veja*. Nesses textos, o enunciador expõe uma posição avaliativa sobre o contexto político-social brasileiro e mundial atuais, revelando posições. Tal como outras opiniões, vozes sociais e textos que surgem e circulam na mídia acerca de temas do contexto brasileiro e mundial, os textos em análise particularizam-se, pois revelam uma voz julgadora num ato único e singular. A voz autoral de Toledo, como afirmam alguns críticos, “tem uma visão muito peculiar do mundo sobre o qual se debruça. O resultado é uma argüição consistente que extrai um sentido sempre inusitado e grave do que aparenta ser o mais banal e óbvio dos fatos”. (PEREIRA, R., 2006). Com um estilo próprio, o autor trata os acontecimentos mundiais e nacionais com uma fina ironia, misturada à erudição e também a coloquialismos. Para revelar sua visão do mundo, sua voz confronta-se com outras vozes, principalmente refutando-as ou ironizando-as, deixando transparecer seu próprio caráter julgador e uma modalização de indignação, principalmente, diante do acontecimento a que recorre em seus artigos de opinião. O tratamento dado a essas vozes é tanto visto no texto quanto implicado pela linguagem, relacionando-se à dimensão dialógica caracterizadora de textos, uma vez que todo discurso está em contato com outros discursos, com diferentes ideologias e valores.

Por esses artigos de opinião veicularem posições através de um embate discursivo, pretendeu-se nessa pesquisa analisar, pois, os mecanismos de transmissão, recepção e tratamento das vozes sociais nesses textos, uma vez que assumimos a perspectiva da filosofia do Círculo de Bakhtin de que se caracteriza um gênero do discurso, bem como o estilo de textos, ao se descrever e explicar, nesses dois diferentes aspectos, o debate, a ação apresentada entre vozes. O objeto é, assim, considerado como complexos diálogos e, de maneira recursiva, também a metodologia de análise pode adaptar-se à dinâmica do diálogo. Assim, nos termos bakhtinianos, nas ciências humanas têm-se não propriamente objetos a descrever ou explicar, mas sujeitos a compreender e com quem dialogar.

¹ Adotamos o termo “artigo de opinião” para nomear a modalidade textual em análise, uma vez que tem características formais e de conteúdo desse tipo de texto. Assim, não os tratamos como “ensaio”, nomenclatura dada pelo suporte em que são veiculados esses textos. Entretanto, o que nos importa não é a nomeação, mas a caracterização de gênero a que se filiam os textos. Uma descrição detalhada sobre essa questão está na seção 01 deste trabalho.

O objetivo desse trabalho não se refere à caracterização do gênero “artigo de opinião” em si, mas à demonstração de elementos constitutivos dos textos de Roberto Pompeu de Toledo, na revista *Veja*, em particular. Por meio dessa investigação e caracterização particularizada dos artigos de opinião, o trabalho contribui para as reflexões acerca dos gêneros discursivos, uma vez que apresenta elementos do estilo de um autor, assim como características do gênero “artigo de opinião”, pois, segundo a perspectiva bakhtiniana, o enunciador, ao discursar, adequa-se a um esfera de atividade humana, conseqüentemente, ao gênero discursivo que a ela corresponde.

Mesmo havendo uma possível maleabilidade de representação das vozes sociais dentro de cada gênero discursivo, cada um apresenta uma especificidade e uma certa fixidez quanto à forma, às escolhas lingüísticas, ao enunciatário, ao tempo e espaço discursivos. Sendo assim, nosso trabalho, ao caracterizar o processo de transmissão e representação de vozes nos textos de Toledo, apresenta elementos lingüísticos e discursivos particulares de um gênero específico – os artigos de opinião de Roberto Pompeu de Toledo – que podem contribuir para a caracterização do gênero “artigo de opinião”.

Para refletir sobre essas questões em Toledo, baseamo-nos nas reflexões do Círculo de Bakhtin acerca da linguagem. Tendo em vista que tal perspectiva tem como denominador comum o conceito de dialogismo, oferece procedimentos de análise que privilegiam a identificação e a caracterização das diferentes vozes por meio das quais os textos se constituem. Definindo a linguagem como dialógica, em que valores sociais confrontam-se entre si, Bakhtin e seu Círculo definem o texto como um diálogo entre interlocutores e também como diálogo entre outros textos. Sendo assim, a relação entre sujeitos e vozes sociais é imprescindível para a constituição tanto do sujeito, quanto de um texto.

Baseados nessa perspectiva, atentamo-nos, então, além das relações entre vozes nos textos em análise, também para a relação “eu/outro” que se faz imprescindível tanto para a constituição ideológica da linguagem, quanto para o sentido que pode ser atribuído aos enunciados veiculados. Para Bakhtin, o “outro” é sempre responsável por dar o acabamento ao “eu” do discurso, pois tem um excedente de visão que complementa e dá a totalidade do “eu”. Para que um enunciado seja compreendido, é preciso que ele suscite, numa relação dialógica entre o enunciador e o enunciatário e entre os enunciados que o compõem, uma atitude responsiva ativa por parte do seu receptor. Em um dado momento histórico e em um contexto específico, o enunciatário dialoga com enunciados anteriores e posteriores para poder compreender o texto com o qual se defronta. Além disso, ele deve relacionar os

elementos constitutivos do texto na sua totalidade, como os recursos estilísticos, o tempo, o contexto, o enunciador, uma vez que um texto é constituído pela relação das partes que o compõem. O enunciatário tem um papel relevante para a significação do texto, pois ele atribui valoração e significado ao enunciado. Sendo assim, o enunciatário dos artigos de opinião de Toledo são aqueles que relacionam os elementos que compõem esse tipo de texto – como os adjetivos, as ironias, os discursos reportados – e que está informado sobre o acontecimento abordado nele, para, assim, atribuir-lhe uma significação, levando-o a uma resposta ativa diante do que lê.

Ao descrevermos e apresentarmos a relação dialógica de vozes sociais e enunciados nos artigos de opinião de Toledo, outros elementos são chamados à descrição, como a ironia, a transmissão do discurso de outrem e a representatividade do enunciatário, pois eles, além de definirem o estilo desses textos, têm relevante papel para a construção da voz autoral. Dialogando com outras vozes e outros textos, o enunciador, ao mesmo tempo em que expõe uma crítica aguda aos acontecimentos políticos e sociais recuperados nos textos, não a veicula por meio de uma voz autoritária; mas relativizada por algumas estratégias, como a ironia e os discursos reportados. Ao problematizar enunciados e vozes de outrem, ou mesmo ironizá-los, o enunciador veicula sua posição, que se faz crítica e julgadora, mas com um efeito amenizador. Nesse confronto os discursos se relacionam, inter cruzam-se num constante e intenso processo dialógico de aceitação, refutações, afirmações, etc. O que dialoga, portanto, são posições de sujeitos sociais, pontos de vista acerca da realidade, o que caracteriza o caráter constitutivo em toda produção lingüística.

Como cópula de análise, foram escolhidos os artigos de opinião publicados no período de julho de 2005 a dezembro de 2005, contabilizando 25 artigos de opinião. Não houve nenhum critério específico para que os artigos fossem coletados nesse período; porém, devido à época de início dos estudos nessa área de conhecimento e sobre esse tema (julho de 2005) com um projeto em iniciação científica, também sob orientação da professora Dr^a Renata Coelho Marchezan, achamos pertinente, para a pesquisa de mestrado, ampliar o cópula para um ano de coleta. Os artigos de opinião selecionados apresentam variados temas, desde a venda do jogador Robinho para o Real Madrid, à cassação do ex-deputado José Dirceu, até questões ligadas ao governo atual (governo de Luis Inácio Lula da Silva). Variadas temáticas e “personagens” de ambiente público são recorridos pelo autor em seus textos sempre com uma abordagem política e social e com um viés de criticidade e de indagações. De situações tidas como banais, e até mesmo daquelas que figuram constantemente na mídia e em outros

discursos, a voz autoral, por meio do seu dizer particular, transforma-os em temas inusitados e graves, mas abertos a questionamentos e reflexões por parte do leitor, já que o texto, pela perspectiva bakhtiniana, está aberto a múltiplas leituras. Então, mesmo o enunciador tendo um projeto de dizer, o sentido atribuído ao texto não é totalmente regulado por ele, pois a significação se dá por meio de um jogo entre texto, enunciador e enunciatário, e este pode concordar ou não com a proposição defendida no texto. Mesmo assim, o corpus em análise, que tem variados temas e diversas vozes recuperadas, tem um estilo peculiar, que se caracteriza pela contrariedade e contestação do enunciador frente ao tema tratado no texto.

O embasamento teórico que dá sustentação a essa pesquisa refere-se às reflexões acerca da linguagem do Círculo de Bakhtin. Apresentando uma filosofia que prima pela relação entre vozes sociais na constituição da linguagem, oferece procedimentos de análise que possibilitam a verificação dos processos discursivos e o tratamento dessas vozes nos artigos de opinião de Toledo. Ao conceberem a linguagem sob uma perspectiva dialógica e ideológica, nossas reflexões são fundamentadas em torno da identificação e do exame das vozes sociais que se confrontam nos artigos de opinião em questão.

Organizada com base naquilo que freqüentemente considera-se seu denominador comum, o dialogismo, os pensadores do Círculo de Bakhtin centram-se na relação do “eu” com o “outro” como fatores determinantes no processo de comunicação e enunciação, privilegiando a identificação e a caracterização das diferentes vozes sociais por meio das quais um texto se constitui. O sujeito, em inter-relação dialógica com outro numa situação de fala dada, define-se e expõe sua posição avaliativa responsivamente. Ele é responsável por seu discurso, um ato de fala único que, entretanto, não se desvincula da coletividade no seio da qual é produzido. Como integrante de uma pluralidade, o sujeito constitui-se nela e em sua função; ao produzir um texto, está sempre incorporando, veiculando valores e dialogando com diferentes vozes e ideologias – as quais pode recusar ou aceitar. Sendo assim, ao analisarmos os artigos de opinião de Toledo, pontuamos em seu texto essas especificidades e características da linguagem, privilegiando a relação dialógica entre vozes sociais e ideologia.

Aberto a múltiplas leituras e constituído por uma pluralidade de vozes, o texto, para Bakhtin, constitui-se de enunciados, os quais possuem enunciados anteriores a ele e suscitam enunciados posteriores, sendo, portanto, uma atitude responsiva que leva a uma outra, à do enunciatário. Para Bakhtin, o significado somente se dá quando há essa interação entre os interlocutores, sendo a palavra um ambiente partilhado tanto pelo enunciador, quanto pelo enunciatário. Nesse sentido, o discurso não se realiza somente por um “eu” soberano, mas por

meio da inter-relação e tensão entre sujeitos. Em consequência, a compreensão do discurso não se trata de uma experiencição psicológica da ação dos outros, mas uma réplica ativa, uma tomada de posição diante do texto, envolvendo a pluralidade. Assim, a perspectiva de Bakhtin e seu Círculo, ao privilegiarem a identificação e a caracterização das diferentes vozes por meio das quais textos se constituem, entende que a dinâmica da inter-relação das vozes representam a inter-relação social dos sujeitos com a ideologia.

Nos artigos de opinião de Toledo, ao levar em conta essas reflexões, verificamos o envolvimento do enunciatário na compreensão do texto como um todo, uma vez que aquele atribui significação àquele, no qual há uma dinamicidade e embate entre vozes e enunciados. O enunciador dos artigos de opinião, por meio de uma resposta ativa diante do contexto político-social brasileiro e do mundo, coloca-se diante das vozes pelas quais é interpelado e posiciona-se responsivamente. Uma vez que o enunciador pensa por meio da linguagem e a utiliza para se comunicar, é perpassado por diversas vozes de outrem, constituindo-se não por uma subjetividade exclusiva, mas sim, por meio da pluralidade de vozes. Sendo assim, os artigos de opinião de Toledo ao mesmo tempo em que apresentam um embate entre textos explicitamente, marcados por aspas, por exemplo, deixa entrever vozes na enunciação, compreendidas no todo do texto.

Responsivamente, esse enunciador, que se faz crítico e julgador, relativiza sua voz ao se apoiar em outros discursos, recorrendo a enunciados de outrem e à ironia, por exemplo. Sendo integrante da pluralidade, o enunciador, ao produzir seu texto, incorpora e veicula valores, dialogando com diferentes ideologias e vozes – as quais refuta ou aceita, dependendo da sua posição. Assim, os textos de Toledo são tecidos pelos mais diversos fios ideológicos, os quais são colocados em embate discursivo, configurando a voz do enunciador no todo do texto.

Portanto, para atender aos nossos objetivos de caracterização e identificação das vozes sociais nos artigos de opinião de Toledo, embasamos o trabalho principalmente nas questões referentes ao dialogismo, refletidas pelo Círculo de Bakhtin, e também nas reflexões de Brait (1996), Hutcheon (2000) e Ducrot (1987) quanto à ironia (já que essa se trata de uma das formas de tratamento dada às vozes sociais nos textos em análise). O trabalho desses autores vem dar sustentação às nossas discussões sobre a ironia nos artigos de opinião de Toledo, abordando-os sob a perspectiva teórica que adotamos.

Relacionando o enunciador com o enunciatário, Brait (1996) afirma que a ironia é configurada pela relação entre uma voz que é dita e outra não-dita, cabendo ao enunciatário

interpretar o inter-dito. Assim, o enunciador, ao construir a ironia, pressupõe quem seja seu enunciatário, pois os sentidos da ironia são negociados com o outro. O enunciador deve encontrar formas de chamar a atenção do enunciatário para que ele perceba a construção da ironia e possa chegar até ela. Sendo assim, a interpretação da ironia, que não deve separar o dito do não-dito, leva em conta a quem é destinada e também o contexto em que é produzida. Brait, baseada na teoria de M. Bakhtin, defende, então, uma perspectiva interdiscursiva sobre a ironia. Segundo ela, a ironia se dá por meio do entrecruzamento de discursos, sendo, então, uma duplicidade enunciativa, pois dialoga com o conteúdo de uma outra enunciação. Para Ducrot (1987), o dito refere-se a um discurso absurdo veiculado pelo enunciador, tendo implicado nele um discurso sério, com o qual o enunciador concorda. Por meio da relação entre essas vozes dissonantes, o enunciador revela seu juízo de valor, porém de maneira velada. Ao mesmo tempo em que desvela um discurso ou instituições vigentes, não revela uma agressão, pois o posicionamento do enunciador não está dado no enunciado diretamente – é preciso relacionar o dito e o não-dito para se chegar à crítica. Em vários artigos de opinião estudados, o enunciador elucida seu ponto de vista por meio de uma ironia fina e sutil, o que contribui para a amenização da sua voz avaliadora. Nesse sentido, a ironia, por meio do entrecruzar de vozes e discursos, mostra-se como uma forma de discurso dialógica que subverte valores, mas sem incitamento.

Uma vez que o objetivo deste trabalho é verificar as formas de transmissão e o tratamento dado às vozes sociais nos artigos de opinião de Toledo, na primeira seção refletimos sobre a perspectiva teórica que adotamos, a qual permite o exame da configuração do cópús. Uma vez que entendemos que a linguagem, pela perspectiva bakhtiniana, é ideológica, observamos nessa seção a relação entre a linguagem e a tomada de posição do enunciador diante dos acontecimentos do mundo e do Brasil, que chama para o texto. Com esse propósito, mostramos a importância dos adjetivos para a configuração do posicionamento do enunciador, uma vez que são signos ideológicos, os quais, pelas suas características semânticas, qualificam, exprimem um tom valorativo, frente ao enunciado a que se refere, e são recorrentes nos artigos de opinião de Toledo.

Uma vez que os temas que o enunciador aborda nos textos se referem a acontecimentos contemporâneos à época de publicação dos textos na revista *Veja*, refletimos também nessa seção sobre a importância do cronótopo como organizador dos textos e também dos sentidos veiculados, já que, para que haja uma resposta ativa diante dos enunciados, o enunciatário recupera esses acontecimentos atuais.

Na primeira seção tratamos ainda das relações estabelecidas entre os sujeitos do discurso, enfocando a importância do enunciatário para a compreensão da tomada de posição do enunciador. Uma vez que é estabelecida entre eles uma relação dialógica, percebe-se nos textos em análise que essa relação se caracteriza por uma certa proximidade entre ambos, uma vez que se verificam no texto elementos discursivos que tentam regular o sentido dos textos.

Na segunda seção, tratamos do papel da ironia nos artigos de opinião em análise, e sobre sua materialidade lingüística, isto é, como ela se mostra e de que maneira contribui para a configuração do posicionamento do enunciador, uma vez que constitui um importante modo de tratamento das vozes nesses textos. Com base em Brait (1996), Hutcheon (2000) e Ducrot (1987), analisamos a ironia sob uma perspectiva dialógica, entendendo que ela se constrói por meio do embate entre vozes. Como assume Brait (1996), a ironia se dá pela não separação entre a voz dita e a não-dita, tendo o enunciatário um papel importante para a identificação e interpretação da voz implicada. E é por meio dessa relação entre vozes que o posicionamento do enunciador é configurado, o que caracteriza a amenização da sua voz julgadora aguda.

Na terceira seção, tratamos dos mecanismos de apreensão e transmissão dos discursos de outrem, os quais, ao serem problematizados pelo enunciador nos textos, elucidam seu posicionamento diante do tema focado pelo texto. Essa relação, marcada pela interação entre o discurso recuperado e o discurso do enunciador, faz com que a voz julgadora deste seja relativizada, uma vez que ele não afirma categoricamente seu posicionamento no texto: ele é veiculado pela relação estabelecida entre esses discursos.

Analisamos também nessa seção as formas de transmissão desses discursos recuperados, com fundamento nos dois estilos que, segundo as reflexões teóricas adotadas, são usados para apreender discursos de outrem: o estilo linear e o estilo pictórico. Pelo estilo linear, o enunciador elucida seu posicionamento ao dar voz a um outro, deixando marcas visíveis no texto da diferenciação entre as vozes; e pelo estilo pictórico, o enunciador mistura essas vozes, não as distinguindo nitidamente no texto. Independente do estilo usado, os discursos reportados contribuem para o efeito de relativização da voz autoral, amenizando a forma de dizer a crítica.

1 SIGNO: DIALÓGICO E IDEOLÓGICO

1.1 O Círculo de Bakhtin: inacabamentos

Em sua época, Chesterton dividiu a espécie humana em três grandes categorias: “pessoas simples”, “intelectuais” e “poetas”. As “pessoas simples” são capazes de sentir, mas não de expressar seus sentimentos; os “intelectuais” são capazes de menosprezar com perfeição os sentimentos das “pessoas simples”, de ridicularizá-las e de arrancar de si próprios esses sentimentos; os “poetas”, ao contrário, foram agraciados com a capacidade de expressar aquilo que todo mundo sente, mas ninguém sabe dizer. De acordo com essa classificação, Bakhtin pertence ao grupo dos poetas. (SERGEI AVERINTSEV, apud. FIORIN, 2006, p. 09)

Com uma evidente preocupação acerca da concepção de linguagem, o chamado Círculo de Bakhtin, com formação na Rússia, era constituído por pessoas de diversas formações, interesses pessoais e intelectuais e não formava em algum sentido uma organização fixa; porém, de acordo com Clark e Holquist (1998), podem ser citados como os três principais intelectuais envolvidos Bakhtin, Volochinov e Medvedev, os quais se encontraram regularmente durante dez anos (1919-1929) num grupo de estudos e partilharam um conjunto expressivo de idéias, primeiro em Nevel e Vitebsk e, depois, em São Petersburgo. Tinham em comum “uma paixão pela filosofia e pelo debate de idéias (...). Mergulharam fundo nas discussões de filósofos do passado, sem deixar de se envolverem criticamente com autores do seu tempo”. (FARACO, 2003, p. 16). Dentre essas preocupações, foram progressivamente imergindo discussões a respeito da linguagem, a qual passa, com o tempo, a ser o principal foco de discussão do Círculo de Bakhtin.

A recepção da obra do Círculo foi tumultuada na década de 1960 na Rússia e também no Ocidente, cujas traduções nem sempre foram bem elaboradas. Além do mais, há uma quantidade de manuscritos inacabados e rascunhados deixados por Bakhtin, dificultando a apreensão do seu pensamento. Alguns textos padeceram também de discussões sobre sua verdadeira autoria, pois assinados por Volochinov ou Medvedev, alegou-se serem de autoria de Bakhtin. A não-linearidade e não-homogeneidade da recepção da obra de Bakhtin parecem

reiterar o pensamento que ele formulou sobre a constituição do ser e sobre a linguagem, isto é, o vir a ser, o inacabamento, a heterogeneidade. De acordo com Brait

Ninguém, em sã consciência, poderia dizer que Bakhtin tenha proposto *formalmente* uma teoria e/ou análise do discurso, no sentido que usamos a expressão para fazer referência, por exemplo, à Análise do Discurso Francesa. Entretanto, também não se pode negar que o pensamento bakhtiniano representa, hoje, uma das maiores contribuições para os estudos da linguagem, observada tanto em suas manifestações artísticas como na diversidade de sua riqueza cotidiana. (BRAIT, 2006, p. 09).

Bakhtin, portanto, não tem uma teoria acerca da linguagem e seu funcionamento, mas sim, reflexões sobre ela, as quais muito contribuem para os estudos na área de análise do discurso, uma vez que privilegia as relações sociais e ideológicas no signo e no discurso. Para Bakhtin não há uma dissociação entre a linguagem e a história, sendo, portanto, questões relevantes e essenciais ao se estudar sua manifestação. Sendo assim, neste trabalho, ao refletirmos sobre as formas de tratamento e transmissão das vozes sociais nos textos de Roberto Pompeu de Toledo, enfatizamos os valores que constituem a palavra nos artigos de opinião estudados, apoiando-nos nas relações dialógicas que envolvem o sujeito situado em um contexto histórico, o qual assume um ponto de vista diante de um objeto/discurso. Nos textos estudados, o enunciador assume uma posição axiológica diante do contexto contemporâneo brasileiro e mundial, expondo sua tomada de posição, elucidada com uma voz crítica e julgadora. O enunciador, ainda, ao expor seu ponto de vista, considera um enunciatário implicado pelo contexto de produção desse discurso: revista *Veja* e a contemporaneidade. Assim, as relações dialógicas não se fazem somente entre discursos, mas também entre sujeitos, já que há uma compreensão responsiva ativa do enunciatário diante do discurso pelo qual é interpelado.

Os estudos de Bakhtin acerca do discurso priorizaram discussões e reflexões acerca da língua, entendendo-a como uma “integridade concreta e viva” (BAKHTIN, 2002, p. 181) e não

[...] como objeto específico da Lingüística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. (...) Por este motivo as nossas análises subseqüentes não são Lingüísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na Metalingüística, subentendendo-a como um estudo – ainda não constituído

em disciplinas particulares definidas – daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam – de modo absolutamente legítimo – os limites da Lingüística. (BAKHTIN, 2002, p. 181)

Construindo uma nova perspectiva de estudo sobre a língua e a linguagem, chamada Metalingüística (ou *dialogismo*, como é mais conhecida), Bakhtin não ignora os estudos da Lingüística. Reconhece que os estudos lingüísticos enfocam a língua como algo abstrato, inserido em um sistema. Partindo desse enfoque sistemático, passa a assumir a importância em se estudar a língua em seu cotidiano, viva, contextualizada, atualizada historicamente – pois é no contexto que ela se constrói e se reconstrói. O enfrentamento bakhtiniano da linguagem leva em conta, portanto, “as particularidades discursivas que apontam para contextos mais amplos, para um extralingüístico aí incluído” (BRAIT, 2006, p. 13).

Mesmo não havendo uma obra sistematizada, pode-se concluir que, de acordo com Faraco (2003), há dois grandes projetos intelectuais no conjunto das obras do Círculo, que são o de construir uma “prima philosophia” e o de contribuir para a construção de uma teoria marxista da chamada criação ideológica, ou seja, da produção e dos produtos do “espírito humano”. Levando em consideração as asserções da chamada “prima philosophia” no que se refere à linguagem, o Círculo centrou-se em questões referentes à eventicidade e à unicidade do Ser, à contraposição eu/outro e ao componente axiológico intrínseco ao ser humano. Mesmo não negando a validade do teoreticismo² – muito enfatizado pelas teorias da época – critica o posicionamento de que a razão da teoria não acompanha o mundo da vida, desvinculando o ser humano da sua realidade concreta. Bakhtin deseja, antes, reconciliar o mundo da cognição teórica com o da vida, interessando-lhe a idéia da ênfase no singular, no individual, no irrepetível. Para ele, a filosofia moderna não pode ser compreendida como uma filosofia primeira, pois não diz nada sobre o ser como evento-único. Ele quer, assim,

[...] recuperar a possibilidade de uma tal filosofia primeira, uma filosofia cujo procedimento não será construir conceitos, proposições ou leis universais sobre o mundo do ato efetivamente realizado (...), mas só poderá se viabilizar como uma fenomenologia daquele mundo, como uma forma de pensamento que Bakhtin chama de *participativo*. (FARACO, 2003, p. 21, grifo do autor)

² Essa terminologia é utilizada por Faraco em seu livro *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin* (2004, p. 20), ao se referir ao posicionamento crítico de M. Bakhtin acerca de teorias que posicionam a razão teórica acima do ser humano, tomando-as como uma abstração.

Ao se perceber único, o ser responsabiliza-se pela sua unicidade e reconhece que não vive apenas para si, mas constitui-se na relação que estabelece com o “outro”, representando, cada um deles, universos de valores. Por meio dessa interação entre sujeitos é que Bakhtin vai refletir sobre a ideologia, que é considerada por Faraco (2003) o seu segundo grande projeto, discutido no item a seguir.

1.2 Ideologia: um enfrentamento de valores

Para Fiorin (2003, p. 22), “Mikhail M. Bakhtin (1895-1975) é um dos mais influentes teóricos da linguagem do século XX”. Por meio de suas reflexões, juntamente com outros pensadores de sua época, mudou, além dos paradigmas da Lingüística e da Teoria da Literatura, a forma de ver o fenômeno da linguagem em sua completude e concretude. Para ele “Bakhtin é antes um filósofo da linguagem, ou melhor, um filósofo, em cujo projeto intelectual a linguagem tem uma dimensão importante”. (FIORIN, 2003, p. 22). Característica fundamental do seu pensamento, Bakhtin tentava compreender os complexos fatores que tornam possível o diálogo – mas não apenas aquele realizado na conversação entre duas pessoas, face a face, mas o diálogo entendido como comunicação entre diferenças simultâneas. Sua concepção dialógica da linguagem leva-o a examinar esse princípio sob diferentes ângulos, estudando-o detidamente em suas diferentes manifestações. Acentua sua obra na alteridade, tratando fundamentalmente das relações entre o “eu” e o “outro”, sendo esse outro uma posição social expressa no texto.

Questionando a teoria marxista da criação ideológica, a qual concebia a linguagem como uma ligação direta entre os “acontecimentos nas estruturas socioeconômicas e sua repercussão nas superestruturas ideológicas” (MIOTELLO, 2005, p. 168), Bakhtin reflete sobre uma outra filosofia da linguagem, a qual pudesse colocar o estudo da ideologia no “lugar certo” (MIOTELLO, 2005, p. 167). Ele e o Círculo inserem, então, essa questão no conjunto das relações sociais, tratando a ideologia³ de forma concreta e dialética.

³ O termo ideologia, de acordo com Faraco (2003, p.48) “é o nome que o Círculo costuma dar (...) para o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais (para usar uma certa terminologia da tradição marxista)”.

Bakhtin mesmo alerta que não aceita ser medíocre dialeticamente, e por isso vai construir o conceito no movimento, sempre se dando entre a instabilidade e a estabilidade, e não na estabilização que vem pela aceitação da primazia do sistema e da estrutura; vai construir o conceito na concretude do acontecimento, e não na perspectiva idealista (MIOTELLO, 2005, p. 168).

Considerando as interpretações das idéias de Saussure em relação à língua – o qual a considerava como um sistema de formas – Bakhtin, ao contrário, assume uma perspectiva social ao discutir questões de linguagem, valorizando a não-estabilização das estruturas e do sistema.⁴ Mesmo privilegiando a língua na vida cotidiana em seus estudos, não desconsidera os estudos de Saussure, pois todos os produtos da criação ideológica são objetos dotados de materialidade, mas que não podem ser estudados fora da realidade. Para ele, a linguagem é viva e dinâmica, e ela, enquanto signo, reflete e refrata os valores e pontos de vista de um grupo social definido historicamente. Partindo das asserções de Marx⁵ sobre ideologia, Bakhtin observa que é por meio da ideologia do cotidiano (ou da infraestrutura, como define Marx) que se promovem e se desenvolvem mais rapidamente as mudanças de paradigmas e de qualidades ideológicas tramadas nas relações sociais. Sendo assim, Bakhtin reflete sobre o conceito de ideologia na sua concretude – e não sob uma perspectiva idealista. O signo é para ele tudo aquilo que tem uma “encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer” (BAKHTIN, 2004, p. 33) e que aparece na experiência exterior, refletindo e refratando uma outra realidade que ultrapassa as peculiaridades do objeto. Assim, os atos físicos, os objetos do mundo apenas terão um sentido quando valores forem agregados a eles; caso contrário, serão apenas atos fisiológicos

⁴ Saussure, um dos primeiros lingüistas a sistematizar os conceitos em torno da Lingüística sincrônica, ao tratar da língua em seus estudos, enfatiza a relação entre significante (materialidade acústica) e o significado (conteúdo) do signo lingüístico. Mesmo considerando que a língua “É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo grupo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. (SAUSSURE, 1970, p. 17), não privilegia as relações sociais em torno da valoração do signo em seus estudos, pois tal questão não era relevante para os estudos sobre língua que estava desenvolvendo.

⁵ Para Marx, a ideologia é um dos aspectos da história do homem. O modo como os homens interpretam as relações sociais (imaginariamente) é a ideologia. De acordo com Chauí (1980, p.60) “Marx e Engels determinam o momento de surgimento das ideologias no instante em que a divisão social do trabalho separa o trabalho material e manual, e trabalho intelectual”. Marx considera que há um poder oficial (que seria o poder do Estado), o qual pretende ser também um órgão controlador. Seria dele que emanariam as ideologias que circulam na sociedade, controlando-as. As classes sociais não teriam ideologias próprias, conseguindo sua emancipação somente através de uma luta e revolução. Bakhtin, por outro lado, considera que há sim uma ideologia oficial e também uma ideologia do cotidiano (cujas terminologias em Marx são superestrutura e infraestrutura, respectivamente). Mas ao contrário do pensamento da luta de classes de Marx, Bakhtin considera que tais valores se *intercruzam*, influenciando-se mutuamente. Para ele, é através da ideologia do cotidiano que se promove uma revisão dos sistemas ideológicos oficiais. As transformações se dão principalmente na infraestrutura e vai tomar forma na super-estrutura num processo dialético; e essas transformações são refletidas e refratadas no signo.

ou objetos em si mesmos. Os campos de significações agregados aos objetos físicos do mundo advêm das relações sociais, sendo dependentes da sociedade, da classe social, dos investimentos simbólicos que cada cultura imprime a si mesma através das coisas e dos homens em um dado contexto e tempo histórico. Nessa medida, o signo para Bakhtin (2004, p. 36) é uma “unidade social” que carrega os mais variados pontos de vista, uma vez que um mesmo objeto físico pode refletir e refratar valores distintos, dependendo dos interesses particulares do grupo por quem é adotado. Sob esse ponto de vista, a linguagem é o lugar mais completo da materialização da ideologia, pois pontos de vista e valores são constituídos na comunicação entre grupos organizados em diferentes esferas de atividade. Nos artigos de opinião estudados, os signos veiculam a tomada de posição do enunciador, constituídos pela ideologia do contexto contemporâneo em que se situam. Utilizando-se de vocábulos diversos, e, ainda, de discursos de outrem, e de ironias, o enunciador veicula sua crítica ao objeto-tema a que se refere, esperando a resposta ativa do enunciatário. Assim, as relações dialógicas que aí se instauram, decorrem da responsividade (tomada de posição axiológica), que é inerente a todo e qualquer enunciado.

Privilegiando as formas concretas de comunicação, Bakhtin atribui à palavra o caráter de melhor meio para representar imediatamente as mudanças nas relações sociais – refletindo, conseqüentemente, novos pontos de vista e lugares valorativos determinados por grupos sociais ao longo da história. Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2004), afirma que

A palavra é o fenômeno ideológico por natureza. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (BAKHTIN, 2004, p. 36, grifo do autor).

Ao considerar a palavra sob esse prisma, considera que é nela que se refletem mais imediatamente as mudanças de valores promovidas pelas mudanças das relações sociais. Por valorizar a comunicação na vida cotidiana como uma esfera ideológica particular, afirma que é nela que a palavra pode ser compreendida como um material privilegiado, agindo em toda transformação e criação ideológicas e as incorporando. A palavra é também acessível a diferentes funções ideológicas; pode, assim, servir a interesses de diferentes grupos sociais e situações. Sendo assim, uma mesma palavra pode vir a ter os mais variados sentidos possíveis, até mesmo contraditórios entre si. Nesse sentido, a linguagem em geral, e,

conseqüentemente a palavra, não se trata de algo finito, pronto, mas sim construído ao longo das relações sociais estabelecidas entre grupos, comunidades, etc; isto é, ela é reconstruída pelo ser humano a partir do momento em que o perpassa em suas relações sociais. Em sua vida, a palavra é, portanto, tecida pelos mais diversos fios ideológicos, pois aparece e tem sentido em diferentes domínios das relações sociais. O falante, ao dar vida à palavra com sua entonação, dialoga diretamente com os valores da sociedade, expressando seu ponto de vista em relação a eles. Para Bakhtin,

Os signos só podem aparecer em um *terreno interindividual*. [...] É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. (BAKHTIN, 2004, p. 35, grifo do autor)

Nos artigos de opinião de Toledo aqui estudados, a palavra, entremeada pela ideologia do contexto contemporâneo, veicula pontos de vista, e, ainda, os valores sociais nela agregados. Os signos são atualizados em um contexto específico (ano de 2005 e a revista *Veja*, a qual é o suporte dos artigos), configurando novos sentidos – já que, a cada vez que a língua é utilizada, em um ato único e singular, um novo sentido é dado. Os signos veiculam o ponto de vista defendido pelo enunciador de tais textos, e, ainda, os valores neles contidos nessa época em questão. Sendo assim, para que haja a compreensão deles, e, conseqüentemente, dos pontos visados pelo enunciador, há a recorrência a um enunciatário contemporâneo aos textos, o qual recupera os sentidos que subjazem os signos empregados. Espera-se esse tipo de enunciatário em decorrência do gênero desses textos, pois neles o enunciador dialoga com acontecimentos imediatos à publicação do artigo, os quais podem, muitas vezes, fazer referência a sentidos específicos da época. Além disso, o modo como o autor utiliza a língua caracteriza o estilo de seus textos, o que é relevante para nossos estudos.

Nesse sentido, de acordo com a perspectiva bakhtiniana, além das formas de utilização da língua, os procedimentos de acabamento do texto e a visão de mundo nele expressa caracterizam o estilo de uma obra. Dessa maneira, o tratamento das vozes nos artigos de opinião em análise reflete, conseqüentemente, o estilo que os caracteriza, já que esse envolve “idiossincrasias que tem como interlocutores textos, contextos, etc., e que, ao mesmo tempo” trata-se de uma “dimensão que não pode ser negligenciada na análise da linguagem”. (BRAIT, 2004, p. 82). Sob esse aspecto, Bakhtin considera que a singularidade de um enunciado, de um texto, de uma autoria, isto é, o estilo, é impregnado da atitude valorativa do

autor-criador, o qual dá unidade ao todo artístico. O estilo, para ele, é a constituição da singularidade de um enunciado, de um texto, de um discurso, de uma autoria, fundamentada na relação, na alteridade, e não na subjetividade, considerada como o que há de “exclusivamente particular, individual, pessoal” (BRAIT, 2004, p. 79). Assim, a linguagem, que é social, histórica e cultural, deixa entrever, ao mesmo tempo, singularidades, particularidades, sempre “afetadas, alteradas, impregnadas pelas relações que as constituem”. (BRAIT, 2004, p.80). Para Bakhtin, a função autoral é aquela que dá unicidade à exterioridade do mundo; é, acima de tudo, uma visão de mundo, e, somente depois, meio de elaborar um material.

Nos artigos de opinião analisados, a voz autoral é particularizada por um autor indignado com as questões que aborda, sempre contra-argumentando um discurso que chama ao texto. Dessa maneira, o leitor, ao recorrer à coluna de Toledo, espera, de antemão, a contestação ou crítica de algum assunto veiculado na mídia daquela semana. Ele não tem certeza sobre o assunto específico que será abordado, mas sabe que será veiculada uma voz indignada e avaliadora. Isso se dá, pois, tais textos possuem esse estilo próprio, dado pela visão de mundo do autor e pela sua forma particular de expressá-la.

Analisando-se os textos, pôde-se verificar alguns dos valores defendidos ou repudiados pelo autor de tais textos, deixando entrever, dessa forma, sua visão de mundo. Em sua maioria, esse autor defende o valor da ética e também o da integridade e o da responsabilidade política, principalmente. Repudia, assim, a corrupção; o beneficiamento de cargos públicos, que faz com que se coloquem interesses particulares acima dos interesses coletivos; e repudia também a reafirmação constante, por meio de atitudes, de que as melhores oportunidades estão em países estrangeiros, e não no Brasil, como no caso da venda exorbitante de jogadores de futebol para outros países. Uma vez que o estilo de um texto está relacionado ao seu contexto de produção e também à relação que o autor mantém com o leitor, o autor refere-se a alguns temas específicos da época de publicação dos artigos de opinião, avaliando-as sob o viés de sua visão de mundo. No período em que foram escritos os textos em análise, era freqüente na mídia a veiculação de denúncias de corrupção envolvendo membros do governo Lula e também do partido político PT. Sendo assim, é marcante a contestação do autor a tais fatos, criticando-os e avaliando-os sob o viés dos valores que defende. Dessa forma, verifica-se que o autor é contrário ao governo Lula, já que esse se via envolvido, na época, em denúncias de corrupção, mostrando a falta de integridade política dos parlamentares em questão, já que agiram, de acordo com o autor, sem responsabilidade e sem

ética. Além disso, discorda também das atitudes políticas do presidente Lula, pois para o autor, aquele deveria exercer uma governância mais sólida e incisiva, e não delegar funções a ministros e fazer viagens constantes, enquanto a política brasileira via-se envolta em escândalos. Mostra-se contrário, também, a José Dirceu (articulador político do governo Lula), tido pelo autor como o organizador de todo o esquema do mensalão.

Ao mesmo tempo em que se refere à falta de ética da esquerda política do país, representada nos textos principalmente pelo PT, José Dirceu, Lula, Delúbio Soares e Aldo Rebelo, esse autor também exprime sua indignação a políticos representantes da direita política, como Paulo Maluf e Roberto Jefferson, os quais tiveram envolvimento com esquemas de desvio de dinheiro público. Declarando-se favorável a essa vertente política, o autor, mesmo assim, faz uma ressalva:

O Brasil ficará melhor no dia em que tiver uma direita decente, que escolha melhor seus ícones. E que, na questão dos bons costumes, se proponha a ser melhor do que o outro lado, e não se contente em gozar um momento delicioso como o atual com o risinho safado de quem diz: "Viu? Eles são como nós". (TOLEDO, 2005g).

Sendo assim, vê-se que a visão de mundo de tal autor, independente de sua filiação política, é a da defesa da ética na política e também a da manutenção de governantes sérios, que agem incisivamente e com responsabilidade nas decisões diárias, não beneficiando colegas de partido ou aliados, mas sim, colocando o Estado acima de interesses particulares – como abordado no artigo “Leoa de um lado, gata distraída de outro” (TOLEDO, 2005e).

Bakhtin (2003) afirma que a autoria assinala uma singularidade, bordejando o texto, delimitando-o, caracterizando-o. Portanto, ao o leitor recorrer aos textos de Toledo, não está esperando a abordagem feita pela pessoa física do escritor, mas sim, à abordagem da voz autoral, a qual é caracterizada, como visto, por uma voz de contrariedade e de crítica, com uma avaliação negativa, na maior parte das vezes, realizada textualmente por meio da contra-argumentação, da ironia e pela relação entre discursos. Dessa forma, seria possível afirmar que o leitor se pergunta, de antemão, qual será o assunto da semana que esse autor irá criticar desfavoravelmente. Além do mais, tal autor organiza o texto com uma forma peculiar, dando o efeito de uma opinião irrefutável, uma constatação, particularizando seu estilo.⁶

⁶ Nas seções seguintes descrevemos e analisamos como se dão essas formas de dizer, como a ironia e os discursos reportados, as quais conferem um efeito de sentido de constatação, de dizer absoluto à voz autoral.

O modo de organização das vozes/dos discursos no interior dos textos também caracteriza seu estilo. Nos artigos de opinião de Toledo, o autor recupera discursos e temas que estão em circulação naquele período, e os expõe entremeados pela sua visão de mundo. Ao chamá-los ao texto, recupera-os propositalmente, organizando o discurso de forma que possa, além de veicular seu posicionamento, dar um efeito de constatação ao que diz. Para isso, o autor recupera discursos de outrem que têm uma representação significativa, já que são discursos de personalidades políticas, jornalísticas, literárias, etc. Dessa forma, desvencilha-se de um dizer categórico, já que dá voz a um outro, mas, ao mesmo tempo, confere um sentido de irrefutabilidade ao que diz. Além disso, o autor, na maioria dos textos, faz uma afirmação sobre o acontecimento de que trata no texto, e, em seguida, o contra-argumenta por meio de uma ressalva, expondo seu ponto de vista. Isso pode ser visto no artigo de opinião “Hummmmm...Uai! Chi.....Eureca!” (TOLEDO, 2005i). O enunciador afirma:

O governo brasileiro precisava mandar uma missão especial para esse fim? Não que seja reprovável seu interesse pelo assunto. Pelo contrário, tem o dever de preocupar-se com a sorte dos brasileiros no exterior.

E, em seguida:

Mas o Brasil mantém em Londres uma embaixada e um consulado. Eles poderiam, até com mais vantagem, conhecedores que são, por dever de ofício, ou que devem ser, dos meandros da vida britânica, desincumbir-se da tarefa. (TOLEDO, 2005i).

Vê-se que, baseado em fatos e em dados, o enunciador contra-argumenta a afirmação que faz, expondo o ponto de vista de discordância a tal proposição. Ao mesmo tempo em que afirma algo no enunciado, discorda dele, tratando a opinião que defende como plausível e coerente, já que pelos dados referentes à cidade de Londres, não seria necessária a intervenção de outras instituições brasileiras naquele caso, além da embaixada brasileira existente na Inglaterra. Assim, o lugar autoral caracteriza-se por um autor avaliador, marcado pelo viés da contra-argumentação, configurando ao seu dizer um efeito de irrefutabilidade.

Ao longo do trabalho, essas questões referentes às formas de tratamento e de transmissão de vozes nos artigos de opinião de Toledo serão exploradas com maior especificidade e, conseqüentemente, o estilo de tais textos. Mas já se pode antever que tais

textos têm suas singularidades e particularidades, as quais dão unicidade a eles. E, a partir disso, o enunciatário conhecedor do estilo desses textos, cria uma expectativa quanto à opinião do autor dos artigos de opinião, a qual é constituída por uma avaliação crítica e negativa, de contrariedade, principalmente.

1.3 Sobre a inter-relação dos sujeitos

Uma vez que os valores ideológicos dos signos são construídos socialmente, eles devem ser entendidos, apreendidos e confirmados (ou não) pelo enunciatário. Assim, o caráter ideológico da linguagem trata-se de um diálogo vivo entre sujeitos. De acordo com a perspectiva bakhtiniana, há uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro; o que significa que qualquer pessoa, ao falar, leva em conta a fala de outrem, que está presente na sua. Portanto, no discurso, o que dialogam são posições de sujeitos sociais, pontos de vista acerca da realidade. Bakhtin afirma:

Nenhuma enunciação verbalizada pode ser atribuída exclusivamente a quem a enunciou: é produto da interação entre falantes e, em termos mais amplos, produto de toda uma situação social em que ela surgiu. (BAKHTIN, 2004, p. 35).

Sendo assim, em relação dialógica, o “eu” só se define pela contraposição ao “outro”. A palavra, enquanto “estado de dicionário”, não pertence a ninguém, uma vez que qualquer enunciado pode ser apropriado por alguém e ter o seu sentido alterado ou acrescido de novos significados, sendo uma ponte entre sujeitos. Assim, o enunciado, ao mesmo tempo em que responde ao “já-dito”, sendo uma réplica a um enunciado anterior, é orientado para uma outra réplica, não havendo limites ao contexto dialógico.

Nos textos estudados, o enunciador veicula sua tomada de posição sobre acontecimentos políticos que envolvem o mundo e o Brasil próximos ao dia de publicação de tais textos. Para expor seu ponto de vista, recorre a ironias, recupera discursos de outrem e utiliza, ao mesmo tempo, um vocabulário erudito e também coloquial. Uma vez que o

enunciado é uma réplica orientada para outra, para que isso ocorra nos artigos de opinião de Toledo, é preciso que haja um enunciatário que reconheça e interprete o embate entre vozes feito principalmente pelas ironias e pelos discursos reportados, e que recupere, pela memória discursiva, os acontecimentos que são referidos. Além do mais, o contexto de produção é importante, já que o enunciador trata de acontecimentos contemporâneos, atuais, ocorridos principalmente uma semana antes da publicação do artigo de opinião na revista. Nos exemplos a seguir, pode-se observar as marcas temporais que indicam a atualidade de tais textos:

Artigo de opinião de 06 de julho de 2005.

“Surgiram razões, *nas últimas semanas*, para estranhar a falta de coerência entre as diversas declarações e práticas do ex-ministro José Dirceu e suas declarações e práticas do passado.” (TOLEDO, 2005a, grifo nosso).

“Ele próprio, numa conversa com jornalistas, *na semana passada*, transcrita pelo Estado de S. Paulo de quarta-feira, endossou as razões para crer que vive uma cruel crise de identidade”. (TOLEDO, 2005a, grifo nosso).⁷

Artigo de opinião de 13 de julho de 2005

“*Os últimos acontecimentos* confirmam a impressão, já antiga, de que Lula, como executivo, preferiu refugiar-se nas artes da levitação”. (TOLEDO, 2005b, grifo nosso).⁸

Artigo de opinião de 20 de julho de 2005

“Até a *semana passada*, o Santos resistia, mas até quando? O Santos era o lado vira-latas da questão. Tinha tudo para perder”. (TOLEDO, 2005c, grifo nosso).⁹

Artigo de opinião de 3 de agosto de 2005.

“*Terça-feira passada* foi o dia em que, por artes de Renilda [...]”. (TOLEDO, 2005e, grifo nosso).¹⁰

⁷ Vide Anexo A

⁸ Vide Anexo B.

⁹ Vide Anexo C.

¹⁰ Vide Anexo E.

Artigo de opinião de 10 de agosto de 2005.

“Lula aos adversários *na semana passada* inscreve-se na galeria das grandes grosserias já disparadas pelos presidentes do Brasil”. (TOLEDO, 2005f, grifo nosso).¹¹

Artigo de opinião de 31 de agosto de 2005.

“*Na semana passada*, uma missão do governo brasileiro [...]”.(TOLEDO, 2005i, grifo nosso).¹²

Artigo de opinião de 07 de setembro de 2005.

“*Na terça-feira passada*, quem assistiu à cena do deputado Fernando Gabeira [...]”.(TOLEDOj, 2005, grifo nosso).¹³

Artigo de opinião de 14 de setembro de 2005.

“Seria fácil trazer as histórias do livro para *circunstâncias mais próximas*”. (TOLEDO, 2005k, grifo nosso).¹⁴

Artigo de opinião de 05 de outubro de 2005.

“[...] *atual escândalo*, dignos de entrar no repertório [...]”(TOLEDO, 2005n, grifo nosso).¹⁵

Artigo de opinião de 12 de outubro de 2005.

“*Na quinta-feira*, depois de receber uma carta do presidente Lula [...]”.(TOLEDO, 2005o, grifo nosso).¹⁶

Artigo de opinião de 26 de outubro de 2005.

“Os brasileiros foram convocados a participar, *neste domingo, 23 de outubro de 2005*, de uma consulta popular sobre coisa nenhuma”. (TOLEDO, 2005q, grifo nosso).¹⁷

¹¹ Vide Anexo F.

¹² Vide Anexo I.

¹³ Vide Anexo J.

¹⁴ Vide Anexo K.

¹⁵ Vide Anexo N.

¹⁶ Vide Anexo O.

¹⁷ Vide Anexo Q.

Artigo de opinião de 16 de novembro de 2005.

“[...]Nesta era de política-espetáculo [...]”.(TOLEDO, 2005t, grifo nosso).¹⁸

Artigo de opinião de 23 de novembro de 2005.

“Nos dias de hoje, são as cidades a escolha inevitável de quem quer amedrontar”. (TOLEDO, 2005u, grifo nosso).¹⁹

Artigo de opinião de 30 de novembro de 2005.

“Assim terminava o comunicado expedido na segunda-feira passada pelo comando de greve do Andes [...]”.(TOLEDO, 2005v, grifo nosso).²⁰

Artigo de opinião de 21 de dezembro de 2005.

“Pensemos em José, neste Natal, [...]”. (TOLEDO, 2005y, grifo nosso).²¹

Pelos exemplos, vê-se que as marcas temporais indicam que, inserido no contexto da contemporaneidade, o enunciador recorre a acontecimentos que estão em circulação naquele período e se posiciona diante deles. Isso faz com que seja exigido do enunciatário a recuperação, pela memória discursiva, de tais eventos e discursos, para assim, interpretar os textos e estabelecer uma atitude responsiva ativa diante do que lê.

Além das marcas temporais apresentadas, a atualidade dos artigos de opinião mostra-se também pela temática abordada. Escritos entre julho e dezembro de 2005, o enunciador refere-se a acontecimentos políticos aludidos na época. Dentre vários temas recorridos, pode-se apontar: a cassação do ex-deputado José Dirceu e do ex-deputado Roberto Jefferson; a saída do jogador de futebol Robinho, do Santos para o Real Madrid; denúncias de corrupção que envolveram o governo, denominadas “mensalão”; CPI dos Correios; a Copa do Mundo; a morte do brasileiro Jean Charles de Menezes na Inglaterra; protesto de estudantes em Paris; greve de fome do bispo Dom Cappio, como protesto contra a transposição do Rio São Francisco; o referendo contra as armas de fogo no Brasil; casos de filas no INSS; greve nas universidades públicas, entre outros.

¹⁸ Vide Anexo T.

¹⁹ Vide Anexo U.

²⁰ Vide Anexo V.

²¹ Vide Anexo Y.

Dessa maneira, observa-se que o cronótopo está integrado ao significado temático, pois “as categorias espaço-temporais são centros organizadores dos [...] acontecimentos temáticos do enunciado” (CAMPOS, 2003, p. 55). Recorrendo a temáticas da atualidade, percebe-se que esse contexto nos quais os artigos de opinião foram veiculados influencia sua produção, visto que o enunciador apreende o mundo de acordo com acontecimentos da contemporaneidade, além de ter em vista um enunciatário “esperado” – que, por sua vez, para que compreenda o sentido do enunciado e, assim, ocorra a réplica ao que é dito, deve mobilizar diversos saberes e sentidos que englobem o objeto-tema tratado pelo enunciador, o qual pertence à contemporaneidade, além de compreender e interpretar as vozes e discursos recuperados pelo enunciador. Dessa maneira, “o sentido de um enunciado”, como dito anteriormente, “é estabelecido por meio de seu contexto, que lhe é intrínseco, e também pela interação entre os sujeitos interlocutores”. (CAMPOS, 2003, p. 78).

Ao refletirmos e considerarmos a temporalidade dos textos em análise, vemos que há aproximação deles com o gênero “artigo de opinião”, já que neles são recuperados temas atuais, da semana anterior, ou seja, temporalmente próximos à publicação do texto na revista e é conferido a esse tema uma avaliação, perpassada pela visão de mundo da voz autoral. Dessa forma, o cronótopo, os aspectos formais e os temas abordados vêm suscitar questões referentes à filiação de tais textos a um gênero discursivo, uma vez que, conteúdo temático, estilo e construção composicional “fundem-se indissolúvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. (...) [e] cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo denominados *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2003, p. 279, grifo do autor). Sendo assim, de acordo com a perspectiva bakhtiniana, ao fazer uso da linguagem, o homem se insere em um gênero, sendo a sua escolha uma das formas que o autor encontra para produzir sentido ao se inscrever em alguma atividade comunicativa.

Ao observarmos a definição de Melo (1985) em relação a textos jornalísticos opinativos, vemos que o gênero ensaio é o termo atribuído a um suplemento especial, de edição dominical ou edições temáticas de revistas, cuja compreensão dos acontecimentos é mais abrangente, pretendendo sistematizar o conhecimento apresentado; já no artigo de opinião ou artigo jornalístico, o tratamento dado ao tema é mais ou menos provisório, pois é escrito “enquanto os fatos ainda estão se configurando”. (MELO, 1985, p. 93). Ambos tipos de textos são caracterizados pela recorrência a argumentos, entretanto, no ensaio, a argumentação é apoiada em fontes que “se legitimam pela sua credibilidade documental,

permitindo a confirmação das idéias defendidas”; já no artigo, a argumentação “baseia-se no próprio conhecimento e sensibilidade do articulista” (MELO, 1985, p. 93). Além do mais, o artigo jornalístico tem como elementos específicos a atualidade e a opinião. No caso do primeiro, o autor tem liberdade de conteúdo e de forma, tendo que tratar de acontecimentos ou de idéias da atualidade, coadunando com o espírito do suporte em que é veiculado. Assim, mesmo tendo o autor liberdade de exprimir sua opinião, não pode, ao mesmo tempo, destoar antiteticamente dos valores defendidos pelo suporte no qual é publicado.

No que se refere à atualidade do artigo jornalístico, ele não se restringe a elementos do cotidiano, mas também ao momento histórico vivido. Pelos exemplos apresentados referentes à temporalidade dos textos em análise e também pela temática neles abordado, vê-se que o enunciador recorre a acontecimentos próximos ao dia de publicação dos textos, recuperando temáticas vividas naquele momento histórico específico. Além disso, os textos são publicados semanalmente, juntamente com a publicação da revista, e não em edições especiais, como seria característico de um ensaio.

É característico também de um artigo jornalístico a opinião. De acordo com Melo (1985, p. 93), “a significação maior do gênero [artigo] está contida no ponto de vista que alguém expõe. E essa avaliação não pode estar oculta, eventualmente dissimulada na argumentação, (...) mas deve apresenta-se claramente, explicitamente”. Além disso, a opinião emitida no artigo jornalístico é vinculada à assinatura do autor do texto, e o leitor a procura para saber como esse autor pensa e reage diante da temática que aborda. Como visto no item anterior desta seção, o enunciatário, ao recorrer aos textos de Toledo, espera a contrariedade e a contestação do autor a algum tema noticiado naquela semana pela mídia. Dessa forma, fica evidente nos textos de Toledo o ponto de vista defendido pelo autor desses textos e os valores com os quais concorda ou discorda. Além disso, o autor baseia-se em argumentos para elucidar seu posicionamento e defendê-lo, característica também do artigo, gênero que trabalha principalmente com argumentos, mesclando fatos e idéias. Nos textos analisados, verifica-se que é dessa maneira que o autor organiza seu texto. Baseado em acontecimentos ou em notícias atuais, o autor recupera discursos de outrem ou mesmo fatos que possam sustentar sua argumentação, expondo sua opinião.

Não queremos aqui discutir se os textos de Toledo estão denominados corretamente ou não na revista, pois não é nosso objetivo trabalhar questões referentes a nomenclaturas. Entretanto, suscitamos tais reflexões uma vez que o autor adapta-se à esfera de comunicação em que se insere, e, assim, a um gênero discursivo. Portanto, é interessante uma abordagem

em torno do gênero ensaio e do gênero artigo jornalístico, já que as características composicionais, temáticas e de estilo são fundadoras de um gênero discursivo. A hipótese que temos quanto à nomeação dos textos de Toledo como “ensaio” na revista *Veja*, é a relação estrutural e composicional que essa mantém com a revista *Times*, a qual, em sua seção final, expõe um texto intitulado “*essay*”, que, traduzido para o português, fica “ensaio”. De acordo com Melo (1985), o “*formal essay*” norte-americano é identificado, pelos padrões do jornalismo brasileiro, como uma espécie do artigo, não se distanciando tanto do gênero discursivo usado por Toledo. Nesse sentido, ao nos referirmos a “ensaio” neste trabalho, referimo-nos à nomeação que é dada ao texto de Toledo pelo próprio suporte em que é veiculado, e não ao gênero ensaio como suplemento jornalístico. Entendemos que os textos estudados tratam-se de “artigos jornalísticos” ou “artigos de opinião”, sendo uma questão apenas de nomenclatura.

Ao nos referirmos a gênero discursivo e, conseqüentemente, ao estilo de um texto, sob o viés bakhtiniano, é preciso considerar também a relação estabelecida entre enunciador e enunciatário, já que este é visado pelo enunciador ao fazer suas escolhas lingüísticas, composicionais e temáticas. Assim, fundamentando nossa pesquisa na alteridade e nas múltiplas vozes que se defrontam para constituir um enunciado, um texto ou um discurso, consideramos, sob a perspectiva bakhtiniana, o objeto de estudo como complexos diálogos e, de maneira recursiva, também a metodologia de análise, que pode adaptar-se à dinâmica do diálogo. De acordo com Marchezan (2006, p. 130) “o diálogo fundamenta e também instrui a consideração da linguagem em ato, que constitui e movimenta a vida social, que surge como réplica social e contra a réplica que consegue antever”. Assim, nos termos bakhtinianos, nas ciências humanas têm-se não propriamente objetos a descrever ou explicar, mas sujeitos a compreender e com quem dialogar. Entendemos, portanto, que, o dialogismo, elemento constitutivo da linguagem, rege a produção e a compreensão dos sentidos, sem confundir a fronteira entre o eu e o outro.

Partindo das asserções do Círculo de Bakhtin acerca da alteridade, construtora da linguagem, entende-se, por meio de suas obras, que o estilo de um autor trata-se de uma dimensão textual e discursiva. Assim, ao tratarmos da relação eu/outro nos artigos de opinião de Toledo, tratamos conseqüentemente do estilo, uma vez que tais textos apresentam singularidades e particularidades, afetadas pelas relações que as constituem. Assim,

A estilística deve basear-se não apenas e nem tanto na lingüística quanto na metalingüística, que estuda a palavra não no sistema da língua e nem num “texto” tirado da comunicação dialógica, mas precisamente no campo propriamente dito da comunicação dialógica, ou seja, no campo da vida autêntica da palavra. A palavra não é um objeto, mas um meio constantemente ativo, constantemente mutável de comunicação dialógica. Ela nunca basta a uma consciência, a uma voz. (BAKHTIN, 2002, p. 202)

Portanto, Bakhtin assume uma postura discursiva sobre o estilo, o qual se refere à forma como se utiliza a língua, historicamente situada, sendo um fenômeno social. Assim, as formas de tratamento das vozes nos textos de Toledo e sua relação com o enunciatário caracterizam também o estilo do autor, uma vez que o enunciatário assume uma participação constante na fala exterior e interior do enunciador. As escolhas lingüísticas, a visão de mundo do enunciador, e a avaliação que faz do enunciatário são determinantes para a configuração do estilo de seus textos.

De acordo com Brait (2004, p. 95), o modo como o locutor “percebe e compreende seu destinatário, e o modo [com] que ele presume uma compreensão responsiva ativa” determinam o estilo. Nos artigos de opinião de Toledo, por meio dos elementos discursivos e lingüísticos desses textos, vê-se que é preciso que haja um enunciatário informado sobre acontecimentos políticos e sociais da contemporaneidade e que seja capaz de interpretar as relações entre vozes e discursos tramada no enunciado, como as ironias, as relações entre discursos reportados e principalmente a temática abordada no texto, pois senão, não haverá uma resposta ativa diante do que é lido. Nesses artigos, o enunciatário muitas vezes é “chamado” ao texto, ocupando o espaço do “leitor” e também do “nós”, sendo tratado, assim, como uma pessoa discursiva. Vejam-se alguns exemplos:

Artigo de opinião “Glória e desdita de um dono de butique”²²

“Da biografia do ex-chefe da Casa Civil, *caso alguém não se lembre*, consta um período de quatro anos em que viveu clandestinamente na pequena Cruzeiro do Oeste, no Paraná”. (TOLEDO, 2005a, grifo nosso).

Artigo de opinião “Nhô Lula e a tentativa do último milagre”²³

“A boa notícia conforta *quem* não quer ver o país mergulhado num impasse que conduza, de novo, à destituição do presidente, com toda a dor e o

²² Vide Anexo A.

²³ Vide Anexo B.

traumático sacolejo nas instituições que isso significa. A má notícia decepciona *os que* acreditavam haver um presidente a ocupar a Presidência”. (TOLEDO, 2005b, grifo nosso).

Artigo de opinião “Leoa de um lado, gata distraída de outro”²⁴

“Imagine-se *o leitor*, ou *a leitora*, morador(a) do exclusivo condomínio Retiro do Chale, ao sul de Belo Horizonte, perto da casa onde mora a senhora Renilda Santiago Fernandes de Souza”. (TOLEDO, 2005e, grifo nosso).

“Agora, vá *o leitor*, ou *leitora*, entregar uma prefeitura ao casal, um governo de estado, um ministério...” (TOLEDO, 2005e, grifo nosso).

Artigo de opinião “A mesma e triste direita de sempre”²⁵

“Primeiro, antes que *o(a) leitor(a) se sinta desnorreado(a), ou até chocado(a)*, explique-se o recurso à palavra "direita". (TOLEDO, 2005g, grifo nosso).

Artigo de opinião “Nos labirintos do poder”²⁶

“*O leitor* acha fácil a tarefa de abrir a porta para o augusto governante? *Aprenda* que não.” (TOLEDO, 2005k, grifo nosso)

“*Pensa o leitor* que era tarefa fácil?” (TOLEDO, 2005k, grifo nosso)

Artigo de opinião “Sobre causas, efeitos e trepar em árvores”²⁷

“ [...] revolta dos queimadores de carros, é outra, anterior, aquela, *o leitor se lembra* – a da Bastilha, da guilhotina, da execução do rei”. (TOLEDO, 2005u, grifo nosso).

Além dessas referências, em alguns artigos de opinião, o enunciador refere-se a enunciatários específicos, caracterizando a relação estabelecida entre eles. Pelo que se percebe nos exemplos tratados e nos apresentados a seguir, vê-se que há um autor perspicaz, que, ao se referir textualmente ao enunciatário, conduz a leitura do texto, fazendo com que o leitor recupere os sentidos específicos desejados, numa tentativa de regular o sentido dos textos.

²⁴ Vide Anexo E.

²⁵ Vide Anexo G.

²⁶ Vide Anexo K.

²⁷ Vide Anexo U.

No artigo “Leoa de um lado, gata distraída de outro” (TOLEDO, 2005e), o enunciador chama ao texto o enunciatário na pessoa do “leitor”/ “leitona”, inserindo-o no contexto referido: o caso de desvio de dinheiro público envolvendo o empresário Marcos Valério e também sua esposa, Renilda Santiago de Souza. O enunciador afirma:

Imagine-se *o leitor*, ou *a leitona*, morador(a) do exclusivo condomínio Retiro do Chalé, ao sul de Belo Horizonte, perto da casa onde mora a senhora Renilda Santiago Fernandes de Souza. Que sorte contar com uma vizinha como essa. A aparência, os modos, a fala, não deixam dúvida – é uma pessoa a quem se pode confiar. É o tipo de pessoa a que se pode recorrer de olhos fechados, se um dia surgir o problema de ter de deixar as crianças com alguém. (TOLEDO, 2005e, grifo nosso).

Tratado como uma pessoa do discurso, o enunciatário é levado pelo enunciador a se imaginar experienciando a situação referida. Mas, ao mesmo tempo em que o enunciatário se coloca diante da imagem descrita pelo enunciador, deve desconstruí-la em seguida, pois o enunciador habilmente recupera discursos que se referem ao envolvimento da esposa de Marcos Valério no caso do mensalão, como protetora das misteriosas reuniões em sua casa. Dessa maneira, o enunciador leva o enunciatário a uma dúvida quanto à confiabilidade em Renilda de Souza.

Chamando o enunciatário ao texto, o enunciador tenta regular os sentidos veiculados, uma vez que o enunciatário, para que responda ativamente ao que lê, deve se inserir no contexto referido e realizar as relações de sentido visadas pelo enunciador: Renilda é mesmo confiável? Afim de provar sua hipótese de que Renilda, quando se trata de dinheiro e de poder, não é uma mulher totalmente confiável, conduz o enunciatário a essa proposição por meio de uma relação de sentidos inter e extra-textualmente. O enunciador afirma:

Renilda é a mulher do hoje célebre Marcos Valério Fernandes de Souza, e não há nenhuma ironia no que acima se disse dela. Seu depoimento na CPI dos Correios, na semana passada, não deixou dúvidas de que é uma dona-de-casa, mãe e esposa exemplares. Também não há razão para supor que o marido seja menos prestimoso nos assuntos privados. Agora, vá *o leitor*, ou *leitona*, entregar uma prefeitura ao casal, um governo de estado, um ministério... No governo da casa e da vida íntima, pode haver igual, como disse outro dia de si próprio o presidente Lula, sobre o respeito aos mandamentos da ética, mas melhor impossível. Já quando se dá à dupla a chave do Erário... (TOLEDO, 2005e, grifo nosso)

Referindo-se ao enunciatário como “leitor/leitora”, o enunciador trata-o como uma pessoa discursiva, o que enfatiza a participação do primeiro como experienciador e também a conduta de leitura desejada pelo enunciador. Iniciando o texto com a hipótese de que Renilda de Souza é um exemplo de mãe e de esposa, o enunciador, mais à frente no texto, habilmente questiona a respeitabilidade de Renilda, levando o enunciatário a também duvidar da sua confiabilidade. Entretanto, tal proposição somente será configurada se o enunciatário recuperar, pela memória discursiva, os discursos que se referem ao envolvimento de Marcos Valério de Souza no caso do mensalão, um de seus principais articuladores, e também as próprias afirmações do texto referentes a Renilda, como esta:

Renilda se disse "um pouco leoa" quando se trata de defender a família. Exibiu avassaladora devoção aos filhos e ao marido. E disse que proibia terminantemente encontros políticos ou de negócios no sagrado recesso do lar. Quanto ao vertiginoso crescimento de sua conta bancária, do patrimônio familiar e de seu nível de vida, coincidindo com a entrada em cheio do marido no mundo da política, ela nem reparou. Não podia ser mais agudo o contraste entre a atenção da leoa do lar quando o que está em jogo é o bem-estar dos seus e a desatenção de gata preguiçosa com respeito aos meios pelos quais o marido lhe ia aumentando os luxos. (TOLEDO, 2005e)

Sendo assim, ao longo do texto, para que o enunciatário compreenda o posicionamento do enunciador frente ao acontecimento a que se refere, deve relacionar sentidos e discursos inter e extra-textualmente. Além de recorrer à memória discursiva, deve, ao mesmo tempo, relacionar os sentidos internos no texto, para assim responder ativamente ao que lê. Com isso, o enunciador acaba conduzindo a leitura a ser feita do texto, pois ao ser chamado ao texto como pessoa discursiva, o enunciatário experencia a situação referida e, além disso, relaciona os sentidos que subjazem o texto inter e extra-textualmente sinalizados pelo enunciador, para assim apreender o posicionamento defendido. Vê-se, assim, que a relação entre enunciador/enunciatário em Toledo pode ser caracterizada pela instauração de um enunciatário informado e que, ao mesmo tempo, relaciona os sentidos sinalizados ao longo do texto; além disso, essa relação se baseia pelo tratamento do enunciatário como pessoa discursiva e também pela tentativa de regulação de sentido feita pelo enunciador. É uma tentativa de regulação, pois uma vez que a interpretação do texto se faz por um jogo entre enunciador e enunciatário, este pode ou não concordar com os sentidos atribuídos por aquele ao texto.

Assim como há a referência ao enunciatário como “leitor” ou “leitora” nos artigos de opinião de Toledo estudados, também se pode observar outras marcas lingüísticas da recorrência a um público específico, tratando o enunciatário como uma “persona” discursiva. Seguem alguns exemplos:

Artigo de opinião “Uma bela cena de um filme ruim”²⁸

“Na terça-feira passada, *quem* assistiu à cena do deputado Fernando Gabeira, o dedo em riste, investindo contra o colega Severino Cavancanti, durante sessão plenária da Câmara, *viu* uma cena bela, de recuperar a crença no Parlamento”. (TOLEDO, 2005j, grifo nosso).

Artigo de opinião “A mais estonteante das quartas-feiras”²⁹

“A Câmara, *como se sabe – e, quem não sabia, ficou sabendo agora*, com a ampla divulgação de suas sessões – é a casa-da-mãe-joana”. (TOLEDO, 2005l, grifo nosso).

Artigo de opinião “Huummm... Uau! Chi... Eureka!”³⁰

“Será que *alguém* ainda se lembra do "eureka"?” (TOLEDO, 2005i, grifo nosso).

Artigo de opinião “Anedota de brasileiro”³¹

“*Para quem não está entendendo*, voltemos aos pontos de partida desta história. No dia 22 de dezembro de 2003, foi sancionada pelo presidente Lula a Lei nº 10 826, apelidada de Estatuto do Desarmamento”. (TOLEDO, 2005q, grifo nosso).

Artigo de opinião “Do sonho de 1968 à realidade do mensalão”³²

“*Quem foi moço em 1968 e nos três ou quatro anos seguintes se lembra de um tipo de sobressalto que costumava assaltá-lo no período*. Olhava-se para o companheiro de faculdade ou de emprego que ultimamente vinha exibindo hábitos diferentes e indagava-se a si mesmo "Será que ele aderiu?"”. (TOLEDO, 2005w, grifo nosso).

²⁸ Vide Anexo J.

²⁹ Vide Anexo L.

³⁰ Vide Anexo I.

³¹ Vide Anexo Q.

³² Vide Anexo W.

Nos exemplos citados, observa-se que o enunciador dialoga, em algumas partes do texto, com um enunciatário específico, ora esclarecendo possíveis dúvidas que possam surgir em torno do que é dito no enunciado ora referindo-se a um público que experienciou a situação recuperada no texto. Esse diálogo caracteriza a regulação do sentido que é dada ao texto: mesmo aquele que não vivenciou as circunstâncias referidas ou aqueles que não possuem dúvidas quanto à questão abordada, devem considerar as asserções e explicações do enunciador, pois nelas está veiculado o ponto visado, o sentido atribuído a tais circunstâncias. Dessa forma, o enunciatário não as interpreta somente sob o seu ponto de vista, mas também sob o ponto de vista do enunciador, o qual conduz aquele para o sentido a que visa. Por exemplo, ao se referir à expressão “Eureca!” no artigo “Huummm... Uau! Chi... Eureca!”(TOLEDOi, 2005)³³, o enunciador presume que a expressão seja antiga, por isso, refere-se ao público jovem, afirmando: “Eureca! Será que alguém ainda se lembra do "eureca"? Quer dizer "achei", "descobri", "encontrei a solução". *A explicação é dedicada aos jovens*, a quem a palavra deve soar tão enigmática quanto "caluda" ou "homessa". Eureca!” (TOLEDOi, 2005, grifo nosso). Referindo-se a um público específico ao definir o que é “eureca”, o enunciador atribui um sentido a tal palavra (“achei”), indicando que essa deve ser a adjetivação considerada para compreender suas asserções. Entretanto, ao mesmo tempo, o enunciador dialoga com um enunciatário universal, seja ele jovem ou não, conhecedor da palavra “eureca” ou não, fazendo com que esse também transfira o sentido de “achei”, “descobri”, ao objeto-tema qualificado no texto (neste caso, a explicação da ida do embaixador Manoel Gomes Pereira à Inglaterra para resolver o caso do brasileiro morto Jean Charles de Menezes). Dessa forma, há uma tentativa de regulação do sentido feita pelo enunciador: todos que recorrerem ao texto devem atribuir à palavra “eureca” o sentido de “achei” e, assim, conseqüentemente, à proposição do enunciador, pois somente assim o enunciatário compreenderá o sentido dado pelo autor ao tema de que trata. Se outros sentidos forem suscitados para a definição de tal palavra, a resposta ao que é dito no texto não será a mesma daquela visada pelo enunciador. Por isso, perspicaz como é, o autor chama ao texto seu enunciatário, indicando-lhe os sentidos que deve recuperar – indicando uma tentativa de regulação dos sentidos, portanto.

A relação entre o enunciador e o enunciatário faz-se também quando o enunciador utiliza verbos na terceira pessoa do plural e o pronome *nós*, os quais indicam a inclusão do enunciador no discurso, e, também, a caracterização do enunciatário. O *nós* se refere, dessa

³³ Vide Anexo I.

forma, ao enunciador e ao enunciatário, os quais são vivenciadores de uma mesma situação. Isso pode ser visto da seguinte maneira:

Artigo de opinião “Um certo José”³⁴

“Não *nos deixemos* corromper.” (TOLEDO, 2005y, grifo nosso)

Artigo de opinião “Do sonho de 1968 à realidade do mensalão”³⁵

“Há um tanto de exagero, e outro tanto de irritante pretensão, nessa sua mania. Mas vá lá – *concedamos* em tomá-lo como símbolo dos moços e moças do belo e doido ano de 1968”. (TOLEDO, 2005w, grifo nosso)

Artigo de opinião “Sobre causas, efeitos e trepar em árvores”³⁶

“[...] das notícias da França que dão conta não da Bastilha, mas dos Hosni e Ahmed do cinturão de Paris, e *pensamos*: “Engraçado””. (TOLEDO, 2005u, grifo nosso)

Artigo de opinião “Anedota de brasileiro”³⁷

“O Congresso já o decidiu por *nós*, como aliás é de sua obrigação – e decidiu, dadas as múltiplas exigências que estabeleceu para o cidadão comum ter acesso a armas, que elas são nocivas, tanto à segurança coletiva quanto à individual”. (TOLEDO, 2005q, grifo nosso)

Artigo de opinião “Leoa de um lado, gata distraída de outro”³⁸

“[...] proporcionou-*nos* uma aula de Brasil [...]” (TOLEDO, 2005e, grifo nosso)

Por meio da inclusão do enunciatário no discurso, referido como “nós”, o enunciador conduz a leitura a ser feita de seu discurso, tentando fazer com que o enunciatário, discursivamente, considere ou desconsidere as asserções e sentidos sob o mesmo aspecto que o enunciador. Para que a leitura prossiga e para que o sentido do texto seja compreendido, o

³⁴ Vide Anexo Y.

³⁵ Vide Anexo W.

³⁶ Vide Anexo U.

³⁷ Vide Anexo Q.

³⁸ Vide Anexo E.

enunciatório atenta-se para a leitura proposta pelo enunciador, para chegar ao sentido visado – mas pode, ao mesmo tempo, discordar dele, já que a interpretação é um jogo discursivo. Assim, o enunciador, ao atribuir sentido a um determinado tema ou discurso, usa estratégias que possam levar o enunciatório a atribuir também tal sentido, igualmente – que pode ocorrer ou não. Por exemplo, ao o enunciador afirmar: “[...] das notícias da França que dão conta não da Bastilha, mas dos Hosni e Ahmed do cinturão de Paris, e *pensamos*: "Engraçado”” (TOLEDO, 2005u, grifo nosso), o enunciador atribui o sentido de “engraçado” à relação entre a Tomada da Bastilha e os manifestos de estudantes na França. Da mesma maneira, o enunciatório textualmente também atribui tal sentido, uma vez que está incluso no discurso pela desinência verbal indicadora da primeira pessoa do plural (“nós). Mesmo que não compartilhe dos mesmos sentidos e das mesmas asserções que o enunciador, textualmente o enunciatório deve atribuir os sentidos visados pelo enunciador, para, assim, responder ativamente ao que lê.

Dessa forma, o enunciador, por meio do chamamento ao leitor e pela inclusão dele como “persona” discursiva, conduz a leitura do seu texto, tentando regular o sentido. As marcas lingüísticas mais freqüentes são verbos na primeira pessoa do plural e também o pronome “nós” e “nos”; o pronome “quem” e referências como “leitor”, “leitora”, entre outras, as quais se referem a enunciatórios específicos. Por meio delas, o enunciador dialoga com o enunciatório, indicando-lhe qual a discussão a ser feita no texto e quais os sentidos priorizados nele.

Essa relação entre enunciador e enunciatório pode ser vista também em outro artigo de opinião: “A mesma e triste direita de sempre” (TOLEDO, 2005g)³⁹. Nele, o enunciador recupera discursos que envolvem uma das definições de direita e de esquerda políticas no Brasil e na França, elucidando algumas das diferentes posições de cada país: no Brasil, dizer-se de direita, para a maioria, é visto de uma maneira enviesada, tendo uma má qualificação; já na França, é admissível e aceitável dizer-se partidário da direita política – a menos que seja do partido de Jean-Marie Le Pen, o qual é de extrema-direita, defensor do racismo. Então, afirma: “*Se já estamos entendidos* que não é pecado nem ofensa chamar a "direita" de "direita", *retomemos* o fio da meada”. (TOLEDO, 2005g, grifo nosso). Dialogando com o enunciatório e chamando-o em seu texto por meio dos verbos na primeira pessoa do plural, “entendidos” e “retomemos”, o enunciador afirma que, uma vez que o enunciatório compreendeu as definições e valores atribuídos, deve-se retomar a discussão principal do

³⁹ Vide Anexo G.

texto, conduzindo sua leitura. Além disso, textualmente tanto enunciador quanto enunciatário, inclusos na pessoa do “nós”, consideram que não é pecado se assumir como de direita política. Dessa maneira, o enunciador assume que ambos têm um mesmo posicionamento, regulando o sentido do texto. Dialogando com o enunciatário, tratado como uma “persona” discursiva, o enunciador desses textos organiza a leitura a ser feita e também tenta regular o sentido a ser atribuído ao texto, modalizando-o.

Então, como afirma Bakhtin, o enunciado, o qual está voltado para seu destinatário, faz com que o enunciador perceba e compreenda o seu enunciatário, presumindo, assim, uma compreensão responsiva ativa. Portanto, um enunciado reflete naturalmente um estilo individual, uma vez que reflete, em qualquer esfera da comunicação, a individualidade de quem fala ou escreve. Assim, o estilo de um autor depende da relação estabelecida entre o enunciador e o enunciatário, e, ainda, do gênero do discurso utilizado. Cada esfera de atividade conhece gêneros apropriados a suas especificidades, e a esses gêneros correspondem certos estilos. No caso do gênero artigo jornalístico, não há uma normatização ou prescrição do conteúdo nem da forma como o discurso deva ser veiculado. Dessa maneira, percebe-se que em Toledo o estilo baseia-se em estratégias que melhor conduzam a leitura do texto e, assim, possam levar à compreensão do seu posicionamento, tratado como irrefutável pelo autor. Para isso, cria-se um efeito de proximidade entre enunciador e enunciatário, uma vez que este é tratado como “persona” discursiva, que leva a uma tentativa de regulação do sentido visado pelo enunciador. Sendo assim, a relação entre sujeitos em Toledo caracteriza-se por um enunciador que usa mecanismos para tentar regular a atribuição de sentidos ao que diz, mas que, ao mesmo tempo, recorre a estratégias de atenuação de sua autoridade. Há também instaurado no texto um enunciatário informado dos acontecimentos do Brasil e do mundo atuais e que relaciona os sentidos propostos pelo enunciador intra e extra-textualmente.

1.4 Adjetivos: marcas da voz do enunciador

O signo, como visto no tópico 1.2 desta seção, é considerado pela perspectiva bakhtiniana como ideológico, carregando um ponto de vista, um lugar valorativo, refletindo o

contexto de sua produção. Assim, as relações que são estabelecidas historicamente entre os homens e seus valores são agregados aos signos, o qual possui uma materialidade lingüística. Dependendo da situação imediata de fala e também dos interesses do grupo que os utilizam, os signos podem adquirir sentidos variados, caracterizando, assim, a vivacidade e a mobilidade de sentidos.

Para Bakhtin, a palavra é o meio mais imediato de se perceber as mudanças ideológicas e de sentidos dados por uma sociedade, pois ela é a memória social de um grupo. Sendo assim, a palavra é constituída pelas mais diversas ideologias, já que frequenta diversos campos das relações sociais. Além do mais, o falante “ao dar vida à palavra com sua entonação, dialoga diretamente com os valores da sociedade, expressando seu ponto de vista em relação a esses valores”. (STELLA, 2005, p. 178). Sendo assim, os signos só aparecem em um terreno interindividual, não podendo a linguagem ser estudada fora das relações sociais. Portanto, ao estudarmos os artigos de opinião de Toledo, verificamos a forma de tratamento dada às vozes sociais nesses textos e como a voz do enunciador se configura, analisando-a sob uma perspectiva dialógica. Consideramos, como visto no item 1.3 desta seção, a importância do enunciatário para a constituição desses textos, uma vez que se espera dele uma resposta ativa e, ainda, seu papel como caracterizador do estilo do autor. Assim, são fundamentais para as análises desses textos as relações dialógicas e ideológicas, já que consideramos o objeto de estudo como complexos diálogos.

Como já dito, o enunciador dos textos estudados posiciona-se diante de acontecimentos políticos do Brasil e do mundo no contexto da contemporaneidade. Dentre várias vozes e opiniões que circulam nesse contexto sobre os temas recuperados, esses textos revelam posições e, assim, particularizam-se. Para tal, utilizam-se vários mecanismos lingüísticos, como os adjetivos, e discursivos, dos quais podemos destacar a ironia e os discursos de outrem, abordados nas seções 03 e 04. Neste item desta seção, enfocados no caráter ideológico dos signos sob a perspectiva bakhtiniana, abordamos a forma de tratamento e de transmissão da voz do enunciador pelo uso de adjetivos, os quais veiculam o posicionamento do enunciador por qualificações, particularizando seu estilo.

Nos artigos de opinião de Toledo, a voz do enunciador mostra-se crítica e avaliadora sobre o objeto-tema do texto. Como pistas dessa voz julgadora, o enunciador recorre a adjetivos, ironias e discursos de outrem, os quais, além de veicularem sua tomada de posição, denotam a singularidade e a peculiaridade de seus textos. Adjetivos como “feio”, “exaltado”, “reles”, “obscuros”, “poderoso”, “doloroso”, dentre outros são alguns dos utilizados pelo

enunciador ao se retratar tanto às personalidades quanto às instituições e temas abordados no texto. Com uma carga ideológica, esses signos, empregados em contextos específicos dentro do texto, revelam juízos de valor, retratando a indignação do enunciador e configurando nos artigos um julgamento de contrariedade e de crítica a algumas situações políticas e sociais brasileiras e mundiais. Assim, o posicionamento do autor toma uma forma concreta, além de outras marcas, por meio de adjetivos, os quais são tratados neste item.⁴⁰

Como afirma Bakhtin (2004, p. 44), “Realizando-se no processo da relação social, todo signo ideológico, e portanto também signo lingüístico, vê-se marcado pelo *horizonte social* de uma época e de um grupo social determinados” (grifo do autor), carregando um índice de valor. Nos artigos de opinião de Toledo, o posicionamento diante de personalidades e/ou temas recuperados, mostra-se, dentre outras maneiras (as quais são abordadas em capítulos seguintes), pelo uso de adjetivos, os quais devem ter seus índices de valor reconhecidos pelo enunciatário para que haja uma resposta ativa diante do discurso.

No artigo “Glória e desdita de um dono de butique” (TOLEDO, 2005a)⁴¹, por exemplo, o enunciador faz uma abordagem da trajetória política de José Dirceu, desde os tempos em que foi perseguido pela ditadura militar, até quando foi acusado de participação no caso do “mensalão” em 2005. Inicia o texto afirmando: “Onde se revela *a verdadeira* identidade do homem que se passa por José Dirceu” (TOLEDO, 2005a, grifo nosso). Utilizando-se do “verdadeira”, o enunciador afirma que em seu texto fará uma explicação consistente sobre a identidade de um personagem: José Dirceu. Ao longo do texto, utilizando-se de uma trajetória história e de discursos reportados, o enunciador expõe seu posicionamento sobre a identidade política de José Dirceu, a qual, de acordo com aquele, mostra-se inconsistente e incoerente devido a atos políticos praticados por Dirceu no passado e na atualidade. Relacionando sentidos inter e extra-textualmente, o enunciador propõe-se a provar sua tese de que a imagem de José Dirceu como ícone da política de esquerda brasileira e militante não passou de uma farsa construída ao longo de anos. Dessa maneira, vê-se que o adjetivo “verdadeira”⁴² é empregado com um viés irônico, já que o enunciador não apresenta em seu texto a história política de José Dirceu como parece ter ocorrido, mas a desconstrói, invertendo-a:⁴³ em meio à ditadura, José Dirceu viveu sob o pseudônimo de Carlos Henrique

⁴⁰ As outras formas de transmissão da voz do enunciador estão tratadas nas seções que se seguem.

⁴¹ Vide Anexo A.

⁴² “Onde se revela *a verdadeira* identidade do homem que se passa por José Dirceu”. (TOLEDO, 2005a)

⁴³ A história política de José Dirceu enquanto esteve escondido em Cruzeiro do Oeste durante a ditadura militar é apresentada ao enunciatário pelo próprio enunciador do texto. Sendo assim, é contado sob seu viés, o que nos leva a observar que se trata de uma das possíveis visões que se pode ter sobre tal acontecimento.

Gouveia de Melo para despistar os órgãos militares de repressão. O enunciador, então, assume que essa falsa identidade criada por Dirceu é que parece ser a verdadeira identidade do ex-deputado, uma vez que, pelos fatos chamados ao texto, como o envolvimento de Dirceu nos escândalos do mensalão, e também pelos acontecimentos em que se envolveu, recuperados pela memória discursiva, a imagem de defensor da política de esquerda que sempre sustentou, esfacelou-se. Diante disso, o enunciador assume, então, que, devido aos recentes acontecimentos da época envolvendo Dirceu, esse mais se assemelha a Carlos Henrique, o pseudônimo que vivia na pacata cidade de Cruzeiro do Oeste, no Paraná, o qual aparentava um não envolvimento político. Assim, o adjetivo “verdadeira” está empregado com um viés irônico, pois o enunciador assume algo no enunciado, mas há, ao mesmo tempo, uma outra afirmação na enunciação (um não-dito), a de que a história que conta sobre José Dirceu não é a verdadeira, mas deveria ser, em razão da falta de consistência política atual do político. Vê-se que o adjetivo veicula o posicionamento do enunciador frente a José Dirceu, tema chamado ao texto, enviesada, ao mesmo tempo, pela ironia.⁴⁴ Além disso, o enunciador recupera discursos do próprio Dirceu, em que certa vez declarou-se militante político como Dilma Rousseff. Mas, tempos depois, em uma entrevista, disse que não gostava de tal movimento e que não se envolvia com ele de fato. Dessa maneira, relacionando os sentidos inter e extra-textualmente, o enunciador põe-se a provar que Dirceu sustenta uma farsa (a de defensor dos valores da esquerda), e que aquela sim é sua verdadeira identidade.

Mais à frente, afirma: “O conjunto de tais elementos leva a uma *única e inexorável* conclusão. José Dirceu não existe. É uma invenção de Carlos Henrique Gouveia de Melo”. (TOLEDO, 2005a, grifo nosso). Elucidando sua voz julgadora, o enunciador afirma, por meio dos adjetivos “única” e “inexorável”, que a conclusão a que ele chegou sobre a identidade de José Dirceu está correta e é inquestionável: José Dirceu não existe, é um personagem criado. Põe-se a provar essa sua tese por meio de discursos reportados do próprio ex-deputado e também pela recuperação de acontecimentos políticos que mostram a falta de coerência ideológica de Dirceu na política: aquele que um dia defendeu a esquerda política e seus valores, na época via-se envolvido com esquemas de corrupção. Nesse sentido, os adjetivos “única” e “inexorável” carregam valores de inquestionabilidade, como se a conclusão a que o enunciador chega, tratasse-se de uma constatação. Tal estratégica imprime à voz autoral um grau de autoridade, como se sua afirmação fosse correta e, além disso, irrefutável.

⁴⁴ Questões teóricas referentes à ironia estão melhor explicadas na seção 03 deste trabalho.

Em outro artigo de opinião, “Nhô Lula e a tentativa de um novo milagre” (TOLEDO, 2005b)⁴⁵, o enunciador, dentre algumas abordagens sobre a postura de Lula como governante do país, recupera o discurso da reforma ministerial, elucidando sua crítica de que Lula não governa; delega suas funções aos ministros que escolheu. Veja-se o exemplo: “Na hora em que não havia outro jeito e a batata quente lhe estourava nas próprias mãos, o sofrimento era grande. Que o diga a história *aflitiva, tortuosa e sem rumo* daquilo que, há quase um ano, vem sendo chamado de reforma ministerial” (TOLEDO, 2005b). As expressões “aflitiva”, “tortuosa” e “sem rumo” elucidam a qualificação dada pelo enunciador à reforma ministerial proposta por Lula em seu governo no ano de 2005. Para que essas adjetivações possam ser interpretadas pelo enunciatário, compreendendo a tomada de posição do enunciador e o sentido veiculado, ele deve recorrer à memória discursiva, recuperando discursos sobre a reforma ministerial da época em questão. Nesse sentido, ao empregar os adjetivos citados, o enunciador imprime seu posicionamento de discordância e de desprezo às medidas até então tomadas pelo governo em relação à reforma ministerial. Tais adjetivos carregam valores negativos, o que enfatiza o estilo de contrariedade característico da voz autoral de tais textos.

Os adjetivos, portanto, com uma carga ideológica, elucidam o julgamento do enunciador diante do tema que recupera, necessitando de um enunciatário que compreenda seu sentido e a relação estabelecida entre eles e os objetos qualificados em um contexto específico. Escolhidos de acordo com o gênero a que se filiam os textos e também ao contexto de produção, o significado dos adjetivos utilizados somente se dão ao serem inseridos em um contexto específico, em um ato de fala único e não considerados como palavras isoladas. Bakhtin mesmo afirma:

Em todos esses casos não estamos diante de uma palavra isolada como unidade da língua nem do *significado* de tal palavra mas de um enunciado acabado e com um *sentido concreto* – do conteúdo de um dado enunciado; aqui, o significado da palavra refere uma determinada realidade concreta em condições igualmente reais de comunicação discursiva. Por isso aqui não só compreendemos o significado de dada palavra enquanto palavra da língua como ocupamos em relação a ela uma ativa posição responsiva – de simpatia, acordo ou desacordo, de estímulo para a ação. (BAKHTIN, 2003, p. 291, grifo do autor).

⁴⁵ Vide Anexo B.

Assim, as palavras utilizadas pelo enunciador carregam uma valoração, um ponto de vista, quando se tornam um enunciado, isto é, quando revelam um posicionamento de um autor e são utilizadas em um contexto determinado. Além do mais, ao se tornar enunciado, permitem uma réplica, tendo um acabamento específico que permite uma resposta. Os adjetivos utilizados nos artigos de opinião de Toledo, empregados em um contexto específico, elucidam a tomada de posição do enunciador frente aos objetos-tema que recupera em seu discurso (marcada, principalmente, pela contra-argumentação) e são escolhidos dentre uma gama de possibilidades, levando-se em conta um enunciatário presumido e, também, a valoração dada pelo enunciador ao seu discurso. Assim, a palavra, “quando é assumida por alguém ou ganha um acabamento específico [...] se converte em enunciado e, portanto, passa a se dirigir a alguém”. (FIORIN, 2006, p. 23). A valoração dada aos adjetivos em Toledo é marcada, principalmente, pela negatividade e pelo efeito de constatação que o enunciador imprime ao que diz, como se sua qualificação fosse algo inquestionável, além de, algumas vezes, os adjetivos terem um viés irônico. Sendo assim, por meio dos adjetivos, o enunciador afirma categoricamente seu posicionamento, os quais contribuem para a instauração da voz de contrariedade e de contestação, caracterizadora do estilo desses textos.

No artigo de opinião “O futebol nas malhas do desenvolvimento” (TOLEDO, 2005c)⁴⁶, por exemplo, o enunciador veicula seu posicionamento sobre a venda do jogador Robinho para o Real Madrid. Afirma que o Brasil ainda permanece na condição de colônia de metrópoles estrangeiras, pois os jogadores valorizam mais jogarem fora do país do que em times brasileiros. Afirma: “O Brasil é um *reles* fornecedor de matéria-prima”. (TOLEDO, 2005c, grifo nosso). Utilizando-se de um adjetivo (“reles”), o qual é perpassado pelo índice de valor da inferioridade, o enunciador veicula seu posicionamento sobre a condição permanente do Brasil como país subdesenvolvido. Isso se dá, de acordo com o enunciador, pela mentalidade de alguns brasileiros, que dão mais valor ao que é estrangeiro ao que é nacional. Assim, o adjetivo “reles” enfatiza seu posicionamento de que o ideário nacional subestima o caráter econômico e empreendedor do Brasil, inferiorizando-o. Tal posicionamento é apreendido ao se levar em conta o contexto a que se refere – venda de jogadores para times estrangeiros – e também a temporalidade dos enunciados – na época, a venda de jogadores era muito recorrente e valorizada pela maior parte do público brasileiro e o Brasil ainda mantinha uma economia em desenvolvimento.

⁴⁶ Vide Anexo C.

No artigo de opinião “Uma furtiva lágrima” (TOLEDO, 2005d)⁴⁷ o enunciador também se utiliza de adjetivos ao se referir ao caso de denúncias de corrupção envolvendo o governo e o PT. Afirma:

A esta altura já emerge *claro*, com base não só nos indícios como nos documentos, não só no que foi dito nos depoimentos como, mais ainda, no que neles foi silenciado, que a *grande* obra do governo Lula foi a montagem de uma *gigantesca* estrutura de compra de pessoas e solapamento das instituições do Estado. (TOLEDO, 2005d, grifo nosso).

Qualificando a obra como “grande” o enunciador expõe sua crítica às denúncias de corrupção, afirmando que a maior e mais importante ação feita pelo governo Lula, até então, foi o desvio de um montante de dinheiro público, envolvendo membros do governo. Tal adjetivo, ao ser utilizado nesse contexto e ser constituído pela ironia, critica as atitudes de Lula durante seu governo, recuperando discursos, pela memória discursiva, que envolvem as denúncias de corrupção do governo e do PT. Dessa maneira, considerando a contrariedade do enunciador ao governo Lula, vê-se que “grande” é empregado com ironia, já que a montagem de esquemas de compra de pessoas não deveria ser qualificada como positiva. Assim, o enunciador afirma algo no enunciado, mas se refere a um outro sentido na enunciação (o não-dito), contrário a este.

O adjetivo “claro” também reafirma a hipótese do enunciador de que, com base em documentos apresentados (alguns chamados ao texto, outros referidos pela memória discursiva) não há dúvidas sobre as denúncias de corrupção ocorridas durante o governo Lula. O enunciador trata, dessa forma, seu posicionamento como se fosse uma constatação dos acontecimentos: para ele, está evidente que a obra mais eficaz montada pelo governo Lula, até então, fora a da montagem de esquemas de corrupção.

Portanto, inseridos em um contexto específico e selecionados dentre uma gama de possibilidades, os adjetivos utilizados expressam o ponto de vista do enunciador, e, também, o estilo do autor – estilo esse marcado pelo efeito da constatação, pela contra-argumentação e pela ironia – uma vez que as escolhas lingüísticas e o trabalho com a palavra representam as características estilísticas de um texto. Portanto, como afirma Bakhtin:

⁴⁷ Vide Anexo D.

[...] a emoção, o juízo de valor, a expressão são estranhos à palavra da língua e surgem unicamente no processo do seu emprego vivo em um enunciado concreto. Em si mesmo, o *significado* de uma palavra (em referência à realidade concreta) é extra-emocional. Há palavras que significam especialmente emoções, juízos de valor [...] mas também esses significados são igualmente neutros como todos os demais. O colorido expressivo só se obtém no enunciado, e esse colorido independe do significado de tais palavras, isoladamente tomado de forma abstrata. (BAKHTIN, 2003, p. 292)

Além disso, a escolha dos adjetivos é feita em consideração ao enunciatário do texto, uma vez que o enunciador adapta-se à esfera de atividade em que seu discurso é empregado e também ao seu interlocutor, para que haja uma réplica ativa. E, uma vez que se tratam de enunciados concretos, a interpretação desses signos é feita por meio da apreensão do contexto em que se situam e também a que se referem, não podendo ser interpretados isoladamente no texto. Empregados por um enunciador em um contexto determinado, os adjetivos veiculam ainda o estilo individual do autor, que, no caso dos artigos estudados, mostra-se contrário a alguns posicionamentos que recupera no texto. Isso se dá pois as palavras, de acordo com Bakhtin, não pertençam a ninguém, mas constituem a “expressão individual externada com maior ou menor nitidez (em função do gênero), determinada pelo contexto singularmente individual do enunciado”. (BAKHTIN, 2003, p. 293). Utilizados no gênero artigo jornalístico ou artigo de opinião, no qual a opinião do autor pode ser expressa com poucas pré-determinações, tendo certa liberdade para fazê-la, os adjetivos expressam, assim, o posicionamento do enunciador enfaticamente e de uma maneira singular, caracterizando seu estilo de contrariedade e de uma voz categórica.

Dessa forma, podemos afirmar que os adjetivos (mas não somente eles) utilizados nos artigos de opinião de Toledo veiculam o posicionamento do enunciador, e, assim, sua voz crítica e julgadora. Ao qualificarem os discursos, temas ou personagens recuperados, eles veiculam o índice de valor neles agregado, perpassados principalmente pelo valor da crítica negativa e também pela afirmação categórica da opinião do enunciador, a qual é tratada por ele como uma constatação. Os adjetivos contribuem, então, para a valoração impressa aos temas chamados aos textos, a qual se caracteriza pela contrariedade do enunciador frente ao que se refere e, ainda, marca uma voz crítica até mesmo “dogmática”.

Entretanto, como é abordado nas seções seguintes, ao mesmo tempo em que essa voz julgadora se mostra peremptória por meio dos adjetivos e pela relação entre enunciador e enunciatário, ela não pode ser generalizada como categórica. Ela é também relativizada por meio de ironias e da relação entre discursos, cujo exame é aprofundado nas seções que se

seguem. Portanto, como se vê, podemos afirmar que o autor de tais textos habilmente entoa sua voz, pois constrói ao mesmo tempo uma voz julgadora categórica tanto ao recorrer a adjetivos quanto ao construir seu enunciatário, e a relativiza, estrategicamente, por meio de ironias e de discursos de outrem. Porém, como abordado a seguir, entendemos que tais estratégias “pseudo-relativizam” a voz autoral, já que por meio delas o autor imprime ao seu dizer um efeito de dizer absoluto.

2 IRONIA: UMA INTER-RELAÇÃO DE VOZES

Como elemento estruturador de um texto, cuja força reside na sua capacidade de fazer do riso uma consequência, o interdiscurso irônico possibilita o desnudamento de determinados aspectos culturais, sociais ou mesmo estéticos, encobertos pelos discursos mais sérios e, muitas vezes, bem menos críticos. (BRAIT, 1996, p. 16)

Enfocando o tratamento dado às vozes sociais no discurso de Toledo, tratamos nesta seção do papel da ironia nos artigos de opinião, uma vez que ela é freqüente nesses textos e caracterizadora do estilo do autor, além de ser, segundo Denise Jardon,⁴⁸ uma forma de discurso que se instaura por meio de um jogo entre vozes. Pela ironia, o enunciador transmite sua avaliação sobre os acontecimentos políticos e sociais brasileiros e mundiais, ao mesmo tempo em que dá um efeito amenizador à sua voz julgadora, pois o enunciador não afirma diretamente sua crítica no enunciado; ele simula dizer algo, mas que tem seu sentido implícito na enunciação. Sob essa perspectiva, consideramos que a avaliação feita por meio da ironia não está dada no enunciado explicitamente, mas está em construção, pois para se chegar a ela é preciso que o enunciatário a reconheça e interprete o jogo entre vozes que a caracteriza (o dito e o não-dito). Por isso, quando nos referirmos que a ironia relativiza a voz crítica do enunciador, estamos entendendo-a como um mecanismo amenizador dessa voz, pois para se chegar à crítica feita por ela, o enunciatário não pode tomar ao “pé da letra” o sentido posto no enunciado; ele deve considerar ao mesmo tempo o dito e o não-dito (implicado na enunciação). Entretanto, observa-se nos textos em análise que os valores da crítica e do julgamento feitos pela ironia são incisivos e tratados pelo enunciador como categóricos. Diante disso, entendemos a ironia como um mecanismo que “pseudo-relativiza” a voz crítica do enunciador, pois os valores veiculados por ela são incisivos, assumidos principalmente como valores negativos e categóricos; o que ameniza essa crítica é o modo de afirmá-la.

Veiculando principalmente valores negativos fortes, como a depreciação e a ridicularização, em Toledo ela tem como principais alvos personalidades públicas, como jogadores de futebol (jogador Robinho, ex-Santos, por exemplo), publicitários (caso de Duda Mendonça), entre outros; personalidades políticas, como Lula, José Dirceu, Aldo Rebelo,

⁴⁸ Cf. JARDON. apud BRAIT, 1996, p. 104.

Delúbio Soares; e também decisões tomadas pelo governo, como o referendo sobre as armas de fogo no Brasil, decisões do INSS, entre outros. Isso se dá pois esses textos são organizados em função do seu cronótopo; os assuntos políticos e sociais que estão em foco na semana de publicação do artigo de opinião, passam a ser a temática desses textos. Por isso, o alvo da ironia serão as personalidades ou notícias tratadas como tema de discussão, já que o enunciador as chama ao texto para contra-argumentá-las e criticá-las, servindo a ironia como um instrumento para isso.

Mesmo não sendo necessária em textos jornalísticos opinativos, a ironia, quando instaurada de maneira densa na estrutura argumentativa, contribui para o processo de formação de opinião a que o enunciador visa, funcionando como um instrumento de avaliação de discursos vigentes. O discurso irônico tem um lugar privilegiado nos artigos de opinião, uma vez que se trata de textos cujo local é propício para a manifestação explícita e subjetiva do autor, sendo de sua responsabilidade o ponto de vista defendido. Sem a preocupação de expressar clara e diretamente a voz do jornal, já que não se trata de editoriais, muitas vezes esse tipo de texto não segue normas jornalísticas prescritas, como conteúdo e forma. O autor tem certa liberdade para expressar sua opinião, mas desde que não contradiga os valores do suporte em que é veiculado. No artigo, o autor pode manipular o fato/acometimento dentro da estrutura argumentativa do texto a serviço de sua persuasão e também do seu estilo. Sendo assim, procuramos verificar nesta seção o funcionamento da argumentação irônica nesse tipo de texto, preocupando-nos em descrever seu funcionamento em Toledo, demonstrando sua função e como ela se estrutura argumentativamente.

Em nossas análises, pautamo-nos principalmente pela caracterização da ironia como um discurso absurdo que é posto no texto (no enunciado) pelo enunciador, como se fosse a ele aderir, mas que é sinalizado para o enunciatário, pelo modo de estruturação argumentativa, que o enunciador não só rejeita esse discurso, como o orienta para uma outra leitura, o qual denominamos, de acordo com Passetti (1995), “discurso sério” (aquele com o qual o enunciador concorda e defende). Assim, para que haja uma compreensão da ironia nesses textos em análise, e, assim, conseqüentemente do posicionamento do enunciador, é necessário que o enunciatário seja capaz de interpretá-la. Para isso, deve contar com os mecanismos oferecidos no texto pelo enunciador, que não se prendem somente aos limites da frase, mas que dependem também de relações intra, inter e extra-textuais.

2.1 As relações dialógicas na ironia

Em vários campos das esferas sociais e também da literatura, a ironia assume um papel importante como desvencilhadora de discursos prontos e sacralizados, encobertos por discursos oficiais, e também como questionadora de instituições. Por meio do humor, típico da ironia, estudos como os de Brait (1996) e de Hutcheon (2000) refletem sobre esse traço de linguagem revelador de um ponto de vista e também sobre as relações dinâmicas e plurais entre o texto e a elocução (ou seja, o contexto, o ironista, o interpretador e as circunstâncias que cercam a situação discursiva). Sendo assim, a ironia requer que tanto o enunciador quanto o enunciatário tenham competências discursivas suficientes para produzi-la e interpretá-la, respectivamente. Levando em consideração essas reflexões acerca da inter-relação enunciador/enunciatário, Brait (1996, p.13) enfatiza a dimensão interdiscursiva assumida pela ironia, uma vez que para ela esse fenômeno “só poderia interessar como traço de linguagem e não apenas como marca de uns poucos produtores”. Nesse sentido, Brait assume que a ironia, como processo discursivo, pode ser observada em várias manifestações de linguagem, já que atua por meio da interação entre o enunciador e seu interlocutor. O tipo de texto e as pistas lingüísticas escolhidas para provocar a ironia devem-se exclusivamente aos interesses do enunciador em face do seu interlocutor e também aos sistemas de referência e cultura vivenciados por ambos. Sendo assim, a perspectiva adotada neste trabalho trata o enunciatário como função ativa na dimensão significativa da ironia, uma vez que ele é o ponto visado pelas estratégias do enunciador ao longo do texto, e é ele quem interpreta, a partir das pistas lingüísticas deixadas pelo enunciador, se o discurso é irônico ou não. Os sinais presentes no enunciado promovem, portanto, no plano da significação, uma cumplicidade entre o enunciador e o enunciatário, de tal modo que o último possa compreender que a posição assumida e enunciada pelo enunciador não se trata do retrato ou recorte do acontecimento, mas sim, de um posicionamento, o qual tem o viés do humor. De acordo com Hutcheon (2000, p.28), a ironia tem, assim, dois participantes: o interpretador e o ironista.⁴⁹ Para ela, o interpretador é aquele que, por definição, decide se a elocução é irônica ou não, e qual sentido particular ela pode ter. Considera, assim, a ironia um “negócio arriscado”, pois exige a

⁴⁹ Essa terminologia vem do trabalho *Teoria e política na ironia* de Hutcheon (2000). Entretanto, por adotarmos uma perspectiva dialógica diante do *corpus* analisado, não assumimos “interpretador” e “ironista”, mas sim, “enunciador” e “enunciatário”, como o faz Brait (1996). Portanto, ao nos referirmos a “interpretador”, leia-se, “enunciatário”; e “ironista”, “enunciador”.

interpretação do que está dito pelo ironista - o qual transmite o discurso irônico – por parte do interpretador. Portanto, para este

[...] a ironia é uma jogada interpretativa e intencional: é a criação ou inferência de *significado* em acréscimo ao que se afirma – e diferentemente do que se afirma – com uma *atitude* para com o dito e o não dito. A jogada é geralmente disparada (e, então, direcionada) por alguma evidência textual ou contextual ou por marcadores sobre os quais há concordância social. (HUTCHEON, 2000, p. 28, grifo do autor)

Quanto ao ironista, veicula tanto a informação quanto a atitude avaliadora, a qual deve ser interpretada além do que é apresentado explicitamente. Construtor da ironia, articula o dito e o não-dito, instaurando uma terceira voz implícita. Nesse sentido, o enunciatário, como agente, ao interpretar se um enunciado é irônico ou não, de acordo com Hutcheon (2000), envolve inferências tanto semânticas quanto avaliadoras, uma vez que estas últimas sempre estão presentes na ironia e é isso que a distingue de outras formas que parecem ter, com ela, semelhanças estruturais, como a metáfora, a alegoria, o trocadilho.⁵⁰ Percebe-se, assim, que a ironia é um jogo interpretativo, uma vez que o enunciador a produz e, por meio de pistas lingüísticas presentes e pelas relações inter, intra e extra-textuais, faz com que o enunciatário interprete além do que está dito no enunciado. O conteúdo estará assinalado por valores atribuídos pelo enunciador, mas apresentados de tal forma que chamem a atenção do enunciatário para que este participe do processo interpretativo da ironia. Essa participação, de acordo com Brait (1996), pressupõe o compartilhamento de pontos de vista e valores pessoais ou culturais, os quais são socialmente comungados e constitutivos de um imaginário coletivo. A autora afirma:

A dupla leitura mobilizada por um enunciado irônico envolve formas de interação entre sujeitos, bem como a relação com o objeto da ironia e com as estratégias lingüístico-discursivas que põem em movimento o processo. (...) O conteúdo, portanto, estará subjetivamente assinalado por valores atribuídos pelo enunciador, mas apresentados de forma a exigir a participação do enunciatário, sua perspicácia para o enunciado e suas sinalizações, por vezes extremamente sutis. (...) É a organização discursivo-textual que vai permitir esse chamar a atenção sobre o enunciado e, especialmente, sobre o sujeito da enunciação. (BRAIT, 1996, p. 105).

⁵⁰ Brait (1996), que aborda a ironia sob o viés dialógico da linguagem, também considera que a ironia difere dessas outras formas de linguagem que também articulam o dito com o não-dito, pois há nela ambigüidade e um viés de humor e de avaliação diante do objeto a que se reporta.

Partindo do pressuposto teórico de Bakhtin a respeito de um enunciatário previsto pelo enunciador para a configuração do discurso, na ironia essa interação também se faz imprescindível. O enunciatário, caracteristicamente instaurado na e pela enunciação, tal qual o enunciador, funciona como um “*enunciador intérprete*” na ironia (BRAIT, 1996, p. 109). O ironista supõe um auditório capaz de reconstruir e interpretar o que é proposto, promovendo uma solidariedade implícita de sujeitos. Nesse sentido, a ironia mostra-se como uma forma de apresentação da linguagem na qual os participantes têm papel ativo na produção e recepção do sentido, o que concede caráter dialógico a ela. O sujeito que se marca nela não o faz apagando o outro; os sentidos que a ironia desencadeia são negociados com o outro, o qual tem uma participação ativa nesse processo, uma vez que participa tanto da interpretação do discurso, quanto da seleção de elementos constitutivos da ironia. Sendo assim, para que haja a ironia, é necessário que valores e sentidos sejam compartilhados pelo enunciador e pelo enunciatário, sendo ambos responsáveis pela sua constituição. Nesse sentido, Brait afirma que

De maneira bastante genérica, pode-se dizer que a transposição se dá na medida em que o enunciado, independentemente de sua extensão, será observado através de marcas que aí estão assinaladas, produtos de um processo que envolve as relações dialógicas necessariamente existentes entre a instância de produção e a instância de recepção, o que significa considerar no mínimo dois agentes responsáveis pela significação: enunciador e enunciatário. Se o enunciatário não se der conta das articulações entre os segmentos aí envolvidos, a significação irônica não terá lugar. (BRAIT, 1996, p. 65)

Portanto, a participação ativa do enunciatário como interpretador da ironia parte do compartilhamento de pressupostos presentes na ironia, conduzindo a uma visão do enunciado não como vozes isoladas, mas sim, inter-relacionadas: o dito e o não-dito, os quais não podem ser separados na construção do efeito irônico. Considerando as discussões de M. Bakhtin e seu Círculo acerca das relações entre vozes, percebe-se que a ironia pode ser caracterizada como um processo dialógico, articulando enunciação e enunciado, com o objetivo de subverter ou desmascarar valores, envolvendo, além do enunciatário e do enunciador, o seu contexto de produção. Adotando essa perspectiva, entendemos a ironia como uma articulação entre o dito e o não-dito (ou implícito), caracterizada por uma ambigüidade de sentido, tendo sinalizado no texto para o enunciatário a “*não seriedade*” do que está posto no enunciado, isto é, o não enquadramento do enunciador ao que é dito. O enunciador simula algo no enunciado, indicando para o enunciatário, de alguma maneira, a simulação.

Para que o efeito irônico se faça, a desarticulação dessas vozes não é pertinente, uma vez que se perde o jogo da duplicidade enunciativa, e, assim, conseqüentemente, desfaz-se a ironia. O enunciatário, então, para interpretar o sentido irônico, não pode escolher entre o que é dito e o que está implícito; ele deve aceitar as duas instâncias para reconhecer a ironia, compartilhando com o enunciador a duplicidade da enunciação, pois o friccionamento entre elas e sua impossibilidade de separação são o que a caracteriza. Assim, percebe-se que estudos sobre a ironia procuram dar conta desse caráter de dissonância típico da linguagem irônica.

Uma vez que a ironia é feita por meio de signos, seus significados e efeitos de sentido dependem da sua organização e disposição no texto e, também, da sua contextualização. Concordando com Bakhtin (2004), isso se dá pois nenhuma significação é dada, mas sim criada no processo das complexas relações dialógicas de um enunciado com outro. Nesse sentido, os significados não estão prontos, dados, mas emergem da relação estabelecida entre os enunciados presentes no discurso ou entre os presentes e aqueles pressupostos pela memória discursiva, mas explicitados no texto.

Como afirmado, as possibilidades de significados da ironia só poderão ser atribuídas em consonância às circunstâncias contextuais possíveis e potenciais que a envolvem, e também pela recorrência à memória discursiva, quando os indícios para a sua interpretação não são tão evidentes. A interpretação da ironia deve levar em conta o contexto (ou momento histórico) em que se insere, pois ele rege a maneira como a linguagem se articula e desempenha um papel de produção e de compreensão do enunciado e da enunciação, por isso a atribuição de ironia a um enunciado varia de acordo com a cultura, com a comunidade em que se insere, com os elementos que são referidos no enunciado; o mesmo enunciado pode ser ou não irônico, dependendo para quem é destinado e em qual situação é proferido. Bakhtin (2004) assevera que o contexto de produção de um enunciado é relevante tanto para a sua configuração quanto para a sua recepção. Ao refletir sobre signo em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2004), o autor afirma que a palavra é orientada por um contexto e uma situação precisos. O contexto ideológico em que se insere faz com que seus sentidos possam ter uma mobilidade, já que se associam a cada momento específico. Portanto, os sentidos da voz posta no enunciado e o da voz implicada, característico da ironia, dependem do contexto em que são produzidos, já que variam em sua razão.

Nos textos de Toledo, as ironias são construídas por meio dessa inversão semântica: há um sentido proposto pela voz que é dita no enunciado, mas, implicitamente, remete-se a

um sentido oposto àquele, levando à ambigüidade do discurso irônico. Nesses textos, caracterizamos o sentido proposto como um discurso absurdo que é enunciado, que tem implicado nele um outro sentido, o qual o enunciador defende e com o qual concorda.⁵¹ Sabe-se que se trata de uma afirmação absurda, pois ao levar em conta o sentido do texto como um todo e o posicionamento defendido nele e, ainda, o contexto que o perpassa, percebe-se a não adesão do enunciador ao que é dito, remetendo-se a um outro sentido, instaurando aí a ambigüidade com um viés humorado. A ironia em Toledo faz-se, assim, por meio de uma relação de sentidos, que só é interpretada e compreendida quando se relacionam discursos entre si (sejam intra, inter ou extra textuais), já que o enunciador expõe pontos de vista dos quais discorda, criticando-os ridiculamente por um jogo entre o dito e o implicado. Então, assim como consideram os estudos sobre ironia apontados, nos textos em questão há a necessidade também de um enunciatário que recupere os discursos aos quais o enunciador faz referência e os relacione entre si no texto e, ainda, que relacione os discursos que perpassam o texto, compreendendo, assim, o absurdo veiculado, o qual tem um viés avaliador e ambíguo e, assim, irônico.

2.2. Ironia: um julgamento amenizado pela ambigüidade

Examinando o discurso sob a perspectiva dialógica, valorizamos em nossas análises a relação entre vozes e privilegamos a relação entre textos, seu contexto e os sujeitos do discurso. Como visto, a ironia também é tratada sob essa perspectiva, caracterizando-se como um processo dialógico entre enunciador e enunciatário e entre vozes que se articulam, as quais, inter-relacionadas, dão um sentido terceiro, implícito nessa relação. Assim, há na ironia elementos que se remetem à dimensão social e interativa da linguagem. De acordo com Castro (1997), a ironia mostra-se como um caso típico de discurso bivocal. Nela,

⁵¹ Abordamos aqui a questão do discurso absurdo apoiados no trabalho de Passetti (1995), a qual assume a perspectiva teórica de Ducrot. Este entende a ironia como um enunciado humorístico, estabelecendo algumas condições necessárias para sua ocorrência, que são: “entre os pontos de vista representados em um enunciado, há ao menos um que é absurdo, insustentável; o ponto de vista absurdo não pode ser atribuído ao locutor”. (DUCROT, 1988, apud BRAIT, 1996, p. 55).

[...] a palavra tem duplo sentido: volta-se para o objeto do discurso como palavra comum e para um outro discurso. A consideração pelo discurso de um outro implica, na verdade, o reconhecimento do segundo contexto como meio de perceber o significado da ironia. (CASTRO, 1997, p. 130)

Os elementos levantados em relação à ironia, definindo-a como ambigüidade discursiva, parecem traduzi-la, portanto, como o resultado de uma contradição percebida pelo enunciatário por meio de relações de sentidos e a partir da dupla enunciação que a caracteriza. Ao entrecruzar discursos, o enunciador faz entender o contrário do que se diz, atribuindo, ao mesmo tempo, um juízo de valor, uma avaliação. Por meio da ambigüidade, a voz posta no enunciado remete-se a um outro sentido, implícito, que, muitas vezes, é o oposto do que é dito. Essa inversão semântica, característica da ironia, irá depender do contexto de produção e de recepção do enunciado, já que ele pressupõe uma relação de convivência entre essas duas instâncias. Nos artigos de opinião de Toledo, esse contexto refere-se tanto àqueles chamados pelo enunciador no texto, quanto ao contexto que subjaz os textos, que em sua maioria é a contemporaneidade.

Hutcheon (2000) afirma que a ironia diferencia-se de outras formas de linguagem uma vez que trabalha com a ambigüidade, e tem sempre um viés julgador. Ela se caracteriza também por relativizar a voz do enunciador, pois o sentido da ironia não está pronto no enunciado, como algo dado pontualmente, mas está em processo, em construção, já que é preciso reconhecê-la e interpretá-la, amenizando a afirmação da crítica feita por ela. A ambigüidade, por sua vez, é gerada pela inter-relação de vozes, caracterizadora da ironia, na qual se diz algo no enunciado, mas implicitamente, na enunciação, diz-se o contrário do que está posto. Sendo assim, a ironia – a qual articula ao mesmo tempo enunciado e enunciação – pode servir de “arma” contra autoridades vigentes e contra discursos cristalizados, subvertendo ou desmascarando valores, contando com o envolvimento do leitor. Há estudos, como o de Silva (2005), que apontam que

[...] há mesmo algo na ironia que a torna uma estratégia de linguagem especial, seja porque ela quase sempre instaura uma suspeita em relação ao sentido (idéia de dissimulação que acompanha historicamente o sentido do termo), seja porque funciona nas relações de poder. (SILVA, 2005, p. 24/25)

A ironia funciona estrategicamente a serviço de interesses e posições sociais, veiculando um juízo de valor. Por meio da bivocalidade, ela revela uma avaliação do

enunciador ou um ponto de vista discordante que se instaura no discurso, podendo, assim, ser usada como um instrumento de julgamento. A organização discursiva do que é dito no enunciado e o que se quer dizer na enunciação faz com que a ironia desmascare ou subverta valores, contando sempre com a participação do leitor ou ouvinte para a apreensão dessa forma de dizer, o que, muitas vezes, gera o humor. Brait (1996) afirma que

Constituindo um fenômeno bivocal, dialógico, um sistema de interação, para utilizar o termo de Bakhtin, as formas de recuperação do já-dito com objetivo irônico não assumem, como tal, a função de erudição, no sentido de invocação de autoridade e muito menos de simples ornamento. Ao contrário, são formas de contestação da autoridade, de subversão de valores estabelecidos que pela interdiscursividade instauram e qualificam o sujeito da enunciação, ao mesmo tempo em que desqualificam determinados elementos”. (BRAIT, 1996, p. 107).

Nos artigos de opinião de Toledo, o posicionamento de contrariedade do enunciador frente a acontecimentos políticos e sociais do mundo e do Brasil feitos por meio da ironia revelam um enunciador que se mostra crítico e julgador, que avalia os acontecimentos que recupera, mas não com efeito categórico dessa voz, funcionando a ironia como uma forma de julgamento, mas amenizada. O enunciador não afirma no enunciado sua crítica incisivamente; ela fica implícita na inter-relação entre vozes da ironia, sendo interpretada pelo enunciatário. Para que ela ocorra, como afirma Ducrot (1987, p. 60) “é necessário “fazer como se” esse discurso fosse realmente sustentado, e sustentado na própria enunciação”, fazendo o enunciatário ouvir um discurso absurdo, mas o ouve como um discurso de um outro, como um discurso distanciado⁵². Além do mais, para que a ironia se instaure no discurso, ela requer um jogo interpretativo, uma vez que quando se trata do significado irônico, tem-se “a multiplicidade de sentidos, efeitos de sentido polissêmicos”, sendo o sentido irônico realizado “nas malhas da interpretação” e, daí, pluralizando-se “na instância dos jogos de significados jogados pelo enunciador e pelo enunciatário”. (HUTCHEON, 2000, p. 74). Percebe-se, assim, que o sentido veiculado pela ironia não está “posto” no enunciado, mas está em construção, pois inclui também a enunciação, tendo diferentes sentidos em cada uma dessas instâncias, o

⁵² Ducrot (1987) considera seu conceito de ironia relacionando-o a enunciados isolados, diferentemente de Bakhtin, cuja linha teórica adotamos, que considera o texto como discurso, enunciado. Mesmo assim, consideramos neste trabalho alguns pontos que se referem aos estudos de Ducrot sobre ironia, pois achamos pertinentes às nossas hipóteses a relação entre discurso absurdo e discurso sério a que ele se remete. Entretanto, não consideramos que haja enunciadores dissonantes para um único enunciado, como este autor define. Entendemos o discurso absurdo e o discurso sério como uma relação de sentidos dissonantes que é estabelecida por um mesmo enunciador.

que nos possibilita afirmar que a ironia dá o efeito de amenização desvencilhamento de um dizer categórico, já que seu sentido não está pronto, mas se dá por meio da duplicidade da enunciação, pelo jogo entre vozes. Entretanto, o julgamento feito por ela é incisivo, agudo, instaurando-se, assim, uma “pseudo-relatividade” da voz do enunciador.

Considerando o tipo de texto a que se filiam os textos em análise (artigo de opinião), de acordo com Melo (1985), nos textos jornalísticos opinativos, a ironia tem um lugar propício para se instaurar, pois neles não há a preocupação em veicular a notícia somente, mas, além disso, veicular um posicionamento sobre ela, sendo pertinente a expressão no texto do colorido pessoal do autor. No artigo de opinião, há a instauração de um discurso polêmico, o qual tem um marca autoral associada a uma assinatura. A função autoral desses textos, então, faz-se muito importante, pois o autor de artigos jornalísticos veicula um posicionamento não necessariamente vinculado à posição do jornal (mas não contraditório a ela). No caso dos textos de Toledo, é característica autoral a contrariedade aos acontecimentos chamados ao texto, como uma contestação a eles – sendo a ironia uma forma de os avaliar. Esses acontecimentos, por sua vez, referem-se principalmente à política e a problemas sociais, perpassados pelos valores autorais, como a defesa da ética e da moral.

Silva (2005, p. 125) afirma ainda que “um discurso que será criticado, pode ocorrer, do ponto de vista do autor, a construção de estratégias que sutilmente tentam mascarar sua posição, como forma de manter um distanciamento em relação ao discurso”. Por esse viés, entendemos aqui que a ironia e os discursos reportados (tratados na seção 03) característicos do estilo dos textos de Toledo, estratégias de tentativa de mascarar a voz julgadora do enunciador.⁵³ Entretanto, pelas relações de sentido estabelecidas no texto e pela forma de construção do posicionamento defendido ao longo dele, verificamos que tanto ao recuperar discursos de outrem quanto ao recorrer ao discurso irônico, o autor desses artigos de opinião constrói uma relativização, simulando desvencilhar-se de um dizer absoluto para, na verdade, construí-lo como irrefutável, e, portanto, absoluto. Pois ao recorrer à ironia, o enunciador veicula valores negativos agudos, tratados por ele como absolutos; e no caso dos discursos reportados, o enunciador sustenta seu posicionamento em discursos de outrem, dando um efeito de inquestionabilidade ao que defende. Sendo assim, ao recorrer à ironia e ao discurso de outrem, o autor desvencilha sua forma de julgamento de ser classificada como categórica, uma vez que a crítica é transmitida por meio de uma relação entre vozes e não incisivamente

⁵³ No caso dos discursos reportados, trata-se de um mecanismo amenizador da voz crítica do enunciador, pois este não afirma seu julgamento categoricamente no enunciado, mas o faz por meio desses discursos (como se um “outro” o estivesse afirmando).

no enunciado. Entretanto, o posicionamento defendido ao longo do texto, esse sim tem um efeito de categorização, de irrefutabilidade. Dessa forma, ele mascara sua voz categórica, construindo o que denominamos de “pseudo-relatividade”, já que sua voz não é relativizada totalmente.⁵⁴

Ao analisarmos os 25 artigos de opinião de Toledo publicados entre 06 de julho de 2005 e 21 de dezembro de 2005, verificamos que dentre eles somente 6 (seis) não apresentam o discurso irônico, que são: “Uma bela cena num filme ruim” (TOLEDO, 2005j)⁵⁵; “Era muita coisa contra o pequeno Fernando”(TOLEDO, 2005m)⁵⁶; “O melão tentador e outras histórias” (TOLEDO, 2005n)⁵⁷, “O duplo estrago do bispo bomba” (TOLEDO, 2005o)⁵⁸, ““Se não comparecerdes...”” (TOLEDO, 2005r)⁵⁹ e “Sobre causas, efeitos e trepar em árvores” (TOLEDO, 2005u)⁶⁰. Nesses artigos de opinião, o enunciador aborda a temática política e social que é peculiar dos seus textos, mas veicula seu posicionamento principalmente por meio de discursos reportados. No primeiro artigo de opinião, contrapõe características políticas de Fernando Gabeira e Severino Cavalcanti. Ao longo do texto, relaciona circunstâncias políticas em que se inseriram os deputados, desde que se envolveram com a política nas décadas de 60/70 até setembro de 2005 (período de publicação do artigo). Escolhe propositalmente situações destoantes em objetivos e ações das quais Gabeira e Severino participaram, levando o enunciatário à percepção dos valores políticos divergentes desses deputados. Esse artigo de opinião não apresenta indícios de ironia, porém, é permeado por relações entre discursos, peculiares do estilo dos textos. Em “Era muita coisa contra o pequeno Fernando” (TOLEDO, 2005m), o enunciador recorre a relatos de acontecimentos de ordem pública que envolveram a cidade de São Paulo no decorrer do primeiro semestre do ano de 2005. Relaciona os furtos de objetos de utilidade pública (como fios de telefone, tampas de bueiros, placas, etc.) e o ocorrido com um menino, Fernando, de 4 anos, argumentando que é preciso haver uma punição a aqueles atos. O menino caiu em um bueiro de poço em um bairro da Freguesia do Ó, correndo risco de vida pelo fato de não haver, naquele instante, a tampa do bueiro, o que daria uma possível segurança a quem andasse próximo ao local. No artigo de opinião “O melão tentador e outras histórias” (TOLEDO,

⁵⁴ Essa característica da “pseudo-relatividade” da voz autoral que aqui definimos é abordada também na seção 03 deste trabalho, na qual aprofundamos as análises em torno do papel dos discursos reportados nos artigos de opinião de Toledo.

⁵⁵ Vide Anexo J.

⁵⁶ Vide Anexo M.

⁵⁷ Vide Anexo N.

⁵⁸ Vide Anexo O.

⁵⁹ Vide Anexo R.

⁶⁰ Vide Anexo U.

2005n) o enunciador chama ao texto o caso do juiz de futebol Edílson Pereira dos Santos, que confessou ter aceitado um suborno para favorecer o Juventude em um jogo do Campeonato Paulista, no ano de 2005. Para expor sua crítica e discordância a tal atitude, o enunciador recupera discursos que se relacionam à sua tese de que há um pressuposto no imaginário coletivo de que todo juiz seja ladrão, trazendo como prova o caso de Edílson. Por meio de uma relação entre discursos reportados e também por meio do relato da notícia sobre o juiz, ambos feitos por um autor habilidoso, o enunciador vai veiculando seu posicionamento de indignação. No artigo de opinião “O duplo estrago do bispo bomba” (TOLEDO, 2005o), há a referência ao caso do bispo Dom Luis Flávio Cappio, que decretou greve de fome caso o governo Lula não arquivasse o projeto de transposição do rio São Francisco na região Nordeste do Brasil. Discordando da medida usada pelo bispo (pretender a morte), e não de sua causa, o enunciador recupera discursos de membros da Igreja Católica, mostrando o que acharam da atitude do bispo. Em ““Se não comparecerdes...”” (TOLEDO, 2005r) é chamada ao texto uma carta expedida pelo INSS ao aposentado contribuinte, pedindo que este fosse receber seu benefício em até 10 dias após o envio da carta. O enunciador, com uma voz avaliadora diante de tal acontecimento, considera que há uma incoerência nas datas postas na carta e também uma maneira impositiva com que os contribuintes são tratados pelo governo. O autor organiza os discursos que recupera de tal forma que faz com que o leitor atente-se, diante da carta, para as questões a que chama atenção. E no último artigo de opinião mencionado, “Sobre causas, efeitos e trepar em árvores” (TOLEDO, 2005), o enunciador retrata-se às ondas de protestos de jovens em Paris naquela época (novembro de 2005), relacionando-o com a Tomada da Bastilha. Refere-se a um livro *O Barão das Árvores* para dar sustentação a seu posicionamento de que não houve uma causa consistente para que ocorresse tamanha manifestação dos jovens parisienses naquele período de 2005. Ainda nesse artigo de opinião, por meio da relação com uma crônica publicada no *Globo*, de Cora Ronái e também com o caso de Paris, o enunciador retrata-se à banalização dos tiroteios ocorridos na cidade do Rio de Janeiro e à falta de ações contrárias a isso.

Diante desses artigos de opinião, verifica-se, pois, que, mesmo não recorrendo à ironia, o enunciador elucida uma voz crítica sobre o Brasil e sobre o mundo por meio também da relação entre discursos, o que caracteriza, assim como a ironia, um autor que sustenta seu posicionamento por meio de um jogo entre vozes, o qual dá um efeito de não-categorização da voz julgadora, já que o autor não afirma sua crítica incisivamente, mas sim, por meio de uma relação discursiva. Entretanto, como abordamos nesta seção e na seguinte, consideramos

essa amenização da voz autoral como uma “pseudo-relativização”, uma vez que o autor tenta regular o sentido do texto, fazendo com que o que é dito por ele tenha um efeito de constatação, como algo irrefutável e inquestionável. Essa tentativa de regulação de sentido também se dá por meio da ironia, pois para que essa seja interpretada, é preciso que o enunciatário recupere os sentidos e textos que subjazem ao texto em questão e os relacione inter, intra e extra-textualmente, senão o sentido irônico se perderá; e, além disso, ao ironizar um discurso, uma personalidade, o autor imprime sobre eles uma qualificação de desdém e de ridicularização, sendo preciso que o enunciatário também o faça para que o sentido do texto seja apreendido responsivamente.

Ao analisarmos a ironia nos outros textos em questão, percebemos que em sua maior parte ela é apresentada por meio da relação entre um discurso que pode ser denominado como absurdo⁶¹ que é posto no enunciado, que se remete a um outro discurso, tratado como sério, o qual o enunciador defende. Ressaltamos que ao consideramos a terminologia de Ducrot (1987) de “discurso absurdo” e de “discurso sério”, estamos nos referindo ao sentido do termo. Não tratamos aqui das considerações que Ducrot (1987, SILVA, 2005) faz a respeito da ironia quanto a diferentes enunciadores para um mesmo enunciado, e nem da existência de um sujeito da enunciação dotado de estratégia intencional, consciente. Fundamentado na perspectiva bakhtiniana, este trabalho considera o sujeito por um viés discursivo, entendendo o termo “intenção” em uma perspectiva social.

Diante disso, percebemos em Toledo que a sinalização do discurso pouco crível (denominado absurdo) é feita tanto no campo da frase quanto na do discurso, tendo que ambos serem considerados para interpretar a ironia. Nesses textos, no nível do enunciado podem ser observadas as seguintes pistas que levam à ironia: comparações inusitadas, com pouca correspondência semântica, que levam a um sentido ambíguo; e adjetivos que qualificam o referente de maneira humorada e até ridicularizada. Já no que se refere às relações discursivas e textuais, observa-se o absurdo do que é dito pelo enunciador pelas relações de sentido feitas inter, intra e extra-textuais. Percebe-se que o que é afirmado no enunciado, ao se considerar o contexto de produção e o posicionamento a que se filia o autor do texto, trata-se de uma afirmação com a qual o enunciador “finge” ou parece concordar, mas a rejeita, tendo um sentido implicado, que é contrário ao que é posto. A interpretação da ironia, portanto, requer que o enunciatário recorra à memória discursiva, recuperando os

⁶¹ É preciso considerar que o discurso absurdo é realmente absurdo para o enunciador. Caso contrário, a leitura ingênua se processaria e não a irônica.

discursos a que o enunciador faz alusão e também os discursos que subjazem o texto; e, além disso, é preciso que o enunciatário considere o que é defendido pelo enunciador, para assim perceber as pistas deixadas ao longo do texto de que uma determinada afirmação é absurda e ambígua, portanto, irônica.

Verifica-se, assim, que a ironia não se dá somente no nível do enunciado, mas também no nível discursivo, uma vez que é preciso considerar a totalidade do texto e sua organização, observando os pontos de vista contraditórios levantados pelo enunciador. Esse jogo entre discurso absurdo e discurso sério trata-se daquilo que consideramos como o dito e o não-dito, respectivamente. E é por meio desse entrecruzamento de vozes que se tem o sentido irônico, como uma terceira voz, aquela que está interdita, revelando uma avaliação, permeada pelo humor e pela ambigüidade. Sendo assim, concordamos com Passeti (1995, p. 48) quando afirma que o enunciador irônico é aquele que “ao mesmo tempo expressa ou veicula um ponto de vista e sinaliza ou orienta para outro” por meio das pistas deixadas no texto, como as relações textuais, discursivas e lingüísticas. O modo de estruturação argumentativa, isto é, da organização das estratégias é que permitirão “a recuperação do contexto, de outros textos, da relação com os interlocutores e com a ideologia, de forma a orientar para a tese desejada”. (PASSETTI, 1995, p. 63). Sendo assim, são essas estratégias que possibilitam ao enunciador irônico expressar ou veicular um ponto de vista e sinalizar ou orientar para outro ao mesmo tempo.

2.3 Analisando: como a ironia se dá nos artigos de opinião de Toledo

Como vimos, o enunciador, ao veicular o discurso irônico, deixa pistas ao longo do texto para que ela seja percebida e, assim, interpretada. Seleccionamos aqui alguns artigos de opinião de Toledo que apresentam o discurso irônico e que dão conta dos modos de construção da ironia na obra analisada. Então, quando nos referimos aos mecanismos de construção da ironia em Toledo, deve-se levar em conta que não são características pontuais, mas autorais, pois são semelhantes em todos os textos em análise.

O artigo de opinião “Nhô Lula e a tentativa de um último milagre” (TOLEDO, 2005b)⁶² retrata algumas das características da ironia construída nesses textos e sua função. Nele, o enunciador posiciona-se contrariamente ao fato de o presidente Lula não ter tomado alguma atitude consistente diante do caso dos escândalos do mensalão, o qual envolveu membros do seu partido (PT), políticos de sua confiança, e outros mais; além de o presidente ter delegado funções importantes a membros de seu governo ao ser eleito, como ao ex-deputado José Dirceu, não atuando, assim, ativamente na administração do seu país. Ao longo do texto, o enunciador vai pontuando o que para ele seria um posicionamento sério e desejado de um Presidente da República, de que podemos destacar:

Para qualquer um, na verdade, e não apenas para quem viveu infância de retirante e adolescência de favelado, chegar à Presidência é uma proeza de gloriosas proporções. Só que não é um fim em si mesma. É, ao mesmo tempo, um começo – o começo do desafio de, por meio de ações diárias, minuciosas e persistentes, transformar o mandato em algo profícuo. (TOLEDO, 2005b).

Vê-se que para o enunciador o trabalho de um bom presidente é aquele no qual há uma preocupação consistente com as questões políticas que envolvem o país e as realiza efetivamente, como o caso do Fome Zero e das reuniões ministeriais, citadas no texto.

Após a afirmação aqui recuperada, o enunciador afirma: “Lula ignorou que a vitória era um começo. Achou que era só um fim. Nesse engano, ele se perdeu”. (TOLEDO, 2005b). A fim de defender essa sua posição, o enunciador vai, ao longo do texto, remetendo-se a discursos do próprio Lula na tentativa de provar que há sim uma inconsistência política na sua administração. Além disso, recupera algumas situações que envolveram o presidente desde que iniciou seu primeiro mandato, pontuando o que há de incoerente entre elas e a proposição defendida no texto. Assim, considerando o posicionamento do enunciador frente a esse acontecimento e os discursos e sentidos que perpassam o texto, o discurso irônico vai sendo construído e percebido ao longo dele, o que mostra que a ironia é um processo de linguagem produzida por um jogo discursivo.

Já no início do texto, o enunciador remete-se ao fato de o presidente não ter se pronunciado sobre as denúncias no caso do mensalão até aquele momento. Para aquele, essa

⁶² Vide Anexo B.

deveria ser uma atitude esperada de um presidente atuante, já que envolve a integridade política do seu governo. Então, afirma:

Os últimos acontecimentos confirmam a impressão, já antiga, de que Lula, como executivo, preferiu refugiar-se nas artes da levitação. Ele não governa. Prefere flutuar acima dos desagradáveis assuntos do dia-a-dia. Não lhe agrada ter as mãos sobre o leme da administração. (...). (TOLEDO, 2005b)

Ao longo do texto, o enunciador, recorrendo a discursos de outrem e também à ironia, propõe-se a provar que Lula não governa. No trecho apresentado, ao afirmar que Lula “Prefere flutuar acima dos assuntos desagradáveis”. (TOLEDO, 2005b), o enunciador desqualifica o presidente por meio da ironia instaurada pela adjetivação. Relacionando os discursos que perpassam o texto e o ponto de vista adotado pelo enunciador, o qual afirma que as atitudes de um presidente deveriam ser suas ações diárias, transformando seu mandato em algo profícuo, observa-se que o adjetivo “desagradáveis” refere-se a uma avaliação imprópria para o presidente, cuja função seria administrar dificuldades. Afirma-se, então, no enunciado um discurso absurdo, do qual o enunciador discorda, tendo implicado nele um discurso sério, revelando a crítica aguda ao presidente: diz-se, indiretamente, que o presidente não leva a sério suas funções. A ironia é aí percebida, pois se percebe que há uma afirmação com a qual o enunciador parece concordar, mas que, pelas relações feitas entre seu posicionamento e os discursos que perpassam o texto internamente e externamente, indicam um sentido outro, contrário, o da enunciação – o qual o enunciador defende.

Adiante, o enunciador afirma que a agenda presidencial, ao longo dos dois anos e meio da presidência de Lula, parecia mais à afeição das festividades do que de trabalho. Para provar essa sua tese, o enunciador recupera estrategicamente algumas situações que envolveram Lula e das quais discorda, dispondo-as com seu viés avaliativo. Refere-se à visita do grupo de axé É o Tchan! ao presidente, alegando que ali ele se sentia em seu lugar; refere-se às reuniões ministeriais, as quais em ocasiões para copiosas churrascadas e, ainda, às viagens internacionais de Lula, afirmando:

E, para culminar, havia as viagens internacionais, meia centena, em dois anos e meio – expressões de uma política externa que se queria tão revolucionária que ia mudar as relações entre os povos. Enquanto se mendigava, nos quatro cantos do mundo, um lugar no Conselho de Segurança, bom mesmo era receber dos estrangeiros os louros devidos ao

espécime raro do operário tornado presidente. De quebra, as viagens proporcionavam os prazeres do turismo, Paris, Roma, o Taj Mahal, os palácios chineses – eh, mundão grande e cheio de coisa linda para se ver! Quanto à chatice de traçar rumos e decidir, para que se incomodar, se ele tinha formado “o melhor ministério que o país já teve?”” (TOLEDO, 2005b)⁶³

Referindo-se às constantes viagens internacionais do presidente Lula, o enunciador mostra-se contrário a tal atitude, avaliando-a ironicamente. Recuperando o contexto que subjaz o texto e a memória discursiva, infere-se que seria pouco crível que a política de Lula em suas viagens internacionais conseguiria modificar as relações entre os povos – até mesmo porque essa mudança tem suas resistências para ser feita, já que no mundo se vive permeado por diferenças. Além disso, para o enunciador isso era o que se imaginava que Lula faria (ou, pelo menos, alguns imaginavam). Então, recuperando a afirmação que o enunciador faz do que seriam boas atitudes de um presidente (“[...] ações diárias, minuciosas e persistentes” (TOLEDO, 2005b)) e ainda o contexto a que se refere o texto, vê-se que o esperado para o enunciador seria que o presidente atuasse em seu país, principalmente naquele momento em que políticos brasileiros viam-se envoltos em escândalos, deixando de fazer tantas viagens.

Tal discordância da atitude de Lula é percebida ainda quando se afirma que nessas viagens, Lula mendigava aos quatro cantos do mundo um lugar no Conselho de Segurança – “Enquanto se mendigava, nos quatro cantos do mundo, um lugar no Conselho de Segurança, bom mesmo era receber dos estrangeiros os louros devidos ao espécime raro do operário tornado presidente”. (TOLEDO, 2005b). Sendo assim, como seria possível que esse mesmo país pudesse conseguir mudar a relação entre os povos, se mal tem um lugar dentre os países mais importantes do mundo? Considerando tais relações de sentido que se estabelecem no texto, vê-se que a afirmação de que a política externa brasileira ia mudar as relações entre os povos é absurda, tendo, assim, um viés crítico irônico, já que instaura dois sentidos que se friccionam (o do enunciado e o da enunciação). Por meio da ironia, o enunciador ridiculariza a atitude de Lula, impingindo-lhe sua avaliação. A ironia é aí instaurada e interpretada, pois se levou em consideração a relação entre o sentido do todo do texto e, ainda, os sentidos que o constituem. Por isso, pode-se perceber que o que é dito no enunciado trata-se de um discurso absurdo (pois o enunciador não concorda com ele, e além disso, seria pouco crível que isso ocorresse), tendo na enunciação um outro sentido, contrário àquele: não havia a possibilidade de Lula, em suas viagens, fazer uma política externa revolucionária, e naquele momento ele

⁶³ Vide Anexo B.

deveria estar em seu país, administrando a “casa” e não viajando. Além do mais, com expressões informais, o enunciador afirma a preferência de Lula pelas viagens internacionais (“ [...] eh, mundão grande e cheio de coisa linda para se ver!”). Tais expressões querem fazer parecer que são de Lula, sem serem diretamente atribuídas ao presidente. Portanto, remeda-se (ou imita-se) aqui o outro, Lula.

Mais à frente, o enunciador atribui uma adjetivação também ao presidente, como se ele a estivesse afirmando: “Quanto à chatice de traçar rumos e decidir, para que se incomodar, se ele tinha formado “o melhor ministério que o país já teve?”” (TOLEDO, 2005b). O adjetivo “chatice” aí empregado dá um viés irônico à afirmação, já que traçar rumos e decidir sobre questões políticas para o enunciador deveriam ser as atitudes esperadas de um presidente que governa seu país e não ser considerado como algo desprestigiado. Entretanto, atribuindo tal qualificação a Lula como se ele a estivesse afirmando, o enunciador o ridiculariza, pois aquela não seria uma atitude desejada de um presidente ativo em seu governo. E, ainda, ao recuperar o discurso do próprio Lula de que ele havia feito o melhor ministério que o Brasil já havia tido, o enunciador critica a postura dele, mas de uma maneira relativizada, já que é preciso, para compreendê-la, que se recorra à memória discursiva e ao contexto que perpassa o texto: naquele período, alguns dos ministros escolhidos pelo presidente Lula viam-se envolvidos em alguns escândalos do mensalão. Há, então, uma contradição de sentidos, pois como esse seria o melhor ministério, se alguns de seus membros estavam envolvidos em corrupção? E ainda, em seguida, o enunciador habilmente afirma que na época a reforma ministerial estava compondo uma história “aflitiva, tortuosa e sem rumo” (TOLEDO, 2005b), recuperando o discurso dos seus poucos resultados consistentes. Então, contra-argumenta o discurso atribuído ao próprio Lula ((...) para que se incomodar, se ele tinha formado “o melhor ministério que o país já teve?”” (TOLEDO, 2005b)), dando um efeito de constatação ao seu posicionamento: esse não é o melhor ministério, pois nem mesmo a reforma ministerial conseguiu ser feita. O discurso irônico então é aí instaurado, já que a afirmação posta no enunciado é absurda (considerando o ponto de vista do enunciador), tendo um outro sentido, contrário, na enunciação. Além disso, traçar rumos deveria ser a atitude do presidente e não de seus ministros, e não deveria ser considerado uma chatice, mas sim, uma obrigação. A ironia é aí instaurada pois vê-se que o autor constrói o discurso de forma a sinalizar sua distância frente aos pontos de vista absurdos que veicula, tendo, implicado neles, um discurso sério, com o qual ele concorda.

Mais à frente o enunciador afirma que a vitória eleitoral fez um grande mal ao presidente, pois ele passou a acreditar em si mesmo mais que o razoável, ainda mais que suas origens foram a de um menino que “vendia amendoim e laranja no cais de Santos” (TOLEDO, 2005b). Aludindo à sua tese da falta de ações políticas de Lula para a organização do seu país, o enunciador recupera o discurso bíblico, afirmando implicitamente que o presidente não governa, mas acredita que milagres ocorrerão, já que dominava seus segredos – de acordo com o enunciador, a eleição de Lula se deu por um milagre. Diante disso, afirma:

Não precisaria mais se mexer, já dominava o segredo da varinha de condão. “Faça-se o Fome Zero!”, e o Fome Zero se faria. “Faça-se o maior programa social já visto neste país”, e o programa se faria. Faça-se a retomada do crescimento, a distribuição de renda, o respeito pelo Brasil no mundo. “Nunca se fez tanta coisa”, dizia, e o pior é que acreditava nisso. Enquanto o presidente confiava na infalibilidade de suas mágicas, a devassidão e a esbórnica corroíam as entranhas de seu governo.⁶⁴ (TOLEDO, 2005b)

Recuperando o contexto referido, o enunciador avalia que naquele período o projeto Fome Zero tinha poucos resultados, não sendo praticado efetivamente. De acordo com o enunciador, isso se deu em decorrência da falta de governância de Lula, o qual havia delegado funções a ministros – dos quais alguns se viam envolvidos no caso do mensalão – e estava preocupado com suas viagens internacionais. Já que Lula não governava efetivamente, para o enunciador esse projeto só se concretizaria por meio de um milagre, o qual Lula já dominava. Ridicularizando Lula e o criticando, o enunciador instaura aí a ironia, já que afirma no enunciado um discurso absurdo, com o qual discorda, tendo, implicado nele, um discurso sério, o qual apóia: o milagre só se realiza em discursos bíblicos, sendo algo sobrenatural; o meio político não se trata desse contexto, sendo o milagre, portanto, incoerente nessa situação. Além do mais, o enunciador defende que ações políticas são aquelas que envolvem um compromisso do político com as funções que lhe foram delegadas; ações essas que fazem em sua prática e não esperando que um milagre as resolva. Sendo assim, o enunciador afirma no enunciado algo absurdo – de que projetos de Lula se concretizam por meio de um milagre – tendo implicado, na enunciação, um outro sentido, o de que a instauração “do melhor programa social” (TOLEDO, 2005b) já visto no país, “a retomada do crescimento, a distribuição de renda, o respeito pelo Brasil no mundo” (TOLEDO, 2005b) – neste último

⁶⁴ Vide Anexo B.

referindo-se às viagens internacionais recuperadas no texto – só se dariam por meio de ações concretas, “diárias e minuciosas” do presidente (TOLEDO, 2005b).

Dessa forma, vê-se que a ironia não é feita pontualmente no texto, mas sim, ao se recuperarem os discursos e sentidos que o constituem como um todo e, ainda, ao os relacionar inter, intra e extra-textualmente. É preciso considerar também as pistas deixadas ao longo do texto pelo seu autor para que a ironia possa ser interpretada. No caso desse artigo de opinião exemplificado, essas pistas podem ser caracterizadas pelo uso de adjetivos, os quais dão uma qualificação ao objeto a que se referem, mas com um viés de ridicularização; e, ainda, o uso de comparações, as quais se fazem inusitadas, pois o enunciador relaciona em um mesmo nível semântico elementos que têm pouca correspondência de sentido, o que deixa a comparação crítica.

Além disso, a ironia funciona nesses artigos de opinião como uma avaliação negativa, mas que sofrem, ao mesmo tempo, um efeito de relativização, pois o enunciador não afirma diretamente sua crítica, mas a faz por meio de uma relação entre vozes, caracterizadora da ironia. Entretanto, percebemos que pela forma de construção do seu discurso, o autor simula a amenização de sua voz, mas indicando uma crítica engenhosa e aguda, como a de que Lula não governa. Essa avaliação é tratada pelo enunciador como absoluta, como se fosse uma constatação, propondo-se a prová-la pela recuperação de discursos de outrem, como os do próprio presidente, e também acontecimentos que o envolveram, ridicularizando-os em sua maior parte. Diante disso, percebe-se que nesses artigos de opinião há a configuração de um autor que, tendo um projeto de dizer, tenta regular o sentido do seu texto, tratando sua opinião como irrefutável, uma constatação.

As características apontadas em relação à configuração da ironia e seu papel nos textos de Toledo se fazem semelhantes nos textos em que essa forma de dizer aparece. Portanto, ilustramos com mais um artigo de opinião como a ironia se dá neles, confirmando o que já foi dito sobre ela, e, ainda, constatando que se tratam de características autorais.

No artigo de opinião “Um prodígio chamado Duda Mendonça” (TOLEDO, 2005h)⁶⁵, o enunciador refere-se ao publicitário Duda Mendonça – que estava sendo investigado na CPI dos Correios na época – aludindo à sua capacidade e habilidade em eleger políticos. Nesse artigo, o enunciador assume o posicionamento de que o que realmente promove algum político, tomando como exemplo novamente o presidente Lula, não é o seu caráter ou suas

⁶⁵ Vide Anexo H.

propostas de governo, mas sim, a sua imagem ilusória e enaltecida construída por publicitários – neste caso, Duda Mendonça, que foi responsável por toda a campanha política da candidatura de Lula à presidência e também de outros políticos, como Paulo Maluf, Celso Pitta e Marta Suplicy, os quais são citados no texto. Diante disso, o enunciador, recuperando discursos da campanha política de Lula para a eleição de 2002, propõe-se a constatar que há uma incoerência com o que foi dito naquela campanha pelo presidente, em época de candidatura, e o que nela não foi cumprido em seu mandato até então, enfatizando no artigo de opinião a proposta eleitoral de que Lula iria acabar com a corrupção em seu mandato. O enunciador afirma:

"Xô, corrupção." Assim pregava o primeiro comercial produzido por Duda Mendonça para a campanha do PT, em 2002. A imagem era de um bando de ratos roendo a bandeira nacional. "Ou a gente acaba com eles ou eles acabam com o Brasil", dizia o texto, antes de soltar o "xô" que era a peça de resistência, o fecho de ouro, o bordão concebido para impressionar e ficar na memória. Talvez o "xô" tenha sido pronunciado sem a devida energia. Talvez tivesse sido proclamado com os dedos fazendo figa. Naquele mesmo momento em que era espantada, no mundo de sonho dos anúncios, a corrupção se abria para o autor do "xô", no mundo real, farta e generosa como o Mar Vermelho para Moisés. (TOLEDO, 2005h)

Vê-se que o enunciador recupera discursos da própria campanha eleitoral de Lula e posiciona-se contrariamente a eles, mostrando que as propostas feitas não foram levadas em conta, já que, como afirma, o governo Lula, após a eleição, marcou-se por uma onda de corrupção, a qual se abriu com facilidade a partir do momento em que ele se elegeu. Comparando hiperbolicamente o anúncio de corrupção do governo com a abertura do Mar Vermelho, o enunciador critica Lula pelo discurso irônico. Por meio da comparação, afirma-se no enunciado um discurso absurdo, que tem um sentido sério implicado, o de que o governo Lula é corrupto. Além do mais, pela memória discursiva, recupera-se o contexto que subjaz esse artigo de opinião, que indica que nessa época houve várias denúncias envolvendo o governo, o PT e outros políticos. A fim de provar sua opinião, o enunciador recorre a discursos de outrem que se referem a esse contexto e também os do próprio publicitário, posicionando-se diante deles.⁶⁶ A partir dessas relações de sentidos, apreende-se o posicionamento do enunciador frente a esse acontecimento que chama para o texto: ele discorda das atitudes de Duda Mendonça como publicitário que promove campanhas políticas

⁶⁶ A tomada de posição do enunciador frente aos discursos que recupera e a relação que estabelece entre esses discursos e o seu é abordada na seção 03 do trabalho.

capazes de eleger políticos corruptos, e, ainda, ao recuperar o discurso que se refere à participação de Duda Mendonça na CPI dos Correios, remete-se ao ideário de que ele também participou de conchavos – talvez por isso tenha se empenhado tanto em promover os políticos citados no texto.

Então, nesse artigo de opinião, como dito, o enunciador recupera também dados referentes às campanhas políticas de Paulo Maluf, Celso Pitta e Marta Suplicy, querendo, com isso, mostrar o que acredita ser a não fidelidade de Duda Mendonça a uma ideologia política – ora faz campanha a políticos de direita, ora aos de esquerda. Ao recuperar tais acontecimentos, o enunciador se posiciona, afirmando que esses políticos, em razão do mal governo que implantaram em seus mandatos, não deveriam ter sido eleitos; mas, como tiveram uma campanha política habilmente realizada por um marqueteiro – Duda Mendonça – assim o foram. Portanto, confere uma parcela de culpa a Duda, pois foi ele quem incutiu na “cabeça” do eleitorado que tais políticos eram bons o suficiente para serem eleitos, mas, na prática, não o foram.

Observa-se, porém que, ao longo do texto, o enunciador recupera somente acontecimentos que desfavorecem os políticos de que trata, não recuperando no texto nenhuma medida consistente que por ventura esses políticos possam ter feito durante seus mandatos (no caso de Marta Suplicy, ela não conseguiu se eleger na campanha a que o enunciador se refere, o que para ele foi algo bom, já que em sua campanha ela prometia a construção do Céu Saúde, o que, para ele, daria um gasto exorbitante aos cofres públicos e não daria o resultado esperado à população). Sendo assim, vê-se que o artigo de opinião é habilmente construído por um autor que regula o sentido do seu texto, pois, ao recuperar discursos que se remetem somente às medidas desprestigiadas de tais políticos, conduz o enunciatário a constatar que Duda Mendonça realmente não deveria ter promovido a campanha desses políticos e feito com que fossem eleitos, pois se trata de maus governantes.

Tratando-se da construção do discurso irônico nesse artigo de opinião, para que ele seja compreendido e identificado, é preciso se considerar esses sentidos que permeiam o texto e relacioná-los, pois assim é possível depreender o posicionamento do enunciador e identificar os discursos absurdos que veicula – o qual, relacionado com discurso sério nele implicado, constitui a ironia.

Posicionando-se contrariamente a Duda Mendonça, o enunciador, após retomar o discurso da campanha política de Lula, com o bordão do “Xô, corrupção!”, remete-se à forma como o publicitário se apresentou na CPI dos Correios. Ele afirma:

Curiosa figura do nosso tempo, esse Duda Mendonça. Tão emblemático de sua categoria quanto Joãozinho Trinta dos carnavalescos, ele se apresentou à CPI dos Correios com paletó escuro sobre camiseta escura. Nada de camisa branca e gravata. Ele é diferente. Os publicitários, ou, pelo menos, boa parte dos publicitários, pretendem ser artistas, e, ao artista, como se sabe, não basta *ser* – é preciso *parecer* artista. Esse negócio de se apresentar como o comum das pessoas fica para os artistas menores – um Carlos Drummond de Andrade, que num sarau de poesia seria tomado pelo encarregado de recolher os ingressos, um Graciliano Ramos, que continuaria a ter cara de amanuense mesmo num mundo onde não existiam mais amanuenses. Mas o problema não é Duda Mendonça tomar ares de artista quando, evidentemente, não é. O problema é ele tomar ares de simples publicitário, quando, evidentemente, também não é – ou, pelo menos, não é só isso. (TOLEDO, 2005h, grifo do autor)

Com uma voz habilmente entoada, o enunciador indica seu desprestígio à figura de Duda Mendonça, ridicularizando-o. Comparando-o a Carlos Drummond de Andrade e a Graciliano Ramos, o enunciador afirma o contrário daquilo com o qual concorda, instaurando o discurso irônico. Recorrendo à memória discursiva, sabe-se quem foram Carlos Drummond de Andrade e Graciliano Ramos: renomados escritores modernistas brasileiros, que muito influenciaram nossa literatura e tinham em seus ideários a contestação das mazelas sociais e a discussão sobre o papel do homem na sociedade.

Ao afirmar que Graciliano Ramos e Carlos Drummond de Andrade são artistas menores, o enunciador confere o sentido de que Duda Mendonça, ao contrário daqueles, é sim um artista maior, já que se apresentou na CPI dos Correios com “ares” de artista, vestido fora do esperado para aquela seção. Já Drummond e Graciliano, os quais se apresentavam publicamente como pessoas comuns, são tratados com desprestígio, pois não tinham “ares” de artista, como Duda. Então, afirma-se no enunciado que Drummond e Graciliano foram personalidades insignificantes, uns dentre outros, o que é algo absurdo tanto do ponto de vista do enunciador, quanto do ponto de vista do contexto a que se remete. Sabe-se pela memória discursiva que esses escritores são grandes personalidades literárias, e é com esse sentido que o enunciador concorda, pois nesse artigo de opinião ele se posiciona contrariamente a Duda Mendonça; e, além do mais, ele mesmo afirma que Duda somente tem ares de artista, pois artista ele não é. Assim, ao afirmar que Drummond e Graciliano Ramos são “artistas menores” (TOLEDO, 2005h) e referindo-se a eles como “um Carlos Drummond de Andrade” e “um Graciliano Ramos” (TOLEDO, 2005h), o enunciador afirma no enunciado seu desprestígio a tais escritores; mas sinaliza, através da relação de sentidos feita pela comparação, que tal ponto de vista é absurdo, assumindo, na enunciação, um sentido contrário

a esse: Carlos Drummond de Andrade e Graciliano Ramos são artistas maiores, enquanto Duda é o artista menor – aliás, nem é artista, como o enunciador mesmo afirma. O discurso absurdo ainda se dá, pois a comparação feita entre tais personalidades é inusitada do ponto de vista das semelhanças feitas: Drummond e Graciliano, ao contrário de Duda, defendiam o ideário do respeito aos direitos dos cidadãos, questionando as mazelas sociais pelas quais o povo brasileiro passava; já Duda, pelo o que se vê no artigo de opinião, é aquele que concorda com a sujeição a qualquer partido político e a qualquer candidato, desde que lucre com isso. Diante disso, vê-se que há uma relação entre um discurso absurdo, dito pelo enunciador, do qual discorda; e um discurso sério, não-dito, mas implicado nessa relação entre vozes, o qual apóia. Portanto, a ironia aí se instaura, servindo como mecanismo de avaliação à figura de Duda Mendonça, mas de maneira implícita. Tal avaliação é feita por um autor habilidoso, que veicula pontos de vista contraditórios, organizando o texto de tal forma que garanta a unidade e a coerência de sentido. Mas para isso, exige-se que o enunciatário não tome ao “pé da letra” o que é afirmado no enunciado, mas que relacione os sentidos que perpassam o texto, entendendo que há um sentido implicado, outro, na comparação feita. Além disso, é necessário um enunciatário capaz, ao menos, de recuperar quem foram tais autores, para contrapô-los a Duda Mendonça, pois somente com essa relação de sentidos é que irá se reconhecer a falta de similitude das personalidades, e, conseqüentemente, a ironia.

Mais adiante, o enunciador retoma o discurso da campanha publicitária de Lula em 2002, contrapondo-se às ações nela defendidas. Seu posicionamento é o de que tais atitudes não passaram de um marketing instaurado por Duda Mendonça naquela campanha, já que na prática pouco surtiram efeito. Referindo-se ao publicitário, o enunciador afirma:

Outro milagre foi inculcar no eleitorado a noção de que o governo Lula seria um primor de zelo, rigor e competência. Um anúncio da campanha de 2002 mostrava um grande escritório, com uma sucessão de escrivaninhas, onde cérebros privilegiados estudavam cada pormenor da realidade nacional. Lula passeava entre as mesas, com a desenvoltura do líder seguro e confiável, dando tapinha nas costas de um, debruçando-se sobre o papel em que outro trabalhava. Parecia a Nasa na véspera de lançamento espacial. Dava-se a entender que o PT se preparava para o governo com idéias claras e soluções na ponta da língua. Lula prometia lançar o foguete Brasil rumo ao futuro. Hoje esse anúncio virou comédia. (TOLEDO, 2005h).

Já no início do excerto, vê-se uma afirmação da qual o enunciador discorda: em decorrência do posicionamento que defende, percebe-se que o enunciador não contesta a

avaliação de que o governo de Lula seria “um primor de zelo, rigor e competência”. (TOLEDO, 2005h). Relacionando tal afirmação ao contexto que subjaz ao texto, recuperam-se, novamente, os problemas nos quais o governo de Lula estava envolvido, como o caso do mensalão, a não concretização de fato de seus projetos sociais, etc., implicando em sua afirmação o contrário do que disse: o governo Lula não é um primor de zelo e de competência, como afirmou. Assim, estrategicamente o enunciador refere-se nesse texto somente às falhas nas medidas tomadas durante o governo Lula, não recuperando ações profícuas que possam ter sido feitas. Diante disso, vê-se a regulação de sentido que o autor imprime ao texto, podendo ser considerado, ao utilizar a ironia (e também os discursos reportados, vistos na seção 03), como uma “pseudo-relatividade” de sua voz, pois, ao mesmo tempo em que ele ameniza sua crítica, não afirmando diretamente no texto, ele constrói seu posicionamento como se esse fosse irrefutável. Isso se dá pois ele recupera discursos e sentidos que possam garantir a adesão do enunciatário ao que afirma, já que não chama ao textos sentidos contrários à sua afirmação, que possam suscitar uma outra leitura. E, quando porventura chama ao texto esses sentidos dos quais discorda, problematiza-os, contra-argumentando-os.

Nesse trecho, então, percebe-se que em seu início há a instauração da ironia como avaliadora da campanha política de Lula e do seu governo, pois o enunciador afirma no enunciado algo do qual discorda e que para ele é absurdo (o governo Lula ser um primor de zelo, rigor e competência), tendo, implicitamente um outro sentido o qual apóia e defende, o de que esse governo é marcado por escândalos, como o da corrupção, o que o faz um governo sem zelo e incompetente. O sentido ambíguo aí se instaura pela relação entre o dito e o não-dito, levando a uma avaliação com um viés irônico.

A ironia se faz também pela comparação entre a campanha publicitária de Lula com as ações da Nasa em véspera de lançamento, colocando em uma mesma instância sentidos distintos, criticando Lula. Em nosso imaginário, figura a necessidade de extremo zelo, competência, responsabilidade e habilidade de seus pesquisadores para enviar o homem ao espaço. Ao afirmar que Lula, passeando dentre seus fictícios funcionários de governo em sua campanha eleitoral, caracterizando um ambiente sério como o da Nasa, o enunciador ridiculariza a atitude de Lula, contrapondo-se a ela. O enunciador afirma no enunciado algo que, sob seu ponto de vista é absurdo, tendo um outro sentido na enunciação: o governo Lula não se compara à Nasa em véspera de lançamento, pois, ao contrário do que afirma, esse governo não tem idéias claras e soluções na ponta da língua. O que o publicitário monta,

então, seria uma farsa. Essa relação contraditória e ambígua de sentido instaurada pela ironia é percebida quando se relaciona o posicionamento que o enunciador toma frente ao acontecimento que recupera no texto, e, ainda, pela própria afirmação que faz no texto, de que “Hoje esse anúncio virou comédia”. (TOLEDO, 2005h). O enunciador, ao imprimir o sentido de comédia à campanha política de Lula, recupera os sentidos negativos que perpassam esse governo, levando o enunciatário à percepção de que seu posicionamento é incontestável, como se fosse uma prova: recuperando acontecimentos escandalosos noticiados em relação ao governo Lula, o enunciador propõe-se a mostrar para o enunciatário que sim, hoje aquele anúncio é uma comédia, já que tal governo se deixou contaminar pela corrupção e não tem mostrado ações consistentes de mudanças sociais. Então, ao comparar a Nasa à proposta de governo de Lula, o enunciador instaura aí a ironia, já que é posto no enunciado um discurso absurdo para o enunciador, que assim o considera, tendo na enunciação um outro sentido, contrário ao que é dito. E essa relação de vozes leva a uma ambigüidade de sentido, ao humor e à crítica, caracterizadores da ironia. Percebe-se, então, que pelas pistas deixadas ao longo do texto o enunciador sinaliza para o enunciatário a construção da ironia, avaliando as personalidades recuperadas no texto.

Por isso, temos nesses artigos de opinião um autor habilidoso e sutil para expor seu posicionamento, pois ele não o afirma diretamente no enunciado, mas deixa pistas para compreendê-lo, que ao mesmo tempo veiculam uma crítica aguda ao alvo em questão. Além disso, ele é estrategista, pois recupera sentidos e discursos relacionando-os de tal forma que possam levar a um efeito de constatação da sua opinião.

Podemos perceber nos artigos de opinião de Toledo que a ironia é construída principalmente por meio de comparações inusitadas, com pouca correspondência semântica, e também por meio de adjetivos, os quais dão um sentido de desdém ao objeto a que se refere. Ainda, para que ela seja interpretada, é preciso que sejam relacionados os discursos e sentidos inter, intra e extra-textualmente, não sendo feita, portanto, somente pontualmente no texto, mas sim, contaminando-o.

Além disso, a ironia funciona nesses textos como um mecanismo amenizador da voz julgadora do enunciador, já que não a crítica não é feita diretamente no enunciado, como se estivesse pronta, dada. Para compreendê-la, é preciso que o enunciatário a reconheça e também a interprete, relacionando o dito e o não-dito, implicado na enunciação. Entretanto, a avaliação feita por meio da ironia é aguda e engenhosa, tratada pelo enunciador como categórica. Por isso, ela se trata de um mecanismo que “pseudo-relativiza” a voz do

enunciador, pois ao mesmo tempo em que ele é sutil para expor sua opinião, essa é peremptória. A ironia funciona então, como afirma Hutcheon (2000), como uma arma dentro do texto, pois ao mesmo tempo em que ameniza a voz julgadora do enunciador, não deixa de instaurar uma voz avaliadora aguda dentro dele.

Portanto, conforme nos propusemos mostrar, a ironia acontece por uma relação entre vozes, podendo ser caracterizada como um mecanismo dialógico, já que trabalha com o jogo entre o dito e o não-dito e também com a relação entre enunciador e enunciatário. Além do mais, ela ocorre pois se dispõe no texto de elementos histórico-sociais que permitem reconhecer o discurso absurdo que é veiculado e o discurso sério nele implicado.

3 DISCURSOS DE OUTREM: UMA INTER-RELAÇÃO DE VOZES NO ARTIGO DE OPINIÃO

O discurso citado é o *discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*. (BAKHTIN, 2004, p. 144, grifo do autor).

Como discutido na primeira seção, o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem. Para o Círculo de Bakhtin, em qualquer enunciado há pelo menos duas vozes, isto é, duas posições: a do enunciador e aquela em oposição à qual ele se opõe. Sendo assim, o enunciado não existe fora das relações dialógicas; nele estão sempre presentes ecos e lembranças de outros enunciados com os quais ele pode concordar ou não. O enunciado é, então, “a réplica de um diálogo, pois cada vez que se produz um enunciado o que se está fazendo é participar de um diálogo com outros discursos”. (FIORIN, 2006, p. 21). Ao ser pronunciado em um ato único e singular e veiculando um ponto de vista, o enunciado solicita uma resposta, uma réplica, a qual pode ser de concordância ou não ao que é dito. Assim, o caráter dialógico da linguagem mostra-se também pela presença de um enunciatário, o que a caracteriza “tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém”. (BAKHTIN, 2004, p. 113, grifo do autor).

Essa concepção de dialogismo sucintamente apresentada e enfocada no trabalho como um todo trata-se do que se pode chamar de “dialogismo constitutivo” (FIORIN, 2006, p.32), uma vez que oferece uma perspectiva sobre a constituição da linguagem, enfatizando seu caráter ideológico e dialógico. Segundo Fiorin (2006), além desse tipo de dialogismo, que é intrínseco à linguagem, à palavra, há ainda, nos estudos de Bakhtin, um dialogismo que se caracteriza pela incorporação de outras vozes no enunciado pelo enunciador – e que também se apóia no caráter dialógico da linguagem. São maneiras mais explícitas e visíveis de se veicular outras vozes no enunciado, as quais podem ser abertamente e nitidamente citadas no texto, usando-se algumas marcas nele (como as aspas), ou internamente dialogizadas, não havendo uma separação nítida entre a voz citada e a voz que a cita. Há, portanto, a presença da palavra de outrem nos enunciados, estabelecendo uma relação ativa entre o discurso que o reporta e o reportado.

Assim, por meio das duas concepções de dialogismo do Círculo de Bakhtin distintas por Fiorin (2006), entendemos que o dialogismo ocorre em todos os momentos de nossas atividades comunicativas, pois se trata da condição de existência do enunciado; entretanto, não se realiza somente em um processo de interação verbal entre enunciador e enunciatário, mas também pela interação entre textos, entre discursos.

Nos artigos de opinião em análise, verifica-se que em todos eles o enunciador recorre a outros dizeres, a outros discursos, elucidando, por meio dessa estratégia, o seu posicionamento, a sua voz. Utilizados, em sua maioria, como um recurso argumentativo para dar um efeito de constatação ao posicionamento do enunciador, os discursos reportados chamados ao texto, trata-se de um procedimento de transmissão valorativa, pois o autor desses textos os escolhe propositalmente para assegurar o ponto de vista que defende, e, além disso, ao fazer tal escolha dentre uma gama de possibilidades de discursos a que poderia recorrer, já está implicando seu juízo de valor ao enunciado. Vê-se, então, que a escolha dos discursos reportados já indica os valores defendidos e repudiados pelo enunciador (como a ética, por exemplo, a qual defende), assim como o posicionamento assumido diante deles. Os discursos reportados, nesse sentido, vêm caracterizar o estilo dos textos de Toledo, além, claro, do uso da ironia e de adjetivos, vistos em seções anteriores. Assim, como mostra Bakhtin, os discursos, que são dialógicos, também podem ser constituídos por outros dizeres, por outras vozes de uma maneira mais explícita, configurando o intenso processo de confronto entre vozes e sujeitos característico da linguagem.

Ao analisarmos os 25 (vinte e cinco) artigos de opinião propostos, verificamos que o enunciador recupera variados tipos de discursos, dos quais fizemos uma classificação. Ressaltamos que tal classificação é relativa, uma vez que não se baseia em pressupostos teóricos, mas em nossas considerações quanto à autoria e o conteúdo dos discursos recuperados. Sendo assim, chamamos de discurso da “personagem-tema”, o discurso da personalidade que é tratada no texto como tema da discussão e também os próprios temas referidos nos artigos de opinião, quando não há uma personalidade específica sendo abordada, como o caso do referendo sobre a venda de armas de fogo no Brasil. Já os discursos que se referem a personalidades culturais, políticas e aqueles publicados em algum meio de comunicação, como jornais ou revistas, tratamos como “discursos noticiados”, uma vez que, tornaram-se públicos e de conhecimento em âmbito nacional, tendo outra autoria que não a da “personagem-tema”. Quanto aos discursos que se referem a livros ou filmes, tratamos como “discursos da arte”, uma vez que se caracterizam por terem uma linguagem própria,

trabalhada, e abordarem variadas questões de uma maneira peculiar. E os discursos que se referem a alguma instituição, tratamos como “discursos institucionais”.

Cada um desses discursos é inserido em um contexto específico (o de cada artigo de opinião em particular), referindo-se ao tema abordado no texto. São utilizados, em sua maioria, para sustentar a questão chamada ao texto e, assim, dar o efeito de constatação à tese do autor. As formas de tratamento dadas a esses discursos configuram-se, em sua maioria, pelo uso das aspas, embora haja o uso também do estilo pictórico: pelo recursos dos discursos reportados, ao posicionar-se diante de alguma questão política ou social, tanto do Brasil quanto do mundo, chamadas no texto, expõe seu posicionamento crítico e avaliador, mas não categorizando essa sua voz. Ao dar voz a um outro, o qual é conhecido e/ou respeitado em âmbito nacional, desvencilha-se de um dizer categórico, uma vez que é o outro quem diz, dando, ainda, um efeito de irrefutabilidade ao que é dito. Nos itens a seguir desta seção, enfocaremos nossa discussão nas formas de transmissão desses discursos e em sua importância para a configuração do posicionamento do enunciador.

3.1 Os discursos reportados

Ao abordar a linguagem na vida cotidiana, Bakhtin trata, dentre os estudos que envolvem a língua, a sintaxe como o campo que melhor explora a língua em suas condições reais de fala. Não desconsidera a importância dos estudos da morfologia e da fonologia, mas, em razão da perspectiva sociológica com a qual se debruça diante da língua, entende que os problemas de sintaxe tratam a língua não como uma abstração, mas sim, em seu potencial de concretização, como um “corpo vivo da enunciação” (BAKHTIN, 2004, p. 140). Mesmo assim, admite que “o elemento suplementar que faz [da] palavra uma enunciação completa permanece inacessível a todas as categorizações ou determinações lingüísticas, quaisquer que sejam”. (BAKHTIN, 2004, p. 140). Assim, ao se estudar a oração completa, mesmo que haja os elementos constituintes para a sua atualização, não há, entretanto, uma enunciação, mas sim, elementos que podem ser descritos e que contêm potencial de fala.

Ao refletir sobre o discurso citado em seus estudos, Bakhtin dá importância aos problemas de sintaxe que envolvem esse processo, enfatizando as relações estabelecidas entre o discurso citado e aquele que o cita. Para Bakhtin, há uma interação dinâmica entre esses discursos, e eles somente existem e só se formam por meio dessa inter-relação. Há ainda uma interação entre sujeitos, uma vez que há uma orientação para uma terceira pessoa, à qual o enunciado será transmitido, reforçando a influência das forças sociais organizadoras do texto.

A língua, por essa perspectiva, não se trata de um sistema abstrato, mas antes, caracteriza-se por ser um fenômeno social da interação verbal. Nela ocorre um embate entre valores, entre discursos e também entre sujeitos. Esses, em relação dialógica, caracterizam a linguagem como um fato social, sendo a expressão exterior do discurso interno não um processo monológico, mas sim, um produto da interação social. Assim, “A atividade mental do sujeito constitui, da mesma forma que a expressão exterior, um território social”. (BAKHTIN, 2004, p. 117). O mundo interior, portanto, adapta-se às possibilidades que o mundo exterior oferece para sua expressão, importando a quem será transmitido o discurso, quais serão transmitidos e também o contexto de produção. Ao inserir discursos de outrem em um texto, essas considerações devem ser privilegiadas, uma vez que, para Bakhtin, a reação da palavra à palavra é um processo que envolve a língua em sua unidade real, devendo a palavra alheia ser tratada como um objeto palpável. Nos artigos de opinião, percebe-se que esses elementos caracterizam-se por um enunciatário contemporâneo, que recupera os sentidos veiculados pelo enunciador (sentidos esses regulados pelo enunciador, de certa forma), inserido em um contexto também contemporâneo, perpassando pelo suporte da revista *Veja*. Quanto aos discursos recuperados, são aqueles chamamos de “discurso noticiado”, como os de Nelson Rodrigues, Zagallo, deputados em geral, por exemplo, que são conhecidos em âmbito nacional; também discursos das personalidades recuperadas no texto, tendo-as como o objeto-tema da discussão, denominados discurso da “personagem-tema”; e ainda são recuperados “discursos da arte” e “discursos institucionais”. A recuperação desses discursos faz com que o seu dizer sofra um efeito de irrefutabilidade, uma vez que dá voz a outros saberes, a outras vozes, as quais têm um peso no ideário nacional.⁵⁷

Para Bakhtin, o uso da citação trata-se de uma recepção ativa do discurso de outrem. O enunciador, em relação dialógica com o enunciatário, escolhe discursos para transmitir, estabelecendo uma relação ativa com eles, uma vez que os integra em seu discurso, dialogando com eles, e, ao mesmo tempo, conservando sua autenticidade. Os mecanismos de

⁵⁷ A classificação desses discursos está na página 79 desta seção.

apreensão e de transmissão do discurso de outrem são, portanto, sociais, pois o enunciador adapta-os estruturalmente e gramaticalmente ao seu discurso, considerando as estruturas gramaticais da língua e, ainda, se “têm fundamento na existência econômica de uma comunidade lingüística dada”, se estão “dentro dos limites das formas existentes numa determinada língua” que servem para transmitir o discurso. (BAKHTIN, 2004, p. 146/147). Assim, há uma influência reguladora para a apreensão e transmissão dos discursos de outrem, como esquemas padronizados, os quais surgiram em decorrência do uso e da função da língua socialmente.

Orientado para uma terceira pessoa, o discurso citado, o qual tem uma significação social, ao ser recuperado em um outro discurso, tem seu conteúdo conservado e também alguns elementos de sua estrutura primitiva. Assim,

A enunciação do narrador, tendo integrado na sua composição uma outra enunciação, elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilá-la parcialmente, para associá-la à sua própria unidade sintática, estilística e composicional, embora conservando, pelo menos sob uma forma rudimentar, a autonomia primitiva do discurso de outrem, sem o que ele não poderia ser completamente apreendido. (BAKHTIN, 2004, p. 145).

As formas de citação do discurso de outrem para Bakhtin, a título de organização, são consideradas sob duas orientações, as quais se caracterizam pela suas formas de apreensão e de transmissão. Uma delas é a que ele denomina *estilo linear*. Tal estilo caracteriza-se pela criação de contornos externos nítidos ao discurso citado, preocupando-se com a conservação de sua autenticidade de uma maneira visível. As formas lingüísticas são utilizadas com a função de isolar o discurso citado, atingindo, o discurso citado, “uma sobriedade e uma plasticidade máximas” (BAKHTIN, 2004, p. 150). Já o outro estilo é o *estilo pictórico*. Esse se caracteriza pela atenuação dos “contornos exteriores nítidos da palavra de outrem”. (BAKHTIN, 2004, p. 150). Nele, o discurso citado é absorvido no discurso que o cita, apagando-se as fronteiras visíveis que o marcam. Esse apagamento faz com que se dê um “colorido”⁵⁸ ao discurso citado, já que ele passa a integrar o discurso do enunciador, sendo perpassado pelo estilo do autor e pela percepção que este tem do discurso que recupera.

⁵⁸ Essa característica do estilo pictórico é apresentada por Bakhtin em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. (1994).

Com base nos 25 artigos de opinião de Toledo analisados, percebe-se que quando o enunciador chama ao textos outros discursos (quaisquer que sejam) e os cita, o estilo linear é o mais recorrente, mesmo havendo o uso também do estilo pictórico. A delimitação visível do discurso de outrem (estilo linear) é feita pelo uso das aspas e de recursos lingüísticos que compõem esse tipo de citação em particular. Os exemplos abaixo ilustram essa delimitação do discurso de outrem.

Discurso da arte:

Artigo de opinião “Nos labirintos do poder”⁵⁹

Se um ministro desejasse introduzir modificações em sua área, era mister fazer o imperador crer que a idéia tinha nascido de seu próprio e privilegiado cérebro. *"Para ser sincero, devo admitir que o bondoso amo apreciava mais os maus ministros"*, conta um depoente. Assim, ele ganhava chance *"de se destacar, pelo contraste"*. Era do agrado do imperador, por outro lado, que os ministros trabalhassem em favor dos próprios patrimônios. *"Não consigo me lembrar de um só caso em que o gracioso monarca tenha anulado uma promoção ou expulsado alguém do palácio por corrupção"*, diz outro depoente. *A ordem era: "Corrompam-se à vontade, desde que permaneçam leais a mim!".*(TOLEDO, 2005k, grifo nosso).

Artigo de opinião “ “Se não comparecerdes...” ”⁶⁰

A primeira é a busca da elegância. O "vós" faz bonito em textos como o célebre soneto de Bilac: *"Ora (dizeis) ouvir estrelas! Certo/ Perdeste o senso! E eu vos direi no entanto/ Que, para ouvi-las, muitas vezes desperto/ E abro as janelas, pálido de espanto"*. (TOLEDO, 2005r, grifo nosso)

Discurso da personagem-tema:

Artigo de opinião “A mais estonteante das quartas-feiras”⁶¹

Pouco antes ele tinha sido cassado por seus pares. E comemorava-se. Antes, Jefferson se despedira dos jornalistas dizendo: *"Esta é a última semana de*

⁵⁹ Vide Anexo K.

⁶⁰ Vide Anexo R.

⁶¹ Vide Anexo L.

inverno. A primavera está chegando". Um enigmático fecho, de poéticas ressonâncias, para uma ópera-bufa. (TOLEDO, 2005l, grifo nosso).

Artigo de opinião “Tudo o que é sólido derrete ao sol dos trópicos”⁶²

A mais contundente intervenção do comunista Aldo Rebelo no comando de uma sessão da Câmara dos Deputados, até agora, foi uma invocação a Deus. *"Por favor, parem com isso, pelo amor de Deus"*, conclamou, enquanto os deputados Arlindo Chinaglia e Inocêncio Oliveira ameaçavam trocar socos no plenário. (TOLEDO, 2005p, grifo nosso).

Discurso noticiado:

Artigo de opinião “A democracia americana ensaia sua volta”⁶³

O governo Bush já tinha a lamentar ter encontrado no Iraque uma repetição da tragédia do Vietnã. Ao Vietnã, somou-se agora um Watergate: um escândalo que ameaça fazê-lo em estilhaços. Enquanto o governo se debate entre um problemão e outro, salvam-se as instituições. *"Quatro anos depois do 11 de Setembro, começamos a ter nossa democracia de volta"*, escreveu o colunista Jonathan Alter, da revista *Newsweek*. (TOLEDO, 2005s, grifo nosso).

Artigo de opinião “O melão tentador e outras histórias”⁶⁴

Um comercial de televisão de pouco tempo atrás mostrava Ronaldinho Gaúcho, ainda menino, metido num uniforme de juiz e de apito na boca. *"Eu não queria ser jogador, queria ser juiz"*, dizia ele. Até que um dia chutou uma lata de refrigerante e descobriu sua verdadeira vocação. (TOLEDO, 2005n, grifo nosso).

Discurso institucional:

Artigo de opinião “A farsa cruel de um ponto de exclamação”⁶⁵

Eis um modo enviesado de ler a Constituição. Ali está escrito (artigo 37, VII) que o direito de greve dos funcionários públicos *“será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”*. Opor obstáculos à

⁶² Vide Anexo P.

⁶³ Vide Anexo S.

⁶⁴ Vide Anexo N.

⁶⁵ Vide Anexo V.

materialização da lei específica é desrespeitar o texto constitucional. (TOLEDO, 2005v, grifo nosso).

Artigo de opinião “ “Se não comparecerdes...””⁶⁶

O texto vai em sua conturbada e sofrida literalidade:

"Para dar andamento ao processo do Benefício em referência, solicito-vos comparecer, no endereço: Av. Santa Marina 1217, no horário de 07:00 às 15:00, para que as seguintes exigências sejam cumpridas:

- retirar a carteira profissional que se encontra em seu processo para que empregador atualiza as alterações de salários em vista da ultima anotação foi 1990 e o salario de contribuição esta divergente da ultima alteração (TOLEDO, 2005r, grifo do autor).

Com base nos exemplos citados e também na análise dos 25 artigos de opinião, percebe-se que o enunciador marca no texto, em sua maioria, o discurso de outrem por meio de aspas. Além disso, ao introduzir esses discursos ou após citá-los, utiliza-se de verbos do campo semântico que se refere a “falar sobre algo”, como “proferir”, “escrever”, “conclamar”, “dizer”, entre outros. Assim, esses elementos lingüísticos além de darem um contorno visível ao discurso citado, caracterizam a forma composicional e sintática utilizada pelo enunciador, configurando o estilo desses textos. Além disso, ao recuperar discursos de outrem e marcá-los nitidamente no texto, o enunciador acaba desvencilhando-se de um dizer categórico, pois ao mesmo tempo em que os utiliza para dar garantia ao que é dito, não o assume como sendo seu: é um outro quem diz; e esse outro, por fazer parte da temática tratada no texto – mesmo que não seja a “personagem-tema” – trata-se de alguém ou algo que impõe respeito, sustentando sua argumentação. Entretanto, ao recuperar discursos de outrem, amenizando a afirmação de sua crítica, o enunciador não só a sustenta, como também faz dela algo irrefutável. Mais do que dar credibilidade ao dito, ao recorrer aos discursos reportados faz com que esse seja tratado como inquestionável, e um dito que não se questiona, adquire um peso absoluto. Assim, acreditamos que o autor simula no texto uma “pseudo-relatividade”, pois utiliza estratégias que amenizam sua voz – já que dá voz a um outro (no caso dos discursos reportados) – mas construindo-o, ao mesmo tempo, como algo irrefutável.

Como dito, além do estilo linear, o autor utiliza também o estilo pictórico como forma de apreensão de discursos de outrem. O faz ao recuperar todos os tipos de discursos citados (“discursos da personagem-tema”, “discursos noticiados”, “discursos da arte” e “discursos

⁶⁶ Vide Anexo R.

institucionais”). Mesmo sendo o estilo linear o mais recorrente, o uso do estilo pictórico também ameniza a crítica do enunciador, pois as vozes são diluídas uma na outra, não havendo contornos nítidos entre a voz do enunciador e a voz citada. Alguns artigos de opinião em que isso pode ser observado são:

Discurso da arte

Artigo de opinião “Sobre causas, efeitos e trepar em árvores”⁶⁷

Notícias de Paris... O povo pobre se inquieta Notícias de Paris... O povo pobre se inquieta, o governo treme. Não, não se trata da revolta dos queimadores de carros, é outra, anterior, aquela, o leitor se lembra – a da Bastilha, da guilhotina, da execução do rei. As notícias de Paris causam excitação em Ombrosa, cidade italiana à margem do Mar da Ligúria, onde um audacioso barão, tomado pela revolta contra o autoritarismo paterno e as convenções sociais em geral, decidiu, no dia 15 de junho de 1767, quando tinha 12 anos, refugiar-se em cima das árvores, e de lá nunca mais desceu, passando uma vida inteira a pular de galho em galho e desenvolvendo habilidades que lhe permitiram comer, estudar, escrever, caçar, lutar e amar sem jamais pôr os pés no solo.

Quem leu já sabe do que se está falando: o romance *O Barão nas Árvores*, do italiano Italo Calvino. (TOLEDO, 2005u, grifo nosso).

Discurso da personagem-tema:

Artigo de opinião “Leoa de um lado, gata distraída de outro”⁶⁸

Renilda se disse "um pouco leoa" quando se trata de defender a família. Exibiu avassaladora devoção aos filhos e ao marido. E disse que proibia terminantemente encontros políticos ou de negócios no sagrado recesso do lar. (TOLEDO, 2005e, grifo nosso).

Discurso noticiado:

Artigo de opinião “O “nosso” Delúbio, santo, mártir, herói”⁶⁹

O presidente do PT, Ricardo Berzoini, disse que a pessoa a quem Lula se refere, quando se diz traído, como já dissera tempos atrás e repetiu no Roda

⁶⁷ Vide Anexo U.

⁶⁸ Vide Anexo E.

⁶⁹ Vide Anexo T.

Viva, é Delúbio. Não, mil vezes não! Se fosse, Lula não o chamaria de "nosso". (TOLEDO, 2005t, grifo nosso).

Discurso institucional:

Artigo de opinião “Anedota de brasileiro”⁷⁰

Para quem não está entendendo, voltemos aos pontos de partida desta história. *No dia 22 de dezembro de 2003, foi sancionada pelo presidente Lula a Lei nº 10 826, apelidada de Estatuto do Desarmamento. Esse texto, regulamentado pelo Decreto nº 5 123, de 1º de julho de 2004, determinou, ao cabo de longos e acirrados debates no Congresso, quem pode possuir ou portar armas, quando, onde e em que condições. O conjunto de disposições então adotado não desmerece o nome de Estatuto do Desarmamento. Dificultou, de modo considerável, a aquisição e o uso de armas de fogo no país, para quem quer fazê-lo pelos meios legais. (TOLEDO, 2005q, grifo nosso).*

Percebe-se por esses exemplos que o estilo pictórico, assim como o estilo linear, desvencilha a voz do enunciador de um dizer absoluto. Ao se referir, por exemplo, ao referendo sobre a venda de armas de fogo no Brasil (artigo de opinião “Anedota de brasileiro” (TOLEDO, 2005o)), o enunciador dilui em sua voz a voz institucional, misturando-as, não se distinguindo nitidamente no texto qual seja a voz do enunciador e a voz recuperada. Dessa forma, instaura-se no texto um autor habilidoso que relaciona sentidos e dizeres de forma a dar um efeito de relatividade à sua voz autoral, mas que é, ao mesmo tempo, construída como se fosse algo irrefutável. O que se defende no texto é tratado pelo autor como adequado e pertinente, podendo-se se sustentar em outros saberes e dizeres de relevância. Assim, ao recuperar habilmente discursos, o enunciador os coloca em relação de sentido com aquilo que defende no texto, levando suas afirmações a um efeito de constatação, como algo inquestionável. Entretanto, de acordo com a perspectiva bakhtiniana que adotamos, sabemos que todo enunciado está aberto a múltiplas leituras e respostas. Por isso, não se pode afirmar que necessariamente o enunciatário irá concordar com a opinião defendida no texto; ele pode sim, ao contrário, discordar dela e contestá-la. Então, o sentido de irrefutabilidade dado ao discurso dos textos de Toledo é dado pelo próprio autor: ele articula seu texto com certas estratégias que o levam a um efeito de constatação. Mas, mesmo diante disso, o enunciatário pode questioná-lo, dando um outro sentido que não o desejado pelo texto.

⁷⁰ Vide Anexo Q.

Como apresentado nos exemplos, percebe-se, então, que o modo de apreensão do discurso de outrem em Toledo se faz por ambos os estilos de citação: o linear e o pictórico. Entretanto, observa-se que dentre os 25 artigos de opinião analisados, em apenas 11 há o estilo pictórico como forma de citação do discurso reportado, enquanto que o estilo linear pode ser visto em 24 artigos de opinião, caracterizando o estilo do autor. A tabela a seguir mostra a quantidade de artigos de opinião (dentre os 25 analisados) em que há o uso do estilo linear e do estilo pictórico, relacionando-os aos tipos de discurso que são recuperados.

Tabela 1. Formas de apreensão dos discursos

Tipos de discurso	Formas de apreensão dos discursos		
	Estilo linear	Estilo linear e pictórico	Estilo pictórico
Discurso da “personagem-tema”	<i>11 artigos de opinião</i>	<i>02 artigos de opinião</i>	<i>03 artigos de opinião</i>
Discurso noticiado	<i>14 artigos de opinião</i>	<i>05 artigos de opinião</i>	<i>01 artigo de opinião</i>
Discurso da arte	<i>05 artigos de opinião</i>	<i>03 artigos de opinião</i>	<i>02 artigos de opinião</i>
Discurso institucional	<i>02 artigos de opinião</i>	<i>01 artigo de opinião</i>	_____

Observa-se pela Tabela 1 que não importa qual tipo de discurso seja recuperado nesses textos, ambos estilos são utilizados nos artigos de opinião de Toledo para veicular seu posicionamento não-categoricamente; porém, o estilo linear faz-se mais freqüente. Nesse sentido, por meio dos discursos reportados, o enunciador elucida sua voz julgadora frente ao tema tratado no texto tanto deixando marcas nítidas para distinguir a voz autoral da voz recuperada no texto quanto as colorindo com seu estilo, desvencilhando-se de um dizer absoluto. Sua voz julgadora é modalizada pela citação do discurso de outrem, sustentando seu posicionamento.

Na Tabela 1, observa-se ainda que, ao se fazer uma somatória entre os artigos de opinião em cada um dos estilos e também em cada tipo de discurso, não totalizam 25 artigos

de opinião – número de textos analisados. Isso se dá, pois, em um mesmo artigo de opinião, o enunciador não recorre a apenas um tipo de discurso e também não recorre a apenas um estilo de citação. Há uma mistura entre eles, o que leva à percepção de que não há uma exigência em cada artigo de opinião sobre qual tipo de discurso utilizar e também qual estilo recorrer. Isso vai depender do posicionamento do enunciador frente ao tema que recupera no texto e também da forma usada para garantir a compreensão do seu julgamento e a ênfase que dá a ele.

No item a seguir desta seção, trataremos dessas formas de apreensão do discurso de outrem nos artigos de opinião de Toledo e o papel que cada uma delas desempenha no texto para configurar o posicionamento do enunciador frente ao tema de que aborda.

3.2 Uma voz julgadora não categórica

Ao nos referirmos aos estudos de Bakhtin acerca do diálogo, observa-se que seu foco não se trata do diálogo face-a-face; considera esse um dos espaços em que se pode observar a interação das vozes sociais – as relações dialógicas. Para ele, o que importa são as relações de sentido que se estabelecem entre enunciados no todo da interação verbal. Índices de valor são relacionados, necessitando que o material lingüístico entre em uma esfera do discurso, transformando-se em enunciado, fixando um sujeito social. Somente a partir do encontro de posições avaliativas é que é possível estabelecer com a palavra de outrem relações que gerem significações responsivas. Portanto, ao abordar o diálogo como uma interação verbal, havendo a recuperação de discursos de outrem, o Círculo de Bakhtin entende as relações dialógicas como espaços de tensão entre enunciados, não significando sempre consenso, mas sim, um tenso combate dialógico. Inclusive a responsividade se faz no ponto de tensão deste dizer com outras vozes sociais. Aceitar incondicionalmente um enunciado é também, implicitamente ou explicitamente, recusar outros enunciados (outras vozes sociais) que podem se opor dialogicamente a ela. Assim, o diálogo trata-se de uma “guerra” entre discursos, que podem ser aceitos ou não.

Por concebermos a linguagem como predominantemente dialógica, ao tratarmos da recuperação e do tratamento de discursos de outrem nos artigos de opinião, entendemos que os enunciados são repletos de enunciados de outros; o outro aparece no enunciado por meio da expressividade, da estrutura lingüística e do tom valorativo com que é assimilado, reestruturando ou modificando o já dito, o já percebido. Percebe-se, então, que “as palavras não pertencem a ninguém e não trazem somente um valor, pois qualquer enunciador pode se apropriar de um enunciado alterando seu sentido ou acrescentando novos significados”. (CAMPOS, 2003, p. 24). Assim, a recuperação de discursos de outrem não se explica como um reflexo subjetivo-psicológico – uma vez que o contexto social de produção e o enunciatário com os quais se articula são considerados – mas antes, uma atitude ativa diante de discursos. Além disso, as formas usadas para fazer a citação de discursos de outrem refletem as tendências sociais de uma determinada época e cultura, sendo então, socialmente orientadas.

Nos textos em análise, o enunciador, ao recuperar discursos de outrem, posiciona-se responsabilmente diante deles, dando-lhes um novo sentido, uma vez que estão em um novo contexto e perpassados por uma avaliação. Tal avaliação mostra sua voz julgadora e avaliadora diante de acontecimentos contemporâneos recuperados no texto, sendo os discursos reportados, portanto, um procedimento de transmissão valorativa. Entretanto, através de um jogo dialógico com discursos de outrem, diz sem assumir peremptoriamente o que é dito. Ele recupera discursos dos próprios “personagens-tema”, ou mesmo de personalidades culturais ou políticas, e também discursos da arte e institucionais, para elucidar sua posição, e, ao mesmo tempo, desvencilhar-se de um dizer absoluto, de partidarizar seu julgamento, pois dá voz a um outro (não é ele quem diz, mas um outro). Suas críticas e indignação são construídas, então, por meio de uma voz autoral não exclusiva, que se nutre de discursos de outrem, os quais estão em relação dialógica com a proposição que defende no texto. Ao recuperar esses discursos, o enunciador, além de recorrer à memória discursiva do enunciatário, dá um efeito de credibilidade ao que é dito, já que são empregadas pelo enunciador palavras atribuídas ao próprio sujeito questionado ou reconhecidas como de âmbito público. Entretanto, acreditamos que o autor, ao recorrer a esta estratégia dos discursos de outrem, simula no texto desvencilhar-se de um dizer categórico, já que recupera discursos que dão sustentação à sua voz, considerando-a um dizer irrefutável, como uma constatação. Dessa maneira, sua voz não é totalmente relativizada no texto, mas sim, “pseudo-relativizada”, pois a estratégia dos discursos reportados confere a ela uma aparente

amenização – já que se dá voz a um outro – mas que é, ao mesmo tempo, mostrada como algo irrefutável, com um peso absoluto.

Quanto ao tratamento dado ao discurso de outrem nos artigos de opinião de Toledo, verifica-se que faz-se ora por uma contestação ao discurso recuperado, ora por uma confirmação, o que o caracteriza por não ter uma única tomada de posição frente ao discurso de outrem. Cada um desses tratamentos dependerão do tema abordado no texto e também da opinião do enunciador frente a ele, veiculada no texto como um todo: ao mesmo tempo em que contesta algum discurso da “personagem-tema” em um artigos de opinião, pode concordar com um outro discurso de mesma autoria no mesmo texto ou em outro, por exemplo.

Entretanto, mesmo o enunciador não tendo apenas um tipo de posicionamento frente ao discurso que recupera, pode-se observar nos artigos de opinião que algumas formas de tratamento são mais recorrentes que outras para cada tipo de discurso, o que vem caracterizar o estilo do autor e sua tomada de posição. Mas, mesmo assim, todas as formas de tratamento, independente de quais sejam, são utilizadas com um mesmo objetivo: problematizar o tema tratado, sustentando a opinião do autor, conferindo-lhe um peso de irrefutabilidade. Isso se dá pois, o enunciador, desde quando recupera esses discursos, quanto ao posicionar-se diante deles e problematizá-los no texto, deixa entrever sua opinião, pondo-se a prová-la e sustentá-la por meio desses outros dizeres e saberes.

Para efeito de organização das características do estilo dos textos em relação aos discursos reportados, apresentamos nos itens a seguir quais as formas de tratamento dadas a cada um dos tipos de discursos chamados ao texto, classificados no início desta seção.

3.2.1 O discurso da “personagem-tema”

Como já visto, consideramos o “discurso da personagem-tema” aquele cuja autoria refere-se tanto à personalidade tratada como tema de discussão do texto quanto ao próprio tema em si, quando não há uma pessoa física o representando, como o caso da greve nas universidades públicas brasileiras.

Verificando as formas de tratamento aos discursos de outrem nos artigos de opinião analisados, observou-se que o enunciador, ao recorrer ao discurso da “personagem-tema”, utilizando tanto o estilo linear, quanto o estilo pictórico, assume, principalmente, a postura de contestação ao que é dito pelo personagem tratado no texto. Dentre os 11 artigos de opinião em que há a citação do discurso da “personagem-tema” com o uso das aspas somente como forma de delimitação da voz do outro (estilo linear), 07 são os artigos de opinião em que o enunciador se posiciona somente contra o que é dito por esse “personagem”. Esses artigos são:

Anexo C: “O futebol nas malhas do subdesenvolvimento”

Anexo F: “Sapos, desculpas e proxenetas”

Anexo L: “A mais estonteante das quartas-feiras”

Anexo N: “O melão tentador e outras histórias”

Anexo O: “O duplo estrago do bispo-bomba”

Anexo Q: “Anedota de brasileiro”

Anexo X: “Perón, Bolívar, Dirceu, Aldo, Tevez etc.”

Dentre os 11 artigos de opinião, em 03 o enunciador ao mesmo tempo em que discorda de algum discurso do personagem marcado pelas aspas, concorda com outro de mesma autoria, mas sempre para problematizá-los diante do contexto em que se insere. Esses artigos de opinião são:

Anexo A: “Glória e desdita de um dono de butique”

Anexo B: “Nhô Lula e a tentativa do último milagre”

Anexo P: “Tudo o que é sólido derrete ao sol dos trópicos”

E em 01 artigos de opinião o enunciador somente concorda com o discurso recuperado da “personagem-tema”, marcando sua delimitação com o uso das aspas, que é o artigo de opinião “Perón, Bolívar, Dirceu, Aldo, Tevez etc” (TOLEDO, 2005x).

Sendo assim, mesmo o enunciador tendo posturas distintas frente aos discursos das “personagens” que recupera, a contestação a eles se faz mais característica. Isso se deve, pois, neles, o enunciador critica e avalia essas “personagens”, problematizando acontecimentos referentes a elas. A contestação dos seus próprios discursos vem enfatizar o posicionamento do enunciador, já que são dizeres atribuídos às personalidades abordadas e às próprias temáticas.

Em relação ainda ao discurso da “personagem-tema”, ele também é transmitido no texto por meio do estilo pictórico, como já pôde ser visto nos exemplos do item 3.1 e na Tabela 1. Entretanto, sua frequência é menor, concorrendo com o uso do estilo linear. Mesmo assim, por meio desse estilo, o enunciador elucida seu posicionamento frente ao tema abordado. O tratamento dado ao discurso transmitido por esse estilo configura-se também pelo posicionamento de contestação a ele: o discurso da “personagem-tema” é diluído no discurso do enunciador, não tendo marcas visíveis de suas distinções, recebendo, ainda, uma avaliação (a de contestação, principalmente).

Há 02 artigos de opinião em que há recorrência tanto ao estilo linear quanto ao estilo pictórico como forma de apreensão do discurso da “personagem-tema”. Neles o enunciador contra-argumenta o discurso recuperado. Esses artigos são:

Anexo E: “Leoa de um lado, gata distraída do outro”

Anexo T: “O "nosso" Delúbio, santo, mártir, herói”

Quanto ao uso somente do estilo pictórico como forma de apreensão desse tipo de discurso, dá-se em 03 artigos de opinião, e neles o enunciador também contesta o discurso recuperado. Esses artigos de opinião são:

Anexo I: “Huummm... Uau! Chi... Eureka!”

Anexo M: “Era muita coisa contra o pequeno Fernando”

Anexo V: “A farsa cruel de um ponto de exclamação”

Sendo assim, a tratamento ao discurso da “personagem-tema”, tanto pelo estilo linear quanto pelo pictórico, caracteriza-se pela contestação desse outro dizer, o que enfatiza o posicionamento crítico e julgador do enunciador frente ao tema tratado: ao longo do texto, o enunciador vai expondo sua tomada de posição, sua visão de mundo; então, para sustentar ao que é dito e ainda provar sua tese, recupera o discurso da “personagem-tema”, avaliando-o negativamente, principalmente.

Observa-se também que, devido à maior recorrência ao estilo linear como forma de transmissão dos discursos da “personagem-tema”, esse se faz caracterizador dos artigos de opinião de Toledo, sendo a marca de distinção entre a voz do enunciador e a voz desse “personagem” as aspas. Isso mostra o distanciamento entre a voz do enunciador e a voz recuperada: é um outro quem diz, desvencilhando o dizer do enunciador de ser peremptório. Além do mais, esse outro se faz importante para a credibilidade do dizer do enunciador, uma vez que se trata da própria temática do texto. Dessa maneira, por meio da contra-argumentação ao que é dito pelo “personagem-tema” do texto, o enunciador afirma seu posicionamento de contrariedade a ele, principalmente, além de, ao relacionar esses discursos ao seu, tratar sua opinião como se fosse uma constatação, como algo inquestionável, já que ela é baseada no que foi dito pela personalidade/temática abordada.

No artigo de opinião “Glória e desdita de um dono de butique” (TOLEDO, 2005a)⁷¹, por exemplo, o autor aborda a integridade e ética políticas de José Dirceu – uma vez que esse período foi marcado pelos escândalos do mensalão – argumentando que aquele que um dia fora um “defensor das políticas de esquerda” via-se agora envolvido em esquemas antes combatidos severamente pela militância de esquerda. Para provar sua tese de que José Dirceu possui uma “identidade dupla” e está perdido num labirinto político, o enunciador organiza em seu texto relatos de fatos políticos ocorridos com o ex-ministro que culminaram com a cassação de seus direitos políticos. Traça um panorama desde a saída da Câmara dos Deputados, à entrega do seu cargo de chefe da Casa Civil a Dilma Rousseff, lembrando ainda dos tempos da ditadura – em que Dirceu viveu clandestinamente na cidade de Cruzeiro do

⁷¹ Vide Anexo A.

Oeste (PR) sob o pseudônimo de Carlos Henrique Gouveia de Mello. Ao fazer esse percurso de acontecimentos políticos que envolveram José Dirceu, o enunciador apropria-se de discursos do próprio ex-deputado para, ora rebatendo-os, ora confirmando-os, garantir sua tese de que “o verdadeiro” José Dirceu de esquerda não existe, mas foi, um personagem criado. No início do artigo de opinião, ao falar da saída de José Dirceu da Câmara dos Deputados, o enunciador utiliza-se do discurso do ex-ministro, para, logo em seguida, rebatê-lo. O discurso recuperado é: “Vou mobilizar o PT para dar combate àqueles que querem interromper o processo político democrático e querem desestabilizar o governo do presidente Lula”. (TOLEDO, 2005a). Em seguida, o enunciador, adotando uma voz avaliadora e rebatendo a citação, afirma que o que José Dirceu fez foi desestabilizar o governo em vez de mobilizá-lo, como afirmou.

Ele saiu do governo cheio de ardor. *"Vou percorrer o Brasil, vou mobilizar o PT para dar combate àqueles que querem interromper o processo político democrático e querem desestabilizar o governo do presidente Lula"*, disse. Relevemos os misteriosos agentes da interrupção da democracia e ignoremos o fato de que a desestabilização do governo Lula se origina em seus próprios tremores internos. O que nos interessa é essa idéia de "mobilizar" o partido. *Ora, enquanto esteve no governo, Dirceu não fez senão desmobilizá-lo!* (TOLEDO, 2005a, grifo nosso).

Vê-se que, como característico do estilo desses textos, o enunciador recupera o discurso de Dirceu para, em seguida, contestá-lo, baseado, principalmente, em dados e acontecimentos que vieram a público envolvendo o ex-deputado.

Inicialmente o enunciador recupera o discurso de José Dirceu:

"Vou percorrer o Brasil, vou mobilizar o PT para dar combate àqueles que querem interromper o processo político democrático e querem desestabilizar o governo do presidente Lula", disse. (TOLEDO, 2005a)

Em seguida, rebate-o:

O que nos interessa é essa idéia de "mobilizar" o partido. *Ora, enquanto esteve no governo, Dirceu não fez senão desmobilizá-lo!* (TOLEDO, 2005a, grifo nosso).

A fim de provar essa sua opinião, ao longo do texto o enunciador vai, então, recorrendo a outros dizeres do ex-deputado e também aquilo que se declarou sobre ele na época, ora rebatendo ora confrontando-os entre si, mostrando que há neles contradições internas, de modo a marcar a “duplicidade” do caráter político do ex-deputado.

Na transmissão do cargo de chefe da Casa Civil à ex-ministra das Minas e Energia Dilma Rousseff, nova atropelada de papéis. *"Camarada de armas"* – foi assim que chamou a ministra, militante, como ele, de movimentos nascidos com a intenção de dar combate armado à ditadura militar. Num passo além, ele agora se fazia guerreiro – guerreiro como Simon Bolívar, Garibaldi ou Che Guevara, a espada e o trabuco erguidos em defesa de justas e nobres causas. Dilma Rousseff, sim, participou da chamada luta armada. Já Dirceu, em diversos depoimentos anteriores, disse que chegou a treinar guerrilha, mas nunca a praticou. *"Não gostava daquilo, não me envolvi"*, alegou numa reportagem desta revista, em 2002. (TOLEDO, 2005a, grifo nosso).

Nesse trecho ilustrado, o enunciador trata da entrega do cargo de chefe da Casa Civil de José Dirceu a Dilma Rousseff. Para expor seu posicionamento de que há uma farsa política sustentada por Dirceu, recupera nesse trecho discursos que o envolvem e também declarações feitas por ele mesmo em uma entrevista concedida à revista *Veja* em 2002, tensionando-os em um embate discursivo:

"Camarada de armas" – foi assim que chamou a ministra, militante, como ele [...].

“Já Dirceu, em diversos depoimentos anteriores, disse que chegou a treinar guerrilha, mas nunca a praticou. *"Não gostava daquilo, não me envolvi"*, alegou numa reportagem desta revista, em 2002”. (TOLEDO, 2005a, grifo nosso).

Ao recuperar o discurso referente à característica de militante político de José Dirceu, o enunciador refuta-o, afirmando que Dilma Rousseff sim participara da luta armada, já Dirceu nem ao menos se envolvera. O enunciador propõe-se a provar essa sua tese baseado no discurso do próprio ex-ministro, que, como se observa no texto, afirmou que não gostava da guerrilha e não havia se envolvido. Assim, recuperando discursos da própria personagem-tema e tensionando-os, o enunciador propõe-se a provar a falta de personalidade política de José Dirceu, desvencilhando sua voz de um dizer categórico, além de conferir credibilidade ao

que é dito, uma vez que recupera discursos da própria personagem questionada: ao recuperar esses dois discursos em particular de José Dirceu e os tencionar, o enunciador leva o enunciatário a perceber que o ex-deputado se contradisse. Vê-se que o enunciador não faz essa afirmação categoricamente, mas sim, por meio da voz de Dirceu, a qual foi habilmente tratada no texto. Dessa maneira, pode-se dizer que o enunciador diz sem apresentar o que é dito como *avaliação*, mas sim como *constatação*. Ao trazer estrategicamente discursos antagônicos como esses e opô-los entre si, confirma a tese desejada, ao mesmo tempo em que sua voz julgadora, habilmente entoada, não pode ser acusada de moralista ou mentirosa. Sendo assim, instaura-se no texto um autor habilidoso e perspicaz que, além de sustentar sua voz crítica por meio dos discursos reportados, faz dessa crítica uma constatação, como se fosse algo irrefutável.

Além disso, percebe-se que esse embate de vozes nos artigos de opinião de Toledo não se restringe somente a algumas partes do texto, mas se configura na sua totalidade, já que um texto se constitui de outros textos conjuntamente. Portanto, os discursos citados somente são interpretados quando inseridos no contexto de sua produção e quando considerada a totalidade do discurso do enunciador, no qual se configura seu posicionamento. No exemplo apresentado, percebe-se que o sentido das citações se dá quando elas são consideradas no contexto abordado no artigo de opinião – a participação de José Dirceu no esquema do mensalão – e também quando perpassadas pela avaliação do enunciador, o qual questiona a postura de Dirceu na política.

Um outro exemplo do tratamento do discurso da “personagem-tema” pode ser o do artigo “Nhô Lula e a tentativa do último milagre” (TOLEDO, 2005b).⁷² Nesse texto, o enunciador questiona a postura política de Lula como governante do país, o qual afirmou na época que não sabia dos esquemas de corrupção que estavam assolando seu governo e, ainda, envolvendo pessoas de sua confiança, como o ex-ministro José Dirceu. O enunciador considera que houve falta de governância do presidente, o qual delegou poderes a ministros, tido por ele como confiáveis, não assumindo o papel que lhe cabe.

Para expor esse seu posicionamento, o enunciador parte de notícias que se referem às denúncias de corrupção envolvendo membros do governo, avaliando-as, julgando-as negativamente. Para isso, além de comparações, de adjetivos e de ironias, abordadas em outras seções, o enunciador recorre a discursos do próprio sujeito que questiona – Lula – para confirmar sua tese, mas não de maneira categórica.

⁷² Vide Anexo B.

Em parte do texto, o enunciador afirma que o erro original da presidência de Lula foi ter confundido o começo com o fim: após a sua consagração nas urnas, teve preocupações maiores, como a de se vangloriar e comemorar a vitória, ao invés de colocar em prática sua ação como governante de um país. O enunciador afirma:

O pecado original desta Presidência é ter confundido o começo com o fim. Ao se consagrar nas urnas, na histórica eleição que levou um antigo metalúrgico ao posto máximo do país, Lula ficou tão feliz, mas tão feliz, que a partir de então fez da existência um moto-contínuo de comemorações. (TOLEDO, 2005b)⁷³

Para sustentar essa sua afirmação de que Lula não governa como deveria, dando mais enfoque à comemoração de sua conquista, recupera-se o discurso em que este relembra os tempos pobres de sua vida, a fim de afirmar a grandeza desse acontecimento.

Realmente não foi pouco para "o menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos", como ele lembrou no discurso de posse, ter chegado aonde chegou. Para qualquer um, na verdade, e não apenas para quem viveu infância de retirante e adolescência de favelado, chegar à Presidência é uma proeza de gloriosas proporções. (TOLEDO, 2005b)

Marcando visivelmente o discurso recuperado por meio das aspas e também com o uso do verbo “lembrar”, o enunciador recorre ao “discurso da personagem-tema”, problematizando-o. Após o discurso recuperado, o enunciador concorda com a grandiosidade que é chegar ao cargo da presidência do país, ainda mais para uma pessoa pobre e que viveu a infância como retirante. Entretanto, essa concordância se faz em termos, pois ela é contra-argumentada logo em seguida pelo enunciador, que afirma:

[...] chegar à Presidência é uma proeza de gloriosas proporções. *Só que não é um fim em si mesma.* É, ao mesmo tempo, um começo – o começo do desafio de, por meio de ações diárias, minuciosas e persistentes, transformar o mandato em algo profícuo. Lula ignorou que a vitória era um começo. Achou que era só um fim. Nesse engano, ele se perdeu.” (TOLEDO, 2005b, grifo nosso).

⁷³ Vide Anexo B.

Utilizando-se da expressão “só que”, o enunciador refuta o discurso de Lula citado, afirmando os valores que considera fundamentais para um governo sério: aquele cujas ações diárias seriam “minuciosas e persistentes”, transformando o “mandato em algo profícuo” (TOLEDO, 2005b). E essas, segundo o enunciador, Lula não demonstrou ter naquele momento. Sendo assim, mesmo sendo de grande importância o acontecido com o presidente, não deveriam ter sido ignoradas as ações de um governante do país; os louros não deveriam suplantar as ações de uma governância séria e atuante. A fim de sustentar essa opinião, o enunciador recorre ao discurso da personagem tratada no artigo de opinião, problematizando-o, conferindo ênfase à sua tese. Mesmo concordando em parte com o discurso de Lula, recorre a ele para refutá-lo principalmente, pois ao longo do texto, o enunciador vai apontando, sob sua perspectiva, características da falta de governância do presidente, que conduzem ao efeito de prova de sua contrariedade.

Mais à frente, o enunciador afirma que a agenda de Lula, após sua entrada na presidência, esteve “mais à feição das festividades que do trabalho” (TOLEDO, 2005b), merecendo privilégio em sua agenda encontro com astros da televisão e da música. Afirma que isso ocorre, pois o presidente “nessas ocasiões, sentia-se em seu elemento” (TOLEDO, 2005b). Para provar essa sua tese, recorre estrategicamente a um outro discurso de Lula, o qual afirma: ““Morram de inveja”, disse aos jornalistas, ao posar para foto ao lado da dançarina do É o Tchan!” (TOLEDO, 2005b). Recuperando esse discurso que foi proferido em um contexto específico – quando Lula posou ao lado de uma dançarina de axé –, ao transferi-lo para o contexto do artigo de opinião, em que problematiza a postura e os valores do presidente Lula, o enunciador dá um novo sentido a esse discurso: é característico de Lula prestigiar estar com personalidades famosas da época, postura que não corrobora com os valores defendidos pelo autor em relação a um bom governante. Assim, o discurso recuperado vem sustentar o posicionamento do enunciador frente à postura de Lula como presidente: ele é aquele que valoriza mais acontecimentos públicos com astros em vez de se preocupar a fundo com questões governamentais. Com isso, configura-se no texto um autor estrategista, que escolhe propositalmente discursos de Lula (personagem-tema) que destoam daquilo que considera como um bom governante. Além de que, ao contra-argumentar o discurso do presidente, apoiado em seus próprios dizeres, confere um efeito de constatação, como se dissesse: “Está claro, pelas próprias declarações e atitudes de Lula, que ele não governa o país”. Entretanto, não faz essa afirmação categoricamente, mas sim pela relação que estabelece entre seu discurso e o discurso de Lula.

No exemplo apresentado, ao introduzir o discurso da “personagem-tema” no texto, o enunciador utiliza-se, como pode ser observado, do estilo linear, deixando limites visíveis para a distinção entre o seu discurso e o de Lula. Para inserir esse outro dizer no seu, o enunciador faz algumas adaptações na composição do texto, dando um efeito de continuidade ao seu discurso: “Realmente não foi pouco *para* "o menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos", como ele lembrou no discurso de posse, ter chegado aonde chegou”. (TOLEDO, 2005b, grifo nosso). Introduzindo o discurso de outrem com a preposição “para”, o enunciador integra-o à oração em que é enunciado, substituindo expressão “Lula” pela expressão citada – “[...] o menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos”. Assim, mesmo com o uso das aspas marcando a citação, distinguindo a voz do enunciador da voz recuperada, esta dá continuidade ao complemento da oração em que se insere, entremeando-se ao discurso do enunciador, mas se diluindo nele. Isso mostra que, mesmo o enunciador dando voz a um outro, transmitindo-a em sua estrutura primitiva, ajusta-a ao seu discurso, adaptando-a a ele.

Por meio desses dois exemplos apresentados, pode-se observar que o enunciador, quando recorre à citação de discursos da “personagem-tema”, em sua maioria se contrapõe a essa voz, mostrando que há nela incoerências e a avaliando.

Mesmo assim, em alguns textos, o enunciador concorda com a voz da “personagem” recuperada, mas para problematizá-la no contexto do artigo de opinião. Por exemplo, no artigo “Uma bela cena de um filme ruim” (TOLEDO, 2005j)⁷⁴, como característico do gênero a que se filiam esses textos, o enunciador posiciona-se diante de uma notícia, a qual, nesse caso, foi o investimento do deputado Fernando Gabeira contra o presidente da Câmara na época, Severino Cavalcanti, durante sessão plenária na Câmara dos Deputados. Nesse episódio, aquele questionou a negação de Severino sobre a existência do mensalão na época e também a defesa do abrandamento das punições que deveriam ser feitas nesse caso. Ao longo do texto, o enunciador aponta características políticas de Fernando Gabeira e de Severino Cavalcanti, fazendo uma trajetória política de ambos, até chegar ao ano de 2005. Por meio da contraposição que é feita ao longo do texto, observa-se a disparidade de valores entre ambos políticos, enfatizando-se a política de caráter social de Gabeira e a política de interesses e aproveitadora de Severino. No trecho a seguir, mostra-se uma das contraposições feitas ao longo do texto entre esses políticos:

⁷⁴ Vide Anexo J.

No ano de 1968, Severino Cavalcanti cumpria seu primeiro mandato como deputado estadual em Pernambuco. Agora pertencia à Arena, o partido que dava sustentação aos governos militares. Fernando Gabeira selou, nesse mesmo ano, num encontro com um militante mais antigo, na Praça Antero de Quental, no Leblon, seu ingresso num movimento clandestino de combate ao regime. Era uma tarde bonita. Gabeira olhou em volta e estranhou que tudo continuasse no mesmo lugar: as babás que passeavam com as crianças na praça, os carrinhos da Kibon que vendiam sorvete na Avenida Delfim Moreira. (TOLEDO, 2005j)⁷⁵

O enunciador perfaz esse percurso ao longo do texto, até chegar ao ponto-chave de sua discussão: o investimento de Gabeira contra Severino na Câmara dos Deputados naquele ano, 2005. O enunciador recorre, então, ao discurso de uma das “personagem-tema” tratadas no texto, Fernando Gabeira, para elucidar seu posicionamento de contrariedade à atitude de Severino Cavalcanti. O enunciador afirma:

“Vossa Excelência está se comportando de maneira indigna”, começou Gabeira. Ele falava com a fúria dos justos. Lembrou que até defender empresa acusada de explorar trabalho escravo Severino já fez – é o caso de uma destilaria pernambucana para a qual fez gestões, meses atrás. “Vossa Excelência está em contradição com o Brasil”, acrescentou, fazendo-se porta-voz de todos quantos querem puxar o Brasil para a frente, na face de alguém cujo propósito notório é empurrá-lo para trás.(TOLEDO, 2005j, grifo nosso).

Como se pode observar, o enunciador recorre ao discurso de uma das “personagem-tema” para concordar com ele, dando efeito de credibilidade ao seu posicionamento: é o próprio Fernando Gabeira quem afirma que Severino está em contradição com o Brasil e não se comporta como deveria se portar um presidente da Câmara dos Deputados – não coadunando com os esquemas de corrupção. Concordando com o discurso de Gabeira, o enunciador utiliza-o para problematizar o tema abordado, enfatizando sua crítica e pondo-se a prová-la. Vê-se que ele concorda com o que Gabeira afirma, pois o qualifica positivamente como “justo”, além de qualificar o deputado como representante daqueles que querem “puxar o Brasil pra a frente” (TOLEDO, 2005j). Já Severino, ao contrário, é referencializado por valores negativos, sendo aquele cujo propósito, segundo o enunciador, é de empurrar o Brasil para trás, concordando com Gabeira que Severino “não está se comportando de maneira digna no Congresso” (TOLEDO, 2005j). Entretanto, essa afirmação não é feita categoricamente

⁷⁵ Vide Anexo J.

pela voz do enunciador, mas sim pela voz de Gabeira, a qual é assumida pelo enunciador como correta e adequada para a questão que aborda – daí a consideração da amenização da voz crítica do enunciador.

A citação do discurso de Gabeira é feita tanto pelo estilo linear quanto pelo pictórico, o que ilustra as formas de tratamento dadas aos discursos de outrem nos artigos de opinião de Toledo:

Estilo linear:

*“Vossa Excelência está se comportando de maneira indigna”,
começou Gabeira. Ele falava com a fúria dos justos.*

*“Vossa Excelência está em contradição com o Brasil”, acrescentou,
[...].(TOLEDO, 2005j, grifo nosso).*

Estilo pictórico:

*Lembrou que até defender empresa acusada de explorar trabalho
escravo Severino já fez – é o caso de uma destilaria pernambucana
para a qual fez gestões, meses atrás. (TOLEDO, 2005j, grifo nosso)*

No estilo linear, verifica-se o uso das aspas e de verbos que enfatizam que as palavras citadas não são do enunciador, como “começar” e “acrescentar”, deixando nítido no texto a integridade do discurso de Gabeira; já no estilo pictórico, o discurso do personagem dilui-se no discurso do enunciador, sendo veiculado não com sua plasticidade própria, mas perpassado pela voz do enunciador. Independente dos estilos usados, os discursos recuperados contribuem para a não categorização da voz do enunciador, já que ele se apóia em outros dizeres para sustentar sua opinião, estando aqueles diluídos ou marcados no seu discurso.

Pelos exemplos apontados e pelas análises feitas, observa-se, então, que o enunciador recupera discursos da “personagem-tema” principalmente para refutá-los, propondo-se a provar seu ponto de vista. Uma vez que é característica de tais artigos de opinião a contra-argumentação ao tema abordado, vê-se que há, conseqüentemente, o tratamento de contestação ao “discurso da personagem-tema”, principalmente. Tal valoração dada a esse tipo de discurso serve, assim, para enfatizar o posicionamento do autor e, mais que isso, sustentá-lo, conferindo-lhe um efeito de constatação: está provado, pela declaração do próprio

personagem-tema, que há valores negativos que o envolvem (valores esses atribuídos pelo enunciador), como o da desonestidade, da falta de ética e de caráter político, por exemplo.

Entretanto, em alguns artigos de opinião o enunciador recupera discursos da “personagem-tema” também para concordar com eles. Ao se observar esse posicionamento do enunciador, verifica-se que também é feito para sustentar o posicionamento defendido no texto, no sentido de sua confirmação.

Nesses exemplos, tratamos da forma de recuperação dos discursos da “personagem-tema” nos textos de Toledo e o seu tratamento. Entretanto, esse não é o único tipo de discurso recuperado; há ainda a transmissão do “discurso noticiado”, do “discurso da arte” e do “discurso institucional”.

3.2.2 O discurso noticiado

O discurso noticiado são tanto aqueles discursos de personalidades culturais e políticas, tornados públicos, quanto discursos publicados em algum meio de comunicação. Distingue-se do discurso da “personagem-tema”, pois não tem como autoria a “personagem” focada no texto, mas outra, que se tornou de conhecimento público e que foi publicado em meios de comunicação.

Analisando os 25 artigos de opinião, observou-se que dentre eles, 20 apresentam a recuperação do discurso noticiado. Dentre esses, 14 apresentam esse discurso somente por meio do estilo linear; enquanto que em 05 ele é apreendido tanto pelo estilo linear quanto pelo pictórico; e somente 01 artigo tem a transmissão desse tipo de discurso pelo estilo pictórico. Isso pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 2. Formas de apreensão do discurso noticiado.

Formas de apreensão do discurso noticiado			Total de artigos de opinião
Estilo linear	Estilo linear e pictórico	Estilo pictórico	
<i>14 artigos de opinião</i>	<i>05 artigos de opinião</i>	<i>01 artigo de opinião</i>	<i>20 artigos de opinião</i>

Dentre os 04 tipos de discursos classificados, o discurso noticiado é o mais recorrente nos artigos de opinião, uma vez que sua classificação é a mais abrangente que as outras.

Independente do estilo utilizado para apreensão desses discursos, observa-se nos textos analisados que o enunciador tanto contesta esses discursos, quanto concorda com eles, utilizando-os para sustentar sua opinião frente ao tema tratado no texto. Ao contestá-los, o enunciador propõe-se a provar seu posicionamento de avaliação e de contrariedade à temática abordada no texto. Para tal, recupera discursos que circulam em alguns meios de comunicação e que se referem a um campo semântico semelhante ao do tema do texto, avaliando-os negativamente. Já quando o enunciador concorda com o discurso noticiado, assume essa outra voz como correta, apoiando-se nela para sustentar seu posicionamento, dando-lhe o efeito de constatação.

Ressalta-se que em um mesmo artigo de opinião, o enunciador recupera mais de um “discurso noticiado”, podendo referir-se no mesmo texto a autorias distintas, dependendo da relação de sentido que estabelece entre o posicionamento que defende no texto e o discurso que recupera. Sendo assim, essa miscelânea do posicionamento do enunciador em relação ao “discurso noticiado” em um mesmo texto não se faz em relação a um único discurso de uma personalidade conhecida ou em relação a um único discurso publicado em um meio de comunicação. Portanto, quando nos referimos às formas de tratamento aos “discursos noticiados”, tratamos de todos aqueles que por ventura apareçam em um mesmo artigo de opinião, podendo ter autorias diferentes.

Dentre os 20 textos em que o enunciador recupera “discursos noticiados”, observa-se que em 08 deles ele somente concorda com tais discursos, utilizando-os para apoiar sua opinião. Essa forma de tratamento caracteriza-se pela recorrência ao discurso de outrem para, sustentado nele, o enunciador veicular seu posicionamento frente ao tema abordado no texto. Concordando com o dizer do outro, o enunciador reafirma seu posicionamento, enfatizando-o

com um outro saber, o qual se relaciona à temática abordada. Dessa forma, a recuperação dos “discursos noticiados”, quando afirmados, sustenta a questão tratada pelo enunciador, dando o efeito de prova ao posicionamento do enunciador. Os artigos de opinião em que há a recuperação de “discursos noticiados” para somente apoiar-se neles são:

Anexo C: “O futebol nas malhas do subdesenvolvimento”

Anexo F: “Sapos, desculpas e proxenetas”

Anexo J: “Uma bela cena num filme ruim”

Anexo O: “O duplo estrago do bispo-bomba”

Anexo P: “Tudo o que é sólido derrete ao sol dos trópicos”

Anexo Q: "Se não comparecerdes..."

Anexo T: “O "nosso" Delúbio, santo, mártir, herói”

Anexo W: “Do sonho de 1968 à realidade do mensalão”

Há outros artigos de opinião em que o enunciador recupera os “discursos noticiados” apenas contestando-os. Essa contrariedade vem enfatizar o posicionamento do enunciador, uma vez que ele contra-argumenta o discurso de uma personalidade que se insere em contexto semelhante ao da temática abordada no texto, sustentando sua argumentação. Isso se dá nos seguintes artigos:

Anexo E: “Leoa de um lado, gata distraída do outro”

Anexo K: “Nos labirintos do poder”

Isso mostra que o enunciador não assume uma única posição diante dos “discursos noticiados” que recupera. O tratamento dado a esse tipo de discurso se faz em decorrência da tomada de posição do enunciador frente ao tema que aborda.

Essa mistura de posicionamentos frente a esse tipo de discurso pode ser observada também em outros 08 artigos de opinião. Nesses, o enunciador tanto concorda quanto contesta o discurso do outro em um mesmo texto, dependendo do seu julgamento frente ao tema tratado e, conseqüentemente, frente à relação mantida entre o discurso chamado ao texto e o tema deste. O tratamento dado a esses discursos apresenta as mesmas características e papel dos “discursos noticiados” com os quais o enunciador ou apenas concorda ou apenas contesta, apresentados anteriormente. O fato de haver diferentes posicionamentos ao “discurso noticiado” em um mesmo texto não influencia o tratamento dado àquele, uma vez que, a tomada de posição do enunciador refere-se a discursos com autorias distintas. Essa forma de tratamento apresenta-se nos seguintes artigos de opinião de Toledo:

Anexo D: “Uma furtiva lágrima”

Anexo G: “A mesma e triste direita de sempre”

Anexo I: “Huummm... Uau! Chi... Eureka!”

Anexo N: “O melão tentador e outras histórias”

Anexo U: “Sobre causas, efeitos e trepar em árvores”

Anexo V: “A farsa cruel de um ponto de exclamação”

Anexo X: “Perón, Bolívar, Dirceu, Aldo, Tevez etc.”

Anexo Y: “Um certo José”

Assim, uma vez inseridos em um contexto específico (artigos de opinião de Toledo) e relacionados ao tema abordado nesses textos, o tratamento dado aos “discursos noticiados” depende do tema abordado no texto e, conseqüentemente, do posicionamento do enunciador

defendido. Ao recuperar discursos de outrem que corroboram com a opinião que defende, o enunciador assegura-os como estando corretos e pertinentes; já quando o discurso de outrem condiz com aquilo que está contrariando, contra-argumenta-o, evidentemente, enfatizando sua discordância e contestação. Dessa forma, verifica-se que o enunciador recupera estrategicamente discursos que possam dar efeito de credibilidade à sua opinião, uma vez que têm uma semelhança temática. Além disso, ao recuperar outros dizeres, o enunciador confere à sua voz um caráter de irrefutabilidade, como se outras vozes confirmassem sua opinião.

No artigo de opinião “Tudo o que é sólido derrete ao sol dos trópicos” (TOLEDO, 2005p)⁷⁶, o enunciador trata do partido PCdoB, afirmando que há algumas incoerências entre as ideologias defendidas pelo partido na época de sua fundação, e as atitudes de parlamentares e também da UNE – a qual se aliou ao partido – naquela época (ano de 2005). Em decorrência do tema abordado, o enunciador recupera o discurso de Manuel Venâncio Campos da Paz, personalidade representante da Aliança Nacional Libertadora e da “Intentona” de 1935. Tal discurso refere-se ao dia da morte de Campos da Paz, no qual foi visitado por um padre da Igreja Católica, que lhe ofereceu a extrema unção. Nesse contexto, Paz afirmou: "Não me peça, num momento de fraqueza, que eu renegue tudo aquilo pelo que lutei. Morro como um comunista".(TOLEDO, 2005p). Apoiado nesse discurso, o enunciador contrapõe a figura de Campos da Paz e aquilo que ele representa, tido como símbolo do partido comunista, a membros atuais do PCdoB, em especial Aldo Rebelo, Ademir da Guia e Leomar Quintanilha, afirmando que esses não condizem com os ideais primários do partido, discordando desses políticos. Baseia sua opinião em discursos dessas personalidades políticas e também em “discursos da arte”, tratados no item 3.2.1., que se trata de um poema de João Cabral de Melo Neto sobre Ademir da Guia, eleito vereador de São Paulo pelo PCdoB. Dessa forma, verifica-se que a recuperação do “discurso noticiado” se faz em decorrência do tema que é abordado no texto e também do posicionamento defendido pelo enunciador. O discurso recuperado enfatiza, ainda, o julgamento do enunciador, desvencilhando-o da categorização de ser fantasioso ou mesmo falso, já que o apóia em outros dizeres respeitados nacionalmente.

Contrapondo valores, o enunciador, então, apóia-se no discurso de Campos da Paz e nos discursos que foram veiculados sobre o partido, como seu combate ao regime militar, para mostrar que hoje o PCdoB não tem mais representantes dos ideais de base do partido, como o comunismo. Assim, ele afirma sobre Leomar Quintanilha:

⁷⁶ Vide Anexo P.

Maior surpresa ainda é esta última, em que o senador do Tocantins Leomar Quintanilha, rico fazendeiro, antigo chefe regional da Arena, o partido do regime militar, antigo companheiro de Paulo Maluf no PDS, ultimamente no PMDB, anunciou seu ingresso na gloriosa agremiação da foice e do martelo. Pelo amor de Deus, senador! Então era tudo um disfarce – o gosto pela propriedade, as 800 cabeças de gado na fazenda de 1.600 hectares, as alianças com a ditadura e a oligarquia? (TOLEDO, 2005p)

O enunciador lança mão no texto do currículo político do senador, como seu envolvimento com a Arena, partido do regime militar, o qual o PCdoB, em tempos áureos, combateu severamente, propondo-se a provar que a formação atual do partido está esfacelada e contaminada por valores contrários àqueles defendidos em seu tempo de inauguração. Então, qualifica a agremiação de Leomar ao PCdoB como contraditória, já que ele valoriza a propriedade privada e o acúmulo de capital para interesses próprios, ideais repudiados pelo comunismo – ideologia de base do partido. Baseado em discursos que envolvem Leomar e também o PCdoB atual e o do passado, o enunciador sustenta seu posicionamento de que há uma contradição no partido de hoje, que se desvincula do seu ideário fundador. Tais discursos além de sustentarem seu posicionamento, dão a ele um efeito de constatação, pois os acontecimentos recuperados, como o acúmulo de capital de Leomar, não podem ser negados, pois ocorreram de fato. Então, instaura-se no enunciado um autor habilidoso, que sustenta sua opinião em discursos de outrem, dando um efeito de inquestionabilidade ao que defende.

Abordamos neste item mais um artigo de opinião em particular para expor nossas considerações a respeito da forma de tratamento dado aos “discursos noticiados”, pois as interpretações e considerações feitas nele podem ser aplicadas aos outros artigos em que aparecem esse tipo de discurso. Isso se dá pois, independente do autoria desses discursos e da quantidade deles em um mesmo artigos de opinião, as características, forma de apreensão e de tratamento têm comportamento semelhante nos outros artigos de opinião em que o “discurso noticiado” é recuperado.

O texto selecionado para amostragem das características dos “discursos noticiados” em Toledo é “O futebol nas malhas do subdesenvolvimento” (TOLEDO, 2005c)⁷⁷. Nele, o enunciador utiliza-se de “discursos noticiados” de autorias distintas para concordar com alguns e discordar de outros, propondo-se a provar sua tese pela problematização que faz entre o sentido que dá a esses “discursos noticiados” e o tema abordado no texto. As

⁷⁷ Vide Anexo C.

características que serão apontadas e as relações entre o “discurso noticiado” e o todo do texto fazem-se semelhantes nos outros artigos de opinião em que esse tipo de discurso é recuperado.

Nesse artigo, o enunciador aborda o tema sobre a quantidade cada vez maior da venda de jogadores de futebol brasileiros para times estrangeiros. Para ilustrar o seu posicionamento contrário a essa questão, recupera o caso do jogador Robinho que, na época, estava em negociação com o time Real Madrid, da Espanha. Ao longo do texto, o enunciador expõe essa sua tese, recuperando discursos de outrem – tanto o de uma personalidade cultural, conhecida em âmbito nacional (Nelson Rodrigues), quanto o de um publicado em um meio de comunicação (matéria de futebol publicada por Don Rossé Cavaca), como a de um jogador tomado como exemplo desse caso (Robinho). Tais discursos são problematizados pelo enunciador no contexto do artigo de opinião, contribuindo para que a sua voz crítica não seja vista como categórica.

No início do artigo, o enunciador chama ao texto o discurso de Nelson Rodrigues, que diz:

Quando o Brasil ganhou a Copa do Mundo de 1958, Nelson Rodrigues decretou o fim de nosso complexo de vira-latas. *"Já ninguém tem vergonha de sua condição nacional"*, escreveu. *"E as moças na rua, as datilógrafas, as comerciárias, as colegiais, andam pelas calçadas com um charme de Joana d'Arc."* O próprio Nelson, antes, usando o precioso laboratório de análise do futebol, diagnosticara o complexo de vira-latas, traduzido pela *"inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo"*. A primeira vitória numa Copa do Mundo teria operado até mesmo o milagre da reversão do país de analfabetos que éramos então num país de letrados. Escreveu Nelson: *"Se analfabetos existiam, sumiram-se na vertigem do triunfo. A partir do momento em que o rei Gustavo da Suécia veio apertar as mãos dos Pelés, dos Didis, todo mundo aqui sofreu uma alfabetização súbita. Sujeitos que não sabiam se gato se escreve com 'x' iam ler a vitória no jornal"*. (TOLEDO, 2005c, grifo nosso).

Marcado visivelmente pelo uso das aspas e também por verbos como “escrever”, o enunciador deixa nítido no enunciado a diferenciação entre a sua voz e a voz de Nelson Rodrigues. Personalidade conhecida e respeitada em âmbito nacional pela sua criticidade frente às questões do mundo e pela literatura que fez, tem sua voz distanciada da voz do enunciador, mostrando o respeito a esse discurso e também a conservação de sua integridade e plasticidade, o que pode garantir credibilidade à tese defendida pelo enunciador no texto, uma

vez que as palavras proferidas são de Nelson Rodrigues e isso não pode ser contestado. Mesmo utilizando o estilo linear como forma de apreensão desse discurso, o enunciador integra-o ao seu, adaptando-o ao texto. Assim, o discurso de Nelson Rodrigues não fica “solto” no texto, mas, ao contrário, torna-se parte dele através das relações que o enunciador estabelece entre esse discurso e o seu. Isso pode ser visto por meio do verbo “escrever”, por exemplo, que enfatiza a delimitação do discurso de outrem, dando uma seqüência ao enunciado (A); também pelas considerações que o enunciador faz em relação a esse discurso, retomando o autor a que está se referindo na citação (B); e pelo uso desse “discurso noticiado” como complemento à oração em que se insere, introduzido pela preposição “pela” (C). No texto, isso se configura da seguinte maneira:

(A) "Já ninguém tem vergonha de sua condição nacional", *escreveu*.

(B) "E as moças na rua, as datilógrafas, as comerciárias, as colegiais, andam pelas calçadas com um charme de Joana d'Arc." *O próprio Nelson*, antes, usando o precioso laboratório de análise do futebol, diagnosticara o complexo de vira-latas [...]"

(C) “[...] traduzido *pela* "inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo". (TOLEDO, 2005c, grifo nosso) ⁷⁸

Sendo assim, mesmo conservando a plasticidade do discurso de Nelson Rodrigues, o enunciador apropria-se dele para assegurar seu posicionamento; ele concorda com o dramaturgo, como se o que este disse fosse o que o enunciador quer dizer. Esse discurso recebe, então, uma avaliação positiva do enunciador, uma vez que esse o considera pertinente para a defesa do seu posicionamento.

Partindo do discurso de Nelson Rodrigues, o enunciador transfere o sentido desse discurso para o tema recuperado, problematizando a questão e sustentando seu ponto de vista de discordância à atual venda exorbitante de jogadores para times estrangeiros: em 1958, com a vitória do Brasil na Copa do Mundo de futebol, houve um processo de alfabetização repentino nos brasileiros, pois passaram a procurar informações nos jornais sobre a vitória do

⁷⁸ Vide Anexo C.

Brasil. Na época, o Brasil era considerado um país subdesenvolvido, com grande quantidade de brasileiros analfabetos. Trazendo essa questão para o contexto que aborda no texto, o enunciador afirma, portanto, que, mesmo passados 50 anos, a situação social do Brasil continua quase a mesma: um país ainda em desenvolvimento e dependente de outros países. Para ele, isso se dá devido à mentalidade da maior parte dos brasileiros, que valorizam mais o que é estrangeiro do que o que é nacional. Põe-se a provar essa sua tese apoiado no discurso de Nelson Rodrigues e também, ao longo do texto, pela recuperação de outros discursos, como o de Don Rossé Cavaca e o de Robinho.

A recuperação que o enunciador faz do discurso de Nelson Rodrigues, relacionando-o ao tema da venda de jogadores na atualidade, faz-se por meio da retomada do sentido desse discurso no parágrafo seguinte à citação:

A partir do momento em que o rei Gustavo da Suécia veio apertar as mãos dos Pelés, dos Didis, todo mundo aqui sofreu uma alfabetização súbita. Sujeitos que não sabiam se gato se escreve com 'x' iam ler a vitória no jornal".

*Pois a notícia que **hoje** cabe levar ao grande cronista e dramaturgo, lá no assento etéreo onde repousa, é que, **quase meio século depois da redentora vitória na Suécia, a condição de vira-latas abateu-se de volta, implacável e sinistra, sobre nós.** (TOLEDO, 2005c, grifo nosso)*

Utilizando-se a marca temporal “hoje”, o enunciador transfere o sentido do discurso de Nelson Rodrigues para uma situação contemporânea; essa pista ainda se faz pelo uso da expressão “quase meio século depois”, uma vez que o discurso recuperado é de 1958 e o artigo de opinião de Toledo foi publicado em 2005. A transferência de sentido do “discurso noticiado” para o discurso do enunciador faz-se ainda, nesse mesmo trecho, e principalmente, pela afirmação “abateu-se de volta”, a qual, pelo seu sentido de “retorno”, enfatiza a relação entre os sentidos dos discursos citados e aquele que os cita. Dessa forma, transferindo o sentido do discurso de Nelson Rodrigues para o seu discurso, o enunciador veicula sua tomada de posição de contrariedade à valorização, no Brasil, da venda de jogadores brasileiros para times estrangeiros. Recuperando o discurso de Nelson, o qual trata de uma personalidade renomada publicamente, o enunciador sustenta sua opinião, dando-lhe um efeito de constatação, uma vez que a posição de Nelson daquela época corrobora com a posição do enunciador na época atual, o que enfatiza que a situação de subdesenvolvimento do Brasil pouco mudou em 50 anos.

Ao tratar dessa questão, o enunciador chama ao texto o caso do jogador Robinho, o qual estava na época negociando com o Real Madrid. Para que haja uma resposta ativa do enunciatário frente a essa questão, esse deve recuperar, pela memória discursiva, a glamourização que é dada a esse time no Brasil e no mundo, e também os discursos envolvidos em torno de tal negociação, como o desejo de Robinho em sair do Santos. Assim, o enunciador expõe seu posicionamento de que a condição de país subdesenvolvido que assola o Brasil desde a época de Nelson Rodrigues não mudou, pois há uma influência da mentalidade do povo brasileiro nessa questão. Ele afirma:

Robinho, para quem não sabe, quer jogar no Real Madrid. A diferença, com relação aos tempos de Nelson Rodrigues, começa por aí. Pelé nunca quis jogar no Real Madrid. Hoje, craque brasileiro só se sente feliz ao mudar para o exterior. (TOLEDO, 2005c)

Recuperando o discurso sobre Pelé, o qual, pela memória discursiva, sabe-se que foi um grande jogador de futebol e há tempos é considerado o “rei” desse esporte mundialmente, o enunciador transfere o sentido da época de Nelson Rodrigues, em que, ilustrado por Pelé, os melhores jogadores brasileiros jogavam em times nacionais, e não iam para o exterior para amadurecer tecnicamente. Transferindo o sentido do futebol daquela época para o da época atual, o enunciador problematiza o tema tratado, dando um efeito de constatação à sua opinião: se relacionarmos os sentidos propostos pelo enunciador entre a época de grandes craques como Pelé e a época atual, vê-se que há certa coerência no que diz o enunciador. Entretanto, isso se dá pois ele habilmente recupera os sentidos que possam dar sustentação à sua opinião, e não outros que possam negá-la ou mesmo questioná-la.

Problematizando ainda essa questão, o enunciador recupera o discurso do humorista Don Rossé Cavaca, proferido na mesma época de Nelson Rodrigues. Uma vez que o Brasil havia ganhado a Copa de 1958, Cavaca afirma que “em matéria de futebol, “subdesenvolvidos são os europeus””. (TOLEDO, 2005c). Enfatizado no texto pelo enunciador de que esse discurso foi proferido por um humorista, e considerando que na época o Brasil era, economicamente, um país subdesenvolvido, a afirmação de Cavaca reafirma a condição do Brasil: em relação aos países desenvolvidos, o Brasil se destaca apenas no futebol. Dessa forma, o enunciador se apóia nesse discurso para sustentar seu posicionamento de que na atualidade, devido aos acontecimentos que envolvem o futebol brasileiro, como o caso do jogador Robinho, verifica-se que a condição de subdesenvolvimento atacou novamente o

Brasil, mas agora, também na área do futebol. Isso se deve, segundo o enunciador, à mentalidade da maior parte dos brasileiros e também dos jogadores, que valorizam jogar em times estrangeiros, acreditando ser lá um lugar de crescimento profissional e técnico.

Para constatar esse seu posicionamento, o enunciador recorre, então, ao discurso do próprio Robinho, que é um “discurso noticiado”, já que o jogador não se refere à temática abordada, mas a uma exemplificação dela. O enunciador afirma:

O dinheiro, claro, é fator determinante nesse panorama, mas não é o único. O subdesenvolvimento no futebol, como todo bom subdesenvolvimento, começa nas cabeças. *"Quero jogar no melhor time do mundo", diz Robinho, justificando sua preferência pelo Real Madrid. (TOLEDO, 2005c, grifo nosso).*

Inserido no contexto do discurso do enunciador, este adapta o discurso de Robinho ao seu, marcando visivelmente a distinção entre ambos. A plasticidade do discurso recuperado é conservada pelas aspas, o que caracteriza o uso do estilo linear. O enunciador, ao recuperar esse discurso, posiciona-se diante dele, contestando-o, afirmando que há nele uma incoerência. Esse posicionamento frente ao discurso de Robinho é dado logo em seguida a esse trecho, em que o enunciador afirma: “O tal "melhor time do mundo" não ganhou um único campeonato no último ano, mas vá lá – o Real Madrid é o Real Madrid”.(TOLEDO, 2005c). Contrapondo sentidos, a contestação da qualificação dada por Robinho ao time estrangeiro se faz por meio de dados referentes a esse time, os quais não podem ser contestados: o Real Madrid não ganhou nenhum campeonato no último ano. Portanto, a opinião do enunciador é a de que desejar jogar em um time estrangeiro, mesmo que esse não tenha tido a melhor atuação no campeonato que disputou, é incoerente. Dessa forma, por meio do uso de discursos reportados (no caso, aquele classificado como “discurso noticiado”), o enunciador dá o efeito de constatação ao seu posicionamento: ele é contrário à venda exorbitante de jogadores brasileiros para times estrangeiros e à sua valorização pelo ideário nacional, enfatizando que essa é uma mentalidade de país subdesenvolvido – que ainda depende de países estrangeiros, até mesmo no futebol.

Assim, nesse artigo de opinião, percebe-se que os “discursos noticiados” recuperados pelo enunciador sustentam seu posicionamento, uma vez que se referem a uma temática em comum – o futebol – mesmo sendo em épocas distintas. O enunciador parte desses discursos para provar sua opinião, transferindo o sentido delas para o tema abordado, elucidando, assim,

seu posicionamento. Esses discursos nos quais o enunciador se apóia são utilizados para problematizar e sustentar a questão abordada no texto, necessitando que o enunciatário recupere os sentidos veiculados e os relacione no texto. Por meio dessa estratégia, vê-se, ainda, que o enunciador, ao dar voz a um outro, mais do que sustentar sua opinião, desvencilha-a de um dizer categórico. Ele não afirma no enunciado peremptoriamente, por exemplo, que houve uma alfabetização súbita no Brasil após a Copa de 1958; quem o faz é Nelson Rodrigues. Mas o enunciador apropria-se dessa afirmação, tratando-a como se fosse sua também, já que com ela concorda. Dessa maneira, o modo de dizer do enunciador não pode ser classificado como categórico, pois um é um outro que faz certas afirmações. Entretanto, o enunciador ao recorrer a discursos de outrem, sustentando sua opinião, faz da sua opinião algo irrefutável, como se a estivesse constatando. Veja-se o caso da citação de Robinho: observa-se no enunciado que ele mesmo afirmou que queria jogar no Real Madrid, e é de conhecimento público que o time não havia ganhado nenhum jogo no campeonato daquele ano, o que não pode ser tratado pelo enunciatário como uma mentira. É nesse sentido, então, que consideramos que o estilo desses textos é caracterizado pela “pseudo-relatividade”, pois o enunciador simula no texto desvencilhar seu modo de dizer de ser categórico (no caso, pelo uso dos discursos reportados), mas, ao mesmo tempo, confere um peso de inquestionabilidade – e aquilo que não é questionável, adquire o peso absoluto.

Percebe-se, então, que o “discurso noticiado”, mesmo sendo contestado ou confirmado, sustenta a opinião do enunciador frente ao tema de que trata, uma vez que, além de ser um discurso publicado em meios de comunicação, tendo se tornado de conhecimento público, aproximam-se da temática abordada no texto. Além disso, conferem à voz do enunciador um efeito de amenização à sua crítica, pois não é ele que afirma categoricamente aquilo que defende ou repudia, mas sim, um outro – no caso, uma personalidade conhecida publicamente – discurso que ele apropria como se fosse seu.

3.2.3 Discurso da arte

Ao analisarmos os artigos de opinião de Toledo e verificarmos a recuperação de discursos de outrem nesses textos, observa-se que o enunciador recorre a outro tipo de

discurso que denominamos “discurso da arte”. Classificamos tal discurso dessa maneira por ser recuperado ou de um livro ou mesmo de um filme específico, o que caracteriza a cultura do autor dos textos em questão. Esses discursos, os quais têm características peculiares quanto à linguagem e veiculam uma visão de mundo, dão sustentação ao posicionamento do enunciador, já que se tratam de discursos respeitados.

Dentre os 25 artigos de opinião analisados neste trabalho, em 10 deles o enunciador recupera esse tipo de discurso, o que caracteriza o estilo dos textos. A Tabela 3, apresentada a seguir, ilustra a disposição desse tipo de discurso nos artigos de opinião de Toledo e as suas formas de apreensão.

Tabela 3. Formas de apreensão do discurso da arte

Tipos de discurso	Formas de apreensão do discurso		
	Estilo linear	Estilo linear e pictórico	Estilo pictórico
Discurso da arte	<i>05 artigos de opinião</i>	<i>03 artigos de opinião</i>	<i>02 artigos de opinião</i>

Como se pode observar, a forma de recuperação do “discurso da arte” mais recorrente é o estilo linear, o qual, como visto nos outros tipos de discursos apresentados, caracteriza o estilo dos artigos de opinião em análise. Deixando marcas visíveis no texto, o enunciador recupera, principalmente, o “discurso da arte” em sua integridade, adaptando-o ao texto. Uma vez que tratam de discursos literários ou de filmes, o enunciador, ao recuperá-los, principalmente recorre a elementos nítidos para delimitar o seu discurso e o recuperado. Sendo assim, o estilo linear é usado com maior frequência que o estilo pictórico, o que mostra o respeito ao discurso recuperado e também o grau de autoridade que ele exerce dentro dos artigos de opinião.

Entretanto, assim como nos outros tipos de discursos recuperados nos textos em análise, o enunciador apresenta o “discurso da arte” também pelo estilo pictórico, diluindo esse discurso no seu. Essa diluição é feita, principalmente, por meio da leitura que o enunciador faz do discurso artístico que recupera: ele reconta a história do filme ou do livro a que recorre, de maneira a ressaltar questões e sentidos que lhe interessam. Dessa forma, ao ser

apreendido pelo discurso pictórico, o discurso recuperado ganha um novo “colorido”, como qualifica Bakhtin em seus estudos, que nesse caso se dá pelo novo sentido que adquire pela leitura do enunciador e também pela diluição da voz de outrem na voz do enunciador.

O “discurso da arte”, então, o qual exerce um grau de autoridade no contexto em que é usado, entremeia-se ao discurso do enunciador, ora marcado nitidamente no texto ora “misturado” ao discurso do enunciador, caracterizando-os com um viés cultural. Além do mais, esse tipo de discurso dá efeito de garantia à tomada de posição do enunciador, já que se trata de um dizer respeitado, o qual é assegurado pelo enunciador. E esse discurso sustenta o posicionamento do enunciador, como uma confirmação à sua voz.

Dentre os artigos de opinião analisados, os que apresentam o “discurso da arte” somente pelo estilo linear como forma de apreensão são:

Anexo E: “Leoa de um lado, gata distraída do outro”

Anexo L: A mais estonteante das quartas-feiras

Anexo P: Tudo o que é sólido derrete ao sol dos trópicos

Anexo R: "Se não comparecerdes..."

Anexo W: Do sonho de 1968 à realidade do mensalão

Já os artigos de opinião em que há tanto a marcação nítida do discurso de outrem pelo estilo linear, quanto a apreensão desse discurso pelo estilo pictórico, são:

Anexo K: “Nos labirintos do poder”

Anexo N: “O melão tentador e outras histórias”

Anexo U: "Sobre causas, efeitos e trepar em árvores"

E os artigos de opinião em que há somente a recuperação pelo estilo pictórico são:

Anexo O: "O duplo estrago do bispo-bomba"

Anexo S: "A democracia americana ensaia sua volta"

Verifica-se, então, que mesmo sendo o estilo linear o mais recorrente, caracterizando os textos, o estilo pictórico também é utilizado, servindo ambos para sustentar a opinião do enunciador. Ao recuperar os "discursos da arte", o enunciador transfere o sentido do discurso recuperado para o tema abordado, apropriando-se deles para sustentar seu ponto de vista. Além disso, o enunciador, ao recorrer ao "discurso da arte", desvincula sua voz julgadora de um dizer categórico, pois ele não afirma sua crítica peremptoriamente; ela é veiculada pela relação feita entre o discurso citado e aquele que o cita.

A escolha de um dos estilos linear ou pictórico feita pelo enunciador dá-se em decorrência da ênfase que dá a esse discurso em face da opinião que defende sobre o tema. Quando utiliza o estilo linear, vê-se que o enunciador põe-se a provar a referência literária ou de filme feita, assegurada pela citação. Dessa forma, não se pode afirmar que o enunciador criou ou fantasiou a história recuperada, pois ela está apresentada com sua plasticidade própria. Ao mesmo tempo, o enunciador utiliza o estilo pictórico para recontar a história que recupera, não deixando entrever que se trata de uma cópia, mas sim, de sua visão sobre o texto. Isso se dá pois ele aponta no texto quem é o autor e o título da obra, referencializando a citação, mas a citando com a voz do outro entremeada à sua.

No artigo de opinião "Sobre causas, efeitos e trepar em árvores" (TOLEDO, 2005u)⁷⁹, verifica-se que há as duas formas de tratamento do "discurso da arte" – linear e pictórico – o que mostra que as duas formas de apreensão se dão nos textos de Toledo em que aparece esse tipo de discurso. As características apresentadas em relação a esses dois estilos nesse texto podem ser aplicadas nos outros artigos de opinião em que há a recuperação do "discurso da arte", por isso esse artigo é aqui recorrido.

⁷⁹ Vide Anexo U.

Nele, o enunciador elucida sua opinião em relação ao movimento de jovens franceses na época de 2005, que almejavam melhores condições de emprego na França. Seu posicionamento é o de indignação e de contrariedade a esse evento, afirmando que este até tinha causas consistentes, porém com reivindicações não muito coerentes às propostas desejadas pelos jovens.

Para sustentar esse seu posicionamento, recupera o discurso do livro *O Barão nas Árvores*, de Italo Calvino. Levando em consideração o enunciatário e também o julgamento que faz em relação a esse acontecimento parisiense, o enunciador escolhe o livro como referência, citando parte do seu enredo.

O povo pobre se inquieta, o governo treme. Não, não se trata da revolta dos queimadores de carros, é outra, anterior, *aquela*, o leitor se lembra – a da Bastilha, da guilhotina, da execução do rei. As notícias de Paris causam excitação em Ombrosa, cidade italiana à margem do Mar da Ligúria, onde um audacioso barão, tomado pela revolta contra o autoritarismo paterno e as convenções sociais em geral, decidiu, no dia 15 de junho de 1767, quando tinha 12 anos, refugiar-se em cima das árvores, e de lá nunca mais desceu, passando uma vida inteira a pular de galho em galho e desenvolvendo habilidades que lhe permitiram comer, estudar, escrever, caçar, lutar e amar sem jamais pôr os pés no solo. (TOLEDO, 2005u, grifo do autor)⁸⁰

Nessa citação, é usado o estilo pictórico como forma de apresentação do discurso recuperado, pois há uma mistura da voz literária com a voz do enunciador. Podemos distingui-las assim:

Voz do “discurso da arte”:

O povo pobre se inquieta, o governo treme. (...) As notícias de Paris causam excitação em Ombrosa, cidade italiana à margem do Mar da Ligúria, onde um audacioso barão, tomado pela revolta contra o autoritarismo paterno e as convenções sociais em geral, decidiu, no dia 15 de junho de 1767, quando tinha 12 anos, refugiar-se em cima das árvores, (...) (TOLEDO, 2005u)

Voz do enunciador:

Não, não se trata da revolta dos queimadores de carros, é outra, anterior, *aquela*, o leitor se lembra – a da Bastilha, da guilhotina, da execução do rei. (TOLEDO, 2005u)

⁸⁰ Vide Anexo U.

Essas vozes se distinguem pelo conteúdo veiculado e também pelos seus estilos. Na voz literária, há a referência a dados do livro *O Barão nas Árvores*, que só podem ser recuperados quando se recorre ao texto em sua integridade, além de ter um estilo poético; já a voz do enunciador têm características do seu estilo, como o diálogo com o enunciatário. Misturadas, caracterizam o estilo pictórico, pois entremeada à voz literária tem-se também marcas do enunciador, como a maneira que a dispõe e a relata.

Após a citação, o enunciador afirma que se trata de uma história inventada, escrita no livro *O Barão nas Árvores*. Apoiado nela, expõe seu posicionamento sobre a revolta dos estudantes, afirmando que essa se tratou de uma luta sem consistência, assim como ocorreu em Ombrosa, cidade fictícia do livro. Dessa forma, o “discurso da arte” vem sustentar a tese defendida pelo enunciador: esse, estrategicamente, coloca o sentido do discurso recuperado em uma relação de semelhança à opinião que defende, tratando ambas como manifestações que não tiveram fundamento. Além disso, mais à frente no texto, relata o final da história do livro: não se fez a revolução em Ombrosa. Ao colocar em relação de similitude a opinião que defende sobre as manifestações em Paris e o discurso de *O Barão nas Árvores*, é como se o enunciador dissesse: “Veja, assim como não deu certo a revolução em Ombrosa, também não dará na Paris de 2005, já que ambas têm certas semelhanças, como as causas consistentes, mas sem efeitos plausíveis”. Entretanto, essa afirmação não é feita categoricamente no texto pela voz do enunciador, mas sim, por meio da relação que faz entre seu discurso e o discurso recuperado. Essa transferência de sentido entre os discursos é feita no texto da seguinte maneira:

Verificou-se então que prevaleciam, em Ombrosa, condições semelhantes às da França. Ou, para dar a palavra ao narrador:

"Em suma, também entre nós existiam todas as causas da Revolução Francesa. Só que não estávamos na França, e a revolução não se fez. Vivemos num país onde se verificam sempre as causas, não os efeitos".

Eis uma característica que, mais ainda do que a de ter um ilustre filho a viver entre as árvores, singulariza Ombrosa: ali só as causas se fazem presentes, nunca os efeitos. *Voltamos ao tempo presente*, das notícias da França que dão conta não da Bastilha, mas *dos Hosni e Ahmed do cinturão de Paris*, [...] (TOLEDO, 2005u, grifo nosso).

Após recuperar o “discurso da arte” pelo estilo linear nesse trecho, o enunciador cita o discurso do narrador do livro em sua integridade ("Em suma, também entre nós existiam todas as causas da Revolução Francesa. Só que não estávamos na França, e a revolução não se fez.

Vivemos num país onde se verificam sempre as causas, não os efeitos". (TOLEDO, 2005u). Conservando sua autonomia e plasticidade, a recuperação desse discurso dá o efeito de credibilidade ao que é dito pelo enunciador, uma vez que se trata de um discurso com grau de autoridade, e que tem seu sentido transferido para a temática do texto: o mesmo que ocorreu em Ombrosa, está ocorrendo em Paris.

Em seguida, utilizando-se da expressão “Voltemos ao tempo presente” (TOLEDO, 2005u), o enunciador marca no texto que deve ser feita uma transferência de sentido entre o discurso do livro e o tema abordado no texto. Por meio dessa relação de sentidos que é estabelecida, é que se configura o posicionamento do enunciador, de que a Paris atual se faz como Ombrosa: há causas sendo defendidas, mas os efeitos são desprezíveis. Seria como se ele dissesse: “se não deu certo em Ombrosa, por que daria em Paris?” O enunciador não afirma esse seu posicionamento categoricamente, mas o veicula pela relação que faz entre o discurso citado e aquele que o cita. Portanto, para a apreensão de sua opinião é preciso que o enunciatário reconheça e relacione os sentidos dos discursos, percebendo a indicação dada pelo enunciador de que, assim como em Ombrosa, as manifestações de estudantes em Paris não darão certo, já que também não têm efeitos consistentes. Sendo assim, o “discurso da arte” apreendido tanto pelo estilo linear, quanto pelo estilo pictórico, ameniza a voz julgadora do enunciador, pois sua opinião está diluída nesse discurso de outrem e somente será apreendida quando o sentido do discurso citado e o do discurso do enunciador forem relacionados. Além disso, por ter um grau de autoridade dentro do texto, já que são discursos culturais/literários, dão sustentação ao ponto de vista defendido pelo enunciador. Isso se dá pois, ao relacionar o “discurso da arte” com o seu, coloca-os em relação de semelhança, indicando para o enunciatário os sentidos que deve recuperar, dando, ainda, um efeito de prova à sua opinião.

E essa voz julgadora somente será interpretada se houver um enunciatário que recupere o sentido do livro e também saiba sobre as causas e efeitos do movimento que estava ocorrendo em Paris em 2005. Sendo assim, o enunciatário esperado dos textos em análise trata-se de um que recupere tanto discursos de personalidades, quanto discursos da literatura ou de filmes, e que também seja informado sobre os acontecimentos da atualidade.

Além do artigo de opinião apresentado, como visto no item 3.2.2., em “Tudo o que é sólido derrete ao sol dos trópicos” (TOLEDO, 2005p), o enunciador recupera um poema de João Cabral de Melo Neto, em que este descreve o estilo de jogo de Ademir da Guia, vereador de São Paulo pelo PCdoB. Ele cita:

João Cabral de Melo Neto descreve seu estilo de jogo com precisão jamais alcançada pelos cronistas esportivos – "Ademir impõe com seu jogo / o ritmo do chumbo (e o peso), / da lesma, da câmara lenta, / do homem dentro do pesadelo". (TOLEDO, 2005p)

Apropriando-se dessa citação, o enunciador sustenta seu posicionamento de que assim como João Cabral tratou Ademir como um homem em câmera lenta, inflingindo um pesadelo aos seus adversários, assim o fez quando entrou para a política. ("Eleito, pelo PCdoB, vereador em São Paulo, pesadelo igual ao que infligia aos adversários passou a viver quando foi acusado pelos assessores de embolsar-lhes parte dos salários". (TOLEDO, 2005p)). Dessa maneira, usando o "discurso da arte", o enunciador confere ao texto um valor cultural, e ainda sustenta seu posicionamento: não é só ele que desqualifica Ademir da Guia, mas também João Cabral de Melo Neto. Além disso, não é ele que afirma categoricamente que Ademir é uma lesma e causa pesadelos, mas João Cabral, dito que o enunciador se apropria, confirmando-o.

Portanto, como visto, ao recuperar o "discurso da arte", o enunciador o apresenta principalmente pelo estilo linear, indicando o respeito que tem sobre ele; mesmo quando o faz pelo estilo pictórico, deixa características da autoria desses discursos, como a citação do autor e do nome da obra. O "discurso da arte", como os outros tipos de discursos usados nesses textos, são usados para sustentar a opinião do enunciador, conferindo-lhe um valor de credibilidade ao que é dito, além de terem um peso positivo no ideário nacional.

3.2.4 Discurso institucional

Como já apresentado na Tabela 1 deste capítulo, verifica-se que nos artigos de opinião de Toledo o enunciador recupera também "discursos institucionais". Tais discursos referem-se a leis, discursos de alguma repartição pública, entre outros que se caracterizam por essa nomeação. Nos textos de Toledo, dentre os 25 analisados, em 03 o enunciador recupera esse tipo de discurso ao expor seu posicionamento sobre o tema recuperado no texto. Esses artigos de opinião são: "Anedota de brasileiro" (TOLEDO, 2005q)⁸¹, no qual o enunciador trata do

⁸¹ Vide Anexo Q.

referendo sobre venda de armas de fogo no Brasil, recuperando leis que inviabilizam a realização desse referendo; ““Se não comparecerdes...”” (TOLEDO, 2005r) ⁸², no qual o enunciador refere-se à declaração enviada pelo INSS ao seu contribuinte, dando-lhe um prazo para a retirada de seus benefícios; e “A farsa cruel de um ponto de exclamação” (TOLEDO, 2005v), em que o enunciador aborda o tema da greve de professores nas universidades públicas do Brasil, recuperando leis que dão o direito de greve a esse segmento.

Observa-se pela temática abordada nesses artigos de opinião que o enunciador trata de questões referentes a decisões de instituições, como referendo, pagamento de contribuição e greve. Sendo assim, a recuperação dos “discursos institucionais” é feita estrategicamente para dar sustentação ao posicionamento do enunciador, uma vez que se referem à própria instituição que é recuperada no texto.

O tratamento dado a esse discurso nos textos de Toledo é o de, principalmente, apoiar-se neles, sustentando o posicionamento do enunciador. Uma vez tratam de discursos institucionalizados, impõem respeito e poder, o que dá ênfase à opinião defendida pelo enunciador. E por ter essa característica de ser um discurso de uma instituição, o qual deve ser seguido pelos participantes e representantes do seu segmento, o enunciador, quando o recupera, em sua maioria apreende-o pelo estilo linear. Dessa forma, mostra no texto o distanciamento entre a voz recuperada e a voz do enunciador, enfatizando o poder ideológico e de respeito que esse tipo de discurso exerce sobre a sociedade.

Dentre os 03 artigos de opinião em que há o discurso institucional, em apenas 01 deles há uma mistura entre o estilo linear e o pictórico, sendo este caracterizado pela mistura do discurso institucional ao discurso do enunciador. Essa diluição de um discurso no outro é feita pela apresentação de leis e decretos ao longo do texto, entremeadas na voz do enunciador. Assim como o “discurso da arte”, o “discurso institucional”, ao ser recuperado pelo estilo linear, faz com que não se possa afirmar que as leis e decretos citados são invenções do enunciador, já que são citadas com suas características primitivas. O estilo pictórico, por sua vez, faz com que esse tipo de discurso dilua-se pelo texto, contaminando a voz do enunciador.

No artigo de opinião “Anedota de brasileiro” (TOLEDO, 2005q)⁸³, o enunciador transmite o “discurso institucional” tanto pelo estilo linear, quanto pelo estilo pictórico. Portanto, usamo-lo como exemplo para mostrar como se dão as duas formas de apreensão desse tipo de discurso e de que maneira ele sustenta o posicionamento do enunciador.

⁸² Vide Anexo R.

⁸³ Vide Anexo Q.

Nesse artigo, o enunciador posiciona-se contrariamente ao referendo proposto pelo governo Lula no ano de 2005, que questionava a proibição ou não do comércio de armas de fogo no Brasil. Para sustentar esse seu posicionamento contrário, ao longo do texto o enunciador recupera leis que foram promulgadas em anos anteriores, as quais contrariam a execução da decisão favorável à questão proposta. Sendo assim, o enunciador defende que o referendo, da maneira como foi proposto para a população, já teria uma resposta antes mesmo de ter a votação executada: não se pode proibir o comércio de armas de fogo no Brasil. Recuperando o “discurso institucional”, dá o efeito de prova ao seu posicionamento e a incoerência do referendo. O enunciador afirma:

Para quem não está entendendo, voltemos aos pontos de partida desta história. No dia 22 de dezembro de 2003, foi sancionada pelo presidente Lula a Lei nº 10 826, apelidada de Estatuto do Desarmamento. Esse texto, regulamentado pelo Decreto nº 5 123, de 1º de julho de 2004, determinou, ao cabo de longos e acirrados debates no Congresso, quem pode possuir ou portar armas, quando, onde e em que condições. O conjunto de disposições então adotado não desmerece o nome de Estatuto do Desarmamento. Dificultou, de modo considerável, a aquisição e o uso de armas de fogo no país, para quem quer fazê-lo pelos meios legais. (TOLEDO, 2005q)

Recuperando o “discurso institucional”, que trata da Lei apelidada de Estatuto do Desarmamento, o enunciador problematiza o tema abordado no texto, afirmando que foi incoerente ter levado o povo às urnas para responder a um referendo que já tinha uma resposta. O enunciador propõe-se a provar tal questão pela lei que recupera: essa tem como decreto a distinção de quem pode ou não portar armas de fogo no Brasil. Portanto, de acordo com o enunciador, seria incoerente a pergunta feita pelo governo no referendo, pois alguns membros da sociedade têm o direito de porte de arma, portanto, precisam ter onde comprar suas armas. Então, afirma:

Na verdade, se a proibição do comércio fosse para valer, a vitória do SIM significaria a revogação de todo o restante da lei. Ficariam prejudicados os numerosos artigos que cuidam de quem pode ter armas, e em que condições. Se não se pode comprar, de que adianta contar com a permissão para ter? (TOLEDO, 2005q)

Portanto, observa-se por esse artigo de opinião que o “discurso institucional” sustenta e procura provar a tese do enunciador, dando a ela um efeito de credibilidade, já que são

discursos que veiculam direitos e deveres do cidadão. O enunciador, então, recorre ao “discurso institucional” para, sustentado nele, afirmar que o referendo proposto foi inconsistente e sem valia. Ao citar as leis do Estatuto do Desarmamento, relaciona-as estrategicamente à questão apresentada (a adequação ou não da pergunta do referendo), pondo-se a provar, por esse meio, que ela é incoerente, já que interfere no direito, garantido por lei, de porte de arma de fogo no Brasil.

No primeiro trecho selecionado referente ao “discurso institucional”, vê-se que o enunciador transmite esse discurso pelo estilo pictórico, diluindo-o no texto (No dia 22 de dezembro de 2003, foi sancionada pelo presidente Lula a Lei nº 10 826, apelidada de Estatuto do Desarmamento [...] (TOLEDO, 2005q)). Mesmo não deixando marcas visíveis no enunciado da distinção entre seu discurso e o do outro, utiliza-o para provar e sustentar sua opinião. Trata-se do estilo pictórico pois, entremeada à sua voz, o enunciador dialoga com leis e suas datas de promulgação, como:

(...) foi sancionado pelo presidente Lula a Lei nº 10 826, apelidada de Estatuto do Desarmamento. Esse texto, regulamentado pelo Decreto nº 5 123, de 1º de julho de 2004, determinou, ao cabo de longos e acirrados debates no Congresso, quem pode possuir ou portar armas, quando, onde e em que condições (...) (TOLEDO, 2005q)

Sobre tais leis, o enunciador implica seu julgamento, elucidando sua voz:

O conjunto de disposições então adotado não desmerece o nome de Estatuto do Desarmamento. Dificultou, de modo considerável, a aquisição e o uso de armas de fogo no país, para quem quer fazê-lo pelos meios legais. (TOLEDO, 2005q)

No mesmo artigo de opinião, como afirmado, esse tipo de discurso também é recuperado pelo estilo linear, como se pode observar neste trecho pelo uso das aspas:

Podem possuí-las, desde que as mantenham em casa ou no trabalho, todos aqueles que comprovem "efetiva necessidade" disso, e desde que tenham no mínimo 25 anos, não apresentem antecedentes criminais e passem nos testes de "aptidão psicológica" e de "capacidade técnica para o manuseio de armas de fogo", entre outras exigências. (TOLEDO, 2005q)

Observa-se que, mesmo utilizando o estilo linear como forma de apreensão desse tipo de discurso, o enunciador o integra ao seu texto, fazendo modificações. Essas modificações fazem com que o discurso recuperado passe a ser parte do discurso do enunciador, entremeando-se nele. Entretanto, fica visível no texto que são vozes distintas, com autores distintos, enfatizando o poder do “discurso institucional”. Além do mais, a transmissão do discurso de outrem, marcada pelo uso das aspas, conserva a plasticidade primitiva do discurso recuperado.

Observa-se também neste artigo de opinião que o enunciador tenta regular o sentido do texto, característica do seu estilo. Dialogando com o enunciatário, chamado ao texto pela expressão “Para quem não está entendendo” e pela primeira pessoa do singular (“voltemos”), o enunciador faz com que tanto aqueles que estão compreendendo os sentidos veiculados quanto aqueles que não estão, considerem as afirmações que faz referentes às leis chamadas ao texto. Dessa maneira, é preciso que o enunciatário faça essa relação de sentido e considere as leis apresentadas, pois assim compreende o posicionamento do enunciador, respondendo-o ativamente.

Além disso, ao recuperar as leis, vai construindo seu discurso como algo irrefutável, pois considera que elas provam a inconsistência do referendo. Seria como se dissesse ao leitor: “Está provado por lei que você foi enganado”. Entretanto, o enunciador não faz tal afirmação categoricamente no texto, ela é habilmente dita pela relação feita entre os discursos reportados (no caso, pelo “discurso institucional”) e também pela ironia, usada no final do texto, que ridiculariza a proposta do referendo.

Em ““Se não comparecerdes..”” (TOLEDO, 2005r)⁸⁴, o enunciador também recorre ao discurso institucional, que se refere de uma carta enviada pelo INSS ao contribuinte, dando-lhe um prazo para o recolhimento de seus benefícios. Ele cita no texto a carta em sua integridade, fazendo suas asserções sobre ela, como a de que há um descaso do governo em relação aos pensionistas e aposentados. Apoiado em discursos sobre o INSS na época, o enunciador põe-se a provar que o prazo dado na carta para o recebimento dos benefícios não foi pertinente, já que o INSS entrou em greve. Na carta enviada pelo INSS, afirma-se: “*Comunico-vos que vosso pedido de Benefício será indeferido por desinteresse, se não comparecerdes dentro de 10 dias a contar desta data.*” (TOLEDO, 2005r, grifo do autor). Sobre essa questão, o enunciador afirma:

⁸⁴ Vide Anexo R.

Impressiona o ucasse desferido na penúltima linha contra o contribuinte: "...o Benefício será indeferido se não comparecerdes..." Mais impressionante ainda se torna quando se tem em conta que, antes de corridos os dez dias, o INSS entrou em greve, parou tudo e que se danem os solicitantes, os pleiteantes e os queixosos. Caso se queira mais uma dose de estupefação, acrescente-se que a carta foi emitida em maio, as exigências foram cumpridas, uma vez terminada a greve, e até agora nada. O benefício ainda não foi concedido. (TOLEDO, 2005r)

Dessa maneira, baseado em discursos que circularam sobre o INSS, como a data de postagem da carta e a greve no INSS, o enunciador dá um efeito de constatação à sua proposição: o governo não respeita seus contribuintes, dificultando-lhes o recebimento de seus direitos. Além disso, o enunciador questiona o uso do “vós” na carta como forma de se retratar ao aposentado ou pensionista. Para ele, isso é uma afronta do governo ao destinatário da carta, como se quisesse, por esse meio, impor-se. A fim de provar esse posicionamento, recupera discursos que possam lhe dar sustentação. Primeiro recupera o “discurso da arte” – um poema de Olavo Bilac – inferindo que uma das hipóteses para o uso do “vós” seria a busca da elegância. Sua segunda hipótese é a de que a carta possa, por esse recurso, parecer educada, já que se trata de um comunicado que representa a palavra “do próprio Estado brasileiro” (TOLEDO, 2005r). Entretanto, após fazer menção a tais hipóteses, nega-as, afirmando que seriam pouco críveis de ocorrerem. Dessa forma, vê-se que o enunciador tenta regular o sentido de seu texto, pois ao mesmo tempo em que recupera alguns sentidos, o faz para negá-los e, assim, confirmar, em seguida, a opinião com a qual concorda.

Então, já que essas hipóteses não são plausíveis para o enunciador, ele defende que o “vós” só pode ter sido usado para amedrontar o contribuinte, como um “desejo de acuar o cidadão, de encostar-lhe no peito a ponta da espada, de fazê-lo sentir-se pequeno, diante da majestade do Estado (...)” (TOLEDO, 2005r). Diante disso, vê-se que além de regular o sentido do texto, o enunciador trata sua opinião como irrefutável, como se fosse uma constatação, e a sustenta pelo conteúdo e forma da carta emitida pelo INSS.

Portanto, verificamos que o “discurso institucional” é utilizado para sustentar o posicionamento do enunciador, conferindo a ele um valor de inquestionável, ainda mais porque esses discursos exercem um grau de autoridade no ideário nacional, pois se referem a leis, mandatos ou ordens, sendo usados pelo enunciador como um “argumento de autoridade”. Assim, ao mesmo tempo em que sua voz crítica é amenizada pela forma de dizê-la, o

enunciador confere a ela um valor de irrefutabilidade. É nesse sentido que consideramos que o autor simula no texto uma voz crítica não-categórica, mas que é, ao mesmo tempo, elaborada por ele como uma constatação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos de opinião de Roberto Pompeu de Toledo publicados na revista *Veja* são textos que veiculam posições acerca de acontecimentos sociais e políticos do mundo e do Brasil, e assim se particularizam. Para tal, o enunciador, com um estilo próprio, confronta-se com outras vozes, ora rebatendo-as, ora apoiando-se nelas, elucidando seu posicionamento.

Baseados nos estudos do Círculo de Bakhtin acerca da linguagem, objetivamos neste trabalho verificar as formas de tratamento, recepção e transmissão das vozes sociais nos artigos de opinião de Toledo. Enfocados principalmente no *dialogismo*, temática que permeia toda a obra do Círculo, enfatizamos em nossas análises as relações dialógicas e ideológicas intrínsecas à linguagem, as relações entre textos e também as relações entre sujeitos, dentre elas, a relação com o enunciatário, uma vez que ele é relevante tanto para a configuração da voz do enunciador quanto para a interpretação e apreensão dela. O enunciador, então, em relação dialógica com o enunciatário, considera-o para as escolhas lingüísticas, textuais e discursivas que faz para construir seu ponto de vista.

Nos artigos de opinião em análise, percebe-se que é uma tendência do estilo do autor a contrariedade ao acontecimento tratado no texto. Defendendo valores como a ética, a moral, a responsabilidade e a integridade política principalmente, o autor avalia os discursos que chama ao texto sob esse viés, repudiando, assim, a corrupção política, beneficiamentos em cargos públicos, a subordinação do Brasil a países estrangeiros, dentre outros. Uma vez que faz parte do estilo desses textos a crítica negativa, espera-se deles a contra-argumentação à temática abordada, que se refere a alguma notícia veiculada temporalmente próxima à publicação do artigo na revista *Veja*. Assim, o cronótopo faz-se elemento fundador do significado temático dos artigos de Toledo, pois é seu organizador. Dessa maneira, para que se compreendam os sentidos veiculados nesses textos, é preciso que o enunciatário esteja informado sobre os acontecimentos abordados e, ainda, recupere os sentidos subjacentes, relacionando-os ao posicionamento defendido pelo autor do texto.

Esses textos, quando lidos de acordo com a periodicidade da revista, mostram-se atuais tanto pela temática abordada quanto pelas marcas temporais deixadas ao longo dele. Nos textos analisados, escritos entre julho e dezembro de 2005, o enunciador recupera eventos

da época, como cassação de deputados, morte de brasileiro na Inglaterra, venda de jogadores para times estrangeiros, referendo sobre a venda de armas de fogo no Brasil, entre outros. E há marcas dessa contemporaneidade no enunciado, como “na semana passada”, “na segunda-feira passada”, “os últimos acontecimentos”, o que mostra a importância do contexto de produção para a compreensão do texto e também a necessidade de um enunciatário informado e atento aos acontecimentos políticos e sociais da atualidade.

Considerando a temporalidade desses textos é que passamos a tratá-los como “artigos de opinião”, uma vez que, de acordo com a terminologia jornalística, o “ensaio” é o termo atribuído a um suplemento especial do jornal ou revista, em que são analisados temas com maior profundidade, baseados em outros textos/documentos. Já o “artigo de opinião” caracteriza-se pela avaliação de alguma notícia enquanto os acontecimentos ainda estão ocorrendo, e a opinião veiculada é baseada nos valores e na sensibilidade do próprio autor. Mesmo que tenhamos preferido ficar fora da polêmica terminológica, não há porque não adotar um uso já socialmente estabilizado no contexto desta pesquisa, em que interessa principalmente a caracterizações dos textos.

O tratamento dado ao enunciatário desses textos também é característico do estilo autoral. Chamado ao texto como “persona discursiva”, o enunciador o inclui no enunciado por meio de algumas marcas, tais como pronomes e desinências verbais indicadores da primeira pessoa do plural (*nós*); o vocábulo “leitor”, “leitora”; indicações de quem possa ser o leitor de tais textos, como “para quem não sabe”, “para quem não está entendendo”, etc. Por esse mecanismo, o enunciador, que tem um projeto de dizer, usa mecanismos para tentar regular o sentido do texto, fazendo com que o enunciatário recupere os sentidos específicos propostos. Assim, mesmo que não queira aderir a eles, o enunciatário precisa considerá-los, pois assim responderá ativamente ao que lê. Com isso, instaura-se no texto um autor habilidoso na construção do seu discurso, pois ressalta os sentidos que considera prioritários para a adesão à sua avaliação.

Essa avaliação, caracterizada principalmente pela contestação e pela crítica, é transmitida no texto principalmente por meio de um embate discursivo entre vozes sociais, as quais são intrínsecas à linguagem e que também são chamadas ao texto. Os principais recursos lingüísticos e discursivos usados pelo enunciador para tal fim e destacadas por nós são 03: os adjetivos, a ironia e a recuperação de discursos de outrem, que foram analisados sob a perspectiva bakhtiniana de linguagem, considerando-se, assim, as relações dialógicas caracterizadoras da linguagem.

Os adjetivos são recorrentes nos artigos de opinião em análise, e, uma vez que têm como característica semântica ser um modificador, exprimem um tom valorativo frente ao objeto a que se referem. Utilizados pelo enunciador em contextos específicos, os adjetivos dão aos artigos em análise, principalmente, o efeito de contrariedade e de crítica às temáticas abordadas, caracterizando o estilo do autor. Como pressuposto teórico, podemos afirmar que os adjetivos são escolhidos em face do enunciatário dos textos, tendo este que inseri-los no contexto de produção para compreendê-los, e não tratá-los como signos isolados.

Ao serem utilizados como qualificadores, os adjetivos veiculam a tomada de posição do enunciador diretamente, não amenizando sua crítica. Entretanto, algumas vezes os adjetivos são usados ironicamente, relativizando, em termos, a voz crítica do enunciador – estratégia que se dá também quando se recuperam discursos de outrem. Sendo assim, a voz não pode ser classificada como categórica em um aspecto geral, mas sim, relativizada sob alguns aspectos.

Ao tratarmos da ironia nos artigos de opinião de Toledo, então, observamos seu papel nesses textos e como se configuram. Para tal, embasamo-nos em estudos de Brait (1996), Huchteon (2000) e Ducrot (1987), observados pelo viés bakhtiniano. Dentre os 25 artigos analisados, observou-se que apenas 03 não são plasmados pela ironia. Neles, o enunciador apresenta sua voz crítica, veiculada principalmente por um embate discursivo com discursos de outrem.

A ironia caracteriza-se em Toledo como uma das formas de apreensão e de transmissão das vozes sociais, servindo como um instrumento de julgamento frente aos acontecimentos do Brasil e do mundo que são tratados nos textos. Entretanto, ao mesmo tempo em que a ironia tem um viés julgador, não a apresenta categoricamente, pois seu sentido é apreendido pela inter-relação entre o dito e o não-dito, que não podem ser separados na interpretação da ironia. Ao ser utilizada nos artigos de opinião de Toledo, a ironia desvencilha a voz do enunciador de um dizer absoluto, pois, com ela, não se afirma diretamente a crítica. Com a ironia, o sentido não é dado no enunciado, não está pronto, mas está em construção, em processo, já que depende do reconhecimento do enunciatário e também da interpretação dele. Entretanto, a crítica feita pela ironia é aguda e engenhosa, por isso consideramos essa forma de discurso como um mecanismo que “pseudo-relativiza” a voz do enunciador, já que a crítica ao seu alvo é aguda, mas amenizada pela sua forma de dizer.

A ironia monta um jogo interpretativo, sendo relevante para sua interpretação a relação entre o enunciador, o enunciatário e o contexto de produção. O conteúdo do texto é assinalado

por valores atribuídos pelo enunciador, que deixa pistas que levam o enunciatário ao sentido irônico. Como afirma Hutcheon (2000), a ironia é um jogo arriscado, pois o enunciatário precisa reconhecer essas pistas e não interpretá-las “ao pé da letra”, mas sim, apreender o inter-dito que há entre o enunciado e a proposição visada pelo enunciador na enunciação, chegando a um terceiro sentido. Uma vez que os sentidos que a ironia desencadeia são negociados com o outro, o enunciatário assume um papel ativo de interpretador, havendo uma solidariedade implícita entre sujeitos (enunciador e enunciatário). Dessa forma, a ironia caracteriza-se por uma relação dialógica entre vozes e sujeitos, já que há um não-dito implicado no dito. Baseados em Passetti (1995), entendemos o dito como um discurso absurdo, do qual o enunciador discorda, mas “finge” no enunciado concordar. Implicado nele há um discurso sério, o qual o enunciador defende e concorda. Então, para compreender a ironia, o enunciatário deve relacionar esses discursos dissonantes, não os tratando separadamente. É nesse sentido, então, que tratamos a ironia como uma forma de discurso que “pseudo-relativiza” a voz do enunciador, pois a crítica aguda só é compreendida ao se relacionarem o dito e o não-dito.

Nesses textos, a ironia se constrói por meio de comparações entre discursos ou situações distintas, que levam um sentido inusitado, absurdo, pois os elementos em comparação têm pouca correspondência semântica; e também pelo uso de alguns adjetivos, levando ao humor com um viés avaliador. As comparações podem ser consideradas como o que é dito, o que é posto no enunciado, tendo um não-dito implícito, os quais, inter-relacionados, levam a um terceiro sentido, o sentido irônico. Somente por meio da interpretação desse embate discursivo é que se apreende a avaliação do enunciador. Os adjetivos usados com o viés da ironia também são tratados no enunciado como um “discurso absurdo”, mas que tem um sentido contrário na enunciação, ridicularizando o alvo a que se refere.

A voz julgadora do enunciador é veiculada também pela recuperação de discursos de outrem, os quais dão sustentação à argumentação feita no texto. Recorrendo a outros dizeres, a outros saberes, o enunciador problematiza-os em seu texto, promovendo um embate entre o seu discurso e o discurso citado. Ao recuperar esses discursos, posiciona-se diante deles, escolhendo-os estrategicamente para veicular seu posicionamento frente à temática que aborda no texto. Inserindo-os no contexto do artigo de opinião e perpassados por uma avaliação, o enunciador, então, dá aos discursos que recupera um novo sentido.

Dentre os discursos recuperados nos textos, classificamo-los de acordo com suas autorias e características semânticas, distinguindo: “discurso da personagem-tema”, que trata de discursos que se referem à própria temática abordada no texto, seja ela uma personalidade, ou mesmo um tema em si, como a greve em universidades públicas no Brasil; “discurso noticiado”, que trata de discursos de personalidades renomadas no cenário nacional, que não a personalidade temática do texto, e que se tornaram públicos; “discurso da arte”, que é o discurso recuperado de livros ou filmes; e “discurso institucional”, que trata de leis, decretos, entre outros discursos referentes a instituições. Percebe-se que não há uma homogeneidade de tipos de discurso recuperados nesses artigos de opinião. Isso se dá pois o enunciador os recupera em decorrência do posicionamento que defende em seu texto e da temática abordada. As próprias autorias dos discursos recuperados e os sentidos que veiculam, impõem respeito, o que sustenta a argumentação do enunciador ao problematizá-los com a temática abordada, dando o efeito de credibilidade e de constatação ao que afirma. Trata-se, pois, do conhecido “argumento de autoridade”, sobre o qual nos ensina a retórica.

O enunciador, ao recuperar discursos, utiliza tanto o estilo pictórico quanto o linear para citá-los, sendo este, nos ensaios analisados, o usado com maior frequência. Ao usar o estilo linear, o enunciador deixa marcas visíveis no texto da diferenciação entre a voz citada e a que a cita. Essas marcas se reconhecem principalmente pelo uso das aspas e também de verbos que têm o sentido de “dizer”, “falar sobre algo”, introduzindo a citação, enfatizando a distinção entre vozes. Já quando o enunciador utiliza o estilo pictórico, dilui a voz recuperada na sua, não deixando marcas visíveis de diferenciação entre elas, dando o efeito de ser a própria voz do enunciador a voz do outro.

Verificamos que o posicionamento do enunciador frente aos discursos recuperados é tanto de concordância quanto de contestação a ele, dependendo da temática que aborda e do ponto de vista que defende no texto. Quando recupera discursos da “personagem-tema”, percebe-se que o enunciador se posiciona contrariamente a eles, principalmente. Isso se dá pois os ensaios se caracterizam por uma contestação à temática abordada, criticando-a negativamente. Assim, ao recuperar discursos da própria temática do texto, e contestá-los, o enunciador enfatiza seu julgamento, pois se põe a provar que há nesses discursos falsidades ou incoerências, sustentando o posicionamento que defende.

Ao recuperar “discursos noticiados”, o posicionamento do enunciador é tanto de concordância quanto de contrariedade, não havendo uma avaliação pontual. Ele os avalia de acordo com a temática abordada e com o posicionamento defendido, recuperando aqueles que

melhor sustentem sua discussão. Ao contestá-los, enfatiza a crítica elucidada ao longo do texto, uma vez que são recuperados discursos que têm uma semelhança semântica à temática de que trata. Ao confirmá-los, o enunciador os adota como corretos, reafirmando seu ponto de vista. Observa-se que esse posicionamento de concordância ou contestação aos discursos da “personagem-tema” e dos “discursos noticiados” também se dá nos “discursos da arte” e nos “discursos institucionais” recuperados nos textos. Ao recuperá-los, o enunciador os utiliza para sustentar sua argumentação, pois trata de discursos respeitados. Assim, ao contestar o “discurso da arte” ou o “discurso institucional”, enfatiza seu posicionamento de contrariedade, dando um efeito de constatação à sua opinião; e o mesmo se dá ao confirmá-los, pois mostra que a literatura, a arte, ou as leis têm sentidos que correspondem ao seu posicionamento.

Verificamos que é mais recorrente nos textos analisados o uso do estilo linear para citar o “discurso da arte” e o “discurso institucional”, mostrando o grau de autoridade que exercem. Já quanto aos outros dois tipos de discurso, não há uma posição mais marcante utilizado; dependerá da proposição do enunciador. Sobre o “discurso da arte”, ao delimitar visivelmente o discurso recuperado e o seu, o enunciador não pode ser acusado de fantasioso em relação à história que recupera, pois distingue nitidamente a voz do outro e a sua. Quando utiliza o estilo pictórico como forma de citação desse tipo de discurso, o enunciador apresenta a leitura que faz do filme ou livro que recupera, perpassando-o pelo seu ponto de vista. Assim, relata o que é mais importante para sua argumentação, diluindo a voz citada na sua, não podendo ser acusado de somente copiar o discurso de outrem.

O “discurso institucional” recebe a avaliação de concordância, principalmente, do enunciador. Este se apóia nele para veicular sua crítica à temática abordada, dando o efeito de constatação e de credibilidade ao que é dito. Por terem a característica de serem discursos referentes a leis, ou decretos, são apresentados principalmente pelo estilo linear, marcando no texto o grau de autoridade que exercem na sociedade. Recuperados em decorrência da temática do texto, sustentam a argumentação do enunciador, já que são discursos que se referem a direitos e deveres do cidadão.

Dessa forma, verificamos que o enunciador, ao recuperar discursos, o faz em consonância com a temática abordada no texto e com o posicionamento que defende. O tipo de discurso recuperado também é influenciado por essas características, dando sustentação à argumentação do texto. Confrontados no interior do texto, esses discursos se diferenciam pelas suas autorias e pelas características semânticas que apresentam, mas todos exercem uma carga ideológica no contexto em que são inseridos. Além disso, o enunciador, ao recorrer a

outros dizeres, dá voz a um outro, desvencilhando-se de um dizer absoluto, uma vez que não afirma diretamente sua crítica, mas a faz pelo jogo discursivo instaurado, nem por isso menos contundente. Entretanto, ao recorrer a outros dizeres para sustentar sua avaliação, o enunciador dá-lhe um efeito de constatação, como se mostrasse ao enunciatário que discursos de outrem provam que sua opinião é correta. Com isso, a opinião do enunciador é mostrada por ele como irrefutável, e o discurso que não se pode questionar tem um peso absoluto. Nesse sentido, consideramos a recuperação de discursos de outrem como uma estratégia que também “pseudo-relativiza” a voz crítica do enunciador, pois ele não afirma categoricamente no texto sua avaliação, dá voz a um outro, mas ao fazê-lo, confere um efeito de constatação, de irrefutabilidade ao seu dizer.

Os artigos de opinião de Toledo caracterizam-se, portanto, por um autor habilidoso e perspicaz com o uso das palavras. Ao mesmo tempo em que ele recorre a maneiras sutis de expressar sua opinião sobre as temáticas que aborda nos textos, faz críticas agudas e engenhosas por meio dessas estratégias, o que requer também um enunciatário perspicaz e bem informado, capaz de reconhecê-las e de interpretá-las, respondendo, assim, ativamente ao que lê.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BAKHTIN, M. (V.N. VOLOCHINOV) **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAKHTIN, M. **Discurso na vida e discurso na arte: sobre poética sociológica**. [s/d]. Disponível em: <<http://www.shef.ac.uk/uni/academic/A-C/bakh/bakhtin.html>>. Acesso em: 10 abr. 2007.

_____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra, 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: _____(org). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 09-31.

_____. Estilo. In: _____(org). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 79-102.

_____. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

CAMPOS, Ana Lúcia Furquim. **Da Pausa que Refresca...Ao prazer de Viver! O Discurso Publicitário da Coca-Cola**. 2003. 96 f. Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

CASTRO, M. L. D. A dialogia e os efeitos de sentido irônicos. In: BRAIT, B. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 129-138.

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CLARK, K. e HOLQUIST, M. **Mikhail Bakhtin**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Tradução de Eduardo Guimarães. São Paulo: Pontes, 1987.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo**. As idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FIORIN, J.L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. Lição de método: Bakhtin e a poesia. **Revista Cult**, n. 73, p 22-24, 2003. Disponível em: www.cristovaotezza.com.br/critica/não_ficcao/f_prosa/p_03cult.html Acesso em: 16 jun. 2003.

FRYE, N. **Anatomia da crítica**. Tradução de Péricles E. S. Ramos. São Paulo, Cultrix, 1973. apud. BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

HUTCHEON, L. **Teoria e política da ironia**. Tradução Julio Jeha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

JARDON, D. **Du comunique dans les textes littéraires**. Bruxelas/Paris, De Boeck-Duculot. apud. BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

MARCHEZAN, R.C. Diálogo na vida e diálogo na teoria. In: BRAIT, B. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 115-131.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 167-176.

PASSETTI, M. C. C. **O discurso irônico: análise da argumentação irônica em textos opinativos da Folha de S. Paulo**. 1995. 197f. Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa. UNESP, Assis, 1995.

PEREIRA, M. H. M. Tinha um gênero no meio do caminho. A relevância do gênero para a constituição do estilo em textos de escolares. **Sínteses – Revista dos Cursos de Pós-graduação da UNICAMP**, São Paulo, v.11, p. 409-422, 2006. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/seer/sínteses> Acesso em: 23 jan. 2006.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1970.

STELLA, P. R. Palavra. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2004.p. 177-190.

TOLEDO, R.P. de. Glória e desdita de um dono de butique. **Veja**, São Paulo, edição 1912, 06 jul. 2005a. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/060705/pompeu.html> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. Nhô Lula e a tentativa do último milagre. **Veja**, São Paulo, edição 1913, 13 jul. 2005b. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/130705/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. O futebol nas malhas do subdesenvolvimento. **Veja**, São Paulo, edição 1914, 20 jul. 2005c. Disponível em: <[http:// veja.abril.com.br/200705/pompeu.html](http://veja.abril.com.br/200705/pompeu.html) >. Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. Uma furtiva lágrima. **Veja**, São Paulo, edição 1915, 27 jul. 2005d. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/270705/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. Leoa de um lado, gata distraída do outro. **Veja**, São Paulo, edição 1916, 03 ago. 2005e. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/030805/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. Sapos, desculpas e proxenetas. **Veja**, São Paulo, edição 1917, 10 ago. 2005f. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/100805/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. A mesma e triste direita de sempre. **Veja**, São Paulo, edição 1918, 17 ago. 2005g. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/170805/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. Um prodígio chamado Duda Mendonça. **Veja**, São Paulo, edição 1919, 24 ago. 2005h. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/240805/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. Huuumm... Uau! Chi... Eureka! **Veja**, São Paulo, edição 1920, 31 ago. 2005i. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/310805/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. Uma bela cena num filme ruim. **Veja**, São Paulo, edição 1921, 07 set. 2005j. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/070905/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. Nos labirintos do poder. **Veja**, São Paulo, edição 1922, 14 set. 2005k. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/140905/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. A mais estonteante das quartas-feiras. **Veja**, São Paulo, edição 1923, 21 set. 2005l. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/210905/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. Era muita coisa contra o pequeno Fernando. **Veja**, São Paulo, edição 1924, 28 set. 2005m. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/280905/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. O melão tentador e outras histórias. **Veja**, São Paulo, edição 1925, 05 out.. 2005n. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/051005/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. O duplo estrago do bispo-bomba. **Veja**, São Paulo, edição 1926, 12 out.. 2005o. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/121005/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. Tudo o que é sólido derrete ao sol dos trópicos. **Veja**, São Paulo, edição 1927, 19 out.. 2005p. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/191005/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. Anedota de brasileiro. **Veja**, São Paulo, edição 1928, 26 out.. 2005q. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/261005/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. "Se não comparecerdes...". **Veja**, São Paulo, edição 1929, 02 nov. 2005r. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/021105/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. A democracia americana ensaia sua volta. **Veja**, São Paulo, edição 1930, 09 nov. 2005s. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/091105/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. O "nosso" Delúbio, santo, mártir, herói. **Veja**, São Paulo, edição 1931, 16 nov. 2005t. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/161105/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. Sobre causas, efeitos e trepar em árvores. **Veja**, São Paulo, edição 1932, 23 nov. 2005u. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/231105/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. A farsa cruel de um ponto de exclamação.. **Veja**, São Paulo, edição 1933, 30 nov. 2005v. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/301105/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. Do sonho de 1968 à realidade do mensalão. **Veja**, São Paulo, edição 1934, 07 dez. 2005w. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/071205/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. Perón, Bolívar, Dirceu, Aldo, Tevez etc. **Veja**, São Paulo, edição 1935, 14 dez. 2005x. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/141205/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

TOLEDO, R.P. de. Um certo José. **Veja**, São Paulo, edição 1936, 21 dez. 2005y. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/211205/pompeu.html>> Acesso em: 23 mai. 2007.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BARROS, D.L.P. e FIORIN, J. L. (org.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**: em torno de Bakhtin. São Paulo: EDUSP, 1994.

BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros**. Tradução de Mary del Piore. Brasília: Editora UNB, 1998.

CRISTÓVÃO, A. A. L. **O projeto editorial da Folha de S. Paulo sob a perspectiva do Círculo de Bakhtin**. 2005. 207f. Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa. – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2005.

FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da análise do discurso no Brasil. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M.C.L. **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 13-32.

FOUCAULT, M. **O que é o autor?** Tradução de António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Passagens. 2000.

GOMES, A. A.. Estratégias enunciativas e manifestação de opinião: uma análise textual dos jornais digitais *Le Monde* e *Le Monde Diplomatique*. **Revista Textos de la CiberSociedad**, 8. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net>> Acesso em: 12 out. 2006.

GREGOLIN, M. R. V. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C. A e SANTOS, J. B. C. (Org.). **Teorias Lingüísticas: problemáticas contemporâneas**. Uberlândia: UFU, 2003. p. 21-34

MARQUES, M. C. S. **Bakhtin: apontamentos temáticos**. Disponível em: <<http://www.unir.br>> . Acesso em 07 fev. 2006.

MARCHEZAN, L. G. Os efeitos dos desacreditados em *Fogo Morto* e *Os desvalidos*. In: MARCHEZAN, L. G.; TELAROLLI, S. (org.) **Faces do narrador**. Araraquara: Laboratório Editorial/FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2003. Série Estudos Literários, nº 03.

MÜLLER, A. L. de P. e VIOTTI, E. C. Semântica formal. In: FIORIN, J. L. (org.) **Introdução à Lingüística II**. Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003.

PAVEAU, A-M. e SARFATI, J-É. As lingüísticas discursivas. In: _____. **As grandes teorias da Lingüística**. Da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006. cap. 10, p. 191-214.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. O raciocínio por analogia. In: _____. **Tratado da argumentação**. A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SANTAELLA, L. Linguagens e tensões políticas. In: _____. **Produção de linguagem e ideologia**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 309-331.

TEZZA, C. A vida polifônica de Mikhail Bakhtin. **Revista Cult**, 1998. Disponível em: <<http://critovaotezza.com.br/textos/resenhas>>. Acesso em: 11 jan. 2006.

ANEXOS

ANEXO A - Glória e desdita de um dono de boutique (TOLEDO, 2005a)

Onde se revela a verdadeira identidade do homem que se passa por José Dirceu

Um dia, Carlos Henrique Gouveia de Melo sonhou ser José Dirceu e...

Melhor começar do começo. Surgiram razões, nas últimas semanas, para estranhar a falta de coerência entre as diversas declarações e práticas do ex-ministro José Dirceu e suas declarações e práticas do passado. Ele saiu do governo cheio de ardor. "Vou percorrer o Brasil, vou mobilizar o PT para dar combate àqueles que querem interromper o processo político democrático e querem desestabilizar o governo do presidente Lula", disse. Relevemos os misteriosos agentes da interrupção da democracia e ignoremos o fato de que a desestabilização do governo Lula se origina em seus próprios tremores internos. O que nos interessa é essa idéia de "mobilizar" o partido. Ora, enquanto esteve no governo, Dirceu não fez senão desmobilizá-lo!

Dias depois, uma tropa de choque de militantes, bandeiras do PT em punho, acolitou-o na volta, que pretendia triunfal – acabou sendo constrangedoramente triunfal –, à Câmara dos Deputados. O papel que ele representava era o de paladino da sagrada flama do partido, o guardião de seus puros ideais. Ora, não foi ele que, como poderoso chefe do ministério, não deu chance aos que apontavam a dissonância entre os rumos do governo e os antigos ideais do partido? José Dirceu precipitava-se no novo papel traído pela inconsistência. Parecia às voltas com uma crise de identidade. Quem sou eu? Que se espera de mim? Que espero eu mesmo de mim?

Na transmissão do cargo de chefe da Casa Civil à ex-ministra das Minas e Energia Dilma Rousseff, nova atropelada de papéis. "Camarada de armas" – foi assim que chamou a ministra, militante, como ele, de movimentos nascidos com a intenção de dar combate armado à ditadura militar. Num passo além, ele agora se fazia guerreiro – guerreiro como Simon Bolívar, Garibaldi ou Che Guevara, a espada e o trabuco erguidos em defesa de justas e nobres causas. Dilma Rousseff, sim, participou da chamada luta armada. Já Dirceu, em diversos depoimentos anteriores, disse que chegou a treinar guerrilha, mas nunca a praticou. "Não gostava daquilo, não me envolvi", alegou numa reportagem desta revista, em 2002.

Eis José Dirceu outra vez perdido no labirinto do ser e não ser. Ele próprio, numa conversa com jornalistas, na semana passada, transcrita pelo Estado de S. Paulo de quarta-feira, endossou as razões para crer que vive uma cruel crise de identidade ao afirmar: "Descobri que eu sou dois, eu e o personagem Zé Dirceu". O conjunto de tais elementos leva a uma única e inexorável conclusão. José Dirceu não existe. É uma invenção de Carlos Henrique Gouveia de Melo.

Da biografia do ex-chefe da Casa Civil, caso alguém não se lembre, consta um período de quatro anos em que viveu clandestinamente na pequena Cruzeiro do Oeste, no Paraná. Fazia-se passar por um empresário sem nenhum interesse pela política, tanto que, quando o viam com um jornal na mão, estava sempre aberto na página de esportes. Dizia-se corintiano fanático. Acabou casando com a próspera dona da Clara Confecções, loja de roupas femininas. Graças à ajuda dela, formou sua própria loja, o Magazine do Homem. O nome com que se apresentava era Carlos Henrique Gouveia de Melo.

Diante dos últimos acontecimentos, começa-se a desconfiar que essa história tenha sido contada ao inverso. Não foi José Dirceu quem inventou Carlos Henrique, mas Carlos Henrique quem inventou José Dirceu. Não existe um José Dirceu de verdade. Existe um

Carlos Henrique. Um dia, cansado de Cruzeiro do Oeste e da monotonia da butique, Carlos Henrique pôs-se à busca de novas aventuras, e, sob o pseudônimo de José Dirceu, trilhou uma surpreendente carreira na política. No fundo, no entanto, continuou o mesmo pacato cidadão que gosta, mesmo, é do Corinthians, daí que muita coisa, por falta de gosto e de experiência, não tenha dado certo. Daí também tantas obscuras passagens na biografia de "José Dirceu" e tantas vacilações em torno de seus papéis. Carlos Henrique não teve tempo de pensar o personagem em todos os detalhes. Seria exigir demais do pobre dono do Magazine do Homem.

• • •

A evocação de bois misteriosos, alguns dados por escondidos em indevassáveis paragens, outros tidos como puro fruto da imaginação, tem sido uma constante nas estripulias políticas nacionais. No auge da crise de desabastecimento do Plano Cruzado, o governo prometia buscar os bois no pasto, para garantir a oferta da carne. Na semana passada, o desafio era achar os bois de Marcos Valério, o publicitário apontado como o homem da mala no esquema de distribuição de dinheiro a partidos e deputados. Ele alegava que foi para comprar bois que fez tantos e tão volumosos saques nas contas bancárias de suas empresas.

A experiência brasileira sugere uma correção no "cherchez la femme", a norma tantas vezes invocada em investigações. Por aqui o imperativo é outro. É "cherchez le boeuf", procure o boi.

ANEXO B - Nhô Lula e a tentativa do último milagre (TOLEDO, 2005b)

Algo de trágico se insinuou na pele desse presidente que tanto acreditou em si mesmo

Primeiro, a boa notícia: pelo que até agora aflorou do mar de denúncias que cerca o governo, o presidente Lula parece realmente não ter tomado conhecimento das embrulhadas e falcatruas praticadas em seu entorno, ou, se tomou, foi por notícia vaga e inconsistente. Agora, a má notícia: pelo que até agora aflorou do mar de denúncias que cerca o governo, o presidente Lula parece realmente não ter tomado conhecimento das embrulhadas e falcatruas praticadas em seu entorno, ou, se tomou, foi por notícia vaga e inconsistente.

A boa notícia conforta quem não quer ver o país mergulhado num impasse que conduza, de novo, à destituição do presidente, com toda a dor e o traumático sacolejo nas instituições que isso significa. A má notícia decepciona os que acreditavam haver um presidente a ocupar a Presidência. Os últimos acontecimentos confirmam a impressão, já antiga, de que Lula, como executivo, preferiu refugiar-se nas artes da levitação. Ele não governa. Prefere flutuar acima dos desagradáveis assuntos do dia-a-dia. Não lhe agrada ter as mãos sobre o leme da administração. Prefere pairar acima, como gaivota.

O pecado original desta Presidência é ter confundido o começo com o fim. Ao se consagrar nas urnas, na histórica eleição que levou um antigo metalúrgico ao posto máximo do país, Lula ficou tão feliz, mas tão feliz, que a partir de então fez da existência um moto-contínuo de comemorações. Realmente não foi pouco, para "o menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos", como ele lembrou no discurso de posse, ter chegado aonde chegou. Para qualquer um, na verdade, e não apenas para quem viveu infância de retirante e adolescência de favelado, chegar à Presidência é uma proeza de gloriosas proporções. Só que não é um fim em si mesma. É, ao mesmo tempo, um começo – o começo do desafio de, por meio de ações diárias, minuciosas e persistentes, transformar o mandato em algo proffcuo. Lula ignorou que a vitória era um começo. Achou que era só um fim. Nesse engano, ele se perdeu.

A agenda presidencial se constituiu, ao longo desses dois anos e meio de governo, mais à feição das festividades que do trabalho. Os compromissos com astros da TV, do samba ou da música caipira mereceram nela lugar privilegiado. O presidente, nessas ocasiões, sentia-se em seu elemento. "Morram de inveja", disse aos jornalistas, ao posar para foto ao lado da dançarina do É o Tchan!. As reuniões ministeriais eram ocasião para copiosas churrascadas. E, para culminar, havia as viagens internacionais, meia centena, em dois anos e meio – expressões de uma política externa que se queria tão revolucionária que ia mudar as relações entre os povos. Enquanto se mendigava, nos quatro cantos do mundo, um lugar no Conselho de Segurança, bom mesmo era receber dos estrangeiros os louros devidos ao espécime raro do operário tornado presidente. De quebra, as viagens proporcionavam os prazeres do turismo, Paris, Roma, o Taj Mahal, os palácios chineses – eh, mundão grande e cheio de coisa linda para ver! Quanto à chatice de traçar rumos e decidir, para que se incomodar, se ele tinha formado "o melhor ministério que o país já teve"? Na hora em que não havia outro jeito e a batata quente lhe estourava nas próprias mãos, o sofrimento era grande. Que o diga a história aflitiva, tortuosa e sem rumo daquilo que, há quase um ano, vem sendo chamado de "reforma ministerial".

A vitória eleitoral fez um grande mal ao presidente. Ele passou a acreditar em si mesmo muito além do que seria razoável. Se tinha conseguido a façanha suprema de chegar à Presidência, o que não conseguiria? Se o milagre maior tinha se dado, por que não acreditar

que outros se seguiriam? Não precisaria mais se mexer, já dominava o segredo da varinha de condão. "Faça-se o Fome Zero", e o Fome Zero se faria. "Faça-se o maior programa social já visto neste país", e o programa se faria. Faça-se a retomada do crescimento, a distribuição de renda, o respeito pelo Brasil no mundo. "Nunca se fez tanta coisa", dizia, e o pior é que acreditava nisso. Enquanto o presidente confiava na infalibilidade de suas mágicas, a devassidão e a esbórnica corroíam as entranhas de seu governo.

E assim chegamos à festa de São João celebrada no Rancho do Torto enquanto Brasília ardia na fogueira dos escândalos. Não, não foi uma nova edição do baile da Ilha Fiscal. Na Ilha Fiscal, o governo imperial ofereceu uma faustosa recepção aos chilenos em visita ao país, e os grandes do regime dançaram até 5 da manhã, *sem saber* que a conspirata republicana estava na iminência de dar o bote. No Torto, dançou-se o forró *sabendo* que a República ardia em chamas. Foi uma tentativa de perpetrar o último milagre: o de fazer crer que a vida seguia, e no mesmo ambiente de celebração de sempre. Nhô Lula era no entanto um rei nu, sob os farrapos de caipira. Algo não só de patético, mas de trágico, se insinuou, com o veneno dos escândalos, na pele desse presidente que acreditou tanto em si mesmo.

ANEXO C - O futebol nas malhas do subdesenvolvimento (TOLEDO, 2005c)

O caso de Robinho é o último exemplo da submissão brasileira ao império das metrópoles da bola

Quando o Brasil ganhou a Copa do Mundo de 1958, Nelson Rodrigues decretou o fim de nosso complexo de vira-latas. "Já ninguém tem vergonha de sua condição nacional", escreveu. "E as moças na rua, as datilógrafas, as comerciárias, as colegiais, andam pelas calçadas com um charme de Joana d'Arc." O próprio Nelson, antes, usando o precioso laboratório de análise do futebol, diagnosticara o complexo de vira-latas, traduzido pela "inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo". A primeira vitória numa Copa do Mundo teria operado até mesmo o milagre da reversão do país de analfabetos que éramos então num país de letrados. Escreveu Nelson: "Se analfabetos existiam, sumiram-se na vertigem do triunfo. A partir do momento em que o rei Gustavo da Suécia veio apertar as mãos dos Pelés, dos Didis, todo mundo aqui sofreu uma alfabetização súbita. Sujeitos que não sabiam se gato se escreve com 'x' iam ler a vitória no jornal".

Pois a notícia que hoje cabe levar ao grande cronista e dramaturgo, lá no assento etéreo onde repousa, é que, quase meio século depois da redentora vitória na Suécia, a condição de vira-latas abateu-se de volta, implacável e sinistra, sobre nós. E não por causa do mensalão, dos Delúbios e dos Valérios. Ou melhor, por isso também, mas, e é isto que aqui vai nos interessar, por força do mesmo futebol que Nelson Rodrigues imaginou com poderes para resgatar a dignidade da pátria. Está aí o caso de Robinho, a última grande revelação dos gramados brasileiros, para prová-lo.

Robinho, para quem não sabe, quer jogar no Real Madrid. A diferença, com relação aos tempos de Nelson Rodrigues, começa por aí. Pelé nunca quis jogar no Real Madrid. Hoje, craque brasileiro só se sente feliz ao mudar para o exterior. E não só para a Espanha ou a Itália. Qualquer Turquia serve. Robinho tem um contrato com o Santos que estipula multa de 50 milhões de dólares para ser rompido. O Real Madrid dispõe-se a pagar 25 milhões de dólares. Claro que depois se for revender o jogador o Real Madrid exigirá os 50 milhões e mais alguma coisa. Mas para um time brasileiro? O Brasil que se enxergue. Paga a metade e olhe lá. Robinho decidiu que não joga mais no Santos e se ausentou dos jogos e dos treinos. Ele e o Real Madrid estão numa campanha para o Santos baixar o preço. Até a semana passada, o Santos resistia, mas até quando? O Santos era o lado vira-latas da questão. Tinha tudo para perder.

A imagem do capitão Bellini erguendo a taça Jules Rimet, no estádio Solna, em Estocolmo, congelou-se num épico nacional. Para o orgulho brasileiro, equivaliu, digamos, à imagem dos soldados americanos fincando sua bandeira na Ilha de Iwo Jima. Outro conhecido profissional de imprensa da época, o humorista Don Rossé Cavaca, escreveu que, em matéria de futebol, "subdesenvolvidos são os europeus". A palavra "subdesenvolvido" estava no auge. Não tinham entrado em cena eufemismos como "em desenvolvimento" ou "emergente". O Brasil era subdesenvolvido mesmo, e como dóia!

Pois a notícia a transmitir, via ondas da eternidade, a Cavaca, que como Nelson repousa no assento etéreo, é que regredimos, no futebol, ao estado de puro subdesenvolvimento. O Brasil é um reles fornecedor de matéria-prima. E quem determina o preço, como no caso dos botocudos que plantam cana-de-açúcar ou café, é o comprador

estrangeiro. Os clubes nacionais começam os campeonatos com um determinado elenco e ao longo dele vão perdendo pedaços. Quando se trata de promover um campeonato de seleções, escolhe-se o mês de recesso dos campeonatos europeus. Já os campeonatos brasileiros... ora, os campeonatos brasileiros. O universo do futebol arma-se de acordo com os interesses das metrópoles.

O dinheiro, claro, é fator determinante nesse panorama, mas não é o único. O subdesenvolvimento no futebol, como todo bom subdesenvolvimento, começa nas cabeças. "Quero jogar no melhor time do mundo", diz Robinho, justificando sua preferência pelo Real Madrid. O tal "melhor time do mundo" não ganhou um único campeonato no último ano, mas vá lá – o Real Madrid é o Real Madrid. Outros vão para o Fenerbahce, da Turquia, ou o Dínamo, da Ucrânia. Importa mesmo é fugir do Santos, do Flamengo, do Cruzeiro. Prestigioso é o Lokomotiv Plovdiv, da Bulgária. Argumento corrente, entre torcedores e jornalistas esportivos, é que Robinho deve jogar na Europa "para amadurecer". Nem Pelé nem Tostão nem Gérson precisaram ir à Europa para amadurecer. Como é da lógica do subdesenvolvimento, as mentes subjugaram-se uniformemente aos imperativos das metrópoles.

P.S.: Esta página nesta semana escapou do mensalão, mas não foi longe. Ficou no tema do escândalo. Além do escândalo configurado pela situação do futebol brasileiro em si, também aqui há transações nebulosas, intermediários suspeitos e dinheiro que corre por obscuras vias. A Polícia Federal, tão pressurosa ultimamente, bem poderia voltar sua atenção para as transferências de jogadores para o exterior. Podia começar com o caso de Robinho.

ANEXO D - Uma furtiva lágrima (TOLEDO, 2005d)

Uma tentativa de explicar a origem da barafunda em que se meteram o governo e o PT

Que se passava na cabeça deles? Eis o supremo enigma. A esta altura já emerge claro, com base não só nos indícios como nos documentos, não só no que foi dito nos depoimentos como, mais ainda, no que neles foi silenciado, que a grande obra do governo Lula foi a montagem de uma gigantesca estrutura de compra de pessoas e solapamento das instituições do Estado. Qual era a idéia por trás disso? Qual o projeto? O primeiro motivo de perplexidade é a própria insistência num estratagema que, não faz muito, foi tentado, neste mesmo e pobre país, com resultado desastroso para seus artífices. Se já não deu certo com Collor, por que ia dar agora? O governo do PT lembra o de George W. Bush. Os Estados Unidos conheceram o maior desastre militar de sua história, entre os anos 1960 e 1970, ao se enfiarem numa terra estranha e se engajarem numa guerra impossível de ser ganha. Imaginava-se que a lição do Vietnã tinha sido assimilada para não se repetir jamais. Pois, com o desastre ainda fresco na memória histórica da nação, ainda assim lá vai W. Bush e enfia de novo o país numa terra estranha, e engaja-o numa guerra impossível de ser ganha. Se não deu certo no Vietnã, por que daria no Iraque?

Mas a questão principal não é essa. É o porquê. Por que fizeram isso? Com que objetivo? Uma possível explicação começa com uma certa lágrima derramada em Havana, em setembro de 2003. A lágrima escorreu do olho do então todo-poderoso chefe da Casa Civil, José Dirceu, em visita oficial a Cuba, como membro da comitiva do presidente Lula, ao ser abraçado por Fidel Castro. A saudação do comandante foi demais para ele. Não passou despercebida, na ocasião, a fragilidade do coração do número 1 do gabinete, o "capitão do time", como o classificava Lula. Mas a lágrima era também um manifesto político. Expressava a duradoura fé no regime personificado pelo comandante. Pouco antes, em Cuba, setenta intelectuais opositores do regime tinham sido encarcerados e três pessoas executadas por seqüestrar um barco. Dirceu não chorou por eles. O lado para o qual direcionou o choro indicava um persistente desprezo pelo "Estado burguês". Para o dono da lágrima, apesar das afirmações em contrário, e em desacordo com a conclusão a que uma ampla maioria das esquerdas mundiais chegou, ao cabo de um doloroso processo de purgação de seus erros, a democracia continuava um meio, não um fim.

Daí que a chegada ao poder devesse ser aproveitada para iniciar um processo ao término do qual um outro regime, radioso e libertador, seria instalado no país. Desde logo se desencadeou um movimento de pinça pelo qual, por um lado, os órgãos do Estado foram assaltados pelos *apparatchiks*, seguindo a cartilha dos regimes totalitários, e por outro se saiu comprando os apoios e silêncios disponíveis – e eles estão sempre disponíveis em abundância – na praça. Assim se preparava o caminho para uma longa permanência no poder, durante a qual se assistiria à derrocada do vício e ao triunfo da virtude. É paradoxal que, na montagem de tal estratagema, Dirceu e os cabeças do partido sofressem a oposição da esquerda, ao mesmo tempo em que cumulavam a direita de gentilezas. Eram conseqüências inevitáveis da tática escolhida, semelhante à dos agentes secretos que se infiltram no ambiente onde lhes cabe agir, nele se entrosam e com ele se confundem, sem levantar suspeitas, até o dia em que se sentem seguros o bastante para começar a operar.

Se não isso, por quê? A hipótese aventada é no fundo uma homenagem a José Dirceu. Qualquer outra, para a origem do festival de roubalheiras e safadezas que assola o país, lhe

seria mais desairosa. Esta lhe permite distinguir-se, no fim último, do esquema Collor. Digase de passagem que aqui se insiste tanto em Dirceu porque não se é promovido a capitão do time impunemente. Quanto a Lula, estava ocupado demais em festejar a vitória, e satisfeito demais em ter quem governasse por ele, para se incomodar com tais questiúnculas.

Se tem um lado de homenagem, no entanto, a hipótese é ao mesmo tempo devastadora para a reputação do ex-chefe da Casa Civil. Como é que ele foi imaginar que isso podia dar certo? "Não podia dar, os senhores são muito atrapalhados", sentenciou a deputada Denise Frossard, na CPI dos Correios, ao expor tese parecida de golpe nas instituições. Dirceu não calculou o potencial explosivo da contradição em que estava montado, ao unir revolucionários, oportunistas, corruptos e inocentes úteis no mesmo barco. Não levou em conta logo a "contradição", palavra tão preciosa no dicionário marxista, e ela estourou-lhe na cara com as denúncias de Roberto Jefferson. Não levou em conta, além disso, que, uma vez solta, a corrupção impõe sua própria lógica, e que mesmo entre os melhores soldados o carrão da moda, o apartamento de luxo e a casa na praia não demoram para virar objetivos em si mesmos, delícias irrecusáveis, regalos com mais promessas de gozo e prazer do que o nirvana da revolução.

ANEXO E - Leoa de um lado, gata distraída do outro (TOLEDO, 2005e)

Depoimento da mulher de Marcos Valério representou vitória estrondosa da família sobre o Estado

Imagine-se o leitor, ou a leitora, morador(a) do exclusivo condomínio Retiro do Chale, ao sul de Belo Horizonte, perto da casa onde mora a senhora Renilda Santiago Fernandes de Souza. Que sorte contar com uma vizinha como essa. A aparência, os modos, a fala, não deixam dúvida – é uma pessoa em quem se pode confiar. É o tipo de pessoa a que se pode recorrer de olhos fechados, se um dia surgir o problema de ter de deixar as crianças com alguém.

Renilda é a mulher do hoje célebre Marcos Valério Fernandes de Souza, e não há nenhuma ironia no que acima se disse dela. Seu depoimento na CPI dos Correios, na semana passada, não deixou dúvidas de que é uma dona-de-casa, mãe e esposa exemplares. Também não há razão para supor que o marido seja menos prestimoso nos assuntos privados. Agora, vá o leitor, ou leitora, entregar uma prefeitura ao casal, um governo de estado, um ministério... No governo da casa e da vida íntima, pode haver igual, como disse outro dia de si próprio o presidente Lula, sobre o respeito aos mandamentos da ética, mas melhor impossível. Já quando se dá à dupla a chave do Erário...

A apresentação da senhora Marcos Valério foi, de longe, o que de melhor ofereceu, até agora, a CPI. E não apenas pelo que ela declarou ou deixou de declarar sobre o caso em si ora em investigação. Aquela senhora bonita e de fino trato, fortíssima por um lado e frágil de se desmanchar em lágrimas por outro, proporcionou-nos uma aula de Brasil ao pôr diante dos olhos do público um embate velho como o país – o da família contra o Estado. Terça-feira passada foi o dia em que, por artes de Renilda, essas duas entidades se defrontaram ao vivo pela TV, direto da sala da CPI, com resultados consagradores para a família e humilhantes para o Estado.

O Estado, ao contrário, mais uma vez, do que pensa o presidente Lula, não é uma extensão da família. O presidente gosta de posar de pai dos brasileiros e de comparar o andamento do governo a uma criança que aprende a andar, depois vai à escola etc. É má pedagogia. No clássico *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda ensina que Estado e família pertencem a "ordens diferentes em essência". Só pela "transgressão da ordem doméstica e familiar" – vale dizer, em complemento ao mestre, pela superação do universo predominantemente afetivo, particularista e egoísta que é o da família – "é que nasce o Estado". O simples indivíduo torna-se então "cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável perante as leis da cidade". Há nessa transformação, conclui o autor, com a habitual e elegante clareza, "um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo".

Que dificuldade, no Brasil, em distinguir uma ordem da outra. Quando o indivíduo entra na órbita da administração do Estado, seja por eleição, nomeação, apadrinhamento ou mesmo pela simples relação de amigo do amigo – caso de Marcos Valério –, nada é mais comum do que arrastar consigo os valores familistas do afeto, do particularismo e do egoísmo. Na época dos escândalos de Collor, uma conhecida senhora, dessas que são classificadas de "socialite", disse, em defesa do caçador de marajás: "No momento em que você ocupa um cargo que o favoreça de alguma forma, acho até um pouco de burrice não aproveitar a situação". A frase, de comovente candura, tem como corolário que, se você não "aproveita", estará prejudicando a família. Quantos, aberta ou ocultamente, não partilhariam o

mesmo pensamento, por estes Brasis tão ardentes de amor familiar e tão órfãos de respeito à esfera pública? É muito fácil execrar "os políticos" e escandalizar-se com a corrupção. Raro é examinar no mais recôndito da consciência como seria o próprio comportamento caso se tivesse o Erário ao alcance da mão.

O que faz Renilda tão fascinante é que ela não está sozinha. Ela representava, naquela cadeira da CPI, tão vulnerável e ao mesmo tempo tão esperta, tão digna de pena e tão digna de raiva, um tipo que brota com a fartura do chuchu, por estes solos, em especial entre as pessoas de sua classe social. Renilda se disse "um pouco leoa" quando se trata de defender a família. Exibiu avassaladora devoção aos filhos e ao marido. E disse que proibia terminantemente encontros políticos ou de negócios no sagrado recesso do lar. Quanto ao vertiginoso crescimento de sua conta bancária, do patrimônio familiar e de seu nível de vida, coincidindo com a entrada em cheio do marido no mundo da política, ela nem reparou. Não podia ser mais agudo o contraste entre a atenção da leoa do lar quando o que está em jogo é o bem-estar dos seus e a desatenção de gata preguiçosa com respeito aos meios pelos quais o marido lhe ia aumentando os luxos. A ética, para Renilda – e para as Renildas, a multidão de Renildas e Renildos que no Brasil garantem a vitória permanente da roubalheira e do atraso –, é um valor tão sagrado que, assim como o afeto, a confiança e o respeito, deve ser reservado única e exclusivamente à família.

ANEXO F - Sapos, desculpas e proxenetas (TOLEDO, 2005f)

Do "vão ter que me engolir" à cafetina Jane: fecundos capítulos da novela do mensalão

Em Zagallo já era feio. O então técnico da seleção tinha o rosto transtornado de fúria, a voz cheia de rancor, e encarava a câmera de TV com ganas de pit bull ferido, quando despejou sua famosa frase: "VOCES VÃO TER QUE ME ENGOLIR!". No presidente da República, fica muito pior. O "eles vão ter que me engolir" destinado pelo presidente Lula aos adversários na semana passada inscreve-se na galeria das grandes grosserias já disparadas pelos presidentes do Brasil. Lembra o "Me esqueçam" do general João Figueiredo quando, em sua última entrevista como presidente, o jornalista Alexandre Garcia lhe perguntou que palavras gostaria de endereçar naquele momento ao povo brasileiro. Com a ameaça de adentrar goela abaixo de uma parcela de brasileiros, o "Lulinha paz e amor" dava abrupta marcha a ré em direção aos tempos espinhudos do sapo barbudo.

O presidente Lula tem andado exaltado em seus pronunciamentos. Um dia diz que "ninguém tem mais moral e ética" do que ele, no outro que a "elite brasileira" não vai fazê-lo baixar a cabeça. Por duas vezes, bateu na tecla de que, se se deve investigar até o fim as denúncias que sacodem o país e punir os culpados, deve-se, também, absolver os inocentes e pedir-lhes desculpas. "Que pelo menos a imprensa brasileira divulgue e peça desculpas àqueles que foram acusados injustamente", disse, no mesmo discurso do "vão ter que me engolir". É nessa hora que eleva o tom de voz e embica num fraseado compassado, sinal para a claque dos comícios de que é hora de aplaudir. Fica a impressão de que a pregação que veio antes, de punição aos culpados, foi, além de obrigatório tributo à obviedade, mero contraponto ao apelo à absolvição, o ponto que realmente interessa ao presidente. "Vamos inocentar!", isso, na verdade, é o que ele mais está querendo dizer.

•••

Rica e criativa é a coleção de primeiras desculpas na atual série de escândalos – aquelas explicações que primeiro vêm à cabeça dos implicados, quando apanhados fazendo o que não se deve. A primeira justificativa do insuperável Marcos Valério para suas retiradas em dinheiro vivo é que era para comprar vacas. Quando surgiu o nome da assessora do deputado Paulo Rocha, então líder do PT na Câmara, entre os que freqüentavam o Banco Rural, ele disse que ela costumava ir a um médico no mesmo prédio. O deputado João Paulo, ex-presidente da Câmara, foi mais pitoresco. Disse que sua mulher foi ao Banco Rural para pagar uma mensalidade de TV a cabo. Revelou-se depois que a senhora João Paulo retirara 50.000 reais da dadivosa conta dos favorecidos do petismo. As TVs a cabo ainda não cobram tanto.

Na semana passada, Marcos Valério explicou que o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri, viajou com ele para Portugal "como amigo". Ele estava "estressado" e queria relaxar. A viagem foi realizada entre os dias 24 e 26 de janeiro deste ano. Três dias apenas, dos quais é preciso descontar as cerca de dez horas de ida e dez de volta no avião. Claro que a dupla viajou de primeira classe, mas, mesmo assim, vinte horas de avião são vinte horas de avião – um período de confinamento num ambiente pequeno e fechado, com sacrifício para as pernas e ronco permanente de motores nos ouvidos. O que sobrou de tempo certamente não foi suficiente para um passeio vagabundo pelo charmoso centro de Lisboa, ou para apreciar o pôr-do-sol à beira do Tejo, muito menos para uma escapada até as delícias serranas da vizinha Sintra. Pobre amigo Palmieri. Só pode ter voltado com os nervos à flor da pele.

• • •

"Nossa!", reagiu alguém. Momento mais assustador do confronto de terça-feira foi quando o deputado Roberto Jefferson disse ao ex-ministro José Dirceu: "Vossa excelência provoca em mim os instintos mais primitivos". Que instintos seriam esses? O de bater, esganar? São os que ocorrem mais fácil. O de matar, talvez? Nossa! Mas há outros instintos primitivos. O de cheirar o outro, por exemplo, como os cães. O de morder. Ou... deve-se dizer?... vá lá: o instinto sexual. Não, afastemos esse pensamento espúrio, essa idéia grotesca de um entrevero sensual entre os dois titãs da novela do mensalão...

Mesmo porque a temporada já está por demais carregada dos selvagens e insidiosos eflúvios do sexo. Primeiro foi a secretária Fernanda Karina ameaçando tirar a roupa – e os mais maldosos enfatizariam nesse caso o sentido amedrontador do verbo "ameaçar". Depois, durante o interrogatório de Simone Vasconcelos, a diretora financeira das empresas de Marcos Valério, surgiu em cena a cafetina Jane Mary Corner, também conhecida como Jane Maria Esquina. "A senhora conhece uma cafetina de Brasília chamada Jane?", perguntou o senador Demostenes Torres. A depoente negou, indignada. É sempre assim. Pela lógica da atual conjuntura, à negação do primeiro momento segue-se invariavelmente a confirmação no dia seguinte. Naquele momento, o país assistia à aparição gloriosa da proxeneta do mensalão.

ANEXO G - A mesma e triste direita de sempre (TOLEDO, 2005g)

Enquanto a esquerda entra em colapso, o outro lado persiste nos velhos e históricos vícios

Que sucesso! A platéia ria, deleitada, desvanecia-se com as tiradas do palestrante, embevecia-se com seus arroubos. Aplaudia, aplaudia. Era o deputado Roberto Jefferson, apresentando-se num evento da Associação Comercial de São Paulo. Em princípio, como é de praxe nos eventos organizados pela entidade, também este seria realizado em seu próprio auditório. Mas, pelos telefonemas dos associados, pelo clima de expectativa e pela espécie de frisson que se adivinhava no ar, os organizadores sentiram, dias antes, que desta vez o auditório de oitenta lugares seria modesto demais. Alugaram o de um hotel próximo, o Jaraguá, que, além de acomodar 280 pessoas sentadas, dispõe do reforço de uma sala anexa com dois telões e outras 250 poltronas. E não só os lugares sentados foram todos ocupados, como havia gente de pé, num e noutro ambiente, a recepcionar o palestrante com o entusiasmo de uma platéia de adolescentes. Conclusão: a direita brasileira não tem jeito, mesmo.

Primeiro, antes que o(a) leitor(a) se sinta desorientado(a), ou até chocado(a), explique-se o recurso à palavra "direita". Se a esquerda não tem nenhum problema em assumir-se como tal, por que a direita tem? Isso não faz bem à política brasileira. Contribui para disfarçar tendências e embaralhar o quadro partidário. Na França, onde se inventaram os conceitos de "esquerda" e "direita", não existe esse pudor. "Sou de direita", confessa-se, com a mesma naturalidade com que o outro lado se declara "de esquerda". Os direitistas são defensores da ordem e do status quo e se orgulham disso. Há também a extrema-direita, liderada por Jean-Marie Le Pen e defensora de bandeiras racistas, e esta sim tem adeptos envergonhados, que jamais dirão em quem votam. Mas o eleitor de Jacques Chirac não tem problemas em se assumir como de "direita", nem, antes dele, tinha o eleitor do general De Gaulle.

No Brasil, "direita" é praga. "Esquerda" é uma qualificação não só aceita como desejada, "centro-esquerda" também tem potencial para acolher multidões e "centro" não fica atrás. Já "direita"... Mais fácil encontrar quem se diga a serviço de Satanás. Com isso, a balança das tendências políticas brasileiras – as tendências políticas *declaradas*, bem entendido – apresenta-se como uma engenhoca defeituosa, grotescamente pensa para um só lado. É uma pena. Os conceitos de direita e esquerda, por mais que se procure desvalorizá-los, nestes últimos tempos, ainda são úteis para marcar posições e clarear o jogo político.

Também não deve causar espanto a identificação de uma platéia da Associação Comercial de São Paulo como "de direita". Pode-se presumir com segurança que a classe representada nessa entidade comunga, em sua maioria, dos princípios de ordem, de defesa da liberdade econômica e da aceitação das desigualdades sociais que caracteriza, grosso modo, o pensamento direitista. Acrescente-se que a Associação Comercial de São Paulo foi presidida durante muitos anos por um político que, embora tenha tanta ojeriza quanto todos os outros a declarar-se como tal, construiu toda a carreira como um baluarte da direita – o ex-prefeito e ex-governador Paulo Maluf. Reduto da "esquerda", ou da "centro-esquerda", é que a Associação Comercial não é.

Se já estamos entendidos que não é pecado nem ofensa chamar a "direita" de "direita", retomemos o fio da meada. A direita brasileira não se emenda, mesmo... Tem a tendência irresistível a deixar-se cativar pelos políticos de discurso mistificador e reputação suspeita. Roberto Jefferson é acusado de montar um esquema de corrupção nos Correios e em outros

recantos da máquina estatal e paraestatal. E, no entanto, é recebido na Associação Comercial como o herói do momento. Mais condignamente o receberam os estudantes da Faculdade de Direito da USP, no mesmo dia – com vaias. O fato de ter contribuído decisivamente para estourar, com suas denúncias, um dos mais capilares esquemas de corrupção já montados no país não o redime. O Brasil ficará melhor no dia em que tiver uma direita decente, que escolha melhor seus ícones. E que, na questão dos bons costumes, se proponha a ser melhor do que o outro lado, e não se contente em gozar um momento delicioso como o atual com o risinho safado de quem diz: "Viu? Eles são como nós".

• • •

Quem mais fala nas CPIs em curso não é o depoente nem os inquisidores. É a campanha do presidente, pedindo silêncio. "É inacreditável", dizia o senador Delcídio Amaral, de dois em dois minutos, no depoimento do publicitário Duda Mendonça. Ele sofria como o mestre-escola diante de uma malta de baderneiros. Já é de desconfiar que algo não vai bem com um método de trabalho que permite sessões de dez, doze ou catorze horas. Não bastasse isso, tem a conversalhada da turma dos fundos e os celulares que não merecem descanso. A bagunça reinante explica a razão de tantas perguntas repetitivas. Uns não prestam atenção nos outros.

ANEXO H - Um prodígio chamado Duda Mendonça (TOLEDO, 2005h)

Entre outras proezas, ele é responsável por jogar fora 460 milhões do contribuinte paulistano

"Xô, corrupção." Assim pregava o primeiro comercial produzido por Duda Mendonça para a campanha do PT, em 2002. A imagem era de um bando de ratos roendo a bandeira nacional. "Ou a gente acaba com eles ou eles acabam com o Brasil", dizia o texto, antes de soltar o "xô" que era a peça de resistência, o fecho de ouro, o bordão concebido para impressionar e ficar na memória. Talvez o "xô" tenha sido pronunciado sem a devida energia. Talvez tivesse sido proclamado com os dedos fazendo figa. Naquele mesmo momento em que era espantada, no mundo de sonho dos anúncios, a corrupção se abria para o autor do "xô", no mundo real, farta e generosa como o Mar Vermelho para Moisés. O anúncio do "xô" foi a peça inaugural de uma campanha em que os pagamentos seriam feitos em ilhas caribenhas, paradisíacas não apenas pelo sol generoso, ou em pacotes de dinheiro que a sócia do marqueteiro ia diligentemente buscar na Avenida Paulista.

Curiosa figura do nosso tempo, esse Duda Mendonça. Tão emblemático de sua categoria quanto Joãozinho Trinta dos carnavalescos, ele se apresentou à CPI dos Correios com paletó escuro sobre camiseta escura. Nada de camisa branca e gravata. Ele é diferente. Os publicitários, ou, pelo menos, boa parte dos publicitários, pretendem-se artistas, e ao artista, como se sabe, não basta *ser* – é preciso *parecer* artista. Esse negócio de se apresentar como o comum das pessoas fica para os artistas menores – um Carlos Drummond de Andrade, que num sarau de poesia seria tomado pelo encarregado de recolher os ingressos, um Graciliano Ramos, que continuaria a ter cara de amanuense mesmo num mundo onde não existiam mais amanuenses. Mas o problema não é Duda Mendonça tomar ares de artista quando, evidentemente, não é. O problema é ele tomar ares de simples publicitário, quando, evidentemente, também não é – ou, pelo menos, não é só isso.

É muito mais. Ele faz milagres. Um deles foi vender a idéia de que Paulo Maluf é um ser humano. Isso ocorreu durante a eleição para prefeito de São Paulo de 1992. Duda Mendonça, contratado pelo veterano político, concebido e desenvolvido na incubadeira do regime militar, teve a ousadia de inventar como símbolo da campanha... um coração! Nada menos que um coração, órgão que, como é de geral conhecimento, Maluf não possui. O empenho em operar na natureza mesma do candidato, transformando-o quase num vizinho a quem se confiaria a chave de casa quando se vai viajar (*quase*, pois até Duda tem seus limites), foi tão bem-sucedido que Maluf obteve, na ocasião, a única vitória em eleições majoritárias pelo voto direto que ostenta em seu currículo.

Outro milagre foi incutir no eleitorado a noção de que o governo Lula seria um primor de zelo, rigor e competência. Um anúncio da campanha de 2002 mostrava um grande escritório, com uma sucessão de escrivainhas, onde cérebros privilegiados estudavam cada pormenor da realidade nacional. Lula passeava entre as mesas, com a desenvoltura do líder seguro e confiável, dando tapinha nas costas de um, debruçando-se sobre o papel em que outro trabalhava. Parecia a Nasa na véspera de lançamento espacial. Dava-se a entender que o PT se preparava para o governo com idéias claras e soluções na ponta da língua. Lula prometia lançar o foguete Brasil rumo ao futuro. Hoje esse anúncio virou comédia.

Curiosa figura do nosso tempo, essa do marqueteiro. Duda Mendonça foi de Maluf a Lula, e ninguém achou nada de mais. Reclama-se do futebol de hoje porque os jogadores vivem mudando de clube. Reclama-se do político que muda de partido. Mas ao marqueteiro

se permite que em um dia se entregue ao campeão da direita e no outro ao da esquerda, um dia acenda velas a Jesus Cristo e no outro reze a Maomé. E no entanto seu poder vai além do da maioria dos políticos. Na campanha de 1996 para a prefeitura de São Paulo, Duda Mendonça inventou para o candidato Celso Pitta uma engenhoca a que deu o nome de "fura-fila". Tratava-se de um fabuloso meio de transporte, capaz de vencer distâncias de modo rápido e seguro, sobre trilhos que repousavam em vias suspensas.

O pior é que Pitta ganhou a eleição (mais um milagre) e teve mesmo de construir o fura-fila. Foram gastos na obra exatos 468.688 000 reais, em valor atualizado, e o resultado são estruturas que apodrecem em alguns recantos da cidade. A obra não foi concluída e talvez jamais será, dada sua duvidosa utilidade. O responsável em última análise pelos 468.688 000 reais do contribuinte paulistano jogados fora é Duda Mendonça. E ainda bem que Marta Suplicy não ganhou a última eleição em São Paulo. Duda Mendonça havia preparado para ela (agora ele tinha trocado, também em âmbito municipal, Jesus por Maomé) um certo Céu Saúde – majestosos palácios onde a população seria curada de suas moléstias.

Essa instituição do marqueteiro político, nas proporções que tomou no Brasil, tem jeito de não ter similar no mundo. A política brasileira está clamando por um "Xô, marqueteiro".

ANEXO I - Huuumm... Uau! Chi... Eureka! (TOLEDO, 2005i)

Do Brasil de Lula aos EUA de Bush, são muitos e variados os motivos para exclamações

Huumm... O "huuumm" é uma imprescindível ferramenta, no estoque dos murmúrios e exclamações. Expressa uma mistura de dúvida com reticência, incredulidade com desconfiança. Na semana passada, uma missão do governo brasileiro, chefiada pelo embaixador Manoel Gomes Pereira, e composta ainda de um representante do Ministério da Justiça e um do Ministério Público, andava para cá e para lá, em Londres, batendo à porta de órgãos policiais, defensores dos direitos humanos e da comissão incumbida de investigar a morte de Jean Charles de Menezes, o mineiro assassinado pela polícia britânica. O objetivo? Bem... Informar-se, exigir apuração de responsabilidades, coisas assim. Huuumm...

O governo brasileiro precisava mandar uma missão especial para esse fim? Não que seja reprovável seu interesse pelo assunto. Pelo contrário, tem o dever de preocupar-se com a sorte dos brasileiros no exterior. Mas o Brasil mantém em Londres uma embaixada e um consulado. Eles poderiam, até com mais vantagem, conhecedores que são, por dever de ofício, ou que devem ser, dos meandros da vida britânica, desincumbir-se da tarefa. Mas... Claro, uma missão especial é mais vistosa. Garante uma cobertura de imprensa que as representações permanentes, por operar numa base mais rotineira, nem sempre atraem. Huuumm... Fica a desconfiança de que até à tragédia de Jean Charles não se poupa o padrão Duda Mendonça de governança marqueteira. Ainda mais que quem cuida do assunto é o Itamaraty, recanto do governo tão chegado à marquetagem quanto a uma coleção de fracassos que vai de derrotadas candidaturas a órgãos multilaterais a "alianças estratégicas" com países que lhe passam a perna.

Huumm... Se o leitor viu o anúncio do governo convocando para a campanha de vacinação contra a paralisia infantil, vai concordar que também merece um "huuumm". Como pano de fundo apareciam alegres bebês brincando com uma bola, um bonito filme que, vai dito de passagem, deve ter custado um bom dinheiro – mas marcante, mesmo, foi a atuação do ministro da Saúde. Enquanto os bebês evoluíam, ele, em primeiro plano, fazia um discurso cheio de ternura, com graciosas entonações de voz. Huuumm... O ministro... Como se chama ele mesmo? É um tal de entra-e-sai no governo... Ah, sim, Saraiva Felipe (será que está certo? ou ele tem se apresentado com nome e sobrenome invertidos?)... O ministro foi chamado de "fofo" na coluna de Ancelmo Gois, no *Globo*. O governo Lula nos apronta cada surpresa!

Uau!!! Estamos agora diante de uma exclamação bem diferente. Se o "huuumm" se dá num diapasão discreto e sutilmente irônico, o "uau" é uma aberta expressão de admiração, de surpresa, de júbilo. Vem do "wow" do inglês. O ex-ministro José Dirceu tem dito e repetido que os adversários não estão atrás dele, e sim do que ele significa. Uau! Que significa José Dirceu? Sabe-se o que Lula significa, o que Brizola, Ulysses ou Tancredo significaram. Sabe-se, para lembrar a mais preciosa flor do orquidário do ex-ministro, o que Fidel Castro significa. Já Dirceu... Os jovens inventaram um novo jeito de se referir às pessoas com alto conceito de si mesmas. São pessoas que "se acham", forma abreviada de "se acham o máximo". Uau! Como se acha, esse Dirceu! Até merece congratulações, pela auto-estima lá no céu, em meio à tormenta.

Chiiii... O "chi" exprime perigo. Emprega-se quando as coisas ficam feias, e, para dar uma folga ao governo Lula, vai dedicado a George W. Bush. Escândalo não foi o pastor Pat

Robertson ter recomendado o assassinato de Hugo Chávez. Robertson é um notório maluquinho da direita religiosa, que já disse disparates semelhantes. Escândalo foi o Departamento de Estado ter classificado a recomendação do pastor de "inapropriada". Inapropriada? A reação cairia bem nos lábios de um mordomo inglês a exhibir seu domínio do understatement, a arte, tão característica de sua nacionalidade, de conferir um cômico abatimento ao real peso do que se quer dizer. Já num governo que se diz em guerra de vida ou morte contra o terrorismo – chiiii –, é assustador. Dá margem à conclusão de que o governo americano faz uma exceção ao terrorismo a favor.

Eureca! Será que alguém ainda se lembra do "eureca"? Quer dizer "achei", "descobri", "encontrei a solução". A explicação é dedicada aos jovens, a quem a palavra deve soar tão enigmática quanto "caluda" ou "homessa". Eureca! Há solução para a missão especial do embaixador Manoel Gomes Pereira. Não é de esperar que, em Londres, ela tenha êxito em apressar as investigações em torno do assassinato de Jean Charles, nem que tenha o condão de agitar o assunto mais do que já está agitado na opinião pública inglesa. Mas, no Brasil, se voltada para os casos nacionais de mortes praticadas pela polícia, aí, sim, encontraria um campo de atuação muito mais fértil, e muito mais carente de seus bons ofícios. Temos inclusive casos de estrangeiros, como o do chinês que morreu sob tortura depois de preso no aeroporto, não faz muito. Aqui, sim, a missão teria tarefa útil a desempenhar.

ANEXO J - Uma bela cena num filme ruim (TOLEDO, 2005j)

Gabeira faz crer que quem sabe um dia sejam derrotadas a safadeza e a estultície

Severino José Cavalcanti Ferreira nasceu em João Alfredo, Pernambuco, em 1930. No ano entre todos memorável de 1964, elegeu-se prefeito de sua cidade natal. Estava por cima. Abrigava-o a legenda da UDN, partido que apoiou o golpe militar contra o governo Goulart. Fernando Paulo Nagle Gabeira nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 1941. Em 1964, era redator do *Jornal do Brasil* e no dia 1º de abril tentou entrar na fila da distribuição de armas ao povo que seria promovida pelo almirante Cândido Aragão. Estava por baixo. Não havia armas a distribuir, não havia resistência.

No ano de 1968, Severino Cavalcanti cumpria seu primeiro mandato como deputado estadual em Pernambuco. Agora pertencia à Arena, o partido que dava sustentação aos governos militares. Fernando Gabeira selou, nesse mesmo ano, num encontro com um militante mais antigo, na Praça Antero de Quental, no Leblon, seu ingresso num movimento clandestino de combate ao regime. Era uma tarde bonita. Gabeira olhou em volta e estranhou que tudo continuasse no mesmo lugar: as babás que passeavam com as crianças na praça, os carrinhos da Kibon que vendiam sorvete na Avenida Delfim Moreira.

Em 1969, Gabeira integrou o grupo que seqüestrou o embaixador americano Charles Burke Elbrick. Em 1971, Severino Cavalcanti foi eleito para o segundo dos sete mandatos de deputado estadual que exerceria em Pernambuco. Em 1973, no exílio no Chile, Gabeira sofreu nova derrota com o golpe que derrubou Salvador Allende do poder. Em 1975, Severino Cavalcanti tornou-se o vice-líder da bancada da Arena da Assembléia pernambucana. Gabeira agora vivia na Europa. Na Suécia, exerceu a função de condutor do metrô.

Em 1978, Severino Cavalcanti recebeu a medalha da Soberana Ordem dos Cavaleiros do Estado de São Paulo e, no ano seguinte, a Pernambucana do Mérito, classe ouro. Em 1979, Gabeira voltou ao Brasil, beneficiado pela anistia, e apresentou-se na Praia de Ipanema com uma minúscula sunga de crochê. A sunga era um manifesto político. Significava que a política do corpo se acrescentara a seu ideário. Em 1980, Severino Cavalcanti perpetrou sua primeira ação de repercussão nacional ao denunciar o padre italiano Vito Miracapillo, que se recusara a celebrar missa no dia 7 de setembro em protesto contra o regime. A denúncia foi acolhida pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, e o padre, expulso do Brasil.

Se a vida de cada pessoa pudesse ser traduzida em rabiscos de eletrocardiograma, a de Gabeira configuraria uma disparada de impulsos que desembestam em tropelia, enquanto a de Severino Cavalcanti exibiria a linearidade da planície. Uma é complexa, a outra simples. A primeira tem a marca da inquietação, responsável tanto por explorações inovadoras como por equívocos, a segunda se nutre da acomodação fronteira e da cautela esperta. Esses dois homens tão diferentes encontraram-se, em 1995, onde os diferentes devem mesmo se encontrar: a Câmara dos Deputados. Por coincidência, iniciam no mesmo ano uma carreira federal, Gabeira eleito pelo Partido Verde do Rio de Janeiro, Severino pelo PFL de Pernambuco. Gabeira se destacaria por causas novas como a do meio ambiente ou polêmicas como a discriminação da maconha. Severino, pela defesa do aumento de salário dos deputados e pelo direito de nomear parentes para o serviço público.

Na terça-feira passada, quem assistiu à cena do deputado Fernando Gabeira, o dedo em riste, investindo contra o colega Severino Cavalcanti, durante sessão plenária da Câmara, viu uma cena bela, de recuperar a crença no Parlamento. Como no começo desta história,

Severino estava por cima, encarapitado na presidência da mesa, e Gabeira por baixo, um cavaleiro solitário no centro do redemoinho que cerca o microfone dos apartes. Naquela manhã, a *Folha de S.Paulo* trouxera uma entrevista em que Severino Cavalcanti negava a existência do mensalão e defendia que as punições no Congresso se limitassem a "censuras", sem chegar ao rigor das cassações de mandatos.

"Vossa Excelência está se comportando de maneira indigna", começou Gabeira. Ele falava com a fúria dos justos. Lembrou que até defender empresa acusada de explorar trabalho escravo Severino já fez – é o caso de uma destilaria pernambucana para a qual fez gestões, meses atrás. "Vossa Excelência está em contradição com o Brasil", acrescentou, fazendo-se porta-voz de todos quantos querem puxar o Brasil para a frente, na face de alguém cujo propósito notório é empurrá-lo para trás. É ironia da grossa que Gabeira, ícone da esquerda no passado e hoje paladino das causas de vanguarda, atacasse um estado de coisas semeado por obra e graça do atual governo enquanto a defesa ficava por conta de Severino. "A sua presença na presidência da Câmara é um desastre para o Brasil e para a imagem do país", disse ainda Gabeira, e encerrou prometendo iniciar um movimento para derrubá-lo. Ficou no ar a esperança de que um dia, quem sabe, contra todas as evidências oferecidas pela hora presente, possam ser derrotadas a mediocridade, a safadeza e a estultície.

ANEXO K - Nos labirintos do poder (TOLEDO, 2005k)

O leitor acha fácil a tarefa de abrir a porta para o augusto governante? Aprenda que não

Governante esperto era aquele. Jamais escrevia o que quer que fosse e jamais assinou um documento. Tinha sempre ao lado, nas audiências, o auxiliar chamado de "ministro da Pena", cujas atribuições consistiam em anotar suas ordens. O governante falava baixo, pouco movendo os lábios, o que obrigava o ministro da Pena a colar o ouvido junto à sua boca, qual um microfone. Acresce que as ordens eram em geral confusas, o que duplicava o trabalho do auxiliar – mas que sabedoria, que modo mais engenhoso de governar! Caso uma determinada decisão fosse do agrado geral, seria mais uma prova de sua inigualável sapiência. Caso desagradasse, a culpa seria do ministro, que não entendera suas ponderações.

O governante em questão é o antigo imperador da Etiópia Hailé Selassié, o "Escolhido de Deus", o "Rei dos Reis", que governou de 1930 a 1974. Selassié era baixinho, o que impunha a necessidade de um outro singular auxiliar a seu lado – o "colocador de almofadas". Assim que ele se sentava no trono, esse profissional colocava uma almofada a seus pés. A ação tinha de ser executada com rapidez e precisão, para que Sua Majestade não ficasse com os pés a balançar ridiculamente no ar, como uma criança. Os mais distraídos argumentariam que um trono de assento mais baixo resolveria mais simplesmente a questão. Mas e a imponência? E o plano necessariamente mais alto em que se deve situar o soberano? O colocador de almofadas era imprescindível mesmo nas viagens. A cada subida num trono, entrava em ação. E, como os tronos podiam ser de diferentes alturas, levava almofadas de diversas dimensões. No total, possuía 52 diferentes almofadas. Com o tempo, adquiriu tal domínio de sua especialidade que era só pôr os olhos num trono e já sabia a qual almofada recorrer.

Essas histórias estão em *O Imperador*, de Ryszard Kapuscinski, livro de 1978, mas só agora lançado no Brasil (Companhia das Letras). Kapuscinski, jornalista polonês com muitos anos de experiência na África, entrevistou antigos assessores e funcionários palacianos, depois da deposição de Selassié, com a idéia de oferecer um quadro do regime visto de dentro. Não bastasse o colocador de almofadas, havia também o abridor de portas do imperador. Pensa o leitor que era tarefa fácil? Exigia perspicácia e treino para abri-las no preciso instante – não cedo demais, para não dar a impressão de querer despachar logo o monarca do salão, nem tarde demais, de modo a obrigá-lo a diminuir o passo, ou mesmo parar.

A Hora das Nomeações consistia numa cerimônia em que, em filas, as pessoas se aproximavam, uma a uma, do soberano, e, inclinadas até o chão, ouviam da imperial boca o cargo para o qual tinham sido nomeadas. Os nomeados recuavam cheios de medidas, mas, assim que deixavam o salão, se tinham ganho posto que valia a pena, metamorfoseavam-se em seres de postura firme e decidida. As cabeças, até há pouco capazes de manobras normais, ganhavam, logo após a nomeação, segundo um dos entrevistados de Kapuscinski, "uma extraordinária limitação de movimentos, passando a dispor de apenas dois: o de se voltar para o chão, quando em presença do augusto senhor, e o de se voltar para o alto, quando em presença das demais pessoas".

O nomeado precisava ter cuidado. Nada de avançar reformas ou projetos audaciosos. Não que o imperador os desprezasse. O que não se podia era ousar passar-lhe à frente nas iniciativas. Se um ministro desejasse introduzir modificações em sua área, era mister fazer o

imperador crer que a idéia tinha nascido de seu próprio e privilegiado cérebro. "Para ser sincero, devo admitir que o bondoso amo apreciava mais os maus ministros", conta um depoente. Assim, ele ganhava chance "de se destacar, pelo contraste". Era do agrado do imperador, por outro lado, que os ministros trabalhassem em favor dos próprios patrimônios. "Não consigo me lembrar de um só caso em que o gracioso monarca tenha anulado uma promoção ou expulsado alguém do palácio por corrupção", diz outro depoente. A ordem era: "Corrompam-se à vontade, desde que permaneçam leais a mim!".

Seria fácil trazer as histórias do livro para circunstâncias mais próximas. Se tivessem seguido a regra de nada escrever nem assinar documentos, por exemplo, muitos personagens do presente escândalo brasileiro, de Genoínos a Severinos, estariam em melhor situação, e um ex-presidente seria poupado do constrangimento de pedir que esquecessem o que escreveu. Mas não é o que vem ao caso. O alcance do livro é muito maior. Embora tratando de uma situação em particular, e das mais grotescas, oferece lições sobre o poder valiosas como as de Maquiavel em *O Príncipe*. Ao ser deposto, Selassié foi conduzido até o pátio do palácio, onde estava estacionado um Volkswagen. O oficial que o dirigia desceu, abriu a porta, puxou o encosto do banco dianteiro e o convidou a acomodar-se atrás. "O quê? Vocês esperam que eu entre num carro desses?", reagiu ele. Foi seu único protesto. Aquilo era o mais doloroso, em toda aquela situação.

ANEXO L - A mais estonteante das quartas-feiras (TOLEDO, 2005)

Notas sobre o dia em que Severino tombou de um lado e Roberto Jefferson do outro

Tudo tão Brasil... O dono do restaurante da Câmara capricha no jeitão de galã maduro de novela do SBT, a cabeleira coroadada por um laborioso topete, a gravata vermelha caprichosamente armada sob o terno escuro, na hora entre todas triunfal de apresentar o cheque, sim, "o" cheque, aquele. A seu lado, o mulherão de pernas bonitas, saltos altíssimos. Ele, 54; ela, 30. Vai mostrar o cheque, mas aproveita o momento para uma oração: "Obrigado, meu Deus, obrigado pela força, pelos meus filhos, pela família maravilhosa..." Era um tributo à onda evangélico-carismática que assola o país. Tão Brasil... A contrição da prece em oposição às sugestões da morenaço ao lado. A *Bíblia* e a *Playboy* em estado de alerta. No momento culminante, o dono do restaurante levanta ao alto uma cópia ampliada do cheque, tal o capitão Cafu ao exibir a taça do pentacampeonato. O caneco é nosso!

Foi uma quarta-feira estonteante. Se de manhã teve Sebastião Buani, o dono de restaurante que pôs a nocaute o presidente da Câmara, à tarde seria votada pela Câmara a cassação do deputado Roberto Jefferson. A Câmara, como se sabe – e, quem não sabia, ficou sabendo agora, com a ampla divulgação de suas sessões – é a casa-da-mãe-joana. É lá que fica esse famoso estabelecimento. Todo mundo conversa ou fala ao celular, ninguém presta atenção em ninguém, e grande parte prefere, em vez de se sentar, ficar circulando ou formando rodinha junto ao microfone de apartes. Assim ia a sessão, enquanto falavam o relator/acusador e os advogados de defesa, na bagunça habitual, até que... Chegou a vez dele! O ambiente transmutou-se. Silêncio absoluto. Respirações suspensas.

O Congresso parecia voltar aos grandes dias, o tempo dos grandes oradores. Carlos Lacerda vai falar! E então era aquele frenesi, a tensa expectativa, depois o silêncio reverencial. Ou, antes, nos tempos em que Machado de Assis cobria as sessões do Senado... Eusébio de Queiroz vai falar!, Zacharias vai falar! "Nenhum tumulto nas sessões. A atenção era grande e constante", escreveu o autor de *Dom Casmurro*, numa crônica célebre. Roberto Jefferson vai falar! E ele realmente magnetizou a platéia, um virtuose das entonações que vão lá em cima e descem cá em baixo em esmerada cadência, das pausas de fazer parar o coração, do gesto singelo de imitar um aviãozinho quando disse que o presidente Lula gosta, mesmo, é de voar. Tão Brasil de hoje... O homem que confessadamente sumiu com 4 milhões de reais e, também confessadamente, uma vez reuniu sua bancada para saber se queria receber o mensalão é o único capaz de silenciar a Câmara.

"Saudade, ai que saudade do baixo clero." Era o que devia estar pensando Severino Cavalcanti naquele momento. O repórter Diego Escosteguy contou, em *O Estado de S. Paulo*, que assim que recebeu a notícia de que tinha aparecido o famoso cheque o presidente da Câmara olhou para o chão e não disse nada. Fez-se silêncio na sala de sua casa, cheia de assessores e advogados. Saudade do baixo clero... Severino é a típica vítima da síndrome do passo maior que a perna. Se tivesse ficado no seu canto, estaria tocando a vidinha, praticando em paz um golpezinho aqui e outro acolá... Agora, restava-lhe o silêncio, o segundo grande silêncio do dia, a cara de caranguejo, como descobriu o genial cartunista Loredano, enterrada no chão.

A assessoria de Severino dá o que pensar. Nela pontificou, nestes dias críticos, o chefe da assessoria jurídica da Câmara, Marcos Vasconcelos. Ele é da assessoria da casa como um todo, deve zelar pela integridade e pela respeitabilidade da instituição, e, no entanto, mergulhou de cabeça na defesa pessoal de um chefe bichado até as vísceras. Severino baixou

as armas, diante do cheque fatídico, mas não sem antes praticar uma última indignidade: pôs a culpa num morto, e logo um filho morto – o filho, vitimado num desastre de automóvel, teria sido, ele, sim, o beneficiário do cheque, para cobrir despesas de campanha.

A quarta-feira gorda terminou num clima alucinatório. Na janela do apartamento brasiliense de Roberto Jefferson, vislumbrava-se, à noite, a sombra de um garçom que servia champanhe. Comemorava-se. Pouco antes ele tinha sido cassado por seus pares. E comemorava-se. Antes, Jefferson se despedira dos jornalistas dizendo: "Esta é a última semana de inverno. A primavera está chegando". Um enigmático fecho, de poéticas ressonâncias, para uma ópera-bufa. Estaria chegando a primavera da democracia brasileira, depois do inverno de todas as vilezas? Sempre se espera que, desta vez, vamos. Depois de Collor, jamais seríamos os mesmos. Depois dos anões do Orçamento, jamais seríamos os mesmos. Mas somos os mesmos. E alguém duvida que Severino, renunciando, será reconduzido pelo fiel eleitorado? Ou o bispo Rodrigues, se escapar da cadeia, ou o Valdemar? Alguém duvida que a filha de Roberto Jefferson, hoje vereadora no Rio de Janeiro, colherá estrondosa votação? Tão Brasil... Quanto mais pensamos que nos mexemos, mais continuamos no mesmo lugar.

ANEXO M - Era muita coisa contra o pequeno Fernando (TOLEDO, 2005m)

O que há de exemplar na história do menino que caiu no bueiro e foi tragado pelas águas, em São Paulo

O menino Fernando, de 4 anos, vinha brincando e pulando, esperto como sempre, pelo canteiro central de uma movimentada avenida de São Paulo, ao cair da tarde do domingo 18, quando, num passo em falso, caiu num buraco. Ou melhor, não propriamente num buraco, mas num bueiro. Ou, melhor ainda, nem bem num bueiro, mas numa espécie de poço. A mãe, que vinha com ele, viu o menino desaparecer debaixo do chão. Fernando foi tragado para o reino sombrio das galerias subterrâneas de água da cidade. Na quinta-feira passada, os bombeiros ainda escarafunchavam aquelas funduras. Não havia esperança de resgatar o menino vivo. Talvez nem morto.

O escorregão que precipitou Fernando para dentro do poço foi apenas o último elo de uma cadeia de infortúnios que o levou ao encontro do fim ingrato. Recuperar, elo por elo, a cadeia que o vitimou é juntar as peças que compõem uma história típica do país em que vivemos. O primeiro elo é a condição de menino pobre. Fernando morava, com os pais, no Jardim Damasceno, na região, desesperadamente pobre, da Brasilândia. É uma brincadeira de mau gosto dos loteadores de lugares desse tipo lhes darem o nome de "jardim". Não há jardins neles. Também não há praças. O acidente ocorreu em outra região, longe de casa. Foi na Avenida Inajar de Sousa, bairro da Freguesia do Ó, onde ele participara de uma festinha de criança. A Freguesia do Ó é melhor, muito melhor, do que o Jardim Damasceno. Mas é pior, muito pior, do que a Vila Nova Conceição ou Higienópolis, bairros ricos, onde o equipamento urbano é menos deteriorado.

O segundo elo é ter cabido a Fernando viver numa cidade historicamente especializada em rasgar avenidas onde antes corriam, a céu aberto, rios ou córregos. Instalam-se as avenidas em cima e os córregos ficam aprisionados, embaixo da terra. É o caso da Avenida Inajar de Sousa. Trata-se de situação que, entre outros efeitos indesejáveis, facilita as enchentes, ao sufocar os escoadouros naturais debaixo de um leito de asfalto. A Inajar de Sousa assenta-se sobre um córrego importante, o Cabuçu, afluente do Rio Tietê. Aquilo que de início chamamos de bueiro, e depois corrigimos para poço, na verdade não é uma coisa nem outra. O nome técnico é "posto de visita". É um buraco pelo qual se esgueiram os operários e os engenheiros quando necessitam inspecionar as galerias de água, lá embaixo. Isso quer dizer que o menino Fernando teve o azar de cair num buraco grande, capaz de engolir com folga seu pequeno corpo, e ainda por cima acabou por mergulhar num fluxo de água volumoso, onde dificilmente escaparia ao afogamento.

O próximo elo na cadeia de infortúnios é o menino ter nascido num país de ladrões, alguns de grande porte, como os que freqüentam os escândalos político-empresariais, e outros de miúdas, ou miudíssimas proporções, desesperados filhos da miséria, mas todos ladrões. Ele caiu no buraco porque estava destampado. E estava destampado porque roubaram a tampa. É espantoso o que se rouba de equipamento urbano – fios, placas de sinalização – no Brasil. A Telefônica, concessionária da telefonia em São Paulo, contabilizou 1.700 quilômetros de fios roubados no primeiro semestre do ano, no estado. A CET, órgão que controla o trânsito na cidade de São Paulo, repõe dez placas de sinalização a cada dia, em razão de roubo ou vandalismo, e mesmo assim não consegue repor tudo o que seria necessário. No caso do buraco em que caiu Fernando, ele deveria estar coberto por uma tampa de ferro. Há 57.000 tampas dessas na cidade. Quinhentas são repostas por mês. Num número ignorado mas

certamente grande de sumiços, as tampas nem são repostas. O roubo de tampas decorre do feliz casamento da miséria com o crime organizado. A miséria fornece a mão-de-obra de que se aproveitam as redes de receptadores e o comércio de ferro-velho. Uma tampa como a da Avenida Inajar de Sousa custa 150 reais à prefeitura de São Paulo. O ladrãozinho a vende por talvez 10% disso ao interessado final.

O último elo é a debilidade do poder público no Brasil. A polícia devia coibir os roubos, mas... Já se sabe. As prefeituras, ou os governos estaduais, ou o federal, deviam repor de imediato os respectivos equipamentos roubados, mas... Mesmo que não haja corrupção, incompetência ou má vontade, o que freqüentemente é o caso, o Estado, seja em que nível for, nunca dá conta. São questões que o ultrapassam. O buraco em que caiu o menino, segundo os moradores do local, estava sem tampa havia muito tempo. Cobriam-no duas pedras, e mesmo assim só pela metade.

Havia fatores demais conspirando contra a sorte do pequeno Fernando, naquele momento fatídico em que ele pousou o pé no vazio e desapareceu debaixo da avenida, ao voltar da festinha. O secretário municipal Walter Feldman fez uma visita de solidariedade à família. Encontrou a mãe chocada, mas em todo caso capaz de manter um diálogo. O pai não. Permaneceu deitado o tempo todo, com uma toalha cobrindo o rosto.

ANEXO N - O melão tentador e outras histórias (TOLEDO, 2005n)

Variações em torno desse singular exemplar do gênero humano que é o juiz de futebol

Antes, eles só se vestiam de preto. Já no uniforme se denunciavam como figuras cavernosas, urubus azarentos, anjos maus do luto e do agouro. Depois, assim como os padres, foram liberados do traje funéreo. E os juizes de futebol passaram a se apresentar com camisas e calções de outras cores. Numa outra e mais revolucionária mudança, e ao contrário do que acontece entre os padres, mulheres passaram a ser admitidas em seu meio. Uma coisa, porém, não mudou por mais que as camisas sejam azuis ou amarelas, em vez de pretas, e as coxas sejam roliças e suaves, em vez de ásperas e peludas. O juiz é um salafário. Todo juiz é culpado até prova em contrário. Pensando bem, é culpado mesmo com prova em contrário.

Já quando ele entra no gramado, é recebido com vaia. Não há caso similar, em nenhuma outra atividade humana. É a "vaia preventiva", como bem chamou o colunista Luiz Zanin, no *Estado de S. Paulo*. Os minutos que antecedem o jogo são festivos. Ninguém ainda tem motivo para queixa. As torcidas cantam. Paira no ar aquela eletricidade em parte feita de alegria, em parte de tensa expectativa. Então desponta em campo "sua senhoria", como era chamado, ou talvez ainda seja, pela crônica esportiva, e desaba sobre ela, bem como sobre os bandeirinhas, que a escoltam, uma vaia estrondosa, avassaladora, acachapante. É o único momento em que o estádio todo se une. Durante o jogo o juiz será vaiado por uma ou outra torcida, mas agora são as duas juntas, e mesmo os eventuais neutros, e talvez até os estrangeiros presentes sem outro propósito senão fazer turismo, que se irmanam num desmoralizante unísono. Trata-se de um dos mais antigos e mais sagrados rituais do futebol. Ele não fez nada ainda, nem de certo nem de errado. Por isso mesmo, merece vaia.

A quadrilha dos gramados denunciada na última edição desta revista pôs em evidência essa extraordinária variante do gênero humano que é o juiz de futebol. Que culpas, que necessidade de expiações colossais leva alguém a abraçar tal profissão? Um comercial de televisão de pouco tempo atrás mostrava Ronaldinho Gaúcho, ainda menino, metido num uniforme de juiz e de apito na boca. "Eu não queria ser jogador, queria ser juiz", dizia ele. Até que um dia chutou uma lata de refrigerante e descobriu sua verdadeira vocação. O comercial provocava pasmo e hilaridade, menos pelo paradoxo de um craque, e um craque do calibre de Ronaldinho Gaúcho, estar a apregoar que queria mesmo era ser juiz, mas, mais ainda, pelo fato de um garoto dizer que queria ser juiz. Não há isso. Juiz de futebol é profissão com a qual não se sonha na infância.

Um juiz pode ser honestíssimo, a grande maioria deles sem dúvida é honesta, mas o protótipo da classe, irremediavelmente, é o juiz ladrão. Sobre esse personagem correm, desde os primórdios do futebol, lendas espantosas. Há a história do juiz tão ladrão, mas tão ladrão, que se vendeu para os dois lados, e passou o jogo todo roubando descaradamente, ora para um time, ora para o outro. Aparentada a essa é a do juiz tão ladrão, mas tão ladrão, que os times costumavam juntar-se e pagar-lhe um contra-suborno, para que não roubasse.

No atual escândalo, dignos de entrar no repertório são os casos em que o juiz Edilson Pereira de Carvalho confessa que não conseguiu roubar como queria. No jogo Juventude x Figueirense, ele devia fazer o Juventude ganhar, mas ganhou o Figueirense – 4 a 1. "O Edmundo jogou demais", desculpou-se. No jogo Santos x Corinthians, o serviço devia ser feito para o Corinthians, mas ganhou o Santos – 4 a 2. As escutas telefônicas revelam um Edilson abatido com o fracasso e ansioso por se recuperar no jogo seguinte. Estava em jogo sua reputação. Ele não podia suportar o vexame da inépcia na prática da ladroagem.

O juiz desonesto, nos tempos heróicos do futebol, era chamado pelo romântico qualificativo de "gaveteiro". No futebol de São Paulo, fama de gaveteiro por excelência coube durante muitos anos a um personagem célebre em seu tempo, João Etzel Filho. É atribuída a ele uma história aproveitada no filme *Boleiros*, de Ugo Giorgetti, aquela em que o juiz cansa de mandar repetir um pênalti, batido por um jogador inepto, e decide, ele próprio, impedir aquele jogador de tentar de novo. Que o time arrumasse outro cobrador. Etzel não chegou a admitir que roubava, mas se vangloriava de saber apitar "politicamente". Seja lá isso o que for, não deve ser boa coisa.

Uma vez, durante um jogo Palmeiras x Portuguesa, um torcedor junto do alambrado insistia em chamar a atenção de Etzel para um melão que tinha na mão. O juiz olhava para o torcedor e este lhe apontava o melão. Olhava, e lá vinha o melão. Terminado o jogo, Etzel foi perguntar ao homem que diabos significava aquilo. O torcedor explicou: dentro do melão estava escondido um dinheiro para sua senhoria. Etzel, ao contar essa história, dizia que reagiu indignado e denunciou o caso à federação, mas sabe-se como é – melão, assim como mensalão, só se oferece a quem se sabe de antemão que tende a apreciá-los.

ANEXO O - O duplo estrago do bispo-bomba (TOLEDO, 2005o)

Dom Cappio embaralhou tanto o projeto do São Francisco quanto a doutrina católica sobre o suicídio

Os monges budistas que se opunham à presença dos Estados Unidos no Vietnã, nos anos 60, tiveram no suicídio sua arma. Eles surgiam de repente, em algum ponto de Saigon, a capital do então Vietnã do Sul, e formavam um círculo, com um deles no meio. Os que estavam em volta jogavam gasolina no do meio. Este sacava de um fósforo e ateava-se fogo. Os religiosos feitos línguas de fogo no meio da rua desempenharam papel decisivo na causa que levaria os americanos à derrota. Anos depois, o recurso ao suicídio foi retomado pelo Islã. Entraram na moda os homens-bomba que em nome de Alá se explodem em Israel e no Iraque, em Madri e em Londres. O grau de perversidade, na passagem de Buda para Maomé, aumentou esponencialmente. Os homens-bomba não se contentam em acabar com a própria vida, mas têm sua razão de ser em levar outros junto. A Igreja Católica fez seu ingresso no mundo do suicídio como instrumento de ação política nestes últimos dias, às margens do Rio São Francisco, na pessoa do bispo Luis Flávio Cappio.

Nada contra a causa do bispo. O arquivamento do projeto de transposição das águas do São Francisco, como queria dom Cappio, com a greve de fome "até a morte" que iniciou no dia 26, constitui-se, para o governo, na única saída possível para a encrência em que se meteu. Há incertezas tanto quanto ao impacto ambiental da obra como quanto aos benefícios que ela se propõe a gerar. Num governo motivado pelo padrão Duda Mendonça de governança marqueteira, sobram razões para desconfiar de que motivos sobretudo propagandísticos e eleitoreiros conduziram à decisão de encetar, no semi-árido nordestino, uma empreitada que lembra alucinações faraônicas como a Transamazônica dos tempos do regime militar. Melhor para o governo, a essa altura, será dobrar o projeto, escondê-lo debaixo do braço e sair de fininho. E para isso o gesto de dom Cappio prestou bom serviço. Já quanto ao método... Pode um católico dar cabo à própria vida? Os suicidas, para a doutrina católica, são párias, a quem não se admite ser enterrados em cemitérios consagrados pela Igreja. Na *Divina Comédia*, de Dante, os suicidas, transformados em árvores, habitam o sétimo círculo do inferno, o mesmo reservado aos tiranos e assassinos.

A mensagem em que o bispo anunciou a decisão de fazer greve de fome "até a reversão" do projeto do governo balança entre o Altíssimo e a pragmática cartorial. Começa no Altíssimo, invocando "Jesus ressuscitado", e cede a detalhes como o de exigir do presidente da República um "documento assinado" revogando o projeto de transposição, ou como o de transcrever, abaixo da assinatura de dom Cappio, para bem assegurar os efeitos civis do documento, o número de seu RG (3.609.560) e o do CPF (291.828.835-72). O sagrado enlaçava-se à boa ordem tabeliã. A invocação às esferas sobrenaturais reforçava-se com a segurança das assinaturas e dos carimbos. Mais calculada busca de eficácia impossível. Ainda mais que se seguiu uma carta ao presidente Lula em que dom Cappio, depois de lhe expressar sua admiração, e de garantir que não havia em seu gesto nenhuma "atitude anti-Lula" (imagine-se se houvesse), passou-lhe o terrível recado, duro como um anátema: "Minha vida está em suas mãos". Não contente em enveredar pela trilha do suicídio, o bispo lançava a culpa em outro. Aos cuidados cartoriais com que revestiu a causa, acrescentava a arma insuperável da chantagem.

Dom Cappio provocou divisões na Igreja. O secretário-geral da CNBB, dom Odilo Scherer, considerou "moralmente inaceitável" a greve de fome. Mas dom Tomás Balduino,

presidente da Comissão Pastoral da Terra, derreteu-se em elogios ao grevista da fome e seu "audacioso gesto", fruto de "heróica inspiração". O contra-ataque veio da parte do arcebispo da Paraíba, dom Aldo Pagotto, que não só condenou a "atitude isolada" de dom Cappio, que "não se identifica com a opinião nem com a postura de muitos outros bispos brasileiros", como também – suprema heresia – se pôs ao lado do projeto do governo, a seu ver "uma bênção para o povo do semi-árido". Para quê? Dom Tomás Balduino respondeu com um tiro de canhão. Para ele, dom Pagotto abriga "o nefasto objetivo de dividir o episcopado brasileiro". E assim os bispos do Nordeste afundavam em bate-boca digno de CPI do Congresso.

Na quinta-feira, depois de receber uma carta do presidente Lula, entregue pessoalmente pelo ministro Jaques Wagner, dom Cappio suspendeu a greve de fome. O bispo-bomba ganhou a parada. O presidente não se comprometeu a arquivar o projeto, mas disse que ia "prolongar o diálogo", o que talvez signifique a mesma coisa. E assinou embaixo! Saiu perdendo a doutrina católica. Dom Cappio, dom Balduino e outros relativizaram a condenação que, até então, se supunha pairar sobre o suicídio. Quando a serviço de uma boa causa, vale. Espera-se que daqui para a frente os eclesiásticos que se filiam a essa linha de pensamento deixem de condenar a eutanásia e o aborto. Se o fizerem, incorrerão no pecado da hipocrisia.

ANEXO P - Tudo o que é sólido derrete ao sol dos trópicos (TOLEDO, 2005p)

O PCdoB que já foi da Albânia e da guerrilha no Araguaia rasgou a fantasia e caiu na gandaia

A mais contundente intervenção do comunista Aldo Rebelo no comando de uma sessão da Câmara dos Deputados, até agora, foi uma invocação a Deus. "Por favor, parem com isso, pelo amor de Deus", conclamou, enquanto os deputados Arlindo Chinaglia e Inocêncio Oliveira ameaçavam trocar socos no plenário. O comunismo é uma doutrina materialista que fez sua estréia mundial com um apelo aos fantasmas ("Um fantasma ronda a Europa", diz, em sua primeira linha, o *Manifesto* de Marx e Engels, de 1848), o que é uma atenuante em favor do novo presidente da Câmara. Mesmo assim, que distância em relação a comunistas da cepa de um Manuel Venâncio Campos da Paz, prócer da época da Aliança Nacional Libertadora e da chamada "Intentona" de 1935. Em seu leito de morte, Campos da Paz foi visitado por um prelado da Igreja Católica, amigo da família, que lhe perguntou se não queria receber os sacramentos. O velho indignou-se: "Não me peça, num momento de fraqueza, que eu renegue tudo aquilo pelo que lutei. Morro como um comunista".

Aldo Rebelo é do PCdoB, partido que já reverenciou Mao Tsé-tung, depois se bandeou para Enver Hoxha, o arquiteto desse prodígio de liberdade, progresso e bem-estar que é a Albânia, e foi ficando cada vez mais engraçado. O PCdoB conta com escassos votos, mas isso não o impede de manter a UNE, que prescinde de eleições diretas, como um seu cartório. Ultimamente a UNE patrocinou a campanha contra a corrupção, contra a política econômica e a favor de Lula. Se ninguém se deu conta do movimento, isso não impede que se admire a fina construção intelectual que foi a junção, numa só, de três causas que a um espírito menos requintado soariam incompatíveis.

Na miudeza de seu dia-a-dia, a UNE/PCdoB consegue algumas vitórias. Em março passado, uma manifestação de três dezenas de seus militantes, em Manaus, conseguiu fazer com que o secretário de Defesa americano, Donald Rumsfeld, deixasse a sede do Sindacta, o sistema de controle do tráfego aéreo na Amazônia, pela porta dos fundos. Na da frente, o orador de plantão invectivava contra o visitante, que ora chamava de "Rothsheld", ora de "Rothfield", segundo anotou o enviado da *Folha de S.Paulo* ao evento, João Batista Natali. Um cartaz dos manifestantes repudiava aquele que, num inglês complexo, ainda não dominado pelos praticantes nativos desse idioma, era alcunhado de "Sir of War". O PCdoB opera em outro nível. Não ia contentar-se com o mero "Lord of the War" que os praticantes de um inglês mais comum escolheriam para significar "Senhor da Guerra".

Ultimamente, o partido que foi de João Amazonas, hóspede contumaz dos cárceres de diversos regimes brasileiros e propugnador da luta armada para o assalto ao poder, passou a dedicar-se a atrair para suas fileiras figuras que nem de longe se suspeitava abrigassem dentro do peito, batendo calado, um coração comunista. Um deles foi Ademir da Guia, o "Divino", craque incomparável, que além das glórias acumuladas nos gramados mereceu um poema em que João Cabral de Melo Neto descreve seu estilo de jogo com precisão jamais alcançada pelos cronistas esportivos – "Ademir impõe com seu jogo / o ritmo do chumbo (e o peso), / da lesma, da câmara lenta, / do homem dentro do pesadelo". Pobre Ademir. Eleito, pelo PCdoB, vereador em São Paulo, pesadelo igual ao que infligia aos adversários passou a viver quando foi acusado pelos assessores de embolsar-lhes parte dos salários. O ex-craque acabou deixando o partido. Pendurou o comunismo assim como, antes, havia pendurado as chuteiras.

Maior surpresa ainda é esta última, em que o senador do Tocantins Leomar Quintanilha, rico fazendeiro, antigo chefe regional da Arena, o partido do regime militar, antigo companheiro de Paulo Maluf no PDS, ultimamente no PMDB, anunciou seu ingresso na gloriosa agremiação da foice e do martelo. Pelo amor de Deus, senador! Então era tudo um disfarce – o gosto pela propriedade, as 800 cabeças de gado na fazenda de 1.600 hectares, as alianças com a ditadura e a oligarquia? Tudo para, como bom capa preta, melhor lhe encobrir as ações destinadas a induzir à revolução e à ditadura do proletariado?

Em outros tempos, os tempos heróicos de Manuel Venâncio Campos da Paz, a interpretação seria essa mesma. Bom serviço prestava à causa o militante enrustido, dedicado a solapar o inimigo por dentro, "se infiltrando no adversário", para voltar ao poema de João Cabral sobre Ademir da Guia, "mandando nele, apodrecendo-o". Cumprida a missão, o agente encoberto podia permitir-se sair do armário, triunfante. Nestes tempos, é outro o caso. Quem está saindo do armário não é o senador Quintanilha, mas o PCdoB. O velho partido da guerrilha no Araguaia rasga a fantasia e cai na gandaia. "Tudo o que é sólido desmancha no ar", constatava o mesmo *Manifesto Comunista* de Marx e Engels. Para eles, o Brasil era uma realidade (ou uma irreabilidade) muito distante. Se não, eles poderiam ter acrescentado que tudo o que começa pretendendo-se sério acaba por derreter-se ao sol dos trópicos.

ANEXO Q - Anedota de brasileiro(TOLEDO, 2005q)

O referendo das armas foi um exercício de sair do nada para chegar a lugar nenhum

Os brasileiros foram convocados a participar, neste domingo, 23 de outubro de 2005, de uma consulta popular sobre coisa nenhuma. Trata-se de algo possivelmente inédito no mundo. Discutiram-se durante semanas, com paixão, questões já previamente resolvidas. Tomaram-se partidos que não vinham ao caso. Ninguém, em posição de fazê-lo, se dignou a esclarecer o fato singelo de que o que estava em jogo era nada. A pergunta a que os brasileiros foram intimados a responder, "Deve o comércio de armas ser proibido?", chocava-se contra um obstáculo lógico: o comércio de armas *não pode* ser proibido. Ele estava garantido pela própria lei que determinou o referendo.

Para quem não está entendendo, voltemos aos pontos de partida desta história. No dia 22 de dezembro de 2003, foi sancionada pelo presidente Lula a Lei nº 10 826, apelidada de Estatuto do Desarmamento. Esse texto, regulamentado pelo Decreto nº 5 123, de 1º de julho de 2004, determinou, ao cabo de longos e acirrados debates no Congresso, quem pode possuir ou portar armas, quando, onde e em que condições. O conjunto de disposições então adotado não desmerece o nome de Estatuto do Desarmamento. Dificultou, de modo considerável, a aquisição e o uso de armas de fogo no país, para quem quer fazê-lo pelos meios legais.

Eis um primeiro ponto a reter: foram essa lei e o decreto que a regulamentou, ambos aprovados e já em vigor, que determinaram quem pode possuir ou portar armas. O referendo nada tem a acrescentar ao assunto. Podem portar armas, isto é, levá-las consigo, integrantes de oito categorias diferentes de corporações, das Forças Armadas à Receita Federal, passando pelas polícias e as empresas privadas de segurança. Cidadão particular não pode. Podem possuí-las, desde que as mantenham em casa ou no trabalho, todos aqueles que comprovem "efetiva necessidade" disso, e desde que tenham no mínimo 25 anos, não apresentem antecedentes criminais e passem nos testes de "aptidão psicológica" e de "capacidade técnica para o manuseio de armas de fogo", entre outras exigências. Se tudo isso já está decidido, não caberia discutir, no quadro da campanha do referendo, como foi feito à exaustão, se os cidadãos devem ou não se armar, ou se isso ajuda ou atrapalha a defesa contra os criminosos. O Congresso já o decidiu por nós, como aliás é de sua obrigação – e decidiu, dadas as múltiplas exigências que estabeleceu para o cidadão comum ter acesso a armas, que elas são nocivas, tanto à segurança coletiva quanto à individual.

Ao eleitorado, acompanhada de boa dose de absurdo, foi deixada a incumbência de decidir sobre a inclusão, no Estatuto, da proibição do comércio de armas. Proibir a compra e venda, é isso? Mas como, se a lei faculta que toda uma gama de gente, dos integrantes das Forças Armadas ao cidadão que comprove "efetiva necessidade", as possua? Como podem possuir sem comprá-las? Na verdade, se a proibição do comércio fosse para valer, a vitória do SIM significaria a revogação de todo o restante da lei. Ficariam prejudicados os numerosos artigos que cuidam de quem pode ter armas, e em que condições. Se não se pode comprar, de que adianta contar com a permissão para ter? A menos que o governo desejasse, deliberadamente, jogar uma parte da população no mercado negro. A loucura não chegou a tanto. A realidade singela é que não há como proibir, pura e simplesmente, a compra e venda de armas, o que significa dizer que, mesmo com a vitória do SIM, as pessoas autorizadas a possuí-las, inclusive o cidadão avulso tomado da tal "efetiva necessidade", continuarão podendo comprá-las. Em direito vige o princípio de que quem pode o mais pode o menos.

Quem pode ter armas claro que pode comprá-las. E quem pode comprá-las claro que pode também comprar munição para alimentá-las.

Para que serve então o referendo? Vá lá, façamos um desconto: não é que ele seja completamente sobre coisa nenhuma. Mas também não é sobre o que o eleitorado foi induzido a pensar. O que está em jogo é o modo como serão comercializadas as armas. Se devem ser mantidas as atuais lojas ou se deve ser instituído um novo sistema de vendas. Essa é a única e escassa questão. Vencendo o NÃO, continuam em operação as lojas atualmente existentes. Vencendo o SIM, abre-se um leque de opções, para futura deliberação. A primeira é a manutenção das lojas, reestruturadas. A segunda é a venda em departamento do Exército ou da Polícia Federal. A terceira é a compra direto das fábricas. A pergunta certa, para que o referendo chegasse com clareza ao eleitorado, deveria girar em torno da botica da preferência do freguês, mas lá isso é coisa que se pergunte ao pobre do eleitor? Abusou-se da paciência do coitado. Levaram-no a pensar no assunto à toa. Para piorar, fizeram-no enfrentar fila e perder a praia. E produziu-se, com um referendo que parte do nada para chegar a lugar nenhum, mais uma anedota de brasileiro. "Sabe da última?", perguntarão, pelo mundo. E então rirão muito, rirão de sacudir a barriga e de sair lágrima dos olhos.

ANEXO R - "Se não comparecerdes..." (TOLEDO, 2005r)

Considerações sobre a relação entre o pronome "vós" e as diabruras do Estado brasileiro

Uma pessoa humilde, ora pleiteando sua aposentadoria junto ao INSS, em São Paulo, recebeu a seguinte "carta de exigências" da instituição. Os nomes, tanto da pessoa que pleiteia a aposentadoria quanto de quem assina a carta, serão omitidos. O texto vai em sua conturbada e sofrida literalidade:

"Para dar andamento ao processo do Benefício em referência, solicito-vos comparecer, no endereço: Av. Santa Marina 1217, no horário de 07:00 às 15:00, para que as seguintes exigências sejam cumpridas:

- retirar a carteira profissional que se encontra em seu processo para que empregador atualiza as alterações de salários em vista da ultima anotação foi 1990 e o salario de contribuição esta divergente da ultima alteração

- recolher o 13 referente ao periodo de 1995 a 2004 que não foram recolhidos e 1 de ferias conforme consta os meses a serem recolhidos na carteira profissional

Comunico-vos que vosso pedido de Benefício sera indeferido por desinteresse, se não comparecerdes dentro de 10 dias a contar desta data.

Deveis apresentar esta carta no ato do comparecimento".

Impressiona o ucasse desferido na penúltima linha contra o contribuinte: "...o Benefício será indeferido se não comparecerdes..." Mais impressionante ainda se torna quando se tem em conta que, antes de corridos os dez dias, o INSS entrou em greve, parou tudo e que se danem os solicitantes, os pleiteantes e os queixosos. Caso se queira mais uma dose de estupefação, acrescente-se que a carta foi emitida em maio, as exigências foram cumpridas, uma vez terminada a greve, e até agora nada. O benefício ainda não foi concedido. Mas releve-se. Não é esse o nosso ponto. Nem bem seriam as aflições infligidas à língua portuguesa, ao longo daquelas poucas linhas em que o idioma de Camões caminha aos trancos e barrancos, como um veículo desgovernado que despenca ladeira abaixo e bate um pára-lama aqui e outro ali, cai num buraco, sofre bruscos solavancos, corcoveia, raspa a porta no barranco, capota, desliza – para enfim se estatelar sem remédio contra um último e insuperável obstáculo.

É este último obstáculo que nos interessa: o pronome "vós". É verdade que a opção pelo vós, como tudo o mais, vai no vai-da-valsas, e sofre um retrocesso quando se fala em "seu processo", a alturas tantas, mas sem dúvida é a da preferência do autor da carta, tanto assim que se afirma, triunfal, nas duas últimas linhas. Que razão teria conduzido a tal preferência? Arrisquemos algumas hipóteses.

A primeira é a busca da elegância. O "vós" faz bonito em textos como o célebre soneto de Bilac: "Ora (dizeis) ouvir estrelas! Certo/ Perdeste o senso! E eu vos direi no entanto/ Que, para ouvi-las, muitas vezes desperto/ E abro as janelas, pálido de espanto". A segunda seria a intenção de mostrar-se educado, num comunicado que afinal representa a palavra do próprio Estado brasileiro. Seria aconselhável, dada essa alta responsabilidade, o recurso a um pronome que assinala respeito e deferência. Mas... será? Elegância? Educação? São hipóteses que de saída sabemos pouco críveis. Tampouco se pode acreditar que o redator tenha empregado o "vós" porque lhe sai natural. Para isso, precisaríamos supô-lo alguém que tem a

segunda pessoa do plural como ferramenta tão banal que é com ela que se comunica com a mulher em casa, os colegas no trabalho, os vendedores na feira. Não, não é possível.

Examinemos de novo o documento. Pensemos nele no contexto da relação do Estado com os cidadãos, no Brasil. Essa relação, segundo expôs recentemente a cientista política Lucia Hippolito, é de desconfiança. "Para a burocracia", escreveu ela, "o cidadão tem sempre culpa, está sempre devendo, está sempre na obrigação de provar sua inocência com mais um documento, mais uma firma reconhecida, mais uma certidão autenticada em cartório." Uma suspeita começa a se firmar. A crase não foi feita para humilhar ninguém, mas o "vós" foi. O desejo de acuar o cidadão, de encostar-lhe no peito a ponta da espada, de fazê-lo sentir-se pequeno, diante da majestade do Estado, foi esse, sim, só pode ter sido esse, o motivo pelo qual o redator da carta escolheu o "vós".

O "vós", tal qual se apresenta no texto, ressoa amedrontador como um castigo. Humilhar? Não, ainda é pouco. A intenção é aterrorizar. Volte-se ao texto: "Se não comparecerdes..." Isso é muito mais assustador do que "se você não comparecer", ou "se o senhor não comparecer". Soa como decreto vindo das alturas inatingíveis, dos príncipes incontrastáveis, do céu. Faz tremer como um trovão. E esse "vós" é tristemente significativo do Brasil. Simboliza o massacre cotidiano a que o Estado submete os cidadãos, os mais humildes em primeiro lugar. Entra governo e sai governo, entra década e sai década, essa é uma situação que permanece, inelutável como fenômeno da natureza. O presidente, os ministros, as CPIs, estes estão sempre preocupados com outras coisas. Cá em baixo, a relação entre o Estado e o cidadão comum sempre foi, e continua sendo, feita de pequenas atrocidades.

ANEXO S - A democracia americana ensaia sua volta (TOLEDO, 2005s)

As instituições enfim despertam e Bush, que já tinha um Vietnã, ganha um Watergate

Os americanos gostam de dizer que suas instituições funcionam. São educados, desde cedo, no culto da Constituição e dos Pais Fundadores (os *Founding Fathers*, o grupo de homens, George Washington à frente, que serviram de parteiros da nação) e se deleitam com a idéia de que, entra crise e sai crise, o país consegue encontrar saídas justas e pacíficas com o simples recurso aos mecanismos legais. "As instituições mais uma vez funcionaram", dizem uns para os outros, inchados de orgulho autocongratatório, quando superam episódios como a destituição de um presidente prevaricador como Richard Nixon, nos anos 70. Ou quando se desata o nó que, em 2000, deixou pendente, por semanas a fio, o resultado das eleições para a sucessão do presidente Bill Clinton, em razão dos vícios na apuração dos votos.

Por um lado, eles têm toda a razão. Mais de 200 anos atrás, a Constituição fixou uma rotina eleitoral que, desde então, tem sido rigorosamente cumprida. Um paralelo entre a história da América Latina, com seus golpes, "revoluções" e *pronunciamientos*, e a dos Estados Unidos, com sua ritual promoção de eleições a cada quatro anos, chova ou faça sol, esteja o país em paz ou em guerra, nos enche de vergonha. Mas, por outro lado, os americanos incorrem em pura mistificação. A eleição de 2000, em que George W. Bush foi declarado vencedor, consistiu, de ponta a ponta, num engodo, com início numa apuração de votos fraudulenta, na Flórida, e final na conivência do Judiciário. Dizer, como muitos disseram na ocasião, que as instituições funcionaram, já que se chegou a um desfecho sem mortos nem feridos, é passar por um Babbitt, o hoje esquecido personagem de Sinclair Lewis, símbolo do americano ingênuo e pateta. Se funcionaram, foi para escamotear o fundamento da democracia, que é a vontade expressa nas urnas.

Entre as ocasiões em que as instituições realmente funcionam e aquelas em que entram em colapso existe uma terceira modalidade: as situações em que durante longo tempo as instituições ficam adormecidas, deixando-se ignorar e manipular, mas subitamente despertam. É o que experimentam os Estados Unidos neste momento.

Os anos Bush, desde a fraude nas eleições, foram de apagão institucional. A instituição da Presidência foi usada para mentir e enganar. A fim de desencadear a guerra ao Iraque, recorreu-se à mentira das armas de destruição em massa. Outras mentiras se seguiram, para sustentar a primeira, como a de que Saddam Hussein teria comprado urânio enriquecido no Níger, no afã de ter sua bomba nuclear. Se não eram mentiras, eram mistificações, como a de que o objetivo seria levar a democracia ao Iraque. Ou então a de que se combatia o terrorismo, quando na verdade se aumentava ao infinito o número de terroristas no conflagrado território iraquiano. Outra sagrada instituição, a imprensa, foi tragada na roda-viva das mentiras e mistificações. Depois dos atentados de 11 de setembro, impôs-se às consciências, para grande alegria dos detentores do poder, a regra não escrita de que se opor ao governo era antipatriótico. A imprensa acovardou-se. Cobriu a guerra como cobriria os ataques contra os índios montada na garupa do cavalo de John Wayne. Mas eis que...

Eis que um episódio secundário começa a tirar o chão debaixo de Bush. Um promotor, Patrick Fitzgerald, põe-se a investigar como é que uma certa senhora, mulher de um diplomata, teve revelada na imprensa sua condição de agente secreta da CIA. Expor a qualidade de espião de alguém não é apenas danoso para as operações secretas – é crime. A espiã em questão, Valerie Plame, é mulher de Joseph Wilson, um diplomata que foi conferir no Níger se era verdade que Saddam Hussein tinha comprado urânio lá e concluiu que não.

Wilson publicou na imprensa um artigo em que, ao expor sua conclusão, desmontava a argumentação do governo para invadir o Iraque. Não podia ser coincidência que, logo depois, aparecesse a notícia de que sua mulher era agente da CIA. Investiga daqui e dali, e o promotor Fitzgerald chega à conclusão de que o vazamento à imprensa, arquitetado como vingança contra Wilson, saíra dos altos escalões do governo. Lewis Libby, o principal assessor do vice-presidente Dick Cheney, já foi indiciado. Outros poderão segui-lo, inclusive o próprio Cheney e Karl Rove, o principal assessor de Bush.

Configura-se um quadro em que, antes tarde do que nunca, as instituições se põem em marcha. Um promotor, um simples e até então anônimo membro do Ministério Público, como se diria no Brasil, movido por nenhuma outra razão senão a observância da lei, faz tremer um governo. O governo Bush já tinha a lamentar ter encontrado no Iraque uma repetição da tragédia do Vietnã. Ao Vietnã, somou-se agora um Watergate: um escândalo que ameaça fazê-lo em estilhaços. Enquanto o governo se debate entre um problemão e outro, salvam-se as instituições. "Quatro anos depois do 11 de Setembro, começamos a ter nossa democracia de volta", escreveu o colunista Jonathan Alter, da revista *Newsweek*.

ANEXO T - O "nosso" Delúbio, santo, mártir, herói (TOLEDO, 2005t)

Por ter salvado o PT e o governo, ele mereceu, no Roda Viva, o carinho do presidente

O melhor do programa *Roda Viva* em que se apresentou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o mais significativo e mais expressivo, em meio às toneladas de frases pronunciadas pelo entrevistado, foi uma simples palavrinha de duas sílabas e cinco letras, um banal pronome possessivo – "nosso". Quantas e quantas vezes um "nosso" é pronunciado sem causar a mínima comoção! Por dia, uma pessoa deve recorrer a essa tão sovada quanto útil palavrinha umas dez, vinte, talvez cinqüenta vezes, e nem se dá conta disso. Já o "nosso" do presidente foi carregado de sentido, um "nosso" denso de emoção. Foi quando ele se referiu ao antigo tesoureiro do Partido dos Trabalhadores Delúbio Soares como o "nosso" Delúbio.

O presidente estava certo. Em mais de 90% de suas falas no programa ele se dedicou ou à embromação ou à inverdade pura e simples. Garantiu que nunca quis impedir CPIs e inventou que Roberto Jefferson foi cassado porque não provou as acusações da existência do mensalão, entre outras espantosas afirmações. Insistiu em que nada está provado quando há uma enxurrada de documentos mostrando de onde vieram e para onde foram os milhões de reais manipulados por operadores a serviço do PT.

Já na escolha do "nosso" para qualificar Delúbio, Lula foi feliz como poucas vezes, ele que, habituado a engrenar os discursos no puro piloto automático, sem atenção ao significado das palavras, tão freqüentemente se atrapalha ou erra. O "nosso", quando aplicado a uma pessoa, é uma maneira de demonstrar carinho. É dizer que aquela pessoa está perto, e é querida. Delúbio merece tal tratamento da parte do presidente. Ele é o esteio que escora o PT e o governo. A figura de olhos mortíços e grossos lábios do antes misterioso tesoureiro, hoje tão familiar aos brasileiros, merece ser cultuada, pelos petistas e governistas, como um herói, um mártir e um santo – nada menos do que isso.

Observe-se, antes de voltar a Delúbio, que, depois do *Roda Viva*, ficaram claras duas coisas. Primeiro: a crise acabou. Segundo: Lula ganhou. Com relação ao conteúdo do que ele disse no programa, o desempenho do presidente foi desastroso. Raramente se viu o primeiro mandatário da nação tão disponível para se pôr em desacordo com os fatos. Mas quem liga para conteúdos? Mais importante é que Lula estava à vontade e seguro de si. Os fatos, ora, os fatos, eram sombras indistintas, por trás da característica fumaça de verbosidade. Nesta era de política-espetáculo, política-televisão, política-marketing, é o que importa. Ele driblou as perguntas, muitas vezes incisivas, dos entrevistadores com a esperteza e a rapidez de um Tevez, a principal estrela do time presidencial, entre os zagueiros adversários.

Uma dúvida insistente – como é que ele vai enfrentar uma campanha eleitoral depois de tanto escândalo? – foi desfeita. Vai se comportar como no *Roda Viva*. Ele mostrou no programa que concluiu seu doutorado nos truques do ilusionismo. Ajuda-o muito o fato de, seis meses depois, o cansaço ter vencido a opinião pública. Na semana anterior, a CPI dos Correios tinha provado pela primeira vez como o dinheiro de uma estatal, no caso o Banco do Brasil, acabara na conta do PT. A revelação equivale a uma pistola fumegante encontrada na mão do assassino. No entanto... E daí? Não importa que milhões de reais tenham sido perfeitamente rastreados, em seus tortuosos e escusos caminhos. Ei-lo um candidato competitivo, talvez até favorito, na eleição do ano que vem.

E todos esses ventos a favor, graças a quem? À figura incomparável do "nosso" Delúbio. Porque – eis o ponto que o glorifica e o faz merecer o tratamento de "nosso" – ele

chamou toda a culpa para si. Desde Tiradentes o país não assistia a nada igual. Os companheiros dizem que tudo é culpa dele, que ele agia sozinho, que ninguém mais sabia de nada – e ele cala, quando não consente expressamente. Os homens-bomba do Oriente Médio sacrificam a própria vida. Ele sacrificou a honra e o futuro. Não merece senão as homenagens dos correligionários.

O presidente do PT, Ricardo Berzoini, disse que a pessoa a quem Lula se refere, quando se diz traído, como já dissera tempos atrás e repetiu no *Roda Viva*, é Delúbio. Não, mil vezes não! Se fosse, Lula não o chamaria de "nosso". Não se pode imaginar um Cláudio Manuel da Costa ou um Tomás Antônio Gonzaga a dizer "o nosso Silvério dos Reis". Definitivamente, Delúbio Soares não é um Joaquim Silvério dos Reis. Antes, para voltar à figura do mártir da Inconfidência Mineira, é um Tiradentes. Escolheu ir sozinho para a força. Vilipendiá-lo de um lado, como fez Berzoini, e acariciá-lo de outro, como fez Lula, é parte de uma encenação teatral representada entre petistas. No meio, o antigo professor de matemática de Goiás oferece sua pessoa em holocausto. Se Lula for reeleito, como as coisas parecem indicar, pecará por ingratidão se não erguer no jardim do Palácio da Alvorada, ao lado do canteiro de flores ornado com a estrela do PT, uma estátua ao "nosso" Delúbio, santo e mártir do petismo, herói da sobrevivência do governo.

ANEXO U - Sobre causas, efeitos e trepar em árvores (TOLEDO, 2005u)

Divagações de um escriba dividido entre a leitura dos jornais e a de Italo Calvino

Notícias de Paris... O povo pobre se inquieta, o governo treme. Não, não se trata da revolta dos queimadores de carros, é outra, anterior, *aquela*, o leitor se lembra – a da Bastilha, da guilhotina, da execução do rei. As notícias de Paris causam excitação em Ombrosa, cidade italiana à margem do Mar da Ligúria, onde um audacioso barão, tomado pela revolta contra o autoritarismo paterno e as convenções sociais em geral, decidiu, no dia 15 de junho de 1767, quando tinha 12 anos, refugiar-se em cima das árvores, e de lá nunca mais desceu, passando uma vida inteira a pular de galho em galho e desenvolvendo habilidades que lhe permitiram comer, estudar, escrever, caçar, lutar e amar sem jamais pôr os pés no solo.

Quem leu já sabe do que se está falando: o romance *O Barão nas Árvores*, do italiano Italo Calvino. A Ombrosa onde se ambienta a história é fictícia, mas as notícias que, a partir de 1789, lá chegam da França são reais. O barão Cosimo Piovasco de Rondó, que apesar de viver nas árvores é um homem ilustrado, dado a trocar correspondência com Voltaire e Rousseau, resolve seguir o exemplo dos franceses e abrir um caderno em que a população inscreveria suas queixas. Choveram protestos: sobre o preço dos gêneros, os dízimos cobrados dos camponeses, os limites impostos aos pastores no uso dos pastos, as prisões, os abusos dos nobres contra as mulheres do povo. Verificou-se então que prevaleciam, em Ombrosa, condições semelhantes às da França. Ou, para dar a palavra ao narrador:

"Em suma, também entre nós existiam todas as causas da Revolução Francesa. Só que não estávamos na França, e a revolução não se fez. Vivemos num país onde se verificam sempre as causas, não os efeitos".

Eis uma característica que, mais ainda do que a de ter um ilustre filho a viver entre as árvores, singulariza Ombrosa: ali só as causas se fazem presentes, nunca os efeitos. Voltamos ao tempo presente, das notícias da França que dão conta não da Bastilha, mas dos Hosni e Ahmed do cinturão de Paris, e pensamos: "Engraçado. Aqui também temos jovens desempregados e sem horizontes, aqui também temos comunidades marginalizadas – e no entanto aqui não se queimam carros". Seria tentador concluir que, tal qual em Ombrosa, aqui também causas vagam órfãs, sem os efeitos que as completam.

• • •

A cronista Cora Rónai fez outro dia no *Globo* a perfeita crônica dos dias que correm no Rio de Janeiro. Começa descrevendo um almoço entre amigos, num sábado, no Leblon. A certa altura, a filha da dona da casa avisa: "Pessoal, o túnel está fechado, se alguém de São Conrado ou da Barra quiser dormir aqui, não tem problema, a gente se ajesta". Fechado por quê? Tiroteio. Ah, de novo... E retomou-se a conversa no ponto em que tinha sido deixada. Dois dias depois, Cora foi visitar uma amiga na Gávea. Encontrou-a exausta. "O problema é que não consegui pregar o olho a noite inteira. O barulho do tiroteio estava insuportável. Tinha uma metralhadora que parecia estar dentro do meu quarto." E nessa tecla segue a crônica, de caso em caso. Conclui a cronista:

"Assim se vive numa guerra, sem espanto, aceitando os inconvenientes táticos causados pelas batalhas; assim se vive num mundo conflagrado, porque a nossa alma cria carapaças que a defendem da barbárie cotidiana – ou morreríamos todos de puro horror antes mesmo de sermos atingidos pela bala, perdida ou não, que, mais dia, menos dia, vai nos encontrar numa esquina qualquer. Assim vivemos na nossa cidade, achando 'normal' o que em

qualquer lugar civilizado é impensável; e temos sorte, somos privilegiados por não precisarmos conviver com policiais e traficantes trocando tiros na laje de casa, como acontece com quem vive o terror nos morros".

Conclusão: por aqui, ao contrário de Ombrosa, os efeitos comem soltos, alucinados, incontroláveis, tão desgovernados que as causas, estas sim, somem a distância, perdidas, obscuras.

•••

A Revolução Francesa que incendiava a imaginação do barão Cosimo Piovasco de Rondó foi marcada, numa de suas fases, pelo clima que os historiadores batizaram de "O Grande Medo". Uma boataria sem freios dava conta de bandidos que atacariam aldeias, nobres que arrasariam plantações, batalhões que prenderiam e fuzilariam. O medo teve no campo sua origem e território ideal para expandir-se. Nos dias de hoje, são as cidades a escolha inevitável de quem quer amedrontar. Paris ficou tão assustada com os queimadores de carros que impulsionou a popularidade do ministro Nicolas Sarkozy, um durão cujas posições confinam com as da direita racista. Nova York, antes, e com muito mais razões, ficou apavorada com os aviões que derrubam prédios. O medo toma essas cidades em surtos pontuais. No Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras ele é permanente como a paisagem. Se fôssemos decididos como o grande barão Cosimo, lúcidos e corajosos como ele, subiríamos nas árvores e nunca mais desceríamos, mas... Cadê as árvores? Cadê as árvores?

ANEXO V - A farsa cruel de um ponto de exclamação (TOLEDO, 2005v)

O grevismo na universidade recorre a pose de herói para esconder o papel de vilão

A greve continua! Assim terminava o comunicado expedido na segunda-feira passada pelo comando de greve do Andes – o Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior –, dando conta das últimas notícias do movimento deflagrado já lá iam mais de oitenta dias nas universidades federais. O ponto de exclamação ao fim da frase dizia mais de suas intenções do que as palavras. Caso estivesse escrito "A greve continua", sem ponto de exclamação, se trataria de uma informação, não mais que isso, aos associados. O ponto de exclamação mudava tudo. Conferia à frase épicos tons de heroísmo, de ardor pela causa, de brado retumbante. Não, a questão não era apenas que a greve continuava. Era que a greve continua!

O ponto de exclamação, até pela forma, representava uma espada desembainhada contra o inimigo. *En garde!* Era um convite à arremetida contra o tirano, o opressor, o infiel. Ele vai ver só! Quem vai ver? Quando há greve numa fábrica, quem "vai ver só" é o patrão, que sentirá seus efeitos no bolso. Numa greve em universidade, com perdão para repisar no óbvio, são os alunos. É contra eles, ao fim e ao cabo, que se produzem seus resultados. O ponto de exclamação do Andes era uma espada espetada contra a barriga da estudantada.

O Andes, em temporada de euforia cívica, informou que patrocinou dezesseis greves nas universidades federais desde 1980, perfazendo 978 dias de paralisação. Santo Deus, que proeza! – e lá vai outro ponto de exclamação, que é isso que o Andes julga merecer com tal performance. O jornal *O Globo* fez algumas singelas continhas e chegou a conclusões não tão lisonjeiras para o sindicato dos docentes. Os 978 dias equivalem a dois anos e oito meses. Descontados os fins de semana, e levando em conta que o ano letivo tem 200 dias úteis, chega-se a três anos e meio sem aulas. Mais seis meses e se completariam os quatro anos equivalentes a bom número de cursos de graduação. Claro, há as famosas reposições. Mas, até acontecerem, já quebraram o ritmo que, como em qualquer atividade, é fundamental para os bons resultados. E, quando acontecem, é em meio aos atropelos do Natal ou do Ano-Novo, às preguiças do verão ou do Carnaval, quando as cabeças não estão na melhor forma para os rigores do estudo.

O deputado Paulo Delgado (PT-MG), alertado pela reportagem do *Globo*, iniciou, como presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, um movimento para regulamentar o direito de greve nas universidades públicas. A providência, tal qual a famosa reforma política, inclui-se entre as que caem de podres, de tão necessárias para desentruar o país, mas que, por contrariar interesses corporativos, são sempre jogadas para as calendas gregas. "Há um abuso do direito de greve", diz Delgado. A presidente do Andes, Marina Barbosa, reage: "O direito de greve está previsto na Constituição. Qualquer regulamentação restringirá esse direito". Eis um modo enviesado de ler a Constituição. Ali está escrito (artigo 37, VII) que o direito de greve dos funcionários públicos "será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica". Opor obstáculos à materialização da lei específica é desrespeitar o texto constitucional.

Para citar um exemplo, só um, de como o espeto do Andes encosta na barriga dos estudantes, atente-se para uma decisão tomada pelo comando de greve da Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba. Comunicaram os grevistas na quarta-feira passada que não corrigirão as provas da primeira etapa do vestibular de 2006. Com isso, e enquanto durar a greve, não poderá ser realizada a segunda etapa. Sabe-se o que significa para um jovem o ano do vestibular – muito trabalho, tensões, angústias. Os grevistas de Campina

Grande resolveram adicionar a esse amargo coquetel a incerteza em torno de quando – e se – as provas serão realizadas.

"É preciso atualizar a agenda da indignação", afirma o deputado Paulo Delgado. "A greve continua!" é irmã gêmea de "A luta continua!". Que por sua vez é prima de "O povo unido jamais será vencido!" e cunhada de "Abaixo a ditadura!". Pertencem todas a uma família de slogans apropriados ao combate contra os regimes castradores de direitos e opressores do povo. Tiveram seu papel durante o regime militar. Na democracia, merecem ser usados com cuidado. Quando menos, o cuidado de verificar se o direito de um – o de greve, da parte do docente – não fere o do outro – o de ter aulas, da parte do estudante.

A greve nas universidades federais, desgastada como costuma acontecer com esses movimentos que se esticam sem rumo e sem nexos, ameaçava morrer de morte natural no fim da semana passada. Ao completar 88 dias, na sexta-feira, tinha chance de escapar (por pouco) do terrível anátema lançado pelo senador Cristovam Buarque, o primeiro dos três ministros da Educação do governo Lula. "Uma greve que ultrapassa os 100 dias mostra que a universidade não é mais necessária, da forma como está estruturada", disse ele ao *Globo*. "Imagine um banco parado por 100 dias."

José Dirceu virou símbolo não da glória, mas da perdição de uma geração

O clima na Câmara dos Deputados era quase de velório no exato momento em que se selou a sorte do deputado José Dirceu. O plenário estava esvaziado. Muitos deputados, cumprida a obrigação de votar, tinham corrido ao aeroporto, para não perder o voo ao estado de origem. Outros tinham ido embora porque talvez não quisessem mesmo assistir ao esperado desfecho. Quando, na apuração a que se procedia na Mesa, se chegou ao voto "sim" de número 257, o que configurava uma maioria absoluta em favor da cassação, não houve uma única manifestação.

Não seria mesmo de bom-tom repetir as explosões de euforia com que o lado vencedor costuma saudar o momento em que se definem as votações importantes na casa. Afinal, era a cabeça de um colega que rolava. Mas que alguém sussurrasse uma expressão de agrado ou desagrado, que voltasse os olhos para o companheiro ao lado, em sinal de aprovação ou desaprovação, ou que fizesse um sinal de cabeça – isso, pelo menos, seria de esperar. Nada. Na mesa da Câmara, que era mostrada por inteiro na TV, e onde se apinhavam os deputados encarregados da apuração e da fiscalização, além dos curiosos, ninguém se importou em dar sinal de que a sorte estava selada. José Dirceu, como no verso célebre de T.S. Eliot, teve sua morte política decretada "não com um estrondo, mas com um murmúrio".

Convinha que assim fosse, e não apenas pelo dever de discricção, pelo desgosto ou pelo cansaço, que eventualmente acometiam a Câmara – havia outros motivos, mais profundos, para tristeza. Dirceu gosta de se instituir em personificação da geração de 1968. Nos momentos cruciais, ele, como Clark Kent quando vira Superman, abre o paletó e exhibe a fantasia de ícone da geração do sonho e da rebeldia. Foi assim no discurso emocionado com que tomou posse como ministro e assim também em vários momentos quando, já tragado pelas denúncias que haveriam de perdê-lo, fez discursos em sua defesa. Há um tanto de exagero, e outro tanto de irritante pretensão, nessa sua mania. Mas vá lá – concedamos em tomá-lo como símbolo dos moços e moças do belo e doido ano de 1968. Nesse caso, e tendo em vista sua atuação no poder, ele terá cumprido um ciclo que descreve não a glória, mas a queda de uma geração, sugada pelas vilezas da idade madura e pelas perversidades da política brasileira.

Quem foi moço em 1968 e nos três ou quatro anos seguintes se lembra de um tipo de sobressalto que costumava assaltá-lo no período. Olhava-se para o companheiro de faculdade ou de emprego que ultimamente vinha exibindo hábitos diferentes e indagava-se a si mesmo "Será que ele aderiu?". A dúvida era se ele tinha aderido à luta armada contra a ditadura. E a dúvida seguinte era: "Será que devo aderir também?". Nos meios onde circulava a juventude mais politizada, ébria de desejo de justiça, de contestação e de Che Guevara, tais dúvidas eram freqüentes e mortificantes.

As décadas se passaram e, hoje, quando aqueles antigos moços olham para o companheiro que mudou de hábitos e se perguntam "Será que ele aderiu?", a adesão a que se referem é à corrupção. "Será que ele também?". Para alguns, a questão seguinte será: "Estarei bancando o bobo não aderindo igualmente?". O aceno antigo era por uma adesão equivocada, mas movida a utopia. O de hoje é o aceno do bas-fond das transações tenebrosas. Dirceu foi um ícone da utopia, a aceitá-lo como personificação de 1968. Acabou cassado por corrupção, ainda que não em proveito próprio. Pode agora ser tido como símbolo da perdição de uma geração.

A desgraça do ex-capitão do time começou com um apelo vulgar, "Sai daí, Zé", proferido pelo antigo aliado Roberto Jefferson, e terminou com uma manifestação que até se diria cavalheiresca, se não doesse no lombo – as bengaladas que lhe desferiu, na véspera da cassação, um senhor bem-composto, de respeitável barba branca, que depois se soube chamar-se Yves Hublet e ser autor de livros infantis. Se o apelo de Jefferson traía o escracho característico da vida parlamentar nos dias que correm, a agressão de Hublet, até pela arma que escolheu, lembrava a nobreza vetusta do Parlamento do Império. Talvez isso queira dizer alguma coisa, sabe-se lá, mas o que quer dizer muito, isso sim, foi o insulto lançado pelo agressor da bengala contra sua vítima. "Frestão!, Frestão!", gritava ele, enquanto brandia o instrumento de cabo prateado em forma de cabeça de pássaro que tinha nas mãos.

O agressor não chamou Dirceu de Dom Quixote. Chamou-o, ao contrário, pelo nome do arquiinimigo do cavaleiro da Mancha, o mago Frestão, cujos poderes perfidamente transformaram em moinhos de vento os gigantes contra os quais Quixote havia investido, no momento mesmo em que estava a ponto de derrotá-los. Dirceu não foi identificado ao campeão das utopias, ainda que loucas, encarnado, há quatro séculos, pelo herói de Cervantes. Foi chamado, em vez disso, pelo nome do trapaceiro dos truques rasteiros. Cumpria-se, na escolha do agressor, parábola similar à que conduz do sonho de 1968 à realidade do mensalão.

ANEXO X - Perón, Bolívar, Dirceu, Aldo, Tevez etc. (TOLEDO, 2005x)

Notas que vão da nova composição do Mercosul à síndrome da criação do mundo que ataca o presidente

A Argentina teve em Carlos Menem um fiel seguidor da economia de mercado e, como dizia seu chanceler Di Tella, um aliado "carnal" dos Estados Unidos. Menem era peronista. Eduardo Duhalde foi menos entusiasta, tanto da economia de mercado quanto dos EUA. Era peronista, igualmente. Néstor Kirchner não gosta dos EUA e, com a nomeação da nova ministra da Economia, Felisa Miceli, prepara uma reação contra o império da globalização e da economia de mercado. Mais um peronista. Antes deles o país conheceu o movimento dos Montoneros, guerrilheiros de esquerda dos anos 70. Peronistas. E, durante o governo de Isabelita, a viúva de Perón, o mais influente ministro, José López Rega, dirigia nos bastidores a organização paramilitar Aliança Anticomunista Argentina (AAA). Em nome do peronismo, claro.

A explicação está na velha anedota que começa com o próprio Juan Domingo Perón explicando a um estrangeiro o quadro político argentino: "Temos à direita desde golpistas até um civilizado movimento conservador. Importante setor é o dos liberais. Não esqueçamos os social-democratas, que juntam o desejo de eficácia com a preocupação social. Temos ainda um centro, uma democracia cristã, um forte núcleo nacional-desenvolvimentista... A esquerda divide-se entre os revolucionários e aqueles, mais moderados, que já se dispõem a integrar o jogo eleitoral e parlamentar. Nomes expressivos integram todos esses...". O interlocutor o interrompe: "Mas... e os peronistas?". "Como, os peronistas?!", surpreende-se o caudilho. "*Peronistas son todos.*"

...

Com o ingresso da Venezuela no Mercosul, sob o alto patrocínio da Argentina, ao peronismo junta-se o bolivarianismo. Agora vai.

...

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, questionado se a Casa não devia reagir diante das sucessivas interferências do Supremo Tribunal Federal no processo a que era submetido o deputado José Dirceu, respondeu que longe dele querer desafiar as determinações dos magistrados. "Sou um homem temente a Deus e respeitador da Justiça", argumentou. Segundo contabilidade do colunista Jorge Bastos Moreno, de *O Globo*, Rebelo, desde que assumiu seu atual cargo, já participou de três novenas (sendo que em uma puxou o terço), presidiu sessão em homenagem aos 80 anos do arcebispo emérito de Brasília, dom José Freire Falcão, esteve à frente de dois cultos ecumênicos e, no Dia de Ação de Graças, se fez presente a um culto e a uma missa. Rebelo é comunista, como se sabe. Ah, se aquelas senhoras soubessem... aquelas senhoras que, terço nas mãos, se manifestavam nas ruas contra o comunismo ateu, algum tempo atrás... se elas soubessem, teriam logo entregado tudo aos comunistas, de uma vez.

...

Da mesma série "Ah, se eu soubesse", temos a reação daquele empresário diante da performance do governo Lula: "Se eu soubesse que o PT iria adotar a política econômica do Malan e depois se suicidar, teria votado nele".

...

O ex-deputado José Dirceu, numa entrevista à revista *Fórum*, disse que o presidente Lula é uma pessoa difícil. Suas palavras: "O personagem (*Lula*) é difícil. Está ficando claro isso". Meses atrás, quando o senador Eduardo Suplicy, contrariando a posição do governo, assinou o pedido de constituição da CPI dos Correios, Dirceu dissera que Suplicy era "um caso à parte, hors-concours". E acrescentara: "(*Suplicy*) é um pouco estranho". Dirceu é aquele que adotou outro nome e durante anos não revelou sua identidade à mulher com quem vivia e com quem teve um filho. E ainda acha que esquisitos são os outros.

•••

Ainda bem que, para contrabalançar a aliança Kirchner-Hugo Chávez, temos a aliança Lula-Carlitos Tevez, formalizada durante a visita dos jogadores do Corinthians ao Palácio do Planalto, na semana passada. Lula fez elogios ao craque argentino, acariciou-lhe a curiosa cabeleira e atribuiu seu sucesso às relações com a Argentina, que "nunca foram tão boas". "Imagine há dez anos um jogador argentino fazer esse sucesso no Brasil", acrescentou. Mais uma vez atacava-o a síndrome da criação do mundo, segundo a qual nada de bom ocorreu antes de sua chegada à Presidência. De Sastre, companheiro de Leônidas numa histórica formação do São Paulo, a Sorín, ídolo da torcida do Cruzeiro, são inúmeros os jogadores argentinos bem-sucedidos no Brasil.

•••

A greve nas universidades federais completou 100 dias na quarta-feira passada. Passou a ter pleno direito ao anátema do senador e ex-ministro da Educação Cristovam Buarque: "Uma greve que ultrapassa os 100 dias mostra que a universidade não é mais necessária, da forma como está estruturada. Imagine um banco parado por 100 dias".

ANEXO Y - Um certo José (TOLEDO, 2005y)

Pensemos neste Natal em sua figura quieta, singela, trancafiada em sua solidão e, talvez, em sua tristeza

No Natal garantem-lhe um lugar. É quando ele assume seu posto no presépio, junto com a mulher, o menino, o burro, a vaca, os pastores e os misteriosos personagens chamados "reis magos". É um dos poucos papéis que lhe atribuem. A rigor, um de apenas dois papéis – o outro é o de comandar a fuga da família para o Egito. Depois ele desaparece dessa história, talvez a mais conhecida do mundo, sem deixar rastro. Não avisam se morreu ou se foi embora. Ele é produto de dois roteiristas desatentos que, mal nos dão conta de sua existência, mudam de assunto e se esquecem dele sem remédio.

Estamos falando de José, esposo de Maria, mãe de Jesus – um estranho personagem, que se imagina solitário e taciturno, talvez triste, algo desamparado, mas cumpridor. Os dois roteiristas desatentos são os evangelistas Mateus e Lucas, os únicos a tratar da infância de Jesus. Mateus ainda lhe dedica um pouco mais de cuidado, e descreve seu incômodo ao saber que a mulher, que nunca tocara, estava grávida. É o melhor momento de José, o mais humano, o travo do marido traído a amargar-lhe a garganta – e a doer-lhe na testa. Estava ele ruminando sua infelicidade e o troco que iria dar a Maria – repudiá-la, ainda que discretamente, sem expô-la à execração pública – quando lhe aparece, em sonho, o Anjo do Senhor e informa que a gravidez era obra do Espírito Santo. Ah, bom, se é assim... José conforma-se a seu destino de marido de conveniência e pai de mentira.

Grande coisa, diriam os mais céticos. Contando com a intimidade do Anjo do Senhor e as privilegiadas informações que este lhe sussurrava em sonho, quem ousaria agir diferentemente? Não nos deixemos corromper. O fato é que José era bom. O melhor dos homens. É possível supô-lo dia após dia em sua oficina de carpinteiro, silencioso, modesto, enquanto no filho despontavam excêntricos dotes e a mulher resplandecia no prestígio sem paralelo de ter dado à luz sendo virgem. Nos primeiros 1 000 anos do cristianismo, José não mereceu homenagens da Igreja Católica. Só em 1129 surge a primeira igreja a ele dedicada – em Bolonha, na Itália. Na famosa *Legenda Áurea*, um repositório de vidas de santos escrito por Jacopo de Varazze no século XIII, José nem foi incluído. Seu culto só começa de verdade no século XV, graças às pregações de São Bernardino de Siena, Jean de Gerson e outros. Nesse mesmo século o papa Sisto IV (1471-1484) finalmente o encaixa no calendário romano, reservando-lhe a data de 19 de março.

José é desses personagens concebidos para resolver certos problemas no enredo. Logo na abertura do Evangelho de Mateus, ele resolve o primeiro, o de estabelecer uma conexão entre Jesus e o rei Davi. Mateus apresenta uma genealogia que começa com Abrão, chega a Davi, e de Davi, 27 gerações depois, deságua em José. Cumpria-se assim a profecia de que o Messias nasceria no tronco de Davi, aparentemente tão necessária para convencer os incréus que para esse efeito o evangelista se esquece de que José não era um pai de verdade. Outro problema que ele ajuda a resolver é o das várias menções, no Novo Testamento, aos "irmãos de Jesus". Como a Igreja fazia questão de preservar a virgindade de Maria, mesmo depois do parto, surgiu a solução de atribuir os tais irmãos a um casamento anterior de José. Esta tese concorre com outra, mais favorecida pela Igreja Católica, segundo a qual, quando nos Evangelhos está escrito "irmãos", deve-se ler "primos".

Sobretudo, José resolve o problema de completar uma família em torno de Jesus. Esta a sua grande função no presépio: a de celebrar as virtudes da família nuclear, tão prestigiosa,

no seu caso, que passa (e isso acontece na mesma época em que começa a ser cultuado) a se chamar de "sagrada". Não menos de acordo com as realidades da vida é a família da mãe sozinha, e isso não só no tempo de Jesus como em todos os outros, o nosso inclusive. No Brasil, a cada quatro famílias, uma tem a mulher no comando. Mas um marido foi julgado necessário, mesmo que a mulher prescindisse de seus préstimos para gerar filhos, e lá foi José, obsequioso como era de sua natureza, assumir o encargo, ainda que intimamente talvez mortificado, ferido em seus brios de varão e de macho. Assim que se cumprem os relatos da infância de Jesus, ele desaparece de cena. Teria agora abandonado a família, assim como tantos pais? Prefere-se, em seu favor, imaginar que morreu. E, se morreu, babau. Morreu tão completamente que os evangelistas não se deram ao trabalho de noticiar-lhe a morte.

José é, por excelência, aquilo que no teatro e no cinema se chama de ator coadjuvante. Sua função é criar condições para que os outros brilhem. É uma função que exige nobreza de sentimentos, essenciais que lhe são a renúncia e o sacrifício. Pensemos em José, neste Natal, quieto em seu canto, rústico, singelo, trancafiado em sua solidão e seu sacrifício, talvez também em sua tristeza. Por uma vez, pensemos em sua sorte, ao contemplar as figuras do presépio.